

DÉCIO SAES

CLASSE MÉDIA
e sistema político
no Brasil

BBCS
BIBLIOTECA BÁSICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Direção:

Tamás Szmeccsányi
(da Universidade Estadual de Campinas)

Gabriel Cohn
(da Universidade de São Paulo)

Série 1.^a — Estudos Brasileiros

Volume 6

T. A. QUEIROZ, EDITOR

São Paulo

A relação dos livros
publicados nesta coleção
encontra-se no fim deste volume.

Do Autor:

Classe média e política na 1.ª República brasileira (1889-1930)

CIP-Brasil. Catalogação-na-Publicação
Câmara Brasileira do Livro, SP

S151c Saes, Décio. 1942-
Classe média e sistema político no Brasil /
Décio Saes. Tradução de Malu Gitahy — São
Paulo : T. A. Queiroz, 1984.
(Biblioteca básica de ciên-
cias sociais : sér. I. : Estudos brasileiros ;
v.6)

Bibliografia.

1. Brasil — Política e governo 2. Classe mé-
dia — Brasil I. Título.

84-0708 CDD-323.30981
-320.981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Classe média : Aspectos políticos 323.30981
2. Brasil : Política 320.981

Tradução de
Malu Gitahy

ISBN 85.85008-22-9

Direitos desta edição reservados

T. A. QUEIROZ, EDITOR, LTDA.
Rua Joaquim Floriano, 733 - 4.º
04534 São Paulo, SP

1985

Impresso no Brasil

Para Michèle Azas

P.9195

UNIDADE:	FE
CLASSIF:	323.30981
AUTOR:	Sa J6c
ED:	VOL:
PATRIM:	989020
PROC:	16.P.00.238
C:	D: X
PREÇO:	19,00
DATA:	07/08/15
FONTE REC:	
CT:	4555

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	IX
TEMA	1
O setor terciário no Brasil	3
Hierarquia do trabalho e classe média	8
A classe média na luta política	18
Hipóteses de trabalho	21

CAPÍTULO I

A classe média na Primeira República (1889-1930): liberalismo oligárquico e protesto popular

O sistema político oligárquico (1889-1930)	27
A formação da classe média brasileira	42
Classe média e liberalismo oligárquico	47
Classe média e protesto popular	62
As duas faces do tenentismo	70

CAPÍTULO II

Industrialização, populismo e classe média no Brasil

A Revolução de Trinta e a transformação do Estado ...	79
A natureza do populismo	88
Uma definição do "compromisso"	95
Classe média e antipopulismo	106
Classe média e sindicalismo populista	110
Classe média e "ideologia de Estado"	115

A realização deste trabalho foi parcialmente financiada pela FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo).

CAPÍTULO III

A classe média na crise do populismo

As origens da crise e suas interpretações 125
 As camadas médias tradicionais na crise de 1964 135
 As novas camadas médias na crise de 1964 140
 As baixas camadas médias na crise de 1964 143
 O significado do movimento político-militar de 1964 ... 145

CAPÍTULO IV

O Estado autocrático e a classe média: "corrupção" ou resistência?

A natureza de classe do Estado autocrático 151
 A política do Estado autocrático e as classes sociais ... 162
 O Estado autocrático: um Estado fascista? 171
 O Estado autocrático e as camadas médias tradicionais . 174
 O Estado autocrático e as novas camadas médias 179
 O Estado autocrático e as baixas camadas médias 183

CAPÍTULO V

A classe média na crise de 1968

As origens da crise de 1968 195
 As camadas médias tradicionais na crise de 1968; movimento estudantil e "movimento feminino" 203
 As baixas camadas médias na crise de 1968; o Sindicato dos Bancários 208

CONCLUSÃO 215
 POSFÁCIO 217
 BIBLIOGRAFIA 231

INTRODUÇÃO

Este trabalho constitui uma versão ligeiramente modificada da tese de doutorado de 3.º ciclo, "Classe moyenne et système politique au Brésil", preparada entre outubro de 1971 e abril de 1974 na École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris), sob a direção do Prof. Alain Touraine, e submetida ao julgamento dos professores Alain Touraine, Charles Morazé e Frédéric Mauro, em novembro de 1974, na Universidade de Paris X (Nanterre).

Cinco anos já transcorreram desde a conclusão do trabalho original; é, portanto, natural que ele não satisfaça mais, inteiramente, ao seu autor. Como se justifica, então, a decisão de publicá-lo? É que ainda me parece correta a sua tese central: a intervenção da classe média urbana na cena política, ao longo dos sucessivos períodos políticos (oligárquico, populista, autocrático-militar), não se faz sob forma *unitária*, e sim sob forma *fracionária*. Mais ainda: a classe média urbana não é, ao longo dos períodos mencionados, um bloco político monolítico, alinhado com a "classe dominante", mas um agregado de frações politicamente divididas entre a velha classe dominante e a nova classe dominante, ou entre o bloco das classes dominantes e as classes populares.

todavia, a caracterização, aqui apresentada, das tendências ideológicas em que se divide a classe média urbana, ao longo dos três períodos, não é totalmente satisfatória; e isto porque ela depende de uma definição correta, *ausente neste ensaio*, dos aspectos fundamentais do processo de transição para o capitalismo no Brasil. Neste nível, a análise aqui desenvolvida subestima o papel econômico e político do capital comercial (aqui, freqüentemente agregado à propriedade fundiária sob a denominação de "grupo agro-exportador") no desenvolvimento capitalista brasileiro; não dá a devida atenção à presença do capital imperialista, bem como às diferenças e sucessivas formas pelas quais este domina a economia brasileira; minimiza o caráter *popular* da luta anti-imperialista; não avalia corretamente a importância e a repercussão das lutas populares no campo, sobretudo a luta pela terra. Ora, essa ausência de um tratamento adequado das contradições sociais repercuta inevitavelmente sobre a análise da prática política da classe média; é

que o entendimento correto daquelas contradições não é apenas uma "moldura" para o tratamento do objeto de estudo específico, devendo, ao contrário, ser parte integrante desse tratamento. Disso resulta que o trabalho, embora sustente, a meu ver corretamente, a tese do fracionamento ideológico e político da classe média, não delimita com clareza as relações ideológicas e políticas da classe média com as diferentes frações da classe dominante e com as classes populares.

A despeito das limitações mencionadas, acredito que o trabalho poderá ter utilidade para os pesquisadores das classes sociais no Brasil; ou, mesmo, atrair um público mais amplo, interessado em conhecer melhor aquilo que parece a todos (inclusive aos seus próprios membros) um verdadeiro enigma social: a classe média brasileira.

Como disse no início, o texto aqui apresentado é uma versão algo modificada do trabalho redigido em 1974. Essas modificações são, todavia, de pouca monta; não se destinam a superar as limitações já apontadas, o que, por si só, exigiria a elaboração de um novo trabalho. Elas respondem, antes, à necessidade de adaptar para o público brasileiro um texto originalmente endereçado ao público universitário francês, bem como ao intuito de eliminar as incorreções mais flagrantes e não diretamente ligadas às teses centrais do trabalho.

Finalmente, quero agradecer publicamente a todos os que contribuíram para a elaboração deste trabalho. Antes de mais nada, ao Prof. Alain Touraine, sob cuja direção o texto original foi redigido; bem como ao Prof. Pinilla de las Hervas, do Laboratório de Sociologia de Barcelona, pelas suas sugestões oportunas para o encaminhamento da análise da classe média. Devo, também, exprimir o meu reconhecimento a Paulo Sérgio Pinheiro, do Departamento de Ciências Sociais do IFCH, UNICAMP, que se empenhou em colocar à nossa disposição as fontes do material necessário à análise do sindicalismo de classe média no Brasil. Mas, o maior agradecimento é aquele endereçado às pesquisadoras Malu de Almeida e Ana Lúcia de Jesus; sem o extenso trabalho de campo que ambas realizaram sobre o sindicalismo bancário, a terceira parte deste trabalho não poderia ter sido escrita.

São Paulo, agosto de 1979

D. S.

TEMA

A análise da conduta política da classe média sempre atraiu os sociólogos voltados para o estudo das sociedades latino-americanas. No caso particular da sociedade brasileira, estes estudos revelaram freqüentemente a admiração dos intelectuais pela classe média: ela teria sido o adversário principal das oligarquias rurais ao longo dos anos 20 e, por conseguinte, a força destruidora do sistema político oligárquico. Episódios como os movimentos tenentistas e a revolução de 1930 seriam provas do papel ativo e positivo desempenhado pela classe média no processo de transição capitalista da sociedade brasileira, de uma etapa agrário-exportadora a uma etapa industrial. Entretanto, esta atitude de exaltação, mais recentemente, cedeu lugar a uma nova disposição sociológica, que combina a subestimação e o pessimismo: na etapa atual de dominação crescente da economia capitalista brasileira pelas grandes corporações monopolistas, nacionais ou estrangeiras, a classe média teria sido "corrompida" pelo consumo e não teria mais nenhum papel positivo a desempenhar, seja na transformação socialista da sociedade brasileira, seja na luta pela instalação de um capitalismo nacional ou de Estado voltado para a promoção social das massas urbanas e rurais. Afastada de seu passado anti-oligárquico, a classe média estaria prestes a manter-se afastada da prática política e a aceitar o autoritarismo da classe dominante como condição da satisfação de seus desejos crescentes de consumo, sempre estimulados pela grande empresa capitalista. Esta passagem realizada pelo pensamento sociológico brasileiro — da apologia dos tenentes à crítica amarga dos "tecnocratas" — não esconde, entretanto, uma falha constante que se manifesta desde que se trata de empreender a análise sociológica da classe média: o conteúdo excessivamente geral e categórico das afirmações sobre um grupo social secundário, não diretamente engajado no antagonismo entre as classes sociais e na luta pela conservação ou pela destruição da sociedade capitalista. E é justamente esta rigidez excessiva da análise sociológica da classe média brasileira que nos levou a empreender um trabalho de pesquisa e reflexão sobre este tema. Mas nosso objetivo, mais do que negar, categoricamente também, estas teses, é tentar matizá-las. Propomo-nos, assim, questionar a descrição sociológica mais corrente deste processo de "degradação" da classe média brasileira, da luta contra as oligarquias rurais à submissão ao poder da grande empresa capitalista. Mais especificamente, o objeto de nossa análise é o

conjunto das orientações políticas assumidas pela classe média ao longo do processo de industrialização capitalista da sociedade brasileira.

Mas, nossa escolha não foi provocada apenas pelo desejo de diálogo com as idéias estabelecidas sobre a classe média brasileira. Desde o início de sua última etapa de “substituição de importações”, a industrialização brasileira exigiu um alargamento e a mudança da composição do setor urbano de serviços; o resultado destas transformações foi a germinação de uma nova e mais vasta classe média, cujas disposições ideológicas e políticas, ainda hoje, não são completamente conhecidas. E depois do golpe de Estado de 1964, cujo momento militar foi precedido de uma considerável “mobilização política da classe média”, as organizações políticas nacionais, sejam as da classe dominante, sejam as das classes populares, parecem encarar com mais atenção os humores deste grupo social secundário; talvez elas se lembrem do papel político concedido à pequena burguesia pelos sistemas políticos fascistas e pelo grande capital na Europa, e tentem, cada uma a seu modo, tirar daí lições táticas. Nosso trabalho situa-se, então, neste duplo contexto, científico e político; é estimulado, ao mesmo tempo, pelo debate intelectual sobre o desenvolvimento e a transformação da sociedade brasileira, e pela disposição nascente das organizações políticas nacionais — tanto as da classe dominante como as das classes populares — de decifrar, cada uma em seu proveito, o enigma da classe média brasileira.

Este duplo contexto explica também nossa preocupação com valorizar, no interior do tema escolhido, dois aspectos principais: a participação da classe média na crise do populismo e suas relações com o sistema político autocrático, cujas bases foram criadas pelo golpe de Estado de 1964. Mas, a compreensão das orientações políticas atuais da classe média brasileira nos obriga a assunir, preliminarmente, um enfoque histórico. Se analisamos, no quadro do nosso trabalho, as relações da classe média brasileira com o sistema político oligárquico (1889-1930) e com o sistema populista (1930-1961), é porque as raízes mais profundas de suas disposições políticas presentes devem ser procuradas na história do desenvolvimento industrial da sociedade capitalista brasileira; a história política passada e presente da classe média brasileira está estreitamente ligada às particularidades nacionais do processo capitalista de transição — “economia agrário-exportadora → economia industrial” — e de industrialização. Este enfoque histórico já sugere que não temos a pretensão de impor limites disciplinares rígidos a este trabalho; a Sociologia Política e a História Social

e Política acham-se aqui deliberadamente combinadas. Esperamos, entretanto, que a perda do rigor acadêmico não nos impeça de encontrar algumas das tendências políticas presentes da classe média brasileira.

O setor terciário no Brasil

Evidentemente, nosso principal cuidado metodológico deve ser a delimitação do objeto de estudo: que entendemos por “classe média”? e como apreender suas orientações políticas?

É já a propósito destes pontos teóricos fundamentais que a recusa às afirmações demasiado gerais e demasiado categóricas deve se estabelecer. Se aceitamos sem crítica, nas nossas considerações iniciais, a expressão “classe média”, é porque queríamos aproximar-nos do “problema da classe média” através da referência à visão dominante na sociologia brasileira. A literatura sociológica brasileira deu vida ao “problema da classe média”, e justamente por aí que devemos começar nosso trabalho. Existe verdadeiramente uma “classe média brasileira” cuja unidade ideológica e política seja a garantia de uma conduta política unívoca a cada conjuntura vivida pela sociedade brasileira? Deixemos de lado a crítica estritamente teórica que denuncia a incoerência lógica de um tal conceito (a junção de “classe”, definida ao nível das relações sociais de produção, e de “média”, que sugere a posição num sistema de estratificação social), e tentemos medir sua ambiguidade ao nível da sociedade brasileira. Nesse nível, é certo que o conceito “classe média” recobre um leque de grupos profissionais e sociais bastante diversos cuja unidade ideológica e política seria no mínimo problemática. Esta observação não se refere nem mesmo ao procedimento sociológico que consiste em juntar em uma mesma classe social grupos sociais tão diferentes como “a pequena burguesia tradicional” (camponeses, artesãos, pequenos comerciantes) e a “nova pequena burguesia” (trabalhadores assalariados improdutivos), atribuindo-lhes a um nível puramente teórico um “subconjunto ideológico” comum, composto de elementos como a atração pelo *status quo*, a aspiração a um *status* burguês ou a crença num Estado situado acima das classes sociais.¹ Este pro-

(1) Ver Nicos Poulantzas, *Fascisme et dictature*. Maspero, Paris, 1970, p. 257-267.

blema teórico não existe, no nosso caso, uma vez que dificilmente se poderia sustentar a existência de uma “pequena burguesia tradicional” na sociedade brasileira passada ou presente. Por um lado, um verdadeiro campesinato jamais se constituiu no campo brasileiro, uma vez que a economia agrária brasileira jamais adotou um regime de produção feudal; a imensidade do território nacional e a extrema concentração da propriedade territorial dividiram as massas rurais entre a agricultura de subsistência e o trabalho assalariado, sob muitas formas, nas grandes unidades produtivas.² Por outro, a pequena empresa industrial e comercial, que associa o trabalho do proprietário ao trabalho de um pequeno número de assalariados jamais teve, no Brasil, o grau de importância que conservaram o artesanato e o pequeno comércio ao longo do desenvolvimento capitalista europeu; e mais, a economia brasileira realiza, há vários anos, a liquidação deste setor.³

O objeto de nossa análise é, pois, constituído de outros grupos sociais, cuja caracterização exige o conhecimento da história do desenvolvimento capitalista recente no Brasil. A consolidação do Estado nacional até 1850 e a integração, na mesma época, da economia cafeeira ao mercado mundial criaram, na região Centro-Sul, um novo aparelho urbano burocrático e de serviços, composto pelos agentes do Estado, os bancos, as empresas exportadoras e importadoras e os organismos de financiamento. A partir dessa época a população da capital do Império cresceu consideravelmente, enquanto muitas cidades da região cafeeira, como São Paulo, rapidamente tornaram-se centros administrativos e comerciais anexos à economia cafeeira. Evidentemente, a etapa agrário-exportadora do capitalismo brasileiro não pode ser considerada como o período de expansão máxima do aparelho urbano-burocrático e

(2) Ver, a este propósito, Antonio Barros de Castro, *7 ensaios sobre a economia brasileira*, vol. 1. Forense, Rio de Janeiro, 1969, p. 120-121: “... este país jamais contou com uma economia camponesa. Os homens do campo, que não se encontravam organizados nas fazendas e engenhos, achavam-se perdidos pelo vasto *hinterland*, numa vida tão miserável quanto instável — excetua-se, como se sabe, a experiência das pequenas propriedades à base de colonos europeus no sul do País. Nas áreas (e épocas) em que a economia se apresentava mais ‘fechada’ (como reflexo de crises externas), a auto-suficiência se dava ao nível dos latifúndios e não da pequena unidade camponesa, em regra inexistente”. Ver também Caio Prado Jr., *A revolução brasileira*. Brasiliense, São Paulo, 1966.

(3) Examinemos, a este respeito, a evolução da contribuição das empresas industriais com menos de 5 (cinco) trabalhadores no Valor da Produção Industrial: 12,6% em 1949, 5,1% em 1959 e 3,1% em 1966. Estes dados são mencionados por Paul I. Singer, *Força de trabalho e emprego no Brasil: 1920-1969*. Cebrap, São Paulo, 1971, p. 56.

de serviços; os burocratas, os advogados ou os empregados não eram, então, senão ilhas sociais perdidas no interior do mundo agrário, sem uma participação importante na composição da população economicamente ativa e na apropriação da renda nacional.⁴ Mas, passemos por sobre as afirmações gerais concernentes às relações entre o progresso da industrialização e o crescimento acelerado do aparelho urbano de serviços, e precisamos, se bem que a um nível puramente descritivo, a evolução dos serviços urbanos ao longo do desenvolvimento industrial brasileiro.

A expansão do aparelho urbano de serviços, cujas bases tinham sido colocadas pela última etapa de expansão do capitalismo agrário-exportador brasileiro, deve ser encarada como um resultado do processo de industrialização. Utilizemos os dados disponíveis⁵ relativos à evolução recente do “setor terciário”. Em 1940, este setor cobria 20,0% da população economicamente ativa, e 21,8% em 1950, 22,1% em 1960, 38,1% em 1969. Estes dados não bastam, é verdade, para afastar a suposição de “inchamento” do setor terciário e de seu caráter “não funcional” com relação ao desenvolvimento industrial. Esta suposição, de resto fundada nas teorias latino-americanas da “marginalidade”, não pode ser posta em questão senão através do apelo à história do desenvolvimento industrial brasileiro, enquanto história da industrialização de uma sociedade capitalista periférica. Interrogando-se sobre a baixa produtividade do aparelho urbano de serviços, Francisco de Oliveira⁶ caracteriza sua evolução como um processo de crescimento horizontal e extensivo que, mais que constituir um obstáculo ao desenvolvimento industrial, mostrou-se muito adequado à modalidade brasileira de industrialização capitalista periférica. É preciso, antes de tudo, sublinhar o caráter “urgente” da industrialização da sociedade capitalista agrária brasileira, cuja inserção, a título de periferia, no sistema capitalista internacional levava as populações urbanas à diferenciação de seu modo de vida e consumo segundo o modelo metropolitano. Se se agrega a esta ne-

(4) Em 1920, 70,1% da população economicamente ativa viviam das atividades agrícolas e extrativas, 12,9% trabalhavam no setor industrial, cujo estado embrionário não permitia a multiplicação dos empregos industriais, e somente 1,8% e 1,5% viviam, respectivamente, das profissões liberais e da administração. Ver “Recenseamento do Brasil — 1920”, citado por Boris Fausto, *A revolução de 1930*. Brasiliense, São Paulo, 1970.

(5) Estes dados, retirados dos censos de 1940, 1950 e 1960, e do PNAD, 3.º trimestre de 1969, são citados por Paul Singer, *op. cit.*, p. 64-67.

(6) Ver Francisco de Oliveira, “A economia brasileira: crítica à razão dualista”, *Estudos Cebrap 2*. Cebrap, São Paulo, outubro de 1972, p. 25-32.

cessidade sócio-cultural de industrialização acelerada, a existência de um imenso reservatório interno de força de trabalho e a escassez inicial dos capitais, a subcapitalização dos serviços urbanos torna-se um fato compreensível, e mesmo lógico. Mais especificamente, a canalização da maioria do excedente nacional para o setor industrial impôs aos serviços urbanos um modelo de expansão fundado na incorporação massiva de mão-de-obra e na renúncia a uma taxa de capitalização tão elevada quanto a da indústria. No fundo, o trabalho “pouco produtivo” do imenso contingente urbano dos trabalhadores de serviços impediu a divisão do excedente entre a acumulação industrial e as despesas de realização do ganho industrial. Mas a subcapitalização, evidente em certos domínios (por exemplo, a comercialização, que mobilizou um verdadeiro exército de vendedores ambulantes), não penetrou de modo igual todas as atividades de serviços. O progresso técnico e a modernização atingiram, sobretudo a partir da última etapa industrial de “substituição de importações”, muitos domínios (por exemplo, a administração privada, os bancos), sempre segundo as necessidades da acumulação industrial e da “realização” máxima do lucro industrial. É, neste sentido, que Maria da Conceição Tavares,⁷ analisando a supercapitalização de certos serviços no fim dos anos 50, caracteriza um corte entre os “serviços capitalistas” e os “serviços pré-capitalistas”. Seja como for, a composição heterogênea do complexo urbano de serviços não colocou obstáculo ao desenvolvimento industrial; foi, ao contrário, um resultado e uma exigência da modalidade brasileira de industrialização capitalista periférica.

Mas a confirmação das relações entre a industrialização e a expansão dos serviços urbanos no Brasil pode ser também obtida através da desagregação do “setor terciário” em muitos domínios de atividade. Mais especificamente, o processo de industrialização, achando-se face a um complexo urbano de serviços legado pelo capitalismo agrário exportador, provoca a mudança progressiva de sua composição interna com vistas a adaptá-lo a suas necessidades de crescimento acelerado. Esta tendência pode ser discernida através do estudo da evolução, em termos de emprego relativo, das categorias “serviços de produção” (comércio, crédito, transporte, comunicação), “serviços de consumo individual” (serviços pessoais, profissões liberais) e “serviços de consumo coletivo

(7) Ver Maria da Conceição Tavares, “Relações entre distribuição de renda, acumulação e padrão de desenvolvimento” (mimeo.). Campinas, 1973, p. 19-20.

vo” (serviços governamentais e atividades sociais: educação, saúde, segurança social).⁸ Examinemos primeiro a evolução dos “serviços de produção”, cujo papel de complemento das atividades industriais explica seu crescimento ininterrupto ao longo do processo de industrialização: 7,8% da população economicamente ativa em 1920, 9,2% em 1940, 10,4% em 1950, 11,5% em 1960, e 13,0% em 1969. Considerando-se que o comércio de imóveis e o comércio de valores imobiliários estão excluídos das cifras relativas a 1960 e a 1969, pode-se mesmo supor que a taxa de emprego deste setor tenha dobrado entre 1920 e 1969. Quanto aos “serviços de consumo coletivo”, não é desarrazoado atribuir seu crescimento contínuo à expansão dos serviços governamentais, enquanto efeito concreto da conquista pelo Estado brasileiro pós-1930 do papel de agente da industrialização capitalista: 2,5% da população economicamente ativa em 1920, 4,2% em 1940, 5,1% em 1950, e 6,8% em 1969. Uma vez que a cifra relativa a 1969 exclui a defesa nacional, é provável que a taxa de emprego do setor haja triplicado entre 1920 e 1969. Examinemos, finalmente, a evolução dos “serviços de consumo individual”, cujas relações com a acumulação industrial são distantes: 5,0% da população economicamente ativa em 1920, 6,6% em 1940, 6,3% em 1950, e 15,3% em 1969. Recorrendo-se à aceleração da industrialização para explicar a diminuição da taxa de emprego deste setor “pré-industrial” entre 1940 e 1950, o aumento verificado, por conseguinte, poderá parecer ilógico. Mas, ainda uma vez, a desagregação dos dados matiza as cifras globais: a taxa de emprego dos serviços pessoais domésticos e a das profissões liberais não evoluíram igualmente. Os dados disponíveis revelam que os serviços domésticos, dos quais se conhece a baixa produtividade e o caráter “pré-capitalista”, diminuíram progressivamente sua participação relativa no conjunto dos “serviços de consumo individual”, ao menos até 1950: 76% em 1920, 67,8% em 1940, e 67,3% em 1950. A falta de dados relativos ao período posterior impede-nos de afirmar que esta tendência se confirmou desde 1950. De qualquer maneira, o considerável crescimento do número absoluto de trabalhadores liberais entre 1950 e 1969 — de 78.730 a 283.000 — pode ser encarado como um índice sugestivo de um possível aumento de sua participação relativa no conjunto dos “serviços de consumo individual”. A confirmação destas tendências à recomposição in-

(8) Os dados e sua interpretação foram retirados de Paul I. Singer, *op. cit.*, p. 51 e p. 57-62.

terna dos “serviços de consumo individual” colocaria ainda uma vez em questão as teorias do “inchamento” do “setor terciário”.

A análise desagregada do setor terciário nos permite, então, constatar as relações positivas entre a industrialização e a expansão do complexo urbano de serviços. É preciso, evidentemente, reconhecer que o corte entre o “moderno” e o “tradicional”, ou entre o “capitalismo” e o “pré-capitalismo”, não atinge apenas os “serviços de consumo individual”, mas também os “serviços de produção”: se as empregadas domésticas, os lavadores de carros e os engraxates coexistem com os trabalhadores liberais no interior do primeiro, o segundo agrega os vendedores ambulantes e os trabalhadores das modernas empresas de comunicação ou de propaganda. Contudo, a incoerência aparente desta coexistência e a consequente sugestão de uma “dualidade” do tipo “tradicional x moderno” desaparecem se se volta a observar a história do desenvolvimento capitalista periférico brasileiro: o caráter “urgente” da industrialização da sociedade capitalista agrária exigiu um processo de acumulação industrial acelerada, cujo preço foi a subcapitalização da infra-estrutura de serviços. A não-divisão do excedente nacional entre a indústria e os serviços explica, pois, porque a existência de um esquema de comercialização tão primitivo quanto aquele implícito na proliferação dos vendedores ambulantes especializados na venda de manufaturas ligeiras se mostrou “funcional” em relação ao processo de “realização” dos ganhos industriais.

Hierarquia do trabalho e classe média

A industrialização capitalista exigiu, portanto, a expansão do aparelho urbano de serviços; o nascimento das classes sociais antagonicas — a burguesia industrial e a classe operária — foi seguido, deste modo, pela multiplicação de outros grupos sociais. Referimo-nos aqui ao conjunto dos trabalhadores “improdutivos”, sejam os que se agrupam no “setor terciário”, sejam os que pertencem formalmente ao “setor secundário”. Por trabalhadores improdutivos entendemos, segundo a tradição marxista, todos cujo trabalho não contribui diretamente à produção de mercadorias. Sua condição de trabalhadores e o fato de eles concederem, muito freqüentemente, um sobretrabalho aos proprietários do capital, os aproximam da classe operária; mas, ao contrário desta, eles não participam diretamente do processo capitalista de produção da mais-

valia. Este corte analítico, compreendido ao nível das relações sociais de produção, entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo, reagrupa, portanto, num grande conjunto os trabalhadores assalariados dos serviços urbanos (bancos, comércio, propaganda, transporte, comunicações) e da administração das empresas industriais, os funcionários do Estado, civis e militares, e os profissionais liberais.” Mas, pode-se atribuir a este conjunto heterogêneo de trabalhadores improdutivos a condição de classe social, supondo que seus membros fossem unidos por disposições ideológicas e políticas comuns? Em outras palavras, o conjunto dos trabalhadores improdutivos, distintos dos proprietários do capital e da classe operária constituiria uma “classe média”? Retomemos o caso brasileiro. Estabelecida a heterogeneidade dos serviços urbanos no Brasil (subcapitalização de certas atividades, supercapitalização de outras), é lógico que se agrava a diversidade natural do conjunto; entre os trabalhadores improdutivos pode-se incluir grupos profissionais tão diversos quanto os vendedores ambulantes e os técnicos da administração pública e privada. Se colocamos em relevo semelhante variedade é porque nos parece que uma posição comum no processo social de produção não pode levar o conjunto dos trabalhadores improdutivos a idêntica orientação no plano ideológico e político. Mais ainda, aceitamos implicitamente a ascendência da estrutura ocupacional sobre as relações sociais de produção, enquanto fator de aglutinação ideológica e política dos trabalhadores improdutivos. Corrijamos e explicitemos esta formulação implícita: no tocante aos trabalhadores improdutivos, a organização técnica do trabalho impõe limites à expressão ideológica e política do fato primordial que é a posição na organização social da produção. Em outras palavras, a “estratificação social” filtra os efeitos das relações sociais de produção e impede que se manifestem diretamente e sem mediação no plano ideológico e político. Esta afirmação implica o reconhecimento do fenômeno da “classe média” como uma questão da “estratificação social”. No que concerne à classe operária a situação é bastante diferente: sua condição de produtores explorados os opõe radicalmente, ao nível da própria or-

(9) Não nos propomos a estabelecer, neste trabalho, uma exata linha demarcatória entre os trabalhadores produtivos e os trabalhadores improdutivos. Um procedimento classificatório deste gênero seria mais útil no quadro da análise sociológica de alguns grupos particulares (os cientistas, os pesquisadores ou mesmo os trabalhadores do transporte industrial) que no contexto de uma análise histórica das orientações políticas do conjunto da “classe média”. Mas esta observação não se destina a negar a importância teórica do problema.

ganização social da produção, aos proprietários do capital. Ora, esta oposição fundamental impede a classe operária de sofrer os efeitos da fragmentação e da dispersão sociais sempre nutridas pela sociedade capitalista com vistas à sua conservação e reprodução. Com isto queremos sugerir que fenômenos como a escala de qualificação, a hierarquia dos salários ou o nível de consumo não chegam a retirar do conjunto da classe operária sua personalidade social; estes fatores de fragmentação social não são suficientemente poderosos para apagar a manifestação cotidiana, sob as formas mais diversas, de uma consciência operária. O reconhecimento, já ao nível da organização social da produção, de seu adversário social, o proprietário do capital, marca todas as suas lutas, sejam as lutas “econômicas” e “corporativas”, sejam as lutas “políticas”. A oposição entre “economicismo” e “luta política”, entre “reformismo” e “luta revolucionária” ou entre “espontaneísmo” e “organização” não deve, portanto, ser compreendida como um processo ininterrupto de “anulação” e de “reparação” da classe operária, mas como uma dialética interna, própria a suas lutas contra um adversário social cambiante. É mesmo o corte entre a “aristocracia operária” e os deserdados, ou entre os operários qualificados e especializados, não poderia anular a consciência operária e desagregá-la definitivamente em proveito da dominação social dos proprietários do capital. Não acontece o mesmo com os trabalhadores improdutivos.

Estes trabalhadores, pelo fato de viverem da mais-valia produzida pela classe operária, não se acham em oposição direta aos proprietários do capital. É verdade que eles também exercem um trabalho e que prestam, muito frequentemente, um sobretrabalho a um capitalista; mas sua situação de marginalidade com relação ao objeto real da luta social (a produção de mercadorias) os afasta do núcleo do antagonismo entre as classes sociais e os condena à condição de grupo social secundário no conjunto das relações sociais. Esta condição secundária se caracteriza, então, como a ausência da dimensão “oposição” e “incompatibilidade” na sua definição enquanto fração do conjunto dos não-proprietários dos meios de produção. É justamente o caráter contingente da oposição na conduta concreta dos trabalhadores improdutivos que lhes dá uma margem de indiferença social, da qual a sociedade capitalista tenta apropriar-se para reforçar e reproduzir a dominação de classe. Mais precisamente, a classe dominante e o Estado capitalista utilizam-se da fragmentação do mundo do trabalho como uma prática cotidiana e permanente de consolidação de sua dominação. Esta fragmentação se concretiza através da imposição, mediante o emprego de todos os canais sociais disponíveis, da distinção entre

“trabalho manual”, e “trabalho não-manual”.¹⁰ Se este princípio de organização é imposto ao conjunto da sociedade capitalista, é sobre o mundo do trabalho que ele exerce seus efeitos mais profundos: enfraquecimento da solidariedade entre os trabalhadores produtivos e os trabalhadores improdutivos, dispersão dos trabalhadores improdutivos. O capitalismo foi responsável pela maior aceleração da divisão social do trabalho, cujos resultados foram a redução de cada homem a seu “papel” e a transformação de cada produtor em um estranho num mundo criado por ele mesmo. Em proveito da classe dominante, a acumulação capitalista impôs aos trabalhadores a especialização e a fragmentação de suas capacidades. Um problema logo se colocou à classe dominante, naturalmente preocupada com sua hegemonia: era-lhe preciso justificar sua obra e ocultar o fato de a aceleração da divisão social do trabalho, operada em seu proveito, em fato natural. Desta necessidade nasceu uma gigantesca operação ideológica que consiste em explicar a fragmentação de toda atividade humana e a especialização forçada em função de um imperativo “racional”; neste quadro, a distinção fisiologicamente duvidosa entre “trabalho manual” e “trabalho não-manual” foi difundida com o objetivo de impor uma hierarquia ao mundo do trabalho e de convencer o conjunto dos trabalhadores de que tal hierarquia decorria de uma distribuição desigual de “dons” e “méritos”.¹¹ Em outras palavras, a posse de uma capacidade inata mais a aquisição de novas capacidades através da escolaridade estariam na origem do estabelecimento de uma hierarquia de prestígio social que apenas consagraria as desigualdades de aptidão existentes entre os trabalhadores. A divisão dos homens entre o “trabalho manual” e o “trabalho não-manual” não seria, portanto, senão o resultado da existência de diferentes graus de capacidade. Ao difundir a distinção não fundada entre “trabalho manual” e “trabalho não-manual” e ao impor, por consequência, uma hierarquia ao mundo do trabalho, a classe dominante e o Estado capitalista visavam consolar

(10) O abandono da expressão “trabalho intelectual” tem por aivo afastar-nos do problema mais particular dos “intelectuais” enquanto “categoria social”. Permanecemos ainda num nível de análise bastante geral, trata-se antes de examinar o corte ideológico que separa os “manuais” dos “não-manuais” que de estudar o “grupo intelectual”.

(11) Utilizamos-nos de expressões empregadas por Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron: *La reproduction*. Minuit, Paris, 1970. Ver especialmente p. 252-253.

lidar sua dominação e apagar a possibilidade da união de todos os trabalhadores, produtivos ou improdutivos, contra os proprietários do capital. É preciso, todavia, observar que todo esforço de organização da sociedade capitalista, segundo este princípio de hierarquização, não poderia reduzir a consciência operária a uma consciência particularista e segmentada, onde a oposição teria sido transformada em visão escalonada do mundo social. A hierarquização do trabalho mostrou-se, portanto, incapaz de pulverizar a consciência operária e de impor aos integrantes da classe operária a consciência de seu "papel" no "funcionamento" da sociedade. Mas a condição não antagonista dos trabalhadores improdutivos permitiu sua dispersão em vários grupos, inconscientes ao mesmo tempo de sua posição comum na organização social da produção e de sua similitude com a classe operária. A "classe média" e a "estratificação social" foram criadas pela classe dominante e pelo Estado capitalista para tornar mais "funcional" uma sociedade que nasceu sob o signo do antagonismo e do conflito. A difusão da distinção entre "trabalho manual" e "trabalho não-manual" e a hierarquização social do trabalho segundo este princípio apenas fragmentaram o mundo do trabalho, afastando da classe operária os trabalhadores improdutivos e dispersando os últimos em vários "grupos de participação". Ao antagonismo entre as classes, a classe dominante e o Estado capitalista opuseram, portanto, uma hierarquia do trabalho fundada sobre uma escala de "dons" e de "méritos". O germe da destruição já estava instalado, mas as forças do capitalismo tentaram dissimular sua origem e diminuir seus efeitos através da imposição à sociedade capitalista do remédio "estratificação social".

A distinção entre o "trabalho manual" e o "trabalho não-manual" criou, assim, em toda sociedade capitalista "grupos médios" e uma "consciência média", distinta da consciência operária. Mas a intensidade e a extensão da "estratificação social" dependem de seu modo de combinação com o grau de desenvolvimento do capitalismo e com as particularidades da estrutura de classes próprias a cada sociedade concreta. Retomemos o caso brasileiro. É o caráter periférico e ex-colonial da sociedade capitalista brasileira que explica o nível particularmente intenso de fragmentação do mundo do trabalho brasileiro. Mais especificamente, a exploração do trabalho escravo, até o fim do século XIX, impôs uma sobredegradação ao trabalho produtivo e ao conjunto das atividades "manuais". A predominância, ao longo de quatro séculos de dependência colonial e semicolonial, da mão-de-obra escrava nas atividades produtivas estigmatizou de maneira durável o "trabalho manual"; esta degradação, o capitalismo agrário semicolonial le-

gou-a ao capitalismo industrial nascente, sem que a impessoalidade do mercado de trabalho capitalista se mostrasse capaz de apagar a curto prazo este resíduo ideológico do período colonial.¹² A metade do século XIX testemunha a predominância do trabalho escravo na economia agrária e sua presença no artesanato urbano; esta presença geral e esmagadora do trabalho escravo não determinou na somente o aviltamento de algumas tarefas produtivas particulares, rurais ou urbanas, mas o impõe também ao conjunto das "atividades manuais". Sua abolição, antes mesmo do nascimento do capitalismo industrial, não pode apagar a marca profunda e durável que deixou na sociedade brasileira; sua sombra perseguirá também, a partir do século XX, o mundo urbano-industrial e aviltará o "trabalho manual" urbano, da indústria aos serviços "manuais". A situação do trabalhador negro na sociedade brasileira é, de resto, um índice desta degradação. Se se considera o conceito racial no Brasil como um prolongamento da atitude anterior de discriminação do trabalhador escravo, é razoável supor a existência de diferentes capacidades de absorção da mão-de-obra negra, segundo o caráter degradado, ou não, da atividade em questão. A este propósito, é preciso reconhecer que a maior parte dos trabalhadores negros se situou, durante longo tempo, na periferia do sistema industrial: serviços domésticos, trabalho pela subsistência, etc.. Mas esta posição periférica, cujas razões não podem ser enfocadas no quadro deste trabalho, não deve dissimular a absorção crescente, a partir de 1930, do trabalhador negro pelo setor industrial e, ao mesmo tempo, a resistência contínua oposta pelos serviços "de escritório" à integração.¹³

Assim, o fenômeno geral de clivagem social entre o "trabalho manual" e o "trabalho não-manual", próprio a toda sociedade capitalista, foi reforçado ao nível da sociedade brasileira pela sobredegradação imposta às "atividades manuais" pelo trabalho escravo. Este reforço tornou difícil a constituição, no Brasil, de um "grande continuum que conduz do varredor até o diretor geral".¹⁴ Mais que um *continuum*, é uma ruptura que se caracteriza;

(12) Estas considerações apóiam-se em parte na obra clássica de Roger Bastide e Florestan Fernandes, *Branços e negros em São Paulo*. Nacional, São Paulo, 1959, 2.^a edição. A este propósito, consultar também Florestan Fernandes, *A integração do negro na sociedade de classes*. Dominus Editora, São Paulo, 1963.

(13) Esta situação de resistência à "integração" é bem caracterizada por Roger Bastide e Florestan Fernandes, *op. cit.*; ver, especialmente, p. 318.

(14) Ver Michel Crozier, "L'ambiguïté de la conscience de classe chez les employés et les petits fonctionnaires": *Cahiers Internationaux de Sociologie*, volume XVIII. Ed. PUF, Paris, p. 92 (traduzida por nós).

a sociedade capitalista impôs uma “condição média” à fração “não-manual” dos trabalhadores improdutivos e, ao fazê-lo, afastou-a, seja da classe operária, seja dos trabalhadores improdutivos “manuais” (por exemplo, os vendedores ambulantes ou os trabalhadores do transporte). O funcionamento da sociedade capitalista exige, pois, a constituição de grupos “médios”: são integrados pelos trabalhadores de escritório, entre eles os profissionais liberais, os funcionários da administração pública ou privada, uma fração dos trabalhadores do comércio, os empregados de banco. Não é necessário lembrar que a composição do conjunto dos grupos médios varia ao longo do desenvolvimento do capitalismo industrial; se no período oligárquico o advogado é o personagem típico dos grupos médios, a era das grandes corporações monopolistas colocou em relevo um novo tipo médio: o técnico. De qualquer maneira, todos os períodos de desenvolvimento do capitalismo industrial testemunham a existência de trabalhadores “de escritório” que, pelo caráter “não-manual” de sua atividade, não são capazes de identificar-se com os “trabalhadores manuais”, produtivos ou improdutivos.

O conjunto desses grupos médios não coincide, pois, com o conjunto dos trabalhadores improdutivos. A ideologia dominante e a hierarquia do trabalho não colocam obstáculo à identificação e mesmo à fusão dos trabalhadores improdutivos “manuais” com a classe operária. Ao contrário, sua classificação como “manuais” favorece a identificação, ainda que ela não seja inevitável. Se se examina a “base proletária” do “setor terciário” brasileiro, constatase-á que esta identificação é efetiva em vários casos. Apenas lembremos, a título de exemplo, o caso dos trabalhadores dos portos, cujos sindicatos e federações sempre se acharam, antes do golpe de Estado de 1964, entre os defensores mais ativos da linha política sustentada pelas organizações políticas operárias e de esquerda (de resto, estes sindicatos definiram-se frequentemente como “sindicatos de operários portuários”). É neste sentido e a este nível, no caso brasileiro, que se poderia admitir a existência de um “proletariado dos transportes”; esta constatação, contudo, mais que ser baseada no fato de os trabalhadores improdutivos prestarem, eles também, um sobretrabalho e serem, portanto, não explorados quanto os operários, parte do reconhecimento da posição reservada pela hierarquia do trabalho e pela “estratificação social” aos “manuais” improdutivos.

Os grupos médios são constituídos por esta fração dos trabalhadores improdutivos que a hierarquia do trabalho classifica como “não-manuais”. Sua condição média e sua consciência não-operária não afastam a possibilidade de estabelecimento de alian-

ças políticas com a classe operária; mas, “aliança” não equivale, em nenhum caso, a “fusão” ou a “integração”. Esta defasagem nem sempre se traduz por uma diferença de orientação política: certos sindicatos médios adotaram freqüentemente orientações políticas semelhantes às dos sindicatos operários.¹⁵ Mas, ao contrário da política operária, as orientações políticas dos grupos médios sempre foram definidas no interior dos limites fixados por um elemento comum a todas as formas de “consciência média”: a recusa ao nivelamento social entre “manuais” e “não-manuais”. Esta recusa à equalização social é o limite dentro do qual os grupos médios podem oscilar à esquerda e à direita, sem perder por isso sua identidade. Nem mesmo as similitudes de orientação política — que por vezes se evidenciaram, como se verá mais tarde — poderiam levar-nos a deduzir disso sua identificação com a classe operária. No limite, poder-se-ia mesmo imaginar a participação comum dos grupos médios e da classe operária num só movimento político socialista, sem que por isso suas concepções do socialismo coincidissem; de um lado, o “poder operário”, e, de outro, um sistema mais autêntico de valorização dos “dons” e dos “méritos”.

Evidentemente, as manifestações desta “consciência média” não são totalmente claras: é preciso procurá-las através da “feitura” de certas manifestações políticas dos grupos médios em diferentes momentos da história política do desenvolvimento capitalista brasileiro, assim como através da análise de alguns fatos políticos cuja riqueza em significação não aflora de imediato. Examinemos, por exemplo, a conduta política dos “tenentes” ao longo dos anos 20; eles, jovens oficiais do Exército brasileiro, desencadearam vários movimentos político-militares contra a dominação oligárquica. É notável que a tendência dominante do tenentismo jamais tenha procurado estabelecer contatos políticos com a classe operária de São Paulo, a despeito da possibilidade concreta de adesão operária a um programa de luta antioligárquica. É bem verdade, sua condição de “categoria social”, situada estrategicamente no seio do aparelho de Estado, explica em parte sua recusa ao diálogo com a classe operária; esta recusa, que de resto se estendia a outros grupos antivernamentais — entre

(15) A este propósito, Michel Crozier observa que “... no início, o sindicalismo dos empregados aparece, portanto, ele também, como bastante ambivalente; ele desenvolve uma ação de orientação operária com formas e preocupações que traduzem o desejo de respeitabilidade e de ascensão social dos promotores”. Ver Michel Crozier, *op. cit.*, p. 92 (traduzido por nós).

os quais a poderosa oposição oligárquica de São Paulo —, decorria de uma concepção putschista e militarista do processo político. Mas essa tendência antioperária foi também a expressão de uma recusa permanente de igualização social e do medo crescente da proletarianização, que se apoderou dos grupos médios ao longo dos anos 20. A inflação e a crise do capitalismo agrário-exportador não eram vistos por estes grupos somente como a possibilidade de uma pauperização absoluta; o medo da pauperização relativa podia também ser assinalado em todas as suas manifestações. O discurso antioligárquico dos tenentes é bastante indicativo deste temor social: a condenação da inflação como um “crime político” ocupa aqui um lugar importante, e da exposição de sua situação de degradação social emana sempre uma veemência sincera.

O temor do nivelamento social também contribuiu à aceitação, pelos trabalhadores “de escritório”, de 1930 aos nossos dias, de uma legislação sindical que divide o mundo do trabalho mediante a interdição de toda organização “horizontal”; a organização dos trabalhadores por “setor econômico” (indústria, comércio, agricultura, bancos, etc.) e a impossibilidade legal de uma confederação geral dos trabalhadores isolam a classe operária das outras categorias de trabalhadores e situam a luta sindical num contexto muito favorável à classe dominante. Esta consagração legal da hierarquia do trabalho é, ao mesmo tempo, o instrumento e o resultado da fragmentação do mundo do trabalho; expõe a classe operária aos olhos dos “não-manuais” como uma classe “à parte”. A aceitação implícita pelos trabalhadores “de escritório” de uma estrutura sindical segmentada aparece como a expressão do corte, particularmente profundo na sociedade brasileira, entre o “trabalho manual” e o “trabalho não-manual”.

O “memorial dos coronéis”, de fevereiro de 1954, é ainda uma manifestação deste sentimento de medo à proletarianização. Este documento, endereçado ao presidente Vargas numa conjuntura de crise do populismo varguista, revela o sentimento de revolta dos oficiais superiores do Exército diante da política governamental de promoção social da classe operária. Seus termos são bastante sintomáticos: enquanto resposta do grupo militar aos rumores sobre a iminência do aumento de 100% do salário dos trabalhadores industriais e comerciais, o manifesto interpretava esta possibilidade como um elemento a mais na política governamental de igualização social entre os “trabalhadores qualificados” e os “trabalhadores não-qualificados”. O conteúdo do manifesto também é posto em evidência pelo teor das reivindicações militares; ausência de reivindicações políticas específicas, exigência corporativa de melhores salários para compensar a diminuição acelerada das

diferenças salariais e restaurar a hierarquia dos salários e do trabalho. A este propósito, Thomas Skidmore¹⁶ observa que “. . . o nervosismo sobre o problema *status* era evidente. Enquanto os militares lutavam para manter ‘um padrão de vida compatível com sua posição social’, . . . o governo preparava e anunciava medidas que beneficiariam apenas certas classes ou grupos”; e ainda “(este importante documento) evidenciava o descontentamento da classe média traduzido em vocabulário militar. Embora os oficiais expressassem seu receio pela perda de *status*, na linguagem específica da tradição militar brasileira, falavam, na verdade, por uma grande parte da classe média”. Este mesmo sentimento provocou a pressão dos funcionários civis e militares sobre o governo populista de Goulart, no início de 1963, por um radical melhoramento de seu nível salarial. Sua reivindicação — um aumento de 70% — misturava um sentimento de irritação diante da redução acelerada de seu poder aquisitivo e a apreensão diante da ruína da hierarquia salarial determinada pela inflação e pelo aumento contínuo do salário nominal dos trabalhadores industriais. O manifesto militar endereçado ao governo soa, Skidmore relembra com justeza, “como um eco do memorando dos coronéis em fevereiro de 1954”. Este documento traduz o mal-estar dos oficiais diante da erosão de seus salários; os exemplos escolhidos colocam em evidência a equivalência salarial, já efetiva, entre os oficiais médicos (os tenentes) e certos trabalhadores “não-qualificados” (por exemplo, os cozinheiros da Marinha Mercante, etc.).¹⁷

Todas estas manifestações — da tendência antiprotetária dos tenentes à exasperação dos funcionários civis e militares diante da escalada inflacionária de 1963 — constituem indícios da existência de uma “consciência média” situada a meio caminho entre a consciência burguesa e a consciência operária. É esta consciência que transforma a fração “não-manual” dos trabalhadores improdutivos em “grupos médios”. Mas ela não deve ser considerada como a garantia da unidade ideológica e política de todos estes grupos; constitui, antes, o limite no interior do qual os grupos podem oscilar “à esquerda” e “à direita”. Queremos dizer com isto que a compreensão das orientações políticas dos grupos

(16) Ver Thomas Skidmore, *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Saga, Rio de Janeiro, 1969, p. 165. O “memorial dos coronéis” é integralmente reproduzido por Oliveira S. Ferreira, *As forças armadas e o desafio da revolução*. GRD, Rio de Janeiro, 1964, p. 122-129, e por Octavio Ianni, *O colapso do populismo no Brasil*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1968.

(17) Ver Thomas Skidmore, *op. cit.*, p. 295-296. Os manifestos militares foram publicados por *O Cruzeiro* de 11/5/1963 e de 8/6/1963.

médios nos leva além de sua posição na “estratificação social”. Mais especificamente, é preciso voltar a uma compreensão global e histórica da sociedade capitalista brasileira; esta perspectiva implica a análise política dos grupos médios em relação com o desenvolvimento do capitalismo industrial e o grau de concretização do antagonismo entre as classes sociais.

A classe média na luta política

Já caracterizamos o conjunto dos trabalhadores improdutivos, entre os quais os grupos médios, como um grupo social secundário. Não estão diretamente engajados no antagonismo entre as classes fundamentais e não constituem, pois, um dos agentes principais do conflito político capaz de destruir a sociedade capitalista. Mas, se o conflito político entre as classes fundamentais é o conflito principal de qualquer sociedade capitalista, podemos supor que seu estado — sua intensidade e suas modalidades — repercute sobre a prática política de todos os grupos sociais secundários e que a definição política destes se faça, em última instância, em função do conflito principal. As orientações políticas dos grupos médios, portanto, sempre estão em relação com a evolução da política burguesa e da política operária. Dito de outra maneira, a posição política dos grupos médios depende da conjuntura, do modo pelo qual se articulam e se opõem a prática política burguesa e a prática política proletária, de seus problemas e de suas tensões.

Os grupos médios não constituem um dos agentes sociais da oposição entre as classes; assim, sua prática política deve aceitar a definição, estabelecida pelas classes antagonicas, das linhas gerais do conflito principal. Contudo, de sua situação social secundária e do caráter limitado de sua prática política não se deve deduzir a ausência política dos grupos médios. A história do capitalismo central e periférico do século XX revela que agentes sociais secundários podem tornar-se, em certas circunstâncias, agentes políticos importantes. Mais especificamente, as classes antagonicas, seja a burguesia, seja o proletariado, podem conceder aos grupos médios uma função na concretização política do antagonismo de classe. A rigor, a oposição entre as classes abre aos grupos médios duas possibilidades políticas. Vamos examiná-las:

De um lado, é possível que, numa certa conjuntura, uma classe social, seja a classe burguesa, seja a classe proletária, se

mostre incapaz de exprimir, no plano da organização política, a defesa de seus interesses de classe. Neste caso, a representação política dos interesses de classe pode ser assumida por um grupo social estrategicamente situado no plano institucional; este grupo social secundário caracteriza-se como um “agente substituto”¹¹⁸ de uma classe social temporariamente incapaz de estender a defesa de seus interesses ao plano político. Alguns grupos médios são especialmente aptos a preencher esta função de “substituição”; referimo-nos às “categorias sociais” ou aos “grupos institucionais”, cuja posição no interior dos aparelhos de Estado ou no seio das instituições sociais e políticas fundamentais aumenta as possibilidades de ação política direta e eficaz. O grupo militar (representado sobretudo pelos oficiais médios e superiores), a burocracia do Estado, os intelectuais, os estudantes ou a Igreja podem então, em certas circunstâncias, desempenhar um papel político que ultrapasse largamente o que se poderia esperar de um grupo social de posição secundária na organização social da produção.

De outro lado, os grupos médios podem constituir uma base social de apoio à política das classes sociais, seja a classe superior, seja a classe popular. Neste caso, os grupos médios aderem a uma linha política definida pelas organizações ou grupos (“agentes substitutos” ou não) que falam em nome das classes sociais. O apoio e o assentimento dos grupos médios tornam-se, pois, um fator importante de concretização de uma certa política de classe.

Mas, como os grupos médios preenchem estas funções políticas? Reuni-los numa “classe média” equivaleria a atribuir-lhes uma única posição política em relação ao conflito principal. Neste caso, o conjunto dos grupos médios mostraria, em cada conjuntura concreta, uma disposição política positiva com respeito a uma mesma classe fundamental, assumindo, conseqüentemente, um dos dois papéis citados (até mesmo os dois). Nestas condições, o movimento de oscilação, de um campo político a outro, acarretado pelas mudanças de conjuntura, levaria o conjunto dos grupos médios para uma mesma tendência. A hesitação política tradicionalmente atribuída à “classe média” não lhe retiraria a unidade ideológica.

(18) Utilizamo-nos, de maneira bastante livre, do conceito de “substituído”, tal como foi retomado por Isaac Deutscher: “Deifrontamos aqui, numa escala gigantesca, com o fenómeno do ‘substituído’, isto é, a ação de um partido ou de um grupo de líderes que representa ou se coloca na posição de uma classe social ausente ou inativa”. Ver Isaac Deutscher, *Ironias da história*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1968, p. 131.

lógica e política, expressa sob uma forma particular em cada momento histórico.

A suposição desta unidade ideológica e política e da existência de uma "classe média" não nos parece ser satisfatória. O sentimento de sua inadequação aumenta quando se toma a história política do desenvolvimento capitalista brasileiro. A observação histórica devolve aos grupos médios sua face real, distante da fachada da polida e simétrica própria à "classe média". A desintegração e a divisão freqüente entre duas linhas políticas (de classe) fundamentais indicam que, para os grupos médios, a "consciência média" não é senão um limite dentro do qual reside sua prática política. Os grupos médios se dividem entre as políticas das classes em oposição; a "consciência média" não chega a assegurar-lhes a unidade ideológica e política. Mas não se pode atribuir ao acaso esta divisão entre a antiga e a nova classe dominante, ou entre a classe superior e a classe popular. É preciso, portanto, ir além dos efeitos sociais da divisão entre o "trabalho manual" e o "trabalho não-manual" e tentar encontrar, na maneira pela qual a conjuntura política (nível de desenvolvimento do capitalismo industrial e da oposição entre as classes) se combina com as particularidades de cada grupo médio, a chave de suas orientações políticas. Estas particularidades nos parecem ser aquelas criadas pela "situação de trabalho". É preciso, por conseguinte, examinar como a conjuntura política, já filtrada pela "consciência média", combina-se com a "situação de trabalho" de cada grupo médio.

Por "situação de trabalho" entendemos o conjunto de elementos capazes de introduzir diferenças ideológicas no mundo dos trabalhadores "não-manuais": relações de trabalho (posição diante dos agentes das decisões e dos "manuais"), forma de remuneração (salário, honorários), nível de remuneração (sobretudo proximidade ou distância em relação aos salários operários), nível de formação necessária (primário, secundário, técnico, universitário). As diferentes articulações destes elementos criam uma "situação de trabalho" particular, capaz de engendrar uma disposição ideológica específica. Entretanto, esta disposição só se concretiza em contato com uma conjuntura política cujo aspecto é determinado pelo estado da oposição entre as classes; em outras palavras, a conjuntura política reflete-se de maneira específica em cada grupo médio em função de sua "situação de trabalho". Em cada conjuntura concreta, os grupos médios se dispõem "à direita" e "à esquerda" sem chegar a encontrar sua unidade; as diferenciações registradas ao nível da "situação de trabalho" rompem, portanto, a harmonia que parecia ser estabelecida por sua consciência comum, "não-manual" e "não-operária".

É preciso observar, entretanto, que a intensificação dos efeitos ideológicos da "situação de trabalho" dos grupos médios se faz em função do desenvolvimento do capitalismo industrial; a criação de um setor urbano de produção de bens e serviços e a consolidação do mercado de trabalho urbano permitem uma valorização pessoal das profissões e ofícios "não-manuais", anteriormente controlados pela classe dominante pré-industrial. Esta última cria um aparelho urbano de serviços, fazendo-o, contudo, em função de suas necessidades (o andamento da economia agrária), e mantendo seu controle ao impor a este seus critérios habituais de recrutamento: a afinidade familiar e social, a "lealdade", etc. É preciso que estes critérios tradicionais sejam substituídos por critérios capitalistas para que a "situação de trabalho", já desembarrada de outros fatores de propagação ideológica, possa manifestar-se em toda sua pureza. A constituição de um mercado capitalista urbano de trabalho "não-manual" em relação com o processo de industrialização enfraquece a influência econômica e social da classe dominante agrária sobre os grupos médios e diminui, assim, seus efeitos ideológicos. Doravante, a visão de mundo dos grupos médios se modela a partir de sua "situação de trabalho"; a origem social e os laços familiares e sociais perdem progressivamente o peso até o desaparecimento definitivo da "lealdade" para com a antiga classe dominante. Evidentemente, esta descrição caracteriza os momentos extremos do processo; a "lealdade" e a "situação de trabalho" são antes "tipos puros" que a realidade histórica não pode reproduzir totalmente. De qualquer modo, o desenvolvimento do capitalismo industrial tende a reforçar a significação ideológica da "situação de trabalho" dos grupos médios e a torná-la dominante em relação a outros elementos de propagação ideológica. Falamos, portanto, em termos de tendência dominante; é neste sentido que deve ser compreendida a relação acima estabelecida entre o capitalismo industrial, a "situação de trabalho" e os grupos médios.

Hipóteses de trabalho

Podemos agora precisar as duas idéias fundamentais deste trabalho. Em primeiro lugar, como já foi sugerido, a existência de uma "classe média" enquanto conjunto unificado por uma disposição ideológica e uma orientação política comum jamais se caracterizou ao longo do desenvolvimento do capitalismo industrial

brasileiro. As camadas médias urbanas dividiram-se — sobretudo em função de sua “situação de trabalho” — entre as diferentes linhas políticas correspondentes em última instância às classes em conflito: a política da antiga classe dominante e a da nova classe dominante, ou a política da classe dominante e a das classes médias urbanas.¹⁹ Em segundo lugar, o percurso político das camadas médias urbanas, ao longo da história do capitalismo industrial brasileiro, define-se como uma curva que vai de sua integração política, a partir da industrialização e da crise oligárquica, à sua exclusão política, no momento da consolidação interna do capital monopolista. Se as camadas médias urbanas têm, ao nível político, algo em comum — e apenas neste sentido podemos referir-nos à “classe média” brasileira — é porque elas foram integradas, no seu conjunto, ao sistema político a partir da transição capitalista da sociedade brasileira, de uma etapa agrário-exportadora a uma etapa industrial, e que foram, a seguir, no momento da consolidação da política do grande capital, excluídas do sistema político.

Contudo, que entendemos por integração política das camadas médias urbanas? Não se poderia identificá-la à “substituição” política da classe dominante por certas “categorias sociais” filiadas às camadas médias urbanas; sua integração política ultrapassa os limites do estrito controle, por certos grupos “institucionais”, dos aparelhos de Estado. A integração política das camadas médias

urbanas implica antes o reconhecimento pelo sistema político de sua possibilidade de influenciar o processo nacional de tomada de decisões. Mais especificamente: o sistema político, enquanto articulação ao nível dos agentes políticos da dominação de classe, reconhece às camadas médias urbanas o “direito à política”. Este reconhecimento (implícito ou explícito, ratificado formalmente ou pura constatação “de fato”) indica a presença de um agente político capaz de exercer pressão sobre o centro nacional de decisão, pela satisfação de suas mais diversas aspirações. Esta pressão, seja ela concentrada ou difusa, provinha dos partidos, dos sindicatos ou dos “movimentos de opinião”, é reconhecida “de fato” pelo sistema político como um elemento que seus agentes dominantes deverão considerar no momento da tomada das decisões globais. A integração política das camadas médias urbanas implica, portanto, a extensão do “direito à política” ao conjunto de seus setores. A simples “substituição” política da classe dominante por certas “categorias sociais”, como o grupo militar ou a burocracia de Estado, não caracteriza a integração política das camadas médias urbanas. A história dos Estados capitalistas do século XX, centrais ou periféricos, revela que o simples controle dos aparelhos de Estado por certos “grupos institucionais” não é suficiente para abrir ao conjunto das camadas médias urbanas a possibilidade de participação política. As categorias sociais do Estado, muito frequentemente, serviram exclusivamente à classe dominante, sem mostrar nenhuma intenção de integrar politicamente as camadas médias urbanas; a ditadura dos militares e dos técnicos, instalada em várias sociedades capitalistas periféricas, é um exemplo sugestivo disto. A integração política só se caracteriza, pois, quando as “categorias sociais”, além de “substituir” politicamente a classe dominante, se definem como uma espécie de vanguarda política das camadas médias urbanas alargando suas possibilidades de influência sobre o poder, no interior do sistema político. Em resumo, é preciso que a democratização do Estado (“grupos institucionais” filiados às camadas médias urbanas) seja acompanhada da democratização do sistema político (conjunto das camadas médias urbanas).

Podê-se deduzir, conseqüentemente, que a exclusão política das camadas médias urbanas não implica o afastamento de toda “categoria social” média dos aparelhos de Estado; caracteriza-se, antes, como a subtração ao conjunto destas camadas do “direito” à política, ou como a pulverização pelo sistema político de sua influência sobre o processo de tomada de decisões. Portanto, a eliminação do conjunto das camadas médias urbanas da cena polí-

(19) Evidentemente, o conflito entre a burguesia e a classe operária não poderia caracterizar-se senão após a consolidação do capitalismo industrial: no início da industrialização e da transição, eram mais as linhas políticas correspondentes à antiga classe dominante (agrária) e à nova classe dominante (industrial) que polarizavam as camadas médias urbanas. As nuances do tenentismo dos anos 20 exprimem com bastante clareza o caráter dominante do conflito principal de classe: sua ala liberal-democrática, representada por homens como Siqueira Campos e Eduardo Gomes, defendia um projeto político semelhante ao da oposição oligárquica, enquanto que sua ala nacionalista, representada entre outros por Juarez Távora, lutava (mais ou menos conscientemente) pela satisfação das exigências políticas colocadas pelo processo de industrialização, ou seja, a consolidação do Estado nacional, a centralização. Finalmente, a radicalização para a esquerda levou uma facção minoritária do tenentismo — o grupo de Luiz Carlos Prestes — para a representação política do Bloco Operário Camponês (o período da Liga de Ação Revolucionária, antes de sua adesão ao PCB). A ambigüidade do tenentismo constitui, portanto, uma expressão da divisão das camadas médias urbanas, numa conjuntura de transição, entre as linhas políticas correspondentes em última instância aos agentes sociais fundamentais: os proprietários de terras e os grupos agro-exportadores, a burguesia industrial nascente e o proletariado urbano. A tensão interna e a fragmentação do tenentismo serão melhor examinadas na primeira parte de nosso trabalho.

tica pode coexistir com o reforço do poder político dos militares ou dos técnicos.

Um dos subaspectos da história política do capitalismo industrial no Brasil é a história da integração política e, a seguir, da exclusão política das camadas médias urbanas. E-nos mais uma vez diante de um traço específico do desenvolvimento capitalista periférico brasileiro: se a transição “agrário-industrial” e a consolidação do capitalismo industrial exigiram a integração das camadas médias urbanas ao sistema político, sua exclusão política foi um subproduto da rearticulação do sistema político em função da necessidade de expansão do capital monopolista. Em outras palavras, se 1930 pode ser considerado como a data simbólica da integração política das camadas médias urbanas, 1964 marca o início do processo de sua exclusão política; entre a “revolução” e o “golpe de Estado” as camadas médias urbanas viverão seu apogeu político. Neste sentido, as manifestações “antiditatoriais” e “democráticas” de 1968 constituem uma tentativa de retorno ao passado, seu último grito de revolta contra a exclusão política e de reivindicação do “direito à política”.

Todavia, este percurso político comum não permite deduzir que a integração política e a exclusão política das camadas médias urbanas tenham ido a termo da mesma forma. A integração política implica o exercício do “direito” à participação política, ou seja, uma certa prática política; ora, o conteúdo concreto da prática política de cada camada média urbana sempre se definiu em função do encontro entre a conjuntura política e as disposições ideológicas engendradas por sua “situação de trabalho”. A integração política das camadas médias urbanas fez-se, portanto, sob diferentes formas. E o mesmo se passou com a exclusão política. A retirada da possibilidade de participação política às diferentes camadas médias urbanas não obedeceu a um só esquema; a política de exclusão adaptou-se, ao contrário, ao grau e ao tipo de resistência opostos ao novo poder por cada camada média urbana, sempre em função das disposições ideológicas criadas por uma “situação de trabalho” em particular.

O objetivo de nosso trabalho é, assim, o estudo das diferentes formas de integração política e de exclusão política das camadas médias urbanas ao longo do desenvolvimento do capitalismo industrial brasileiro. Veremos nos capítulos seguintes como as camadas médias urbanas se dividiram entre um liberalismo em última instância oligárquico e uma tendência antioligárquica, no fim da Primeira República; como se dividiram entre “populismo” e “antipopulismo”, ao longo da transição e da consolidação do capitalismo industrial; e como as políticas alternativas de corrupção

pelo consumo e de “repressão” atingiram as diferentes camadas médias urbanas a partir da consolidação da dominação política do capital monopolista. Em resumo, ver-se-á como as camadas médias urbanas conquistaram o “direito à política”, como o exerceram e, finalmente, como o perderam.

Algumas observações finais concernentes aos limites de nossa análise: inicialmente, este trabalho deixa de lado a análise específica e detalhada das “categorias sociais” filiadas às camadas médias urbanas; serão analisadas apenas enquanto expressão e Vanguarda política destas últimas. Interessamo-nos aqui seu papel de agentes de integração política ou de exclusão política dessas mesmas camadas. Entretanto, grupos como os militares, a burocracia de Estado, os estudantes ou a Igreja merecem um estudo mais específico e observações menos gerais do que as encontradas aqui.

Em segundo lugar, os problemas derivados da situação dependente da sociedade capitalista periférica brasileira não poderão ser analisados em toda sua complexidade. São antes as relações entre os agentes internos da dominação de classe e as camadas médias urbanas que atraem nossa atenção; o domínio entre os agentes externos e os agentes internos não é encarado senão indiretamente, na medida em que isto contribui para a definição das relações sociais entre a classe dominante e os grupos sociais secundários.

Em terceiro lugar, nossa observação atém-se primordialmente às camadas médias urbanas da região de São Paulo e da cidade do Rio de Janeiro. Esta escolha foi determinada por sua condição de foco quase exclusivo, ao menos até os anos 60, das camadas médias urbanas; elas se definem, portanto, como uma amostra natural, onde podem ser caracterizadas as diversas tendências registradas a nível nacional. Sobretudo não se deve apostar na “diversidade regional” como fator de explicação da variedade das orientações políticas “médias”; as diferenças regionais refletem antes a diferente composição interna do aparelho urbano de serviços segundo o grau de desenvolvimento capitalista próprio de cada região. A este propósito, a defasagem entre a predominância de uma atitude em última instância pró-oligárquica em São Paulo e a germinação de um foco antioligárquico no Rio não pode ser explicada senão através da análise dos aparelhos de serviços de São Paulo e do Rio no fim dos anos 20: o primeiro, um corpo anexo à economia agrário-exportadora; o segundo, um complexo de serviços ligados em grande parte aos aparelhos de Estado.

Observamos sobretudo as camadas médias de São Paulo e Rio, mas o apelo secundário a outras regiões — por exemplo, Minas Gerais — apenas confirmou as tendências já discernidas.

Finalmente, uma palavra sobre nossas fontes de informação. A historiografia deu-nos os elementos necessários à reflexão sobre o período oligárquico e populista. A análise da crise do populismo, das relações entre o Estado autoritário e as camadas médias urbanas e das manifestações de oposição ao sistema político autocrático exigiu o apelo à imprensa deste período: diários como *O Estado de São Paulo* e *Jornal da Tarde*, semanários como *Veja e Visão*, assim como publicações de categorias profissionais como *Folha Bancária* (jornal do Sindicato dos Bancários de São Paulo) e *Revista da OAB — São Paulo*. A ausência de enquetes ou da observação direta entre as fontes mencionadas indica os limites sociológicos de nossa exposição e o caráter relativo de nossas afirmações. Contudo, o apelo às fontes históricas permitiu-nos ainda assim estabelecer algumas hipóteses úteis ao debate sociológico e político sobre a “classe média” brasileira. É somente a este título que deve ser encarado o presente trabalho.

CAPÍTULO I

A CLASSE MÉDIA NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930):
LIBERALISMO OLIGÁRQUICO E PROTESTO POPULAR

O sistema político oligárquico (1889-1930)

A análise do processo de integração política das camadas médias urbanas começa pelo exame de suas relações com o sistema político oligárquico. Este procedimento não implica, entretanto, situar o nascimento das camadas médias urbanas na última etapa ascensional do capitalismo agrário brasileiro. Uma pequena burguesia tradicional de comerciantes e artesãos existiu antes e depois da ruptura do estatuto colonial. Situados na franja do mundo agrário-escravista, estes grupos foram um dos responsáveis pela resistência local contra o poder central do novo Estado brasileiro. A agitação anticolonial e anticoncentração das cidades portuárias foi, em grande parte, um produto de suas disposições políticas; e, acontecimentos como o Movimento Praieiro de 1848, em Recife, exprimiram o ódio da pequena burguesia dos portos contra o capitalismo agrário-mercantil, representado concretamente pelos grandes comerciantes e pelos delegados do poder central.¹ Nosso tema, porém, corresponde a um aspecto particular da história política do desenvolvimento do capitalismo industrial brasileiro; mais precisamente, tentamos captar as disposições das camadas médias urbanas com respeito à política das classes engendradas ou debilitadas pelo desenvolvimento do capitalismo industrial brasileiro. É preciso, pois, surpreender as camadas médias urbanas no momento em que se lançam as bases do capitalismo industrial brasileiro. E este é o exato momento da ascensão da economia cafeeira do Centro-Sul e de sua articulação definitiva ao mercado mundial; ao alargar o processo de acumulação de capital, ao organizar um mercado de trabalho livre e ao criar um mercado de consumo, a economia cafeeira

(1) Ver, a este respeito, o ensaio clássico de Caio Prado Jr., *Evolução política do Brasil*. Revista dos Tribunais, São Paulo, 1933; ver, também, Robert Rowland, “Dependência, oligarquias e camadas médias no Brasil: notas para uma interpretação da revolução de 1930”, *Dépendance et structure de classe en Amérique Latine*. CETIM, Genebra, 1972.

estabeleceu as condições para o nascimento do setor industrial. Começaremos por aí, ou seja, pelo momento histórico em que o capitalismo agrário-mercantil prospera, as primeiras indústrias se instalam, as camadas médias se alargam e a classe operária se constitui.

É inútil lembrar aqui o processo de expansão da economia cafeeira na região de São Paulo, a partir de 1850. Mas a compreensão do sistema político oligárquico e do lugar reservado às camadas médias urbanas implica a análise das mudanças políticas exigidas pela recomposição interna da classe dominante agrária. A articulação definitiva da economia cafeeira brasileira ao mercado mundial criou uma nova camada de proprietários de terra, muito diferente da antiga "aristocracia rural"; a conduta capitalística e progressista dos empresários do café de São Paulo já estava bem longe da atitude senhorial dos proprietários de terras do Nordeste (região do açúcar) ou do Vale do Paraíba (a primeira região cafeeira). Suas iniciativas² ultrapassaram consideravelmente os limites do capitalismo agrário-escravista: conquista de novas terras, situadas na região oeste de São Paulo, substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, defesa da imigração estrangeira, melhoramento do processo de produção, controle dos serviços urbanos de comercialização e de financiamento do café. A expansão da economia cafeeira de São Paulo criou pois um novo tipo social, votado a um papel de vanguarda no seio da classe dominante agrária. Conscientes de seus interesses econômicos e dotados de uma considerável capacidade organizacional, os empresários do café compreenderam rapidamente que o Estado poderia ser transformado num instrumento de expansão da economia cafeeira, e esta compreensão impeliu-os, sobretudo a partir de 1870, à luta pela hegemonia política no seio da classe dominante agrária. O objeto desta luta não poderia deixar de ser o Estado imperial, controlado, desde sua consolidação (por volta de 1850), pela "aristocracia" escravista do Nordeste e do Vale do Paraíba. O caráter centralizador do Estado imperial tinha sido uma exigência do esforço de consolidação nacional contra as forças do colonialismo português e do nascimento de um mercado nacional de escravos. Para os empresários do café, a centralização política mostrou-se sufocante a partir de 1870. Estes tinham necessidade de um grau de autonomia política

(2) Estas iniciativas não devem ser explicadas somente pela situação sólida e durável do café brasileiro no mercado mundial, mas também pelo processo histórico de formação da burguesia cafeeira (de origem mercantil). A este propósito, ver Celso Furtado, *Formação econômica do Brasil*. Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1961, 4.ª edição, p. 134-136.

suficiente para a concretização de uma política econômica inteiramente consagrada a suas necessidades de expansão: imigração, fomento, nanciamento, comercialização, etc. Assim, a centralização imperial era encarada como um peso pela burguesia cafeeira; ela não fazia senão retardar o pleno desenvolvimento de suas forças e mesmo transferir para as regiões decadentes os lucros da expansão cafeeira. Conseqüentemente, a luta dos empresários de café pela hegemonia política no seio da classe dominante agrária assumiu concretamente a forma de luta pela descentralização política. A propaganda republicana foi a expressão dessas aspirações; o movimento republicano, criado em 1870 pela burguesia cafeeira de São Paulo, dava mais relevo à necessidade da Federação que à derrocada do Império.³ Assim, a propaganda republicana definia-se mais como um instrumento de pressão política a favor da descentralização e menos como a arma revolucionária da luta pela destruição do Estado imperial. Este pequeno descompasso tornava possível, ao menos em princípio, a solução pacífica da tensão entre a vanguarda cafeeira e a antiga classe dominante, senhorial e escravista. Progressivamente esta se dispôs a realizar as concessões necessárias à tradução em hegemonia política da superioridade econômica da burguesia cafeeira. A "conciliação" esboçava-se⁴ e os gabinetes imperiais cederam sucessivamente, a partir de 1870, às reivindicações dos republicanos de São Paulo. O último gabinete imperial — o de Ouro Preto — parecia mesmo estar prestes a completar a recomposição política da classe dominante, através da concessão da Federação. Mas a intervenção de uma outra força republicana interrompeu esse processo de recomposição e pôs fim ao Estado imperial; o golpe de Estado de 15 de novembro de 1889 foi resultado quase exclusivo da ação do grupo militar, cujo zelo republicano ultrapassava largamente os propósitos descentralizadores da burguesia cafeeira. A compreensão do episódio da Proclamação da República exige a análise da situação específica do grupo militar enquanto "categoria social" estrategicamente situada no interior do aparelho de Estado.

(3) Sobre os propósitos descentralizadores e federativos do movimento republicano, consultar Maria Isaura Pereira de Queiroz, "O mandonismo local na vida política brasileira": *Três estudos de História e Sociologia*. Anhembi, São Paulo, 1957.

(4) Servimo-nos aqui da expressão empregada por José Honório Rodrigues para designar a tendência permanente da classe dominante brasileira à recomposição política e à solução pacífica de suas tensões internas. Ver José Honório Rodrigues, *Conciliação e reforma no Brasil*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1965.

A consolidação do Estado nacional (em torno de 1850) e a Guerra do Paraguai (1865-1870) exigiram a formação de um corpo militar profissional, muito diferente das milícias regionais de mercenários colocadas ao serviço direto dos grandes proprietários de terras. As forças armadas foram, portanto, criadas em função das aspirações dominantes à afirmação da Nação brasileira sob a égide da classe dominante agrária. E as missões que lhes foram confiadas pelo poder imperial somente intensificaram seu sentimento de identificação com a Nação: delimitação das fronteiras, preservação da ordem interna, proteção da nação contra as tentativas restauradoras do colonialismo, definição de uma vocação política continental. Assim, este momento histórico é também o momento da autodefinição das forças armadas como a encarnação da Nação, como a expressão concreta da nacionalidade. Estas características próprias ao grupo militar enquanto "categoria social" explicam sua conduta posterior e sua participação direta na derrubada do Estado imperial. Uma vez consolidado o Estado nacional e definida a posição hegemônica do Império na política continental, o poder imperial e a classe dominante agrário-escravista tentam frear o processo de ascensão social do grupo militar. A partir de 1870, o contingente armado diminui em lugar de aumentar: 19.000 homens em 1871, 15.000 em 1880, 13.000 em 1889.⁵ Os salários militares se deterioram, o equipamento de guerra não é renovado, o abastecimento das tropas torna-se cada vez mais irregular. No início dos anos 80, a degradação do exército imperial já é um fato evidente. Mas esse processo não atingira ainda o seu ápice; o poder imperial e os senhores escravistas vão finalmente completá-lo atribuindo aos militares a missão de perseguir os escravos fugitivos das propriedades senhoriais. As condições psicossociais da revolta militar estão doravante estabelecidas; a degradação das funções militares foi vivida pelos oficiais médios e superiores como a degradação da própria Nação. Sua educação militar e sua formação positivista⁶ fizeram o resto; o ataque ao Estado imperial assumiu a forma de um *putsch* militar cujo alvo não era apenas a restituição da dignidade ao Exército e à Nação mas, também, a instauração do poder "laico" e "esclarecido". Os diversos episódios da

(5) Estes dados foram retirados de Nelson Werneck Sodré, *História Militar do Brasil*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1968, 2.ª edição, p. 142.

(6) Sobre a difusão do positivismo no momento da crise do Império, consultar Cruz Costa, *Contribuição à história das idéias no Brasil*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1967, 2.ª edição; ver especialmente o terceiro capítulo, "O advento do positivismo".

questão militar de que fala a historiografia tradicional brasileira exprime, pois, a degradação progressivamente imposta pelo Estado imperial às forças armadas após o momento da consolidação nacional e da afirmação continental. É esta situação que se encontra na origem do radicalismo republicano do grupo militar e da defasagem entre sua ação fulminante e a inclinação conciliatória da burguesia cafeeira republicana. Portanto, o grupo militar foi o principal responsável pela derrubada do Estado imperial e pela constituição de um Estado republicano; a ditadura militar que se instalou em seguida foi uma consequência disso. Mas a dominação militar não poderia durar muito tempo, faltava-lhe uma base social profunda — ela não respondia às aspirações de nenhum grupo social suficientemente forte. Desencadeando o *putsch* militar de 15 de novembro, o Exército agira estritamente como uma "categoria social" ligada ao aparelho de Estado, não estando seu impeto político fundado num conjunto social mais amplo. Enquanto a ditadura militar girava no vazio, a burguesia cafeeira preparava-se para a conquista do novo Estado republicano. A ação militar tinha sobrepassado sua estratégia de luta pela hegemonia política no seio da classe dominante agrária; depois do golpe de Estado de 15 de novembro e da militarização do Estado republicano, essa luta devia passar a uma nova etapa. A burguesia cafeeira desejava a Federação e ganhou a República; era preciso agora retirar o controle dos aparelhos do Estado republicano do grupo militar a fim de transformar o Estado na expressão de sua hegemonia no seio do bloco dominante. A instalação da Assembléia Constituinte foi o primeiro momento dessa estratégia; o ponto de vista federativo foi, aí, largamente predominante, e a Constituição de 1891 não fez senão consagrar legalmente seus propósitos descentralizadores: regionalização da política econômica, autonomia política e militar. Em seguida, estas novas instituições federativas foram ratificadas pela capacidade de organização política e pela superioridade militar da burguesia cafeeira; o ano de 1894 marca o fim da ditadura militar e o princípio da hegemonia da burguesia cafeeira no seio da classe dominante agrária. Esta data marca, portanto, a implementação de um sistema político oligárquico.

O sistema político oligárquico é uma forma de articulação política típica das sociedades capitalistas periféricas em sua etapa

(7) Vários autores reconhecem que a comparação entre o conjunto das tropas federais e o corpo militar do governo de São Paulo — ou seja, a milícia da burguesia cafeeira — não era de todo desfavorável à segunda. A este propósito, ver Julhne E. Hahner, *Civilian-Military Relations in Brazil, 1889-1898*. Columbia, S.C., 1969.

agrário-mercantil; compreende o conjunto das relações políticas que traduzem a dominação dos grandes proprietários de terras sobre as outras classes e sobre os outros grupos sociais, exprimindo-se esta dominação através de um poder político real cuja base se encontra no poder econômico e social dos grandes proprietários de terras. No caso brasileiro, o sistema político imperial já era um sistema de dominação dos grandes proprietários de terras; mas, após a queda do Estado imperial, esta dominação assumiu novas formas e também foi exercida por novos grupos. O sistema político oligárquico brasileiro corresponde, portanto, a uma etapa em que as mudanças provocadas pela aceleração do desenvolvimento capitalista agrário tornam mais complexo e mais refinado o jogo político da classe dominante. A passagem do sistema político imperial para o sistema político oligárquico corresponde a uma mudança política efetiva ao nível da classe dominante agrária. Podemos constatar essa mudança através da análise das características principais do sistema político pós-imperial.

Primeiramente, o sistema político oligárquico constituiu, como de resto o sistema político imperial, a articulação política da dominação da classe dos proprietários de terras sobre as outras classes e outros grupos sociais.

Em segundo lugar, o sistema político oligárquico concretizou a hegemonia política da burguesia cafeeira de São Paulo, em aliança com os proprietários de terras de Minas Gerais, no seio da classe dominante agrária. A especificidade encontra-se no deslocamento da hegemonia política: os proprietários escravistas do Nordeste e do Vale do Paraíba durante o Império, a vanguarda cafeeira e seus aliados depois da queda do Estado imperial e da neutralização do grupo militar. A "Confederação Oligárquica", instituída em 1894, exprime este duplo aspecto. De um lado, a dominação de classe manifestava-se ao nível nacional e regional através do controle do poder central e dos centros regionais de decisão pelos grandes proprietários de terras; de outro lado, a autonomia relativa de cada grupo dominante agrário no controle político de sua região coexistia com a hegemonia no plano nacional (controle do conjunto dos aparelhos do Estado federal) dos grupos regionais mais poderosos (as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais).

Em terceiro lugar, o jogo político oligárquico foi articulado através de outras instituições, diferentes daquelas do período imperial. O caráter censitário do processo eleitoral imperial reservava o jogo político aos grandes proprietários de terras,⁸ a seleção eco-

nômica dos eleitores e dos elegíveis afastava do jogo político dominante todos os grupos não filiados à propriedade fundiária. Não havia nenhuma diferença entre os dois partidos imperiais: Liberal e Conservador; sua alternância no poder correspondia mais a uma distribuição equitativa das vantagens públicas (postos, isenções, honras) entre as diferentes fações da classe dominante, agrária do que à luta entre as diversas linhas políticas. Contudo, era a similitude da cena social brasileira que tornava possível à classe dominante agrária a articulação do jogo político segundo estas regras institucionais; num mundo social ainda dominado pelo binômio "senhor-escravo", as massas rurais oscilavam entre a submissão e a revolta, e as populações urbanas apenas existiam. Porém, a última etapa do desenvolvimento capitalista agrário — ascensão da economia cafeeira, multiplicação das atividades governamentais — alargou, em seguida, as populações urbanas e criou uma opinião pública urbana cujo nível de escolaridade e de educação humanista não podia ser ignorado pela classe dominante. O regime censitário tornar-se-ia então ultrapassado; ao mesmo tempo em que constituía um fator de exclusão política, arriscava descartar do jogo político dominante grupos sociais para os quais os proprietários de terras previam a integração, a título subordinado, no bloco dominante. O refinamento das instituições impunha-se; eis por que a nova democracia representativa consagrou, além do presidencialismo, o regime do sufrágio universal. Mas este refinamento fazia-se sobretudo em função da opinião pública urbana em constituição. A sociedade brasileira continuava a ser uma sociedade capitalista agrária, organizada essencialmente em torno da dominação dos proprietários de terras sobre as massas rurais. O regime de trabalho escravo já não existia; era preciso, então, que as novas instituições ratificassem formalmente a exclusão política "de fato" dos trabalhadores livres. O regime censitário imperial transformou-se, pois, na nova constituição republicana, em interdição do voto aos analfabetos; a democracia nascente definia-se desde logo como uma democracia elitista e limitada, privativa dos proprietários de terras e de uma fração das populações urbanas. As novas instituições descartavam — tanto quanto as instituições imperiais — as massas rurais do jogo político; mas, seu caráter "democrático" exercia uma atração sobre uma pequena parte das populações urbanas e a impelia à participação no jogo político proposto e delimitado pela

(8) O regime imperial era um regime parlamentar clássico, onde o poder executivo era exercido pelo Gabinete Imperial; ao imperador não

restava senão o poder moderador, ou seja, o papel de árbitro entre as duas fações políticas, sendo sua principal função a promoção da "alternância".

classe dominante agrária. A dominação de classe servia-se de novos instrumentos institucionais; fazendo-o, respondia às mudanças sociais registradas a partir da última etapa de expansão do capitalismo agrário brasileiro. Portanto, a democracia nascente correspondia a um refinamento da dominação de classe dos proprietários de terras no plano das instituições políticas.

Todavia, é necessário precisar o papel das instituições democráticas no interior do sistema político oligárquico ou, mais precisamente, o modo pelo qual a classe dominante agrária serviu-se dos novos instrumentos institucionais com vistas a consolidar sua dominação. Com as restrições constitucionais, desde logo uma parte considerável do proletariado rural e da classe operária nascente ficava afastada do processo eleitoral: o analfabetismo dominava o campo e grande parte dos trabalhadores rurais e industriais era de origem estrangeira. Em todo caso, a base da exclusão política das massas rurais e urbanas não se encontrava nas próprias instituições restritivas, mas em sua manipulação pela classe dominante agrária. Em outras palavras, o funcionamento do sistema político oligárquico tinha seu eixo no controle monolítico do processo eleitoral pelos grupos locais de proprietários de terras. Tendo-se em conta que, mesmo no fim dos anos 20, 80% da população brasileira vivia no campo, é fácil imaginar que a manipulação dos eleitores rurais assegurava aos proprietários de terras o monopólio do processo eleitoral e do jogo político institucional. Desse modo, o sistema político oligárquico achava sua base no fenômeno do "controlismo", com o poder econômico e social dos proprietários de terras assegurando-lhes uma considerável capacidade de controle do comportamento político-eleitoral das massas rurais. Uma tal empresa, evidente ao mesmo tempo no plano das relações de trabalho (a relação "patrão-assalariado") e no das relações sociais (relações de "lealdade"), permitia aos proprietários de terras a manipulação, ao nível local, do comportamento eleitoral dos trabalhadores rurais. A plena eficácia desta manipulação estava garantida pela inexistência do voto secreto; mas, o arsenal de recursos da oligarquia rural era mais vasto. A falsificação das atas eleitorais, o não-reconhecimento pelas assembleias legislativas regionais dos candidatos eleitos não-filiados às facções oligárquicas dominantes e, no limite, o apelo à violência (sobretudo nas províncias do Nordeste) constituíram recursos complementares à pura manipulação do voto das massas rurais. O poder econômico e social dos proprietários de terras traduzia-se, então, em poder político oligárquico. A pirâmide do poder oligárquico revelava uma perfeita articulação dos níveis local, regional e nacional: os "coronéis" mais poderosos controlavam a vida política local, os governos regionais

estavam açambarcados por uma frente oligárquica representativa das facções locais mais fortes; e a oligarquia cafeeira de São Paulo, em aliança com a oligarquia de Minas Gerais, concretizava sua hegemonia política através do controle do Estado federal.

A dominação de classe dos proprietários de terras e a hegemonia política da burguesia cafeeira exprimiam-se, pois, ao nível do jogo político, através da exclusão do processo político-eleitoral da maioria da população brasileira. O analfabetismo ou a condição de estrangeiro excluía uma grande parte das massas rurais; à outra parte restava apenas o exercício ilusório do direito de voto, sempre controlado pelas facções oligárquicas locais. Quanto à classe operária de São Paulo, cujos membros eram, na maioria, de origem estrangeira, sua situação política não era diferente. Ao proletariado urbano e rural, mantido fora dos limites do sistema político oligárquico, restava apenas a revolta, estando sua participação política interdita pelas forças e pelas instituições oligárquicas. As explosões rurais se tornaram frequentes, mesmo na região cafeeira, mas a repressão foi a única resposta a tais manifestações políticas embrionárias.⁹ Nas cidades do Centro-Sul, o isolamento social e político da classe operária, em formação desde o início do século XX, impulsionou-a para as formas de ação anarquista e anarco-sindicalista. A atitude oligárquica de tratamento dos prolemas operários como um caso criminal, ou seja, de repressão, a classe operária reagiu através da adoção das formas mais radicais de combate ao poder oligárquico; a orientação anarquista do primeiro Partido Comunista do Brasil e a greve geral de 1917, em São Paulo, o testemunham.

(9) As revoltas rurais detonadas ao longo da Primeira República não foram inexpressivas; na região cafeeira, sobretudo, sua violência impeliu os poderes oligárquicos locais à prática da repressão mais sangrenta. A este propósito, ver, por exemplo, Pierre Mombaig, *Pionniers et planteurs de São Paulo*. Colin, Paris, 1952, p. 138-139. A agitação rural desse período começa a atrair a atenção dos historiadores e sociólogos voltados para a realidade brasileira. A importância desses recentes estudos reside na possibilidade de suplantar a imagem tradicional do campo tranquilo e adormecido, onde o conflito não existiria senão em estado potencial. Este conceito — a passividade e a submissão do trabalhador rural brasileiro — permitiu a certos autores, inclusive ao clássico Virgínio Santa Rosa, atribuir às massas rurais a co-responsabilidade da "opressão" da "cidade" pelo "campo". Esta modalidade de análise, que assume muito frequentemente o tom de uma denúncia veemente da "conspiração agrária" contra o "mundo urbano-industrial" nascente, não apenas deixa de lado o conflito rural, mas esquece também que uma parte das populações urbanas "oprimidas", como se verá a seguir, fazia-se aliada dos "opressores" rurais.

Tal como o sistema político imperial, o sistema político oligárquico articulava a dominação de classe dos proprietários de terras. Contudo, em função da nova etapa de expansão do capitalismo agrário brasileiro, a exclusão política das classes populares ampliava-se. No campo, não eram os escravos, mas os trabalhadores livres — nacionais ou estrangeiros — que a classe dominante manipulava ou reprimia. Nas cidades, a classe operária nascente chocava-se com a intransigência do Estado oligárquico e nenhuma forma de pressão era reconhecida pelo sistema político oligárquico; à classe operária, a classe dominante com seus aliados e agentes políticos não prometiam senão repressão.

Já assinalamos que a expansão capitalista da economia cafeeira criou condições para o nascimento de um setor industrial na região de São Paulo. A acumulação acelerada de capital, a adoção do trabalhador livre, a organização do mercado de trabalho e a criação de um embrião de mercado de consumo tornaram possível o aparecimento de várias indústrias leves na região a partir dos anos 80. Assim, é preciso deduzir a constituição, no interior do mundo capitalista agrário, de uma burguesia industrial, cuja significação social aumentará paralelamente à progressiva expansão do setor industrial. Uma questão se coloca desde logo: refere-se à possibilidade de um conflito político entre a burguesia industrial nascente e as oligarquias rurais. Uma parte considerável da produção sociológica brasileira dedicou-se, até o presente, ao exame deste tema. Antes de retomar o problema, contudo, é preciso dar uma resposta à questão preliminar: qual seria o sentido de uma luta política entre a burguesia industrial e a classe dominante agrária? O setor industrial nasceu no seio da economia agrário-mercantil. A economia cafeeira cria as condições para o nascimento de várias indústrias na região Centro-Sul: acumulação de capital, organização prévia do mercado de trabalho, criação de um mercado de consumo. As tentativas anteriores de implantação de unidades industriais, ainda no quadro de uma economia agrário-escravista e muito pouco capitalística, haviam redundado em fracasso. Portanto, o nascimento do setor industrial está estreitamente ligado à última etapa de expansão da economia agrário-mercantil. A origem comercial das primeiras indústrias revela esta dependência; elas não eram senão um prolongamento das atividades de importação estimuladas pela economia cafeeira, com os comerciantes importadores passando às atividades industriais complementares da importação (transformação ou acabamento de produtos brutos importados, produção de bens complementares às manufaturas impor-

tadas).¹⁰ A profunda articulação entre a economia cafeeira e o setor industrial decorria do fato de a prosperidade e a expansão das indústrias nascentes dependerem substancialmente do comércio exportador do café. Na eventualidade de conjuntura externa favorável, os industriais podiam encontrar as divisas necessárias à compra de novos equipamentos com vistas à renovação ou à expansão da capacidade produtiva, e dispunham de um mercado rural cujo poder de compra estava assegurado pelo sucesso das vendas do café brasileiro no mercado mundial. Nas conjunturas de crise do comércio exportador do café, ao contrário, a expansão da capacidade produtiva industrial era bloqueada pela escassez das divisas e as indústrias tinham de fazer face às crises de "realização"; e a redução da massa dos salários rurais e o desemprego determinavam o esgotamento do mercado consumidor.

Portanto, não se pode atestar a existência de uma incompatibilidade profunda entre os interesses econômicos da burguesia cafeeira e do conjunto da classe dominante agrária e os dos empresários industriais. De resto, é a profunda articulação entre os dois setores e a inexistência de incompatibilidade entre eles, e não o contrário, o motivo por que vários empresários do café tenham se dedicado às atividades industriais, tornando-se possível a união econômica, social e familiar entre os dois grupos.

Em resumo, o capitalismo agrário-mercantil não bloqueou a expansão do setor industrial ao longo da Primeira República; os períodos mais favoráveis ao comércio exportador do café — por exemplo, o período 1906-1913 — foram também os períodos mais brilhantes do crescimento industrial. Qual seria, então, o significado da luta política entre as oligarquias rurais e os empresários industriais? Tal luta somente seria consumada se a burguesia industrial nascente sobrepujasse suas aspirações à simples prosperidade das próprias indústrias; mais precisamente, este combate não se livraria sem que a burguesia industrial aspirasse tornar-se o agente político da industrialização capitalista. Estabelecemos, pois, uma distinção entre o puro crescimento vegetativo do setor industrial, devido às oportunidades abertas pela expansão da economia agrário-mercantil, e a industrialização enquanto processo social de transformação da sociedade capitalista agrária: não apenas desen-

(10) Sobre a origem comercial da burguesia industrial brasileira, consultar José de Souza Martins, *Empresário e empresa na biografia do conde Matarazzo*. Ed. Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1967; ver, também, Warren Dean, *A industrialização de São Paulo*. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1971, onde o autor retoma as teses anteriormente sustentadas por Martins.

volvimento das forças produtivas e mecanização, mas também aceleração da divisão social do trabalho, ascendência crescente do capital sobre o trabalho, submissão da economia agrária às necessidades do mundo industrial e imposição ao conjunto da sociedade de critérios capitalistas de "racionalização" (rentabilidade, produtividade, maximização). A expansão da economia agrário-mercantil, sob a direção política da burguesia cafeeira, criava as condições da prosperidade do setor industrial; mas, seguramente, não as condições de um verdadeiro processo de industrialização da sociedade capitalista agrária brasileira.¹¹ Se se tem em conta o caráter "urgente" da industrialização capitalista periférica, impulsionada pela multiplicação de necessidades "preoces" criadas mediante o contato econômico, cultural e político com as sociedades capitalistas centrais, torna-se lógico que ela demandaria um instrumento excepcional de aceleração, ou seja, um Estado industrializante. Em outras palavras, a burguesia industrial não poderia tornar-se o agente político da industrialização capitalista senão ao preço de lutar contra as oligarquias rurais pela hegemonia política, com vistas a construir um Estado industrializante e não-oligárquico. Mas o processo histórico de formação tanto do setor industrial quanto da burguesia industrial colocou um obstáculo poderoso à organização política dos empresários industriais com vistas a este combate. A passividade política da burguesia industrial nascente explica-se, mais que por razões psicológicas ou culturais, pela articulação originária entre o capitalismo agrário e o capitalismo industrial, constituindo-se o capital comercial na articulação entre os dois setores. Esta articulação e suas consequências sócio-econômicas permitiram a absorção política da burguesia industrial pelo sistema político oligárquico e pela classe dominante agrária. A burguesia industrial não conseguiu encontrar sua expressão política autônoma através da constituição de um partido político industrializador, ou mesmo industrial. Sintomaticamente, a maioria dos empresários de São Paulo aderiram ao Partido Republicano, quartel-general da oligarquia cafeeira; e, fazendo-o, encontraram o meio de obter várias

(11) É neste sentido que Sérgio Silva fala da unidade e da contradição existentes, ao mesmo tempo, entre a economia cafeeira e a indústria. Ver Sérgio Silva, *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo, Alfa-Omega, 1976, p. 103: "... as relações entre o comércio exterior e a economia cafeeira, de um lado, e a indústria nascente do outro, implicam, ao mesmo tempo, a unidade e a contradição. A unidade está no fato de que o desenvolvimento capitalista baseado na expansão cafeeira provoca o nascimento e um certo desenvolvimento da indústria; a contradição, nos limites impostos ao desenvolvimento da indústria pela própria posição dominante da economia cafeeira na acumulação do capital."

concessões individuais — tarifas aduaneiras, empréstimos, isenções — do poder oligárquico. Até o fim dos anos 20, estas demandas puramente individuais constituíam seu patamar máximo de reivindicação, e sua participação secundária e subordinada no jogo político oligárquico não era senão o instrumento de obtenção desses favores.¹² Contudo, a dispersão da burguesia industrial exprimiuse não apenas no plano da organização política, mas também no da defesa dos interesses corporativos: a primeira associação estritamente industrial só iria constituir-se em 1928; antes desta data, a associação comercial "representava" os interesses industriais (aliás, este fato denota mais uma vez a origem comercial da burguesia industrial brasileira).

Finalmente, a posição secundária e subordinada da burguesia industrial em relação à classe dominante agrária explica sua atitude diante do problema operário. Recusando o diálogo com a classe operária, os industriais transferiram ao poder oligárquico a responsabilidade de regulamentação do conflito de classes urbano. Esta missão a oligarquia tentou cumprir à sua maneira, mediante o emprego de métodos já utilizados no campo: a repressão do movimento operário e a negação do direito da classe operária à reivindicação. Alguns autores falam mesmo de um tratamento "señorial" da "questão operária". É preciso não esquecer, entretanto, que a burguesia industrial foi co-responsável pela repressão; quanto ao problema operário, sua delegação de poder às oligarquias exprime a própria recusa de procurar o apoio da classe operária e das outras camadas urbanas a fim de lutar pela hegemonia política e pela industrialização.

A dominação de classe dos proprietários de terras encontrou sua expressão política num sistema baseado na exclusão política das massas rurais e da classe operária, assim como na absorção política da burguesia industrial nascente. O processo decisivo foi monopolizado pelas oligarquias; estas souberam colocá-lo a serviço dos interesses gerais do conjunto da classe dominante agrária e dos interesses particulares da burguesia cafeeira hegemônica. Sob o controle da burguesia cafeeira, o Estado oligárquico preencheu, ao mesmo tempo, duas funções. De um lado, o Estado de classe cumpriu sua função política superior assegurando a ordem social: manutenção do estatuto da propriedade rural e das relações de trabalho predominantes no campo, repressão do movimento operário nas cidades. O Estado oligárquico preenchia, assim, sua função conservadora assegurando a dominação de classe. De outro lado,

(12) A este propósito, consultar Warren Dean, *op. cit.*, p. 163-220.

o Estado da burguesia cafeeira implementava uma política econômica destinada a assegurar a expansão do capitalismo agrário-exportador. Esta missão prospectiva o Estado oligárquico a cumprir defendendo os interesses do complexo agrário-exportador e, sobretudo, os da economia cafeeira. Portanto, todos os instrumentos econômicos do Estado oligárquico foram colocados, seja no plano regional, seja no plano nacional, a serviço desta política. É o que nos revela o exame da política financeira, da política fiscal e da política monetária. No tocante à política financeira, o elemento fundamental era a obtenção, pelo Estado, de empréstimos estrangeiros — sobretudo ingleses — visando criar as condições de pleno funcionamento e de expansão da economia cafeeira: de início, a construção de uma infra-estrutura de serviços (estradas de ferro, depósitos, etc.); em seguida, a compra do excedente da produção cafeeira com vistas à manutenção do preço do café no mercado mundial. Essa política renovava e aprofundava a submissão do capitalismo agrário-mercantil brasileiro ao imperialismo. O *Funding Loan*, de 1898, e a política de “valorização” do café¹³ constituem os exemplos mais sugestivos da estratégia financeira do Estado oligárquico. Através do primeiro, o governo central obteve a consolidação da dívida externa objetivando sua liquidação a longo prazo, conseguindo também novos empréstimos dos bancos ingleses; a segunda, empreendida sucessivamente a partir de 1906 pelo governo regional de São Paulo e pelo governo central, visava combater as crises de superprodução cafeeira através da compra, pelo Estado, mediante sobretudo empréstimos estrangeiros, dos estoques invendáveis no mercado mundial.

Quanto à política fiscal — desde as taxas-ouro impostas às importações visando o pagamento do *Funding Loan* até os impostos sobre as exportações destinados ao financiamento parcial da política de valorização —, esta jamais adotou uma orientação protecionista e pró-industrial. Seu objetivo primordial foi a obtenção dos recursos monetários necessários à amortização da dívida externa e ao financiamento das atividades públicas, sempre garantidas pelo capital bancário europeu. Em outras palavras, a política fiscal não constituiu senão um instrumento oligárquico de articulação do capital agrário-mercantil nacional e do capital financeiro internacional.

(13) Sobre as linhas gerais da política de “valorização” consultar especialmente Pierre Denis, *Le Brésil au XXème siècle*. Colin, Paris, 1909, p. 191-192, e Celso Furtado, *Formação econômica do Brasil*. Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, p. 207.

No domínio da política monetária, as desvalorizações sucessivas da moeda nacional buscavam apenas proteger os interesses dos exportadores de café; permitiam a redução do preço internacional do café e, por conseguinte, a manutenção (até mesmo o aumento) da demanda externa, ao mesmo tempo que tornavam mais caros os produtos importados.

A política econômica oligárquica transferia, pois, ao conjunto da população brasileira, e sobretudo aos consumidores urbanos, os custos da expansão do capitalismo agrário-mercantil brasileiro. A liquidação da dívida externa estava em grande parte financiada pelas taxas sobre a importação; as desvalorizações monetárias determinavam a alta dos preços dos produtos de consumo, importados ou nacionais. Era assim o consumidor urbano que pagava em última instância os custos da “especialização econômica” e da “valorização agrária” do Brasil. Assegurando a ordem social e a expansão do capitalismo agrário-mercantil, o Estado oligárquico satisfazia ao mesmo tempo os interesses gerais da classe dominante agrária e os interesses particulares da burguesia cafeeira. Numa conjuntura histórica agora mais complexa pelo nascimento do mundo urbano-industrial, o cumprimento dessas funções exigiu a monopolização do processo decisório pelas oligarquias rurais: o jogo político articulou-se em torno das facções oligárquicas, mantendo afastadas as classes populares e reservando uma situação secundária e subordinada à burguesia industrial nascente. Conseqüentemente, a vida política local, regional e nacional foi reduzida a uma rede de disputas entre as diferentes facções oligárquicas. A nível local ou regional, o puro jogo institucional não era a única fonte de poder oligárquico; com muita freqüência, as disputas entre facções foram resolvidas — sobretudo na região Nordeste — pela violência. A nível nacional, no entanto, as disputas oligárquicas sempre preservaram sua forma institucional. As oligarquias vencidas submetiam-se ao resultado eleitoral desfavorável, mesmo conhecendo o caráter fraudulento do processo eleitoral oligárquico. O respeito oligárquico às instituições democráticas nacionais denotava, a rigor, a compreensão de que nenhuma classe superior pode ser exclusivamente dominante. É verdade que a classe dominante agrária se mostrava conservadora e repressiva com relação às classes populares, rural e urbana. Contudo, a oligarquia nacionalmente hegemônica — a burguesia cafeeira — tornara-se o agente político da expansão do capitalismo agrário-mercantil, havendo criado indiretamente as condições do nascimento do setor industrial: acumulação de capital, liberação do trabalho, urbanização e criação de um mercado consumidor. O quadro social e regionalmente limitado deste desenvolvimento real das forças produtivas não poderia im-

pedir a burguesia cafeeira de aspirar à direção ideológica da sociedade capitalista agrária brasileira visando prolongar a dominação de classe. Dito de outra forma, o papel dirigente da burguesia cafeeira não se concretizaria senão através da absorção ideológica e política de outros grupos sociais, feitos aliados de sua dominação. Neste contexto, o respeito às instituições democráticas nacionais torna-se compreensível; o mito da democracia era um instrumento importante de paralisação de uma parte das populações urbanas; quebrá-lo equivaleria a renunciar à luta pela direção ideológica da sociedade com vistas ao reforço da dominação de classe. Entretanto, que grupos sociais poderiam tornar-se aliados da dominação oligárquica? A resposta a esta questão exige a análise das camadas médias urbanas e de suas relações com o sistema político oligárquico.

A formação da classe média brasileira

Antes de nos determos na análise política torna-se necessária uma compreensão do processo histórico constituente das camadas médias urbanas a partir da última etapa de expansão do capitalismo agrário-mercantil brasileiro. O nascimento das camadas médias urbanas situa-se em um duplo contexto histórico: de um lado, consolidação do Estado nacional até 1850; de outro, expansão da economia cafeeira de São Paulo desde 1870. Se o primeiro fenômeno redundou na formação de um vasto corpo burocrático civil e militar, o segundo impôs a criação de um aparelho urbano de serviços anexo ao setor agrário-exportador. Rio de Janeiro, São Paulo e outras cidades da região cafeeira tornam-se doravante focos de novos grupos sociais; a cena social urbana encontra um novo ímpeto na presença complementar dos burocratas e dos militares, dos advogados e dos empregados.¹⁴

Se se tem em conta o caráter agrário e pré-industrial da sociedade capitalista brasileira do fim do século XIX, a origem social dos integrantes das novas camadas médias urbanas torna-se um

elemento importante para a compreensão de suas orientações políticas. A constituição de um mercado urbano de trabalho “não-manual” é sobretudo um resultado do desenvolvimento do capitalismo industrial; ao longo da etapa agrária de desenvolvimento capitalista periférico, a impessoalidade do mercado de trabalho “não-manual” é turvada pela persistência dos critérios tradicionais de recrutamento impostos pela classe dominante agrária. Nestas circunstâncias, o potencial ideológico e político da “situação de trabalho” não pode se manifestar livremente, uma vez que sua expressão é bloqueada pela persistência no mundo urbano nascente das “relações de lealdade”. O estudo das orientações políticas das camadas médias urbanas exige, então, a caracterização destas relações; mas tal caracterização não pode ser feita sem o conhecimento da origem social dos integrantes das camadas médias urbanas.

Assim, é preciso verificar que parte da população rural se mobilizou para as cidades para preencher as novas funções econômicas. A este propósito, sublinhamos a existência de dois processos distintos. Em primeiro lugar, a concentração acelerada da propriedade fundiária na região Centro-Sul, consequência da expansão da economia cafeeira,¹⁵ determinou o deslocamento de uma parte das antigas famílias de proprietários de terras para as cidades; ao fazê-lo, elas tentavam encontrar meios suscetíveis de neutralizar os efeitos mais degradantes do processo de decadência social que as ameaçava. Contudo, ao expulsar economicamente os proprietários médios a expansão da economia cafeeira impunha simultaneamente a criação de um aparelho urbano de serviços. Portanto, o remédio para o processo de mobilidade social decendente sofrido por uma parte da antiga classe dominante agrária estava nas mãos da outra parte — aquela composta pelos setores mais dinâmicos e mais prósperos. Aos “aristocratas empobrecidos”, a estrutura econômico-social urbana reservou os melhores cargos da burocracia de Estado, as profissões liberais, os postos de direção na administração privada. Os laços familiares e sociais entre essas camadas “despossuídas”¹⁶ e a classe dominante agrária, assim como sua participação comum num mundo de valores “aristocráticos” e pré-industriais, incitaram as oligarquias à prática do apa-

(15) Este processo foi exposto em detalhe por Pierre Denis, *op. cit.*, capítulo VIII, “Le petite propriété à Saint Paul”.

(16) Esta expressão se acha em Nícia Villela Luz, “O papel das classes médias brasileiras no movimento republicano”, *Revista de História*, Ed. Universidade de São Paulo, 1964. Ela designa os grupos “aristocráticos” que partiram do Vale do Paraíba para o Rio de Janeiro, São Paulo e outras cidades da região Centro-Sul.

(14) Tentamos anteriormente sistematizar o processo histórico de constituição das camadas médias urbanas a partir da última etapa de expansão do capitalismo agrário-mercantil brasileiro. Consultar Décio Saes, *Classe média e política na Primeira República brasileira (1889-1930)*, Petrópolis, Vozes, 1975, capítulo II, “O processo histórico de formação das camadas médias urbanas”.

drinhamento; esta exprime a imposição oligárquica de critérios tradicionais e pré-industriais de recrutamento ao mercado urbano de trabalho “não-manual”. Em função de suas afinidades familiares, sociais e éticas com as camadas “despossuídas”, as oligarquias lhes asseguravam um leque de cargos no poder judiciário e na administração pública, posições de direção na administração privada, cátedras nas faculdades, oportunidades de serviço. Estas relações de “lealdade” criavam as condições psicossociais necessárias à submissão ideológica e política das camadas “despossuídas”; tanto mais que seu passado “aristocrático” era ainda recente. Pode-se dizer, então, que as trocas sociais de tipo tradicional constituíam, em grande parte, a garantia da absorção ideológica e política das camadas “despossuídas” pelas oligarquias rurais. É verdade que os laços de dependência profissional engendrados pela prática do apadrinhamento permitiam, em princípio, a pura imposição às camadas “despossuídas” de deveres políticos; ao mesmo tempo em que admitimos que tal coerção, enquanto equivalente urbana do “coronelismo”, tenha sido várias vezes exercida, parece-nos, entretanto, que constituiu uma dimensão secundária de uma relação social semifeudal, onde a “proteção” era primordialmente paga em termos de “lealdade”. As relações entre as oligarquias rurais e as camadas médias tradicionais¹⁷ definiam-se, não como uma simples troca de serviços (um “serviço econômico” por um “serviço político”), mas como relações sociais complexas, onde a dependência econômico-profissional se assemelha a um prolongamento de ligações familiares, sociais e éticas estabelecidas entre os dois conjuntos. As camadas médias tradicionais de São Paulo constituem o exemplo mais evidente, mas não exclusivo,¹⁸ desta situação; as afinidades e as ligações existentes entre os grupos “despossuídos” do Vale do Paraíba e a burguesia cafeeira do oeste de São Paulo desaguam, depois da urbanização dos primeiros, em relações de “proteção” e “lealdade” que acabam por acorrentar as novas camadas médias ao mundo oligárquico; a integração da alta burocracia, dos advogados, dos médicos, dos gerentes de banco a esse mundo social os prepara, como se verá em seguida, para o cumprimento de

funções subalternas do exercício da dominação de classe e da hegemonia política.

Em segundo lugar, o processo de mobilização também tocou outros grupos sociais, distintos das camadas “despossuídas”. As possibilidades abertas pelo mundo urbano nascente exerceram, igualmente, um efeito de atração sobre o trabalhador rural; vários milhares de trabalhadores rurais, nacionais ou estrangeiros, deslocaram-se progressivamente para as cidades da região Centro-Sul, sobretudo depois de 1870. Evidentemente, as razões e as condições do deslocamento não são as mesmas para os antigos proprietários de terras e para as massas rurais. As camadas “despossuídas” abandonavam o campo em fuga da decadência social, contando com o apoio e a proteção das oligarquias para chegar no mundo urbano a uma situação social ao menos compatível com seu passado “aristocrático”. Quanto às massas rurais, era antes o desejo da ascensão social que as impelia a imigrar para as cidades. A brutal exploração reinante na região cafeeira levava os trabalhadores estrangeiros a ter esperança de encontrar melhores condições de vida e trabalho nas cidades. Se vários deles atenderam a frustração de seu desejo de ascensão social com o retorno a seus países ou então com a imigração para outros países latino-americanos, a maioria procurou nas cidades da região Centro-Sul as oportunidades de melhoria social inexistentes no campo. Em 1920, dois terços da população de São Paulo — 580.000 habitantes — eram estrangeiros ou de origem estrangeira recente, fato este que demonstra a importância do processo. Demais, a miséria e a concentração da propriedade rural também empurravam os trabalhadores nacionais — por exemplo, os do “setor de subsistência” — para as cidades.

Duas alternativas sociais colocavam-se desde logo às massas rurais em processo de mobilização. Como as condições sócio-culturais impediam seu acesso a melhores posições da burocracia do Estado e do aparelho urbano de serviços, restava-lhes apenas o trabalho operário ou as modalidades menos prestigiosas de “trabalho não-manual”. Uma parte das massas rurais urbanizadas fugiu à “proletarização” indo ter aos patamares inferiores do “terciário urbano”; os empregados de banco, os pequenos funcionários do Estado, os empregados de escritório constituíram, pois, um conjunto muito diferente das camadas médias tradicionais. Estas baixas camadas médias conservam-se à margem do mundo oligárquico; a ausência de laços familiares, sociais e éticos com a classe dominante agrária impede a constituição de predisposições psicossociais pró-oligárquicas e lhes assegura uma certa autonomia em relação à ideologia e à política oligárquicas. É neste sentido que se deve com-

(17) Daqui por diante utilizaremos a expressão “camadas médias tradicionais” para designar as camadas médias “despossuídas”; fazendo-o, referimo-nos à realidade habitualmente coberta pelo conceito “classe média tradicional”.

(18) Este processo se reproduziu, em escala menor e alguns decênios mais tarde, em outras regiões do país. Com relação a Pernambuco, ver, por exemplo, Edgard Carone, *A República Velha*. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1970, capítulo “Agúcar”.

prender a “independência” tradicionalmente atribuída à “classe média” do Rio de Janeiro; movimentos como o “florianismo” (anos 90), a revolta popular contra a vacina obrigatória (1904) e os protestos contra a alta dos preços (1912, 1913) revelam-se manifestações políticas embrionárias das baixas camadas médias. Ao contrário da greve geral de 1917, em São Paulo, definida desde logo como um movimento predominantemente operário, as ondas de agitação popular no Rio de Janeiro testemunham a presença de pequenos empregados e funcionários; em resumo, camadas médias cuja tendência antioligárquica jamais poderia reproduzir-se nas camadas tradicionais de São Paulo. O mercado urbano de “trabalho não-manual” constituiu-se a partir dos patamares inferiores do “terciário urbano”, com os patamares superiores sendo controlados pelas oligarquias; se as melhores posições estavam cobertas por “relações de lealdade”, a margem de indiferença oligárquica em relação aos setores inferiores permitia aí a operação de critérios mais impositivos de recrutamento. As manifestações urbanas no Rio de Janeiro são a tradução ideológica e política desta margem de liberdade, o afastamento do mundo oligárquico permitia a emergência à superfície das disposições ideológicas engendradas pela simples “situação de trabalho”, e sua concretização política em função das possibilidades abertas pela etapa do desenvolvimento capitalista e da estrutura de classes.

Examinaremos, em seguida, as orientações políticas assumidas respectivamente pelas camadas médias tradicionais e pelas baixas camadas médias no quadro da dominação oligárquica e do nascimento do mundo industrial. De qualquer modo, impõe-se uma observação prévia que se prende à oposição aparentemente chocante entre os qualificativos “tradicional” e “baixo”. Esta oposição indicaria uma certa incoerência teórica, na medida que a caracterização ideológica e política das camadas médias apelaria ao mesmo tempo para dois critérios distintos, a “origem” e o “nível”. Entretanto, não é nada casual o fato de vários autores voltados para o estudo do período oligárquico terem se servido, por vezes intuitivamente, dos conceitos “classe média tradicional” e “baixa classe média” para distinguir dois subconjuntos cujas condutas políticas não eram totalmente coincidentes. Ao contrário, esta assimetria revela o caráter inacabado do mercado urbano de “trabalho não-manual” durante a última etapa de desenvolvimento capitalista agrário; os critérios pessoais e pré-industriais de recrutamento dominam ainda uma parte do “terciário urbano”, e o mundo do trabalho “não-manual” apresenta consequentemente um aspecto dualista, sintomático, aliás, de um momento em que se esboça a transição capitalista “agrário-industrial”. Assim, a coexistência entre as cama-

das médias tradicionais e as baixas camadas médias, mais que incoerência teórica, é expressão da complexidade e da assimetria do mercado urbano de trabalho “não-manual”, próprias de um momento histórico de transição.

Classe média e liberalismo oligárquico

Podemos agora examinar como as camadas médias tradicionais e as baixas camadas médias se situaram em relação à dominação dos grandes proprietários de terras e ao sistema político oligárquico. No tocante às camadas médias tradicionais, sua vocação política pode ser deduzida de seu grau de inserção no mundo oligárquico. Se as oligarquias rurais necessitavam de aliados políticos para assumir um papel dirigente e prolongar a dominação de classe, as camadas médias tradicionais podiam — mais que qualquer outro grupo social — fazer o papel de agente secundário da dominação oligárquica. Seu passado “aristocrático”, seus laços familiares, sociais e éticos e as relações de “proteção” e “lealdade” existentes entre eles criavam as condições para uma comunhão ideológica. De fato, as camadas médias tradicionais alinharam-se entre os mais ardentes defensores do liberalismo oligárquico. O caráter limitado e fragilmente prospectivo da ideologia oligárquica revela, aliás, a incapacidade oligárquica de exercer uma verdadeira direção ideológica sobre o conjunto da sociedade brasileira. O liberalismo oligárquico correspondia, a rigor, a uma reinterpretção periférica e agrária da ideologia do capital industrial nascente. Se na Europa do século XIX a ideologia liberal havia sido um instrumento burguês de mobilização das classes populares contra a antiga classe feudal, no Brasil ocorria quase o inverso: justificando a segregação das massas rurais e urbanas e a subordinação da burguesia industrial nascente, o liberalismo oligárquico não fazia senão legitimar a dominação de classe dos grandes proprietários de terras. Em resumo, achamo-nos diante de um caso típico de “importação de idéias”, segundo a expressão tornada tradicional pela primeira geração de intelectuais nacionais a preocupar-se com a situação dependente e semicolonial da economia e da sociedade brasileira. Mas a transferência impôs modificações à ideologia liberal, e sua apropriação pela classe dominante agrária implicou sua readaptação a novas funções sociais. O resultado dessa operação importação-readaptação foi a constituição de um conjunto ideológico original e conservador.

Antes de tudo, o liberalismo político das oligarquias fundava-se numa concepção da democracia representativa sem nenhuma relação com a representatividade da vontade popular; tratava-se, ao contrário, de uma concepção elitista que negava às massas incultas a capacidade de participação no processo decisório e atribuía aos homens letrados a responsabilidade exclusiva do funcionamento das instituições democráticas. No fundo, as oligarquias definiam a democracia como uma espécie de clube aristocrático do qual as massas rurais e urbanas deveriam ser descartadas em virtude de sua ignorância, incapacidade e imaturidade. Aliás, esta concepção encontrou sua expressão ideal na Constituição de 1891; e os princípios de interdição do voto aos analfabetos e aos estrangeiros corresponderam plenamente ao espírito do liberalismo oligárquico. Assim, a segregação política das massas rurais e urbanas se fazia em nome da pureza e da seletividade do processo democrático. É inútil sublinhar que esta concepção elitista racionalizava a prática política oligárquica, essencialmente baseada na manipulação eleitoral das massas rurais visando a exclusão política das classes populares e a absorção política de outras classes e grupos urbanos.

O antimilitarismo foi outro componente essencial do liberalismo político oligárquico. Ao longo de toda a Primeira República as oligarquias constituíram o porta-voz do "civilismo", sustentando "a permanência dos soldados nas casernas". Na origem desta atitude se encontravam a ação autônoma do grupo militar, por ocasião do golpe de Estado de 15 de novembro de 1889, e a ditadura militar instalada em seguida. A partir deste momento, as oligarquias compreenderam, se bem que intuitivamente ainda, que as tendências putschistas e nacionalistas do grupo militar poderiam ser postas a serviço de uma política antioligárquica. Em outras palavras, as oligarquias pressentiam que as características do grupo militar enquadradas na "categoria social" poderiam sempre impulsioná-lo, numa conjuntura histórica de descentralização e de "oligarquização" do Estado nacional, à intervenção político-militar; e mais, que estas intervenções poderiam dar uma forma concreta a aspirações políticas engendradas pelo nascimento do mundo industrial. No fundo, a classe dominante agrária atribuía um potencial antioligárquico ao grupo militar, mesmo que não chegasse ainda a definir as razões profundas pelas quais os militares se lançariam ao combate contra as oligarquias. Entre a repressão ao florlanismo instalado no grupo militar (imediatamente após a queda de Floriano Peixoto, em 1894) e a atribuição de tendências "bolchevistas" aos tenentes (anos 20), as oligarquias sempre tentaram intensificar os sentimentos antimilitares. Se a democracia representativa era apenas um assunto dos homens cultos e letrados, ao Exército, enquanto corpo profissional,

competia assegurar as condições ideais de operação dos mecanismos democráticos. Na prática, o civilismo não fazia senão justificar o ambarcamento do processo eleitoral pelas oligarquias e a atribuição ao grupo militar do papel de árbitro do jogo político conduzido pelas diferentes facções oligárquicas.

O próprio liberalismo econômico preencheu uma função muito precisa no interior do pensamento oligárquico: caracterizar como uma necessidade histórica e social a manutenção da superioridade econômica dos grandes proprietários de terras. As oligarquias se apoderavam, assim, de uma arma de luta antifeudal fabricada pela burguesia das sociedades capitalistas centrais, e serviam-se disso contra a burguesia industrial nascente. Esta adaptação rural do liberalismo econômico transformava o progressismo antifeudal em conservantismo antiindustrial. A rigor, todos os seus componentes se articulavam em torno de um só propósito: o prolongamento da etapa agrário-mercantil do desenvolvimento capitalista brasileiro e o bloqueio do processo global de industrialização, ou, dito de outra maneira, a manutenção da dominação de classe dos proprietários de terras e a barreira à ascensão da burguesia industrial em direção à hegemonia política. Tomemos, por exemplo, o anti-intervencionismo oligárquico, curiosamente fundado na aplicação das concepções evolucionistas do século XIX ao processo econômico nacional; a espontaneidade dos mecanismos econômicos não deveria ser perturbada pela imposição de medidas artificiais, desatinadas a interromper o processo de "seleção natural". Se se levar em conta que a estabilidade da economia cafeeira foi assegurada durante dois decênios pela política intervencionista e "artificial" de "valorização" do café, além do mais considerada como "excepcional" e "passageira" pela burguesia cafeeira, poder-se-á compreender o verdadeiro sentido do anti-intervencionismo oligárquico: o objeto de seus temores não era a própria intervenção, mas a intervenção pró-industrialização ou, mais precisamente, a constituição de um Estado industrializador. Além disso, da operação das leis da "seleção natural" e da "vantagem comparativa", dever-se-ia necessariamente deduzir a "vocação agrária" do Brasil. O discurso ideológico oligárquico sempre se definiu como "agrário"; a defesa da agricultura como única e verdadeira criadora da riqueza nacional é aí frequente. Sintomaticamente, o *slogan* "O Brasil é um país essencialmente agrícola" permaneceu como marca tradicional do liberalismo oligárquico. O anti-industrialismo, contudo, manifestava-se também de um modo mais direto, através da crítica oligárquica do proteccionismo: as medidas governamentais de proteção ao setor industrial não fariam senão estimular a proliferação de indústrias "artificiais".

O caráter elitista, limitado e fracamente prospectivo da ideologia oligárquica explica seu grau restrito de difusão social; trazia à margem reduzida de manobra social e política de que dispunham as oligarquias num contexto histórico onde a simples presença de um mundo industrial urbano já assentava as bases de um enfrentamento futuro. Se o liberalismo oligárquico não tinha nenhuma relação com as aspirações das classes populares e da burguesia industrial, reencontrava, entretanto, algumas predisposições das camadas médias tradicionais. Sua origem social, seus laços com as oligarquias, traduzidos em última instância em "relações de lealdade", estavam na origem deste encontro; não obstante, sua "situação de trabalho" — assegurada, aliás, por sua inserção no mundo oligárquico — reforçava as possibilidades de adesão ao liberalismo oligárquico. Era sobretudo entre os profissionais liberais, na alta burocracia do Estado e junto aos administradores privados superiores que o liberalismo de elite devia ser eficaz; à idéia de uma democracia de homens cultos aliava-se o mito da capacidade e da qualificação intelectuais, ao qual estes grupos profissionais, mais que quaisquer outros, eram sensíveis. Esse liberalismo antidemocrático e antipopular satisfazia simultaneamente a todas as dimensões da "consciência média tradicional": tendência pró-oligárquica, consciência profissional liberal, educação humanista. O liberalismo econômico estava particularmente relacionado com a visão de mundo dos profissionais liberais; a liberdade do mercado e a concorrência lhes pareciam ser as condições intrínsecas para a preservação de sua dignidade profissional, e esta visão trazia o temor da proletarização implícito na submissão ao salarizado.

Essa identidade ideológica permitia às oligarquias integrar as camadas médias urbanas ao sistema político oligárquico. Contudo, a integração política das camadas médias tradicionais apenas se faria segundo a situação dos dois grupos e as relações possíveis entre eles. De um lado, as oligarquias se caracterizavam mais como classe dominante e menos como classe dirigente. A manutenção da ordem social constituía sua principal preocupação, praticando-se repressão das mais severas ao movimento operário e à agitação rural. Além disso, o caráter historicamente limitado da expansão do capitalismo agrário-mercantil reduzia as possibilidades de uma visão otimista do processo social e de sua propagação junto a outros grupos sociais. O simples nascimento do setor industrial e suas possibilidades de expansão obrigavam as oligarquias a recluir para uma posição defensiva e conservadora; encontram-se indícios disso não somente na ideologia liberal oligárquica, mas também na prática política oligárquica. O conservadorismo das oligar-

quias não se exprimia apenas pela repressão às classes populares, originava-se também no medo de que outros grupos sociais — mesmo os que poderiam, em princípio, tornar-se seus aliados — escapassem ao seu controle. Em outras palavras, mesmo a autonomia política de seus aliados, se bem que relativa, era encarada como um perigo: podia significar para esses grupos a primeira etapa de um processo que os conduziria do bloco oligárquico a uma política, em última instância, antioligárquica. De outro lado, a situação das camadas médias urbanas não favorecia a afirmação de uma certa autonomia política: seu passado "aristocrático", suas relações semifeudais com as oligarquias e sua insignificância numérica tornavam difícil a aparição de um partido político tipicamente "classe média", se bem que adepto do liberalismo oligárquico. A integração política das camadas médias tradicionais não significou, pois, a incorporação ao jogo político oligárquico de um partido político verdadeiramente representativo das camadas médias tradicionais. A representação política das camadas médias tradicionais implicaria não somente a adoção de sua ideologia mas também a defesa de seus interesses imediatos, e mesmo cotidianos, a organização do partido sob a égide de líderes e de quadros saídos de suas fileiras, a execução de uma "política de massa" traduzida pelo estabelecimento de laços organizacionais entre o conjunto das camadas médias tradicionais e sua vanguarda política.¹⁹

Ora, tal partido jamais existiu. A maneira pela qual as oligarquias absorveram politicamente as camadas médias tradicionais constituiu uma manifestação do fenômeno que em Gramsci²⁰ se chama "transformismo", em sua forma mais primitiva, ou seja, "transformismo molecular": as oligarquias decapitavam as camadas médias tradicionais mediante a incorporação de seus melhores elementos ao partido único oligárquico, o Partido Republicano. A própria natureza do Partido Republicano revela os limites de incorporação das camadas médias tradicionais. A rigor, o Partido Republicano não existia a nível nacional; cada região dispunha de um partido republicano, através do qual as oligarquias regionais estabeleciam os mecanismos institucionais de resolução das disputas entre as diferentes facções oligárquicas.²¹ Em resumo, os parti-

(19) Sobre a representatividade dos partidos — especialmente dos partidos fascistas —, ver Nicos Poulantzas, *op. cit.*, p. 270-271.

(20) Ver Antonio Gramsci, *El "risorgimento"*. Granica, Buenos Aires, 1974, p. 96-99, 132.

(21) Esses mecanismos institucionais eram eficazes sobretudo nas regiões mais desenvolvidas, como São Paulo ou Minas Gerais. Nas regiões mais atrasadas, como o Nordeste, era antes o emprego da violência que

dos republicanos regionais estavam longe de ser “partidos de massa”; o controle econômico e social da maioria do eleitorado — a população rural — pelas oligarquias desmbarçava os partidos das funções de mobilização e os reduzia à condição de centros de preparação da manipulação eleitoral e de arranjação das disputas oligárquicas. A incorporação individual dos melhores elementos das camadas médias tradicionais aos partidos republicanos regionais, de resto mais efetivos no Centro-Sul, respondia à necessidade de quadros partidários e de representantes políticos, mediante os quais as oligarquias controlariam os poderes executivo, legislativo e judiciário. Portanto, as oligarquias transformaram as camadas médias tradicionais em sua fachada política. A prática desse “transformismo molecular” constituía um equivalente político da prática econômica e social do “apadrinhamento”; implicava a extensão das “relações de lealdade” ao nível da prática política. As camadas médias tradicionais tornaram-se, assim, guardiãs do sistema político oligárquico. A caracterização pejorativa e irônica da Primeira República brasileira como a “República dos bacharéis” é um indicio do papel político desempenhado pelas camadas médias tradicionais no interior do sistema político oligárquico. Dentre os partidos republicanos regionais, o Partido Republicano de São Paulo foi o mais organizado e o mais poderoso. Desde 1870, a burguesia cafeeira tinha se organizado para a luta pela hegemonia política no seio da classe dominante agrária; em proveito da consolidação de sua posição no plano nacional, as oligarquias de São Paulo elegeram a conciliação e os procedimentos tradicionais como meio de resolução das disputas entre as diversas facções oligárquicas. Além do mais, as oligarquias de São Paulo podiam contar com o apoio das camadas médias tradicionais mais extensas, mais abastadas e mais cultas do país: estas puderam oferecer ao Partido Republicano seus melhores quadros. O resultado da operação destes dois fatores foi a constituição de um partido republicano pronto a lutar antes de tudo pela conquista da hegemonia política e, em seguida, por sua manutenção: nesta luta as oligarquias de São Paulo não hesitaram em estimular o regionalismo a fim de preparar seus aliados — as camadas médias urbanas — para o exercício das funções subalternas da hegemonia política. Todavia, além do papel de aliadas da facção oligárquica nacionalmente hegemônica, as camadas médias tradicionais de São Paulo deviam desempenhar o papel principal de aliadas de conjunto da classe dominante agrária

resolvia as querelas oligárquicas; neste caso, quase não se pode referir a uma “organização” e a um partido.

ria. Era preciso, pois, mantê-las em guarda contra as manifestações políticas suscetíveis de traduzir um ponto de vista diferente do das oligarquias. O Partido Republicano e o governo regional de São Paulo encarregaram-se de criar um clima de excitação ao mesmo tempo liberal, regionalista e antimilitar capaz de mobilizar as camadas médias tradicionais no caso de uma eventual contestação à dominação oligárquica. Em 1924, quando as tropas dos tenentes em rebelião contra as oligarquias sitiaram o governo regional de São Paulo, as camadas médias tradicionais reagiram à “revolução” e ao “ataque bolchevista” através da constituição de “batalhões patrióticos”, cuja composição social era clara: uma maioria de advogados, de médicos, de altos burocratas, todos pertencentes às “melhores famílias” de São Paulo.

Entretanto, os partidos republicanos não esgotaram todas as possibilidades de mobilização oligárquica das camadas médias tradicionais. Se em níveis local e regional as disputas oligárquicas eram um assunto puramente interno decidido pela força ou pela ação do partido, em nível nacional as oligarquias regionais afastadas do bloco hegemônico apresentavam-se como oposição no processo eleitoral com o objetivo de apoderar-se do Estado central e aceder à hegemonia política. Em suma, aos níveis local e regional as dissensões entre as facções oligárquicas eram resolvidas antes do processo eleitoral, não chegando jamais à cristalização de diferentes alternativas de voto, enquanto que a nível nacional as dissensões não suscetíveis de serem resolvidas através de uma solução conciliatória desaguavam na constituição de uma oposição eleitoral à composição oligárquica hegemônica. Por exemplo, o Partido Republicano de São Paulo fracionou-se várias vezes, com o grupo dissidente reunindo-se a certas oligarquias regionais — excluídas do bloco hegemônico — para derrubar, pela via eleitoral, a composição oligárquica no poder: uma fração da burguesia cafeeira de São Paulo e outras oligarquias regionais, como a de Minas Gerais. As oligarquias dissidentes respeitavam as instituições democráticas nacionais e recusavam o emprego da violência como meio de decisão das disputas oligárquicas nacionais. Este respeito e esta recusa não se deviam apenas à superioridade econômica e militar das oligarquias integrantes do bloco hegemônico. Todas as oligarquias compartilhavam, desde a Proclamação da República, dos mesmos sentimentos antimilitares; estes exprimiam o medo de que as intervenções violentas no processo político nacional acabassem por escapar a seu controle e se colocassem a serviço de uma política antioligárquica. Além disso, fazer tábua rasa do processo eleitoral nacional equivaleria a destruir o mito da democracia representativa e a anular, em consequência, um dos elementos de reforço

da dominação de classe.²² O processo eleitoral nacional permitia, assim, às camadas médias tradicionais, uma outra modalidade de integração ao jogo político oligárquico: a participação nos movimentos de oposição eleitoral levados contra a composição oligárquica hegemônica pelas oligarquias dissidentes. Mas, no que concerne às camadas médias tradicionais, não se deve valorizar muito os efeitos desta partilha. A existência de dissensões oligárquicas no plano nacional não mudava a natureza do seu papel político; elas as encorajavam sobretudo a uma participação mais ativa e mais intensa. Esta alteração só pode ser explicada em função das características dos movimentos de oposição eleitoral conduzidos pelas oligarquias dissidentes. De um lado, uma vez que o bloco oligárquico hegemônico tinha maior influência sobre o comportamento eleitoral das populações rurais, as oligarquias dissidentes redobravam os esforços no sentido de fazer da opinião pública urbana sua base eleitoral: daí o nível mais intenso de recrutamento partidário, de mobilização e de propaganda. É preciso, entretanto, levar que a fonte ideológica das oligarquias dissidentes continuava a ser o liberalismo em sua versão periférica e agrária e na totalidade de seus elementos: elitismo, civilismo, antiintervencionismo e antiindustrialismo. Contudo, era justamente essa fidelidade, assim como as condições políticas e eleitorais nas quais se preparava o movimento de oposição, que permitia a mobilização das camadas médias tradicionais contra a composição oligárquica hegemônica. Entretanto, a agitação liberal conduzida pelas oligarquias dissidentes impulsionava esses grupos para uma participação mais ativa porque os princípios liberais eram aí utilizados com maior ampli-

(22) É oportuno lembrar que o liberalismo oligárquico não foi exclusivamente um instrumento de pura manipulação das camadas médias tradicionais. Afirmá-lo equivaleria a considerar "ideologia" como sinônimo de pura "mistificação". Mesmo tendo em vista o caráter limitado e fracamente prospectivo do liberalismo oligárquico, não podemos nos esquecer de que em sua origem estava a convicção segundo a qual a expansão contínua do capitalismo agrário-mercantil correspondia a uma necessidade social e histórica, não se prestando apenas aos interesses particulares da classe dominante agrária. No fundo, para os líderes oligárquicos a única alternativa à "especialização agrária" e à estabilidade das atividades agrárias de exportação era o caos; seu discurso ideológico identificava os interesses das oligarquias com os interesses da nação. Este relativo otimismo social foi possível até a crise permanente de superprodução cafeeira dos anos 20; tornou-se, então, cada vez mais evidente aos olhos da nação que era o conjunto da sociedade brasileira, e não os grandes proprietários de terras, quem pagava os custos da "especialização agrária" do Brasil. A crise do mercado mundial em 1930 só trouxe o golpe final ao otimismo social do bloco oligárquico hegemônico, cuja prática política e ideologia tornavam-se mais e mais defensivas desde o início dos anos 20.

tude. De fato, o debate político-eleitoral entre a composição oligárquica hegemônica e as oligarquias dissidentes não poderia referir-se às linhas gerais da política econômica e social posta em execução pelo Estado oligárquico; a manutenção do estatuto da propriedade rural e das relações de trabalho no campo, assim como a expansão contínua do capitalismo agrário-mercantil, constituíam temas não suscetíveis de discussão no contexto do jogo político oligárquico. A oposição oligárquica apenas restava a crítica moralizadora da composição oligárquica hegemônica. A falta de uma discordância mais profunda, a "corrupção" e a "ineficiência administrativa" tornavam-se os temas principais do ataque ao poder central. Neste quadro, a crítica principal recaía sobre os costumes políticos do bloco oligárquico hegemônico; a fraude e a manipulação eleitorais — isto é, as práticas do coronelismo — caracterizavam-se como a fonte do poder das oligarquias hegemônicas, e estas eram, conseqüentemente, as responsáveis pela violação dos princípios liberais consagrados pela Constituição de 1891. Defendendo a regeneração da democracia brasileira, a oposição oligárquica voltava a estimular as aspirações liberais e, portanto, mostrava-se capaz de subtrair às oligarquias do Partido Republicano uma parte da sua base de apoio; a oposição se apresentava às camadas médias urbanas como a facção oligárquica mais apta à realização prática dos princípios liberais. Evidentemente, estes princípios eram os princípios do liberalismo oligárquico: mais que um alargamento das próprias bases da democracia brasileira, ou seja, sua transformação em "democracia com participação ampla ou total", aberta e popular, as oligarquias dissidentes sustentavam a necessidade de aperfeiçoamento da democracia existente, isto é, uma "democracia com participação limitada", oligárquica e elitista.²³ Os programas eleitorais das oligarquias dissidentes sempre constituíam um apelo à purificação dos costumes políticos e indicavam os meios de cumpri-la, como a introdução do voto secreto e a instauração de uma justiça eleitoral autônoma. Contudo, em nenhum momento os grandes movimentos ou partidos de oposição se propuseram a abrogar a interdição do voto aos analfabetos; da Campanha Civilista de 1910 às Ligas surgidas durante a primeira guerra mundial e do Partido Democrático de São Paulo (1926) à Aliança Liberal de 1930, todas as campanhas cívicas da oposição oligárquica fizeram sfêncio sobre esta disposição legislativa. A rigor, as oligarquias dissidentes

(23) Estas expressões se encontram em Gino Germani, *Política y sociedad en una era de transición*. Paidós, Buenos Aires, s/d.; ver especialmente o capítulo VIII.

queriam impulsionar a democratização do sistema político até um certo grau, e este grau máximo seria o alargamento das suas possibilidades de conquista da hegemonia política no seio da classe dominante agrária. Entretanto, o caráter não radical de seus propósitos democráticos apenas atraía as camadas médias urbanas, presas habituais do liberalismo elitista das oligarquias. O fato de São Paulo ter se tornado o foco principal dos movimentos de oposição oligárquica nada tem, pois, de espantoso; suas facções oligárquicas eram as mais organizadas e suas camadas médias tradicionais as mais extensas e as mais acorrentadas ao mundo oligárquico. Nessas camadas os movimentos e os partidos da oposição oligárquica encontraram seus quadros e sua base social de apoio; e a adesão aos movimentos das oligarquias dissidentes permitiu aos integrantes dessas camadas manifestarem seu ódio perante o fato de “os mortos votarem”, esquecendo-se de que a maior parte dos vivos — os analfabetos — estava privada do direito de voto.

Através da Campanha Civilista de 1910, as oligarquias dissidentes de São Paulo e da Bahia propuseram ao eleitorado uma candidatura presidencial autônoma em relação à escolha do bloco governamental, o general Hermes da Fonseca: o advogado liberal Ruy Barbosa, ao qual todas as camadas médias tradicionais do país votavam um respeito sem precedentes. O caráter da campanha foi claro. Seus mais importantes defensores a consideravam como um “partido conservador”. O próprio candidato presidencial fora um dos responsáveis pela reforma eleitoral de 1882, que havia introduzido na legislação imperial a cláusula da interdição do voto aos analfabetos. O programa da campanha consagrava todos os princípios do liberalismo oligárquico. Seu objetivo declarado era o aperfeiçoamento da democracia brasileira mediante a introdução do voto secreto e a criação da justiça eleitoral; mas, ao mesmo tempo, chamava a opinião pública a colocar-se alerta contra o “liberalismo exaltado”. Os civilistas consideravam ainda que “... nosso futuro industrial repousa principalmente sobre a indústria agrícola”, e que “... o sistema protectionista ultrapassou os limites do tolerável. No domínio das finanças, estamos infelizmente a ponto de substituir o natural pelo artificial.”²⁴ Finalmente, as oligarquias dissidentes tentaram estimular outra vez os sentimentos antimilitares, mesmo sabendo que a candidatura do general Hermes estava sustentada pela composição oligárquica hegemônica:

(24) As citações acima foram retiradas de José Feliciano de Oliveira, *Notas civilistas*, Ed. “O Estado de S. Paulo”, 1910, uma coletânea de artigos de apoio à campanha civilista, publicados pelo *O Estado de S. Paulo* de janeiro a março de 1910.

tática eleitoral em parte, mas medo também de uma eventual autonomização política do grupo militar. Nada de surpreendente, então, que a derrota eleitoral civilista tenha sido seguida pela reconciliação entre as duas facções oligárquicas e pela reintegração das oligarquias dissidentes ao bloco oligárquico hegemônico.

O Partido Democrático Paulista constituiu, a partir de 1926, o foco permanente das oligarquias dissidentes de São Paulo. Além disso, foi a melhor expressão da aliança política entre as oligarquias dissidentes e as camadas médias tradicionais. Fundado por uma facção da burguesia cafeeira em desacordo com a orientação tática da política econômica governamental, o Partido Democrático rapidamente mobilizou a parte das camadas médias tradicionais mais preocupada em proclamar seu respeito aos princípios liberais. Seu programa, sua ideologia e sua prática se situavam, portanto, dentro dos limites fixados pelo liberalismo oligárquico: coexistência dos propósitos de moralização do processo eleitoral (introdução do voto secreto, autonomia à justiça eleitoral) com um liberalismo político de elite, tendência antimilitar, antiintervencionismo, crença na “vocaçao agrária” do Brasil. Nestas condições, o Partido Democrático não pôde nem mesmo mobilizar a burguesia industrial de São Paulo, que continuou a ver na adesão ao Partido Republicano o meio de ter acesso — a título puramente individual — aos círculos governamentais. E suas relações hesitantes com os tenentes jamais puderam desembocar no estabelecimento de laços organizacionais sólidos. Atribuindo tendências bolchevistas aos jovens oficiais em rebelião, as oligarquias dissidentes recusavam-se ao diálogo político com os “tenentes”. No fundo, essa atitude traduzia o presentimento de que o potencial de revolta dos tenentes poderia prestar-se a uma política claramente antioligárquica.

Não obstante o clima entusiasta que envolveu todos os movimentos de regeneração democrática da Primeira República, não podemos nos esquecer da modéstia de seus propósitos políticos: estes se inserem basicamente no contexto da luta das oligarquias dissidentes pela hegemonia política no seio da classe dominante agrária. Elas souberam utilizar o entusiasmo liberal de parte das camadas médias tradicionais em proveito do ataque contra o bloco oligárquico hegemônico. O aspecto puramente interno do conflito é posto em evidência pelos modos de manifestação e de resolução das dissensões: primeiro o jogo institucional e o processo eleitoral, em seguida a reconciliação e a reintegração. É neste sentido que José Honório Rodrigues²⁵ se refere à conciliação como

(25) Consultar José Honório Rodrigues, *op. cit.*, p. 23-111.

mônica e as oligarquias dissidentes não mudou a natureza do seu papel político nem seu grau de integração política. Elas não puderam criar um partido tipicamente “classe média” como expressão de um certo grau de autonomia política em relação às oligarquias. Ao contrário, foram decapitadas dos seus melhores elementos em benefício dos partidos e movimentos oligárquicos. As campanhas cívicas que opuseram os civilistas aos hermetistas, ou o Partido Democrático ao Partido Republicano, não teriam constituído “lições de democracia” sem a presença entusiasta dos advogados, dos médicos, da alta burocracia, para quem o funcionamento deste jogo democrático de caráter elitista e limitado já constituía a realização prática dos princípios da democracia liberal.

Em todo caso, a referência ao “transformismo” ou à “decapitação” parece sugerir o “desvio” das classes médias tradicionais da defesa de suas verdadeiras aspirações, em proveito da política oligárquica. De fato, a ausência de reivindicações econômicas e corporativas no comportamento político destes grupos parece ser surpreendente, sobretudo se se tiver em conta a prática oligárquica de transferência para o conjunto da população brasileira dos custos da superprodução cafeeira. Numa conjuntura em que a política governamental de manutenção dos preços internacionais do café provocava a inflação interna, bem como o aumento do preço dos produtos importados, as camadas médias tradicionais não se juntaram aos protestos urbanos contra a alta dos preços e contra a pauperização; ora, este silêncio parecia chocar-se com seus interesses mais concretos e mais imediatos. Além disso, se as lutas econômicas cotidianas fazem parte do percurso para uma prática política superior, deve-se concluir que tal ausência poderia impedir as camadas médias tradicionais de aceder à consciência das desvantagens sociais da “especialização agrária” e da necessidade histórica da industrialização.

A rigor, a suposição de um “desvio” parte inicialmente da atribuição às camadas médias tradicionais de interesses de “consunidor”; e implica, a seguir, a caracterização de tais interesses como o fator determinante da orientação política desses grupos. Tal idéia não nos é estranha; de fato, ela constitui o elemento central das teorias sobre a “classe média” nas sociedades do *welfare*, ou seja, as sociedades capitalistas avançadas. O consumo constituiria, nessas sociedades, um fator de anulação das ideologias; a aparição de sociedades tipicamente “classe média” seria inseparável da tendência ao desaparecimento das ideologias. A aplicação deste tipo de raciocínio a uma sociedade capitalista periférica e agrária poderia levar-nos a concluir que a orientação política das camadas médias seria uma função da privação do consumo.

o meio político típico de resolução das disputas internas da classe dominante ao longo da História do Brasil desde a Independência; o emprego da violência revelaria a presença, entre os participantes da crise política, de outros grupos sociais não controlados pela classe dominante e insubmissos a seus propósitos.

Esta observação mostra-se útil, sobretudo ao abordar-se o mais importante e último movimento de oposição oligárquica da Primeira República, a Aliança Liberal de 1930. Mais exatamente, ela nos permite estabelecer uma distinção entre a luta da Aliança Liberal e a Revolução de 1930. Retomaremos este tema em seguida; antes, porém, é útil observar que a Aliança Liberal nasceu da união eleitoral entre as oligarquias de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba com o propósito de apresentar à opinião pública uma candidatura presidencial alternativa à candidatura governamental. A campanha eleitoral do opositorista Vargas atraiu mais do que nunca as populações urbanas, entre as quais as camadas médias tradicionais, ainda mais que a crise econômica cafeeira e do mercado mundial obrigava o governo central a recuar a uma posição nitidamente defensiva. O clima de entusiasmo pró-Aliança existente nas cidades parecia assegurar a vitória do candidato de oposição; mais uma vez, contudo, as práticas eleitorais oligárquicas permitiram a eleição do candidato governamental. E, novamente, as oligarquias dissidentes tendiam à reconciliação com o bloco oligárquico hegemônico; mas, o processo de negociação entre as duas facções oligárquicas foi interrompido por uma força política externa, cuja intervenção colocou desde logo como objetivo a derubada do governo oligárquico: o grupo militar e, especialmente, os tenentes. Examinaremos, em seguida, o sentido político da ação do grupo militar. Do episódio da Revolução de 1930, só queremos reter aqui o caráter oligárquico da Aliança Liberal e a manifestação renovada da aliança política entre as oligarquias dissidentes e as camadas médias tradicionais; e que estes grupos nunca tentaram levar a luta contra a composição oligárquica hegemônica além dos limites institucionais. Assim, é importante começar a análise sociológica da Revolução de 1930 pela desagregação de uma afirmação tradicional segundo a qual “a Revolução de 1930 foi uma revolução das classes médias”; de momento, lembremos apenas que a Aliança Liberal foi, em parte, uma manifestação das camadas médias tradicionais.

Portanto, não hesitamos em afirmar que as camadas médias tradicionais da Primeira República desempenharam, no seu conjunto, o papel de aliadas políticas da classe dominante agrária, e que elas foram integradas, a este título, ao sistema político oligárquico. E, mais, sua divisão entre a composição oligárquica hege-

Entretanto, a suposição de um “desvio” não nos parece correta. Sem colocar globalmente em questão as teorias sobre o consumo da “classe média” e seus efeitos de anulação ideológica nas sociedades capitalistas avançadas, queremos, porém, sugerir que elas não se aplicam — pelo menos por enquanto — às sociedades capitalistas periféricas e agrárias em processo de transição para uma sociedade capitalista industrial. Relemos as camadas médias tradicionais da Primeira República. Em primeiro lugar, é problemático afirmar que a política econômica do Estado oligárquico frustrava as aspirações ao consumo das camadas médias tradicionais; como seu nível salarial e de renda era muito mais alto que o das baixas camadas médias ou da classe operária, elas eram consideravelmente menos atingidas pela alta de preços. Portanto, seu relativo empobrecimento não era interpretado como uma ameaça de proletarização e não engendrava nenhuma forma especial de reação política aos responsáveis pela política econômica: as oligarquias.

Assim, as aspirações econômicas e os desejos de consumo das camadas médias tradicionais não eram totalmente frustrados. Contudo, é preciso notar que estas aspirações não eram suas aspirações principais; e que elas não constituíam o fator determinante de suas aspirações políticas. Não é razoável identificar estas camadas médias tradicionais à “classe média” moderna, típica das sociedades capitalistas industriais avançadas, onde os monopólios chegaram a reorganizar o conjunto da vida social e a transformar o consumo em um valor prioritário. As camadas médias tradicionais constituíram-se numa conjuntura de transição da sociedade capitalista agrária brasileira para o capitalismo industrial; mas, num mundo onde o novo se esboçava, elas ainda representavam o antigo. Nascidas no seio do mundo oligárquico, elas não poderiam desembaraçar-se de sua mentalidade pré-industrial ao simples contato do mundo industrial nascente. Enquanto proprietários de terras, tinham sido mais senhores de escravos que empresários, mais potentados sociais que investidores. É difícil encarar o consumo e os interesses econômicos cotidianos como os fatores em última instância determinantes de suas orientações políticas. Para as camadas “despossuídas”, o prestígio social contava mais que o nível de consumo; coexistiam até orgulhosamente com a sua “pobreza”, e esta contribuía para evidenciar o valor especificamente social de suas funções, das profissões liberais ao exercício de cargos de “responsabilidade” na burocracia pública ou privada. A “riqueza” e o “dinheiro” dos industriais eram encarados como sinônimos de “vida fácil”, o esplendor social estava antes na posse de títulos honoríficos que no consumo suntuário. Suas aspirações políticas, portanto,

só poderiam definir-se em função destes sentimentos. Não é estranho que se tenham esgotado ao nível da própria política; em outras palavras, sua maior aspiração política foi o próprio exercício da prática política enquanto puro símbolo de prestígio social e não enquanto instrumento de concretização de interesses econômicos-sociais mais ou menos imediatos, do consumo à industrialização. Encarado sob este ângulo, o liberalismo oligárquico deixa de ser uma simples criação das oligarquias, imposta *a posteriori* às camadas médias tradicionais, para mostrar-se um conjunto ideológico mais complexo, que concilia a justificação dos interesses gerais da classe dominante agrária com a consagração das aspirações políticas das camadas médias tradicionais. Esta co-responsabilidade é confirmada, aliás, pela observação histórica: os estudantes das faculdades do Rio de Janeiro ou de São Paulo ou os advogados e os médicos participando da Assembleia Constituinte de 1889 contribuíram diretamente à cristalização do pensamento liberal oligárquico. Além de racionalizar a dominação de classe dos proprietários de terras, o liberalismo oligárquico justificava a atribuição à prática política de um caráter de ‘privilegio’ social; ela só competiria aos homens cultos, cuja “responsabilidade” na gestão da sociedade seria fundada em sua superioridade diante das massas ignorantes e incapazes. Se para as oligarquias a ideologia liberal justificava o açambarcamento dos instrumentos da política econômica e seu emprego na expansão contínua do capitalismo agrário-mercantil, para as camadas médias tradicionais ratificava como uma distinção social o direito à política.

Se se pode atribuir — além dos desejos individuais de mobilidade social ascendente — “interesses” ou “aspirações” às camadas médias tradicionais da Primeira República, eles certamente se concentram no plano da “política” *stricto sensu*. As camadas médias tradicionais preferiram esgrimir-se ao lado das oligarquias hegemônicas ou dissidentes com a arma do liberalismo a descer ao terreno mais popular e mais trivial das reivindicações econômicas cotidianas; a atribuição da responsabilidade da alta dos preços aos “maus industriais” e aos “industriais estrangeiros”, mais que um protesto, constituía uma manifestação de desdém e de superioridade social diante da burguesia industrial nascente.

Em resumo, é a conjuntura histórica — última etapa de expansão do capitalismo agrário-mercantil, delineamento da transição para o capitalismo industrial — que explica o “tradicionalismo” de uma parte das camadas médias urbanas e sua polarização pelo jogo político-institucional oligárquico. As vésperas da Revolução de 1930, as camadas médias tradicionais ainda estarão divididas en-

oligárquica — as desvalorizações da moeda nacional e a inflação, as taxas sobre a importação de manufaturados —, ao mesmo tempo em que sustentava a expansão da economia agrário-mercantil, atribuía aos pequenos consumidores urbanos o ônus da “especialização agrária”. No tocante às baixas camadas médias, a política oligárquica de “socialização das perdas” provocava não apenas um empobrecimento real, mas instalava também, entre elas, o temor da proletarização. É interessante, a propósito, examinar o grau de deterioração do poder aquisitivo dos funcionários públicos do Rio de Janeiro em relação ao da classe operária ao longo do período 1914-1918.

Tabela I²⁶

Ano	Índice do custo de vida	Salários reais no Rio de Janeiro		
		operário comum	operário especializado	funcionário público — categorias O e E
1914	100	100	100	100
1918	263	91	63	76

Se a pauperização absoluta implicava uma redução do nível de vida e de consumo, a pauperização relativa continha a ameaça da proletarização. Esta situação nos obriga, portanto, a colocar o problema das relações possíveis entre as baixas camadas médias e a classe operária; estas camadas, em situação instável, poderiam tender a uma consciência proletária e à fusão com a classe operária?

Antes de mais nada, é preciso observar que era o desejo de ascensão social o fator determinante das migrações rurais para as cidades; e que uma parte das massas rurais urbanizadas encontrara na integração ao setor mais modesto do “terciário urbano” o meio de fugir ao “trabalho manual”, ao qual as lembranças do passado recente — a escravidão — impunham uma sobredegradação. Nestas condições, é difícil admitir a possibilidade de uma fusão destes

(26) A tabela acima constitui uma readaptação limitada da tabela apresentada por Boris Fausto, *A revolução de 1930*. Brasiliense, São Paulo, 1970, p. 94.

tre a fidelidade ao bloco governamental e a adesão entusiástica à Aliança Liberal: duas maneiras de preencher um só papel, o de aliadas políticas da dominação oligárquica.

Classe média e protesto popular

Entretanto, da absorção política das camadas médias tradicionais pelas oligarquias não se deve deduzir o caráter “funcional” do conjunto das camadas médias urbanas em relação ao sistema político oligárquico e à dominação de classe dos grandes proprietários de terras; a contrapartida da incorporação política das camadas médias tradicionais foi a exclusão política das baixas camadas médias. A posição social global dos pequenos funcionários públicos ou dos empregados de banco e de escritório impediu-os de desempenhar o papel de aliados da dominação oligárquica; é exatamente nesse pequeno mundo de “trabalhadores não-manuais” de prestígio reduzido e qualificação modesta que se instalou, ao nível do conjunto das camadas médias, o primeiro embrião de orientação política antioligárquica. Inicialmente, é preciso assinalar sua posição de independência em relação ao mundo oligárquico. A própria origem social colocava-as à margem dos valores “tradicionais” e pré-industriais cultivados pelas camadas “despossuídas” e interditava o estabelecimento de laços familiares e sociais com as oligarquias; além disso elas integravam a parte do mercado urbano de “trabalho não-manual”, não constringida pelas “relações de lealdade”. Seu afastamento do mundo oligárquico e a indiferença das oligarquias com respeito aos setores mais modestos do “terciário urbano” criavam, portanto, condições para uma maior autonomia ideológica e política frente à classe dominante agrária.

Demais, sua situação de trabalho jamais poderia constituir a base da adesão ao liberalismo oligárquico. O mundo dos “homens cultos”, do “trabalho intelectual” e dos títulos honoríficos não era o seu; o que era uma visão global do mundo nas camadas médias tradicionais não poderia transformar-se em ideologia política nas baixas camadas médias.

É difícil, assim, imaginar a integração das baixas camadas médias à dominação oligárquica. Sendo, ao mesmo tempo, pequenos assalariados e consumidores de produtos manufaturados, seus integrantes alinhavam-se, eles próprios, entre as principais vítimas urbanas da política oligárquica. O conjunto da política econômica

“colarinhos brancos” em ascensão dentro da classe operária e a formação de um conjunto proletário ampliado, organizado politicamente para a luta contra a classe dominante. Esta defasagem não somente impediu a identificação entre os dois grupos, mas também colocou um obstáculo ao estabelecimento de uma aliança fundada ao mesmo tempo sobre a diferença e sobre a solidariedade entre os dois conjuntos: os empregados e os pequenos funcionários de um lado, a classe operária de outro. Desfavorecidos igualmente pela política econômica oligárquica, os dois grupos não chegavam, no entanto, a articular num só movimento seus protestos econômicos cotidianos. Enquanto a classe operária integrava às reivindicações econômicas a sua estratégia política anticapitalista, a espontaneidade comandava os protestos das baixas camadas médias; as finalidades de suas manifestações difusas e não organizadas não iam além da pura satisfação de suas necessidades imediatas. Se a conjuntura favorecia a convergência de seus protestos econômicos, ainda assim era evidente a defasagem de orientações entre a classe operária e as baixas camadas médias urbanas. Os exemplos históricos não fazem senão confirmar a diversidade das tendências. A espontaneidade, a falta de organização e a natureza explosiva são as características dominantes das manifestações no Rio de Janeiro contra a vacina obrigatória (1904) e contra a alta dos preços (1912, 1913); todo o mal-estar dos pequenos empregados e funcionários da capital federal, esmagados pelo aumento dos preços e dos alugúis, exprimiu-se através das explosões coletivas de cólera e das depredações, da agitação nas ruas, das concentrações espontâneas. Em contraoposição, a preocupação pela organização e a filiação a uma estratégia política, na ocorrência anarco-sindicalista, caracterizam a Greve Geral de 1917, em São Paulo; o movimento operário aparece aqui como agente de articulação dos protestos econômicos e dos propósitos mais profundos de derrubada definitiva do Estado capitalista.

Entretanto, as oligarquias não estabeleciam nenhuma diferença qualitativa entre o protesto organizado da classe operária e as reivindicações econômicas difusas das baixas camadas médias; elas questionavam igualmente os mecanismos de sustentação da expansão do capitalismo agrário-mercantil, e, em consequência, deviam ser igualmente reprimidas. Assim, ao ignorar suas reivindicações ou ao reprimir seus protestos, as oligarquias retiravam às baixas camadas médias a possibilidade de influenciar o processo de tomada de decisões; e mesmo a participação individual de seus integrantes — enquanto eleitores — no processo eleitoral não poderia esconder a ausência de verdadeiros canais de expressão de suas aspirações. Digamos mais diretamente que as baixas camadas mé-

dias, a exemplo da classe operária, foram excluídas do sistema político oligárquico.

A exclusão política das baixas camadas médias é um indicio do potencial antioligárquico de seus protestos. É verdade, elas atribuíam a responsabilidade por seu empobrecimento e por seu mal-estar social aos industriais e não ao conjunto da política econômica oligárquica. A privação do consumo levava-as à crítica dos responsáveis mais imediatos pela alta dos preços dos produtos manufaturados, quais sejam, os “industriais desonestos” e os “especuladores”; e este julgamento superficial jamais era seguido por uma avaliação das causas mais profundas da inflação. De qualquer modo, seus protestos contra a alta dos preços e dos alugúis e contra a especulação assumiam objetivamente o caráter de uma condenação — se bem que ainda embrionária e mesmo “pré-política” — do conjunto da política econômica oligárquica, cujas fórmulas satisfiziam ao mesmo tempo os interesses do setor agrário de exportação e os do grupo industrial. Mais precisamente, os vagos protestos e a ação reivindicativa difusa das baixas camadas médias, ao mesmo tempo em que se dirigiam concretamente contra os industriais, já continham um potencial de reivindicação da industrialização enquanto estratégia de combate contra as nefastas consequências sociais da “especialização agrária”. É este potencial que deu origem à gestação de um culto do Estado nacional entre as baixas camadas médias.

Chegamos, pois, ao tema do bonapartismo da pequena burguesia, da classe média ou das camadas médias. Entretanto, nossos propósitos nos levam além de uma teoria geral do Estado capitalista; precisamos tentar caracterizar, ao nível da conjuntura histórica considerada, um modo particular de realização das relações possíveis entre as classes de transição ou os grupos secundários e o Estado capitalista.

Todos os grupos médios, pelo fato de não serem diretamente engajados no antagonismo entre as classes sociais polares, são incapazes de identificar adversários sociais permanentes e unívocos. Tal como os operários, os “não-manuais” exercem um trabalho; mas, sua não participação no processo de produção de mercadorias e a invisibilidade do resultado material de seu trabalho bloqueiam a possibilidade de uma consciência da exploração e da expropriação, cujo momento ativo seria um ímpeto de reapropriação dos instrumentos de produção e dos frutos do seu trabalho. Ausentes, assim, da luta social direta e aberta, ficam obrigados a traduzir seu mal-estar social em reivindicações e demandas endereçadas à expressão mais abstrata da dominação dos proprietários do capital: o Estado. Os grupos médios tendem, pois, a considerar o Estado

como o supremo personagem da cena social e a desconhecer sua base de classe; o Estado aparece a seus olhos como o ser universal capaz de representar os interesses gerais da sociedade. De tal visão decorrem o apelo ao Estado enquanto árbitro da vida social e a submissão filial a suas decisões. A análise das relações entre o campesinato e o Estado francês, empreendida por Marx em *O 18 brumário*, coloca em evidência a identificação da pequena burguesia tradicional com o Estado. Sua análise, contudo, além de indicar alguns elementos teóricos gerais, é também uma análise de conjuntura. A lição que se tira é que a análise de cada conjuntura histórica deve caracterizar um modo particular de concretização das relações possíveis entre os grupos médios e o Estado capitalista.

Retornemos o caso brasileiro. Levando-se em conta o caráter agrário e periférico da sociedade capitalista brasileira do início do século XX, compreende-se-a que a industrialização tornava-se historicamente "urgente" para o consumidor urbano já integrado ao universo de exigências "precoceas" criadas pelo contato com as sociedades capitalistas centrais. A condição de consumidores urbanos periféricos permitia, portanto, a gestação entre as baixas camadas médias nascentes de uma forma histórica particular de conjuntura: a aspiração ao Estado industrializador. Numa conjuntura complexa, onde ao mesmo tempo em que o contato econômico e o cultural entre o centro e a periferia capitalistas estimulavam o consumo industrial, esses desejos nascentes eram frustrados pela política oligárquica de expansão contínua do capitalismo agrário-mercantil, as baixas camadas médias tendiam a identificar-se, não ao Estado presente mas a um Estado futuro capaz de promover o bem-estar das populações urbanas. Assim, sob o impulso da aspiração à industrialização, o culto do Estado tendia a exprimir-se sob a forma da aspiração a um Estado industrializador e obrigatoriamente antioligárquico.

Entretanto, seria incorreto assimilar a história do comportamento político das baixas camadas médias durante a Primeira República ao longo processo de evolução política que iria da etapa das reivindicações econômicas difusas à etapa de cristalização das aspirações à industrialização. A realidade jamais foi tão simples e tão linear. No fundo, estas aspirações não se exprimiram senão através da ação política de uma "categoria social" filiada às camadas médias urbanas: o grupo militar. Sua situação especial no interior dos aparelhos do Estado oligárquico e suas relações com a classe dominante agrária as transformaram, em muitas ocasiões, no intérprete político destas aspirações: e esta interpretação sempre trazia a marca dos valores e da visão do mundo militares.

Ainda assim, é preciso reconhecer que antes dos anos 20 as aspirações pró-industrializadoras e antioligárquicas tinham mais dificuldades de exprimir-se: a expansão contínua — se bem que limitada — do capitalismo agrário mercantil constituía um obstáculo à tomada de consciência do caráter socialmente nefasto da "especialização agrária" e da dominação oligárquica. Numa conjuntura em que as exportações agrícolas geravam a maior parte da renda nacional, e em que a política de "valorização" neutralizava efetivamente os efeitos da superprodução, a industrialização ainda não podia ser encarada como a alternativa obrigatória do impasse do desenvolvimento capitalista agrário. O capitalismo agrário-mercantil continuava a desenvolver as forças produtivas e tanto suas condições como suas limitações não podiam ser socialmente evidentes. Mas esse equilíbrio instável e transitório não pôde impedir o nascimento de sentimentos antioligárquicos; bloqueou, isto sim, sua difusão social e sua cristalização numa prática política coerente. A ausência de um processo linear de evolução política das baixas camadas médias, além do mais, é confirmada pelo fato de a primeira manifestação de um sentimento coletivo antioligárquico ter eclodido imediatamente após a Proclamação da República. Mas esta primeira manifestação de radicalismo urbano não pode ser compreendida sem que se tome em consideração a conjuntura política global e a ação política do grupo militar. Depois do golpe de Estado do 15 de novembro de 1889, a principal preocupação do grupo militar no poder foi a consolidação do novo regime e o afastamento do perigo da restauração. Tais propostas restauradoras não eram as da burguesia cafeeira; esta esperava pacientemente o momento oportuno para afastar o grupo militar do poder, colocar a seu serviço as instituições republicanas e assumir a hegemonia política. Era antes a antiga classe dominante, escravista e imperial, e seus agentes políticos — a marinha, o governo português — que se dispunham à resistência contra o governo militar; suas tentativas de restauração imperial constituíam, ao mesmo tempo, tentativas de reconquista da hegemonia política e de anulação da ameaça de mudanças políticas mais profundas. A revolta da marinha e a revolução federalista foram os momentos mais importantes dessa luta: seu esmagamento pelo Exército não foi senão um prolongamento da política de consolidação definida pelo grupo militar em seguida ao golpe de Estado antimperial e concretizada através de medidas tais como a substituição de dez governadores de província por elementos militares. A ação antioligárquica do governo militar se concretizou num clima de agitação urbana; as manifestações de simpatia para com ele assumiam um caráter nacionalista e mesmo xenófobo e, em última instância, antioligárqui-

co. Esta agitação nacionalista e pró-militar é, em grande parte, o resultado da inquietação social das baixas camadas médias nascentes. De 1891 a 1894, o Rio de Janeiro foi o foco principal do florianismo e do jacobinismo; e estas duas expressões traduziam uma só tendência: o radicalismo nacionalista, xenóforo e pró-militar dos pequenos funcionários e empregados da capital federal. Evidentemente, os primeiros e mais ardentes florianistas e jacobinos foram os próprios oficiais do Exército; organismos como o clube militar ou as escolas militares converteram-se de fato em centros de agitação nacionalista e pró-governamental. Contudo, se o grupo militar foi o principal responsável pela difusão do florianismo ou jacobinismo junto às baixas camadas médias, sua ação de agitação e propaganda não implicou um verdadeiro esforço de mobilização política dos grupos civis. A despeito de estar situado pelas oligarquias decadentes e ascendentes, o grupo militar não se lançou à organização política da tendência popular nascente. A visão putschista do processo político tinha algo a ver com isso: o problema da conquista de uma base social de apoio não se punha claramente a seus olhos. Mas, esta subestimação das relações entre a ação política e as forças sociais também era um indicio dos limites de seus propósitos. Para o grupo militar, o objeto da luta política não era a forma de desenvolvimento da sociedade brasileira — a expansão contínua do capitalismo agrário-mercantil ou a industrialização capitalista — mas o conjunto das instituições republicanas, postas em perigo pelos propósitos restauradores da antiga classe dominante agrária. Se o alvo de sua ação política era a consolidação da república, sua missão se revelava primordialmente defensiva: ficar no poder enquanto fosse possível, a fim de impedir a destruição da república pela antiga classe dominante agrária. Esta concentração de suas aspirações a nível institucional constituiu um obstáculo à mobilização política dos grupos sociais urbanos potencialmente antioligárquicos e permitiu-lhes tratar o problema da ação política em termos puramente militares. Seja como for, é preciso frisar que uma política de industrialização e a aspiração a um Estado industrializador não constituíam uma possibilidade histórica na conjuntura dos anos 90: a expansão da economia cafeeira atingia seu auge, o mundo urbano-industrial apenas existia e os mercados de trabalho e de consumo não estavam plenamente constituídos. Entretanto, as disposições antioligárquicas do grupo militar, concretizadas em função de sua situação particular no interior do Estado pós-imperial e de suas relações institucionais específicas com a classe dominante agrária, permitiram-lhe desempenhar o papel de vanguarda política das baixas camadas médias, votada à apreensão antecipada de suas aspirações

embrionárias. Isto explica a espontaneidade do entusiasmo e da cólera populares, assim como a onda de agitação urbana paralela à ação política do grupo militar; as baixas camadas médias eram intuitivamente atraídas pelo teor objetivamente antioligárquico da política militar. Contudo, isto explica também o entorpecimento do florianismo e do jacobinismo; em 1894, a burguesia cafeeira de São Paulo afasta do poder o grupo militar, reprime os focos de agitação florianista e jacobina e, finalmente, põe todos os novos instrumentos institucionais a serviço da última etapa de expansão do capitalismo agrário-mercantil.

Nesta perspectiva, a desagregação do radicalismo urbano dos anos 91-94 e o recuo das baixas camadas médias para os setores econômicos difusos e vagamente antioligárquicos não se definem como uma regressão histórica; são, antes, os resultados da superação de uma conjuntura de crise institucional que tinha permitido ao grupo militar exprimir, politicamente, os sentimentos antioligárquicos embrionários das baixas camadas médias. A partir do início do século XX, enquanto a classe operária de São Paulo se organiza politicamente para a luta contra o Estado oligárquico e transforma as reivindicações econômicas cotidianas em arma de luta anticapitalista, as baixas camadas médias exprimem através de reações espontâneas e imediatas uma resistência ao esmagamento do seu poder aquisitivo e à deterioração de suas condições de vida.

Entretanto, a crise dos anos 20 vai alargar as possibilidades de expressão política dos sentimentos antioligárquicos: não se trata apenas de uma crise institucional, mas de uma crise social profunda traduzida pela revolta crescente das populações urbanas contra a política oligárquica de "socialização das perdas". Se esta crise se amplia progressivamente é porque, a partir dos anos 20, o caráter historicamente limitado da expansão do capitalismo agrário-mercantil brasileiro se torna cada vez mais evidente. A superprodução cafeeira prossegue e a política de "valorização" assume um caráter permanente. A "socialização das perdas" torna-se clara para as populações urbanas; são elas que pagam, enquanto consumidoras de manufaturados industriais, os custos da "especialização agrária". Nestas condições, a industrialização torna-se uma alternativa social, cada vez mais aceitável à medida que se anuncia a crise do mercado mundial. Os conflitos políticos tornam-se mais frequentes e mais profundos. O bloco oligárquico hegemônico é cada vez mais acossado pelos movimentos de oposição das oligarquias dissidentes; a classe operária passa progressivamente do anarco-sindicalismo ao leninismo e funda o Partido Comunista. E se as aspirações antioligárquicas das baixas camadas médias permanecem num es-

tado espontâneo, ainda uma vez o grupo militar saberá interpretar, se bem que à sua maneira, estas aspirações. Mas esta observação introduz o tema do tenentismo.

As duas faces do tenentismo

Não podemos, no quadro deste trabalho, reconstruir a história do tenentismo. Nosso objetivo é, antes, definir a significação política do tenentismo e as relações políticas entre a ação dos tenentes e as camadas médias urbanas.²⁷ Apenas lembremos os traços mais gerais do tenentismo, que caracteriza a atitude tipicamente militar de revolta contra as oligarquias. De um modo geral, os movimentos tenentistas apresentam certas características comuns: foram desencadeados e coordenados pelos oficiais médios do Exército brasileiro, quais sejam, tenentes e capitães; seu alvo principal foi a derrubada do bloco oligárquico hegemônico, sua organização foi mais militar que política e o putschismo foi sua forma dominante de ação. Os movimentos tenentistas constituíram os eventos políticos mais importantes dos anos 20; a revolta de 1922 e a revolução de 1924 consagraram a violência como o recurso essencial da luta contra o Estado oligárquico, e a Revolução de 1930 foi em grande parte o prolongamento e a consequência da ação dos tenentes. Todavia, estaríamos equivocados se considerássemos o tenentismo como um fenômeno político monolítico; seus traços mais gerais coexistiram com a diversidade regional e temporal de suas manifestações. A rigor, muitos poucos autores,²⁸ até o presente, puseram em evidência a fragmentação e a ambiguidade do tenentismo. A atribuição ao tenentismo de um caráter unitário e a subestimação da variedade de suas manifestações não são, de resto, casuais; decorrem antes da preocupação sociológica no sentido de

(27) O ensaio fundamental de interpretação sociológica do tenentismo continua a ser o clássico Virgínio Santa Rosa, *Que foi o tenentismo*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1963; 2.^a edição de *O sentido do tenentismo*, publicado em 1933.

(28) Entre os primeiros autores a matizar a análise sociológica do tenentismo, citamos Bóris Fausto, "A revolução de 1930": *Brasil em perspectiva*. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1968, e *A revolução de 1930*. Brasiliense, São Paulo, 1970; e também Maria do Carmo Campello de Souza, "O processo político-partidário na Primeira República" (*Brasil em perspectiva*, citada).

estabelecer uma relação entre os movimentos tenentistas e a "classe média" brasileira. Dito de outra forma, a unidade do tenentismo seria a melhor prova da existência de uma "classe média", cujas disposições ideológicas poderiam ser exprimidas globalmente pela ação política de uma "categoria social", pertencente a ela. Entretanto, a simples observação histórica é suficiente para romper esta suposição de unidade. A diversidade regional e temporal do tenentismo, porém, não se explica por si própria; é preciso, portanto, ir além da pura constatação dessas nuances e buscar as raízes sociais da diversidade. Em outras palavras, é preciso encerrar a fragmentação do tenentismo como a expressão da presença de aspirações sociais diversas no interior do grupo militar. Nesta perspectiva, a diversidade regional e temporal constitui a superfície da diversidade social do tenentismo.

A análise sociológica do tenentismo deve apreender, ao mesmo tempo, sua unidade e sua diversidade. De um lado, deve ter em conta características gerais comuns a todos os movimentos tenentistas, e considerá-los como uma manifestação da situação particular do grupo militar enquanto "categoria social" ligada ao Estado; de outro, deve considerar a variedade das manifestações tenentistas, e considerá-la como a expressão da inserção dos tenentes na sociedade e de sua filiação às camadas médias urbanas.

Os tenentes foram um grupo militar; esta verdade aparentemente simples foi, no entanto, esquecida pelos autores sequiosos de identificar na ação tenentista um desejo consciente de transformação da sociedade brasileira. A condição de "categoria social" dos tenentes tem relação estreita com as formas políticas concretas assumidas pelos movimentos tenentistas. A definição funcional do grupo militar leva-o a ver o Estado como a expressão suprema da Nação; e, enquanto categoria profissional institucionalmente encarregada de assegurar a soberania do Estado, o grupo militar tende a interpretar sua própria degradação profissional e social como o indicio de um ultraje à Nação. O potencial de revolta do grupo militar mostra-se considerável nas sociedades periféricas cuja situação semicolonial constitui a negação mesma do Estado-Nação; lembremos somente a Turquia de Mustafá Kemal e o Egito de Nasser, onde o nacionalismo das forças armadas foi a resposta ao colonialismo e à ocupação estrangeira, enquanto fatores de negação da Nação e de degradação da corporação militar.

Retomemos o caso brasileiro. O potencial de revolta do grupo militar estava no fato de a dominação oligárquica ter um caráter duplamente antinacional. De um lado, as oligarquias hegemônicas tinham se servido das instituições republicanas para descentralizar o Estado e reforçar a autonomia econômica regional; o Brasil da

“Confederação Oligárquica”, mais que uma nação, foi uma justa posição inorgânica de células regionais. De outro lado, a hegemonia política da burguesia cafeeira não havia feito senão reforçar a situação de depeadência da sociedade brasileira diante do capitalismo internacional; a estabilidade da política econômica do Estado oligárquico dependia integralmente da continuidade do apoio financeiro trazido pelo capital bancário europeu. Federação, regionalismo, submissão ao imperialismo europeu: a política oligárquica estava longe de constituir um elemento de integração nacional. Este processo encontrava uma expressão política imediata na deterioração da situação profissional e social do grupo militar; e era nesse nível que os militares viviam a crise de entraquecimento do Estado-Nação. Depois da consolidação do Estado nacional, por volta de 1850, a situação profissional e social do grupo militar deteriorava-se progressivamente: diminuição do contingente, redução dos salários, falta de material bélico. A situação não melhorou depois da Proclamação da República. Uma vez consolidado o novo sistema político, as oligarquias prosseguiram com a política de depreciação do elemento militar; ao fazê-lo, elas tentavam não somente completar, ao nível dos aparelhos do Estado, o processo de pulverização da nacionalidade, mas buscavam também, se bem que intuitivamente, enfraquecer um inimigo potencial. As relações específicas entre as oligarquias e o grupo militar explicam, pois, a articulação do seu enfrentamento em torno de um objeto definido prioritariamente ao nível político-institucional: o Estado oligárquico e não as bases da sociedade brasileira. Mais do que mudar a sociedade, os movimentos tenentistas propunham-se sobretudo à derrubada do bloco oligárquico hegemônico: aspiravam primordialmente à “purificação” do Estado, e não à transformação da sociedade. A situação profissional dos tenentes também explica a escolha do putschismo como forma dominante de ação política, e a hesitação, e mesmo a recusa a estabelecer contatos políticos com os grupos civis de oposição; houve nuances, evidentemente, mas todas as manifestações do tenentismo consagraram a ação militar como elemento determinante da luta antioligárquica; e a conquista de uma base social de apoio era encarada como uma necessidade secundária.

Entretanto, a inserção dos tenentes no aparelho de Estado não pode nos deixar esquecer sua inserção na sociedade brasileira; se as formas políticas dos movimentos tenentistas se definiam em função de seu comportamento enquanto “categoria social”, as aspirações sociais que exprimiam, se bem que de maneira vaga, traduziam sua filiação às camadas médias urbanas. É este fato que se encontra na origem da diversidade regional e temporal do tenen-

tismo. Se as camadas médias urbanas estavam longe de constituir uma unidade ideológica e política — que se pudesse chamar “classe média” —, a fragmentação das manifestações de sua vanguarda política tornava-se bastante compreensível. A análise dos movimentos tenentistas deve então atravessar sua fachada militar, putschista e antioligárquica a fim de encontrar aí os sinais de diferentes aspirações sociais. Nesta perspectiva, pode-se compreender a existência entre os tenentes de uma “ala liberal”, que colocava os métodos e as formas de ação militares a serviço dos propósitos políticos moralizadores típicos das oligarquias dissidentes e de suas aliadas: as camadas médias tradicionais. As propostas dos movimentos ou manifestações típicas desta tendência não ultrapassavam a regeneração da democracia liberal de elite, instaurada pelas oligarquias; os tenentes liberais jamais transpunham o limite da realização do processo eleitoral oligárquico para defender o reconhecimento do direito do analfabeto ao voto e a instauração de uma democracia de massas. No fundo, a única inovação do tenentismo liberal em relação aos movimentos oligárquicos de oposição era sua disposição de utilizar a violência para derrubar o bloco oligárquico hegemônico e romper, assim, o círculo da conciliação oligárquica. A ausência de uma aliança política entre essa tendência liberal e as oligarquias dissidentes não pode ser explicada pela existência de um conflito ideológico entre as duas forças políticas; é antes o resultado do putschismo dos “tenentes” e da história das relações institucionais entre o grupo militar e as oligarquias ao longo da Primeira República. Se os tenentes consideravam os civis como “incapazes” ou “corruptos”, as oligarquias atribuíam aos tenentes tendências “radicais” ou “bolchevistas”; esta desconfiança recíproca bloqueava as possibilidades de um diálogo político e isolava os tenentes liberais em sua luta pela realização de um programa político, grosso modo semelhante ao das oligarquias dissidentes. A revolta do Forte do Copacabana em 1922, no Rio de Janeiro, constitui a expressão quase pura da tendência tenentista liberal; o entusiasmo e o heroísmo dos jovens oficiais engajados na ação militar antigovernamental não devem nos deixar esquecer que na origem do *putsch* achava-se o desejo de restaurar, através da derrubada do bloco oligárquico hegemônico, a dignidade da Nação e das forças armadas, e que os propósitos dos putschistas não traduziam nenhuma atitude crítica em relação ao liberalismo elitista e às instituições democrático-oligárquicas. Se a revolta de 1922 foi uma expressão quase exclusiva do tenentismo liberal, a revolução de 1924 foi mais heterogênea; os liberais não representavam mais que uma das tendências revolucionárias. O movimento de 1924 ultrapassou o caráter local e

centralizado da revolta de 1922, restrita ao Rio de Janeiro, para definir-se como um movimento de caráter nacional. Sentimentos liberais existiam num grau variável entre todos os grupos militares regionais, mas a tendência liberal encontrou seus melhores representantes entre os tenentes de São Paulo, reunidos em torno do líder Siqueira Campos. Os propósitos dos tenentes de São Paulo são postos em evidência em sua tentativa de estabelecimento de uma aliança política com as oligarquias dissidentes reunidas em torno de Antônio Prado; se este esforço não desaguou em resultados políticos concretos, isto foi devido mais às tensões tradicionalmente existentes entre as oligarquias e o grupo militar que a diferentes propósitos políticos. A revolução de 1924 dividiu as camadas médias tradicionais de São Paulo entre os sentimentos de fidelidade às oligarquias hegemônicas reunidas no Partido Republicano e as explosões de simpatia pela ação tenentista; se, de um lado, os advogados, os médicos e os burocratas constituíam com rapidez “batalhões patrióticos” para fazer face à vaga revolucionária, de outro, a juventude universitária multiplicava as manifestações de apoio aos tenentes ou lançava-se à criação da “imprensa revolucionária”. Alguns anos mais tarde, a “ala liberal” do tenentismo participará, ao lado de outras tendências, na preparação e no desencadeamento da revolução de 1930; sua especificidade em relação à Aliança Liberal, sustentada pelas oligarquias, dissidentes e uma parte das camadas médias tradicionais, não se acha ao nível da ideologia ou do programa político, mas, sim, ao nível dos métodos de ação política: ao mesmo tempo em que tentavam concretizar suas aspirações liberais e moralizadoras, os tenentes liberais substituíam a conciliação pela intervenção armada e pelo golpe.

Entretanto, também podemos identificar entre os movimentos tenentistas, a partir da revolução de 1924, uma “ala nacionalista”. Seus propósitos políticos são bastante distintos dos da “ala liberal”; não se trata mais de criticar o bloco oligárquico hegemônico a partir de critérios moralizadores, em última instância oligárquicos, mas de reivindicar a reforma do Estado a partir da crítica do conjunto da política oligárquica. Os nacionalistas questionavam, portanto, as próprias estruturas do Estado oligárquico, federativo e antinacional, e se dispunham a substituí-lo por um Estado antiolegárquico, centralizado e nacional. A rigor, seu radicalismo traduzia, se bem que de maneira própria à sua condição militar, as aspirações vagas das baixas camadas médias à industrialização e à assunção por um corpo político superior da promoção da prosperidade e do bem-estar social. Contudo, as relações ideológicas entre o tenentismo nacionalista e as baixas camadas médias não constituem uma pura construção analítica. Os tenentes, ao mesmo

tempo em que eram militares, pertenciam também às camadas médias urbanas; e a maioria deles — como as baixas camadas médias — sentia-se ameaçada pelo processo de pauperização absoluta e relativa que a política oligárquica de “socialização das perdas” implicava. A tendência nacionalista incorporava à sua ação de propagação a indignação das baixas camadas médias diante do seu empobrecimento real e da ameaça de proletarização, e isto porque a indignação também era sua. Mas, estávamos errados em supor uma transfiguração destes ressentimentos em uma vontade política — claramente de transformar a economia e a sociedade brasileira através da industrialização capitalista. Os desejos vagos de mudança, o grupo militar tendia a apreendê-los em termos político-institucionais; lutar contra as oligarquias e pela instauração de um Estado antiolegárquico era a maneira dos tenentes nacionalistas lutarem pela concretização das aspirações nascentes do “homem comum”²⁹ das cidades brasileiras. Portanto, não é razoável buscar nas manifestações do tenentismo nacionalista os indícios da definição de um programa coerente de transformação econômica e social. Mesmo medidas como as nacionalizações eram antes propostas em nome dos imperativos da segurança nacional e do reforço do Estado nacional do que em nome da superação de uma etapa histórica, do estímulo à expansão do grupo industrial nacional ou da promoção social das classes populares. Ainda que outros elementos se esboçassem, o elemento essencial de seu discurso antiolegárquico continuava a ser o tema do Estado Nacional enquanto expressão superior da comunidade brasileira. O nacionalismo tenentista constituiu, portanto, uma resposta tipicamente militar ao mal-estar social das baixas camadas médias numa conjuntura de crise do capitalismo agrário-mercantil. Através da tendência nacionalista, a ruptura do grupo militar com a ideologia oligárquica se concretiza. Assim, a revolução de 1924 representa um passo adiante em relação à revolta de 1922; se esta foi uma manifestação quase pura do tenentismo liberal, o movimento de 1924 constituiu um fenômeno político mais complexo, onde a tendência liberal co-

(29) Utilizamos aqui a expressão empregada por Luís Pereira para designar o agente da “pressão popular” — “o homem ‘comum’ tendencialmente trabalhador assalariado”, — que se encontra na origem da eclosão do tenentismo e da revolução de 1930. Entretanto, parece-nos que a indefinição social do “homem comum” e da “pressão popular” não pode ser superada a não ser através da análise dos ressentimentos e das aspirações próprias das baixas camadas médias e das relações ideológicas entre estes grupos e os tenentes. Consultar Luís Pereira, *Trabalho e desenvolvimento no Brasil*. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1965, cap. 3, “Urbanização e industrialização”.

existiu com as manifestações regionais de um nacionalismo mais ou menos radical: o grupo de Luiz Carlos Prestes no Rio Grande do Sul, o governo radical do tenente Ribeiro Júnior no Amazonas ou o tenentismo de Juarez Távora no Nordeste. Estas manifestações foram bem mais longe que o tenentismo liberal de São Paulo; combinavam o golpismo e o militarismo típicos dos tenentes, propósitos sócio-econômicos vagos e a aspiração a um Estado nacional centralizado e soberano. Seu fracasso e a repressão oligárquica não impediram o desenvolvimento contínuo da tendência nacionalista; constituirá de fato o principal fator do desencadeamento da revolução de 1930 que opera pela última vez a comunhão política entre os tenentes desejosos de derrubar o governo federal e os tenentes preocupados em destruir o próprio sistema político oligárquico.

As tendências liberal e nacionalista do tenentismo encontraram-se, então, no quadro da revolução de 1930; se suas aspirações mais profundas divergiam, estavam de acordo quanto à necessidade imediata de derrubar o governo federal através da intervenção armada. Mas, a revolução de 1930 não chegou a provocar a reunião integral do tenentismo. Desde 1924, um subgrupo da "ala nacionalista" tende à radicalização ideológica e política e se encaixa numa "política de esquerda"; trata-se do grupo de Luiz Carlos Prestes que, depois de ter participado da longa marcha nacional da coluna Luiz Carlos Prestes-Miguel Costa, passa para a clandestinidade e funda, em 1929, a Liga de Ação Revolucionária, voltada à representação política do "bloco operário-camponês". A fundação da LAR marca a ruptura definitiva do grupo de Prestes com o tenentismo, a ausência da campanha eleitoral da Aliança Liberal e da revolução de 1930 traduzindo sua recusa ao compromisso com a política burguesa. E as relações políticas desta "pequena burguesia radical" com o Partido Comunista Brasileiro desembocará na fusão da LAR com o PCB em 1934: doravante, a influência da "ala esquerda" do tenentismo no seio do partido operário não cessará de crescer. Assim, a cisão de esquerda traduz a recusa de uma facção minoritária do tenentismo ao exercício permanente do papel de vanguarda política das camadas médias urbanas. A este propósito, a evolução do prestígio político de Luiz Carlos Prestes junto à opinião pública urbana é sintomática; Prestes, sem dúvida, foi um dos primeiros heróis urbanos do Brasil do século XX. Mas, paralelamente à sua evolução política, a administração que lhe votavam as camadas médias cedeu lugar progressivamente a uma atitude nostálgica, onde a lembrança da ação legendaria do "Cavaleiro da Esperança" encontrava um complemen-

to na condenação de sua adesão ao "bolchevismo". Todavia, é preciso enfatizar que a fusão do tenentismo de esquerda com o PCB não foi suficiente para subtrair ao seu comportamento político todos os traços de sua prática política anterior. Mas esta afirmação não implica a retomada dos argumentos da crítica de esquerda ao PCB; não nos referimos ao eventual caráter "pequeno-burguês" da política do partido operário depois de 1934, mas ao golpismo e ao militarismo que caracterizaram sua ação depois da incorporação dos antigos integrantes da LAR. A ruptura com o tenentismo tinha podido, talvez, afastá-los do mundo das aspirações médias; contudo, a adesão ao PCB não foi suficiente para alterar o caráter militar de sua visão do processo social. A revolta militar de 1935, organizada pelo PCB através da Aliança Nacional Libertadora, constituiu um indício disto; se bem que de acordo com a orientação conjuntural do movimento comunista internacional, o golpe foi igualmente consequência da orientação militarista então dominante no seio do PCB.

A análise das expressões politicamente mais evidentes das camadas médias urbanas — os movimentos cívicos de regeneração democrática e o "tenentismo" — nos leva a identificar no seu comportamento político uma tendência à supervalorização da prática política, do plano institucional e do Estado. Sua ação política acabou sempre por definir-se, objetivamente, como pró-oligárquica ou antioligárquica, mas suas relações com um programa global de reorganização da sociedade são vagas ou inexistentes. Ao longo deste capítulo tentamos indicar as razões sociológicas da cristalização desta tendência: ao nível mais geral das camadas médias urbanas, enquanto grupo social secundário, ao nível das camadas médias tradicionais encadeadas ao mundo oligárquico, e ao nível dos tenentes, enquanto "categoria social" situada estrategicamente no interior do aparelho de Estado oligárquico. O vocabulário político dos dois grupos exprime, aliás, esta superestimação da política e esta subestimação da sociedade. Mais do que falar em nome da "classe média", os liberais-democratas e os tenentes falam em nome das "elites" e do "povo". A "elite" constitui o conceito ideologicamente adequado à situação dos "homens de bem" preocupados em açambarcar o jogo político em nome da pureza democrática; o "povo" renasce no início da República com o floriantismo e se encontra em cada manifestação antioligárquica das camadas médias empobrecidas e de sua vanguarda. Mas o contexto geral destas tendências continua a ser a conjuntura de transição vivida pela sociedade capitalista brasileira, de uma etapa agrária a uma etapa industrial; em um mundo onde o antigo e o novo coexistem, certos

grupos continuam ligados a uma visão estamental da sociedade enquanto outros grupos aspiram à mudança econômica e à industrialização, cujo caráter periférico coloca, desde logo, o problema da construção de um Estado intervencionista e industrializador.

CAPÍTULO II
**INDUSTRIALIZAÇÃO, POPULISMO E CLASSE
MÉDIA NO BRASIL**

A Revolução de Trinta e a transformação do Estado

A análise das relações entre o sistema político populista e as camadas médias urbanas começa necessariamente pela caracterização sociológica da revolução de trinta. As oligarquias rurais tinham incorporado as camadas médias tradicionais, enquanto aliadas políticas, à dominação de classe; e tinham excluído do jogo político as baixas camadas médias, cujas aspirações embrionárias haviam encontrado uma expressão política na ação insurrecional do "feudalismo nacionalista". Entretanto, a distância entre o processo de "transformismo"¹ vivido pelas primeiras e a exclusão das segundas não nos deve fazer esquecer sua situação política comum: nenhum dos dois conjuntos chegou a encontrar uma expressão política autônoma no interior do sistema político oligárquico. A revolução de trinta, contudo, destruiu o sistema político oligárquico e criou as condições de instauração de um novo sistema político capaz de articular de outro modo as classes sociais e os grupos secundários. Assim, é preciso examinar o significado político da revolução de trinta, bem como medir o grau de participação das camadas médias urbanas no movimento revolucionário.

A revolução de trinta continua a ser um dos temas fundamentais da sociologia brasileira. Contudo, a perspectiva de análise do movimento revolucionário mudou progressivamente; se no passado a preocupação prioritária era a definição do caráter de classe do movimento, os estudos recentes² revelam a intenção de nuanciar as hipóteses anteriormente estabelecidas, bem como de desdobrar os níveis de análise. Na verdade, não se trata de confirmar ou de desmentir a caracterização da revolução de trinta como a "revolução burguesa" ou como a "revolução da classe média",

(1) A expressão pertence a Gramsci.

(2) Consultar, a respeito, os trabalhos de Bóris Fausto.

mas de verificar em que nível de análise cada uma dessas afirmações pode ser parcial ou integralmente verdadeira.

A revolução de trinta se inicia com o movimento político-militar conduzido por uma coalizção política heterogênea contra o bloco oligárquico hegemônico; e seu contexto histórico é o da crise do capitalismo agrário-mercantil brasileiro, cujas contradições haviam sido agravadas e evidenciadas pela crise do mercado mundial. É certo que a crise do capitalismo agro-mercantil brasileiro se encontra na origem da revolução de trinta; todavia, não se deve deduzir daí que a crise tenha sido vivida de uma só maneira pelos diferentes grupos sociais e forças políticas.

Antes de mais nada, a crise cindiu definitivamente a burguesia cafeeira, dado que a política econômica do Estado era o objeto de uma disputa entre o bloco oligárquico hegemônico e as oligarquias dissidentes reunidas no Partido Democrático de São Paulo. Numa conjuntura de encolhimento do mercado internacional do café, a política econômica em curso — manutenção da taxa de câmbio, redução dos créditos destinados à compra dos estoques cafeeiros, diminuição dos preços internacionais do café — apenas multiplicou os protestos no seio da burguesia cafeeira de São Paulo. Além do mais, a tentativa empreendida pelo governo federal e pelo Partido Republicano Paulista a fim de afastar do bloco oligárquico hegemônico as oligarquias dominantes de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul empurrou essas forças políticas na direção de uma aliança com as dissidências de São Paulo. O resultado desse reagrupamento nacional da oposição oligárquica foi a constituição de uma frente eleitoral contra a candidatura presidencial situacionista. Na verdade, a Aliança Liberal definiu-se desde logo como um movimento político tipicamente oligárquico. Suas forças centrais eram as dissidências de São Paulo e as oligarquias dominantes de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba; sua finalidade real era a reconquista, em nome da oposição oligárquica, da hegemonia política no seio da classe dominante; sua ideologia era ainda o liberalismo oligárquico, e seu programa eleitoral reencontrava as fórmulas habituais da “regeneração democrática”. A Aliança Liberal consagrava, de resto, o respeito oligárquico pelas instituições democráticas nacionais, já que as disputas eleitorais e a conciliação eram os únicos métodos de ação política admitidos ao nível da luta entre as oligarquias regionais pela conquista da hegemonia política. É nesse sentido que se deve compreender a declaração de um dos líderes oligárquicos da Aliança Liberal, João Pessoa: “Nunca contarei comigo para um movimento armado. Prefiro dez Júlio Prestes a uma revolução.” Nada há de estranho, portanto, no apoio entusiástico con-

cedido pelas camadas médias tradicionais de todo o país ao candidato presidencial da Aliança Liberal. A rigor, a campanha eleitoral de Vargas deu às camadas médias tradicionais a oportunidade de reviver os melhores momentos da luta pela “regeneração democrática”; testemunho disso é a acolhida reservada ao candidato da Aliança Liberal pela opinião pública de São Paulo.³ Os efeitos sócio-econômicos da crise do capitalismo agro-mercantil não tinham sido suficientes para afastar esses grupos da política oligárquica. Às vésperas da revolução de trinta, as camadas médias tradicionais estavam ainda partilhadas entre a fidelidade ao Partido Republicano e o apoio ao movimento eleitoral da oposição oligárquica. Não obstante, a ausência de outras classes sociais entre as forças da Aliança Liberal confirma igualmente o caráter oligárquico do movimento. De um lado, a burguesia industrial de São Paulo permaneceu fiel ao Partido Republicano e ao governo federal; de outro, a classe operária se manteve à margem da disputa eleitoral, dado que a sua principal organização política — o PCB — interpretara a luta eleitoral como um momento privilegiado do conflito entre duas frações da classe dominante e seus respectivos aliados: os imperialismos inglês e norte-americano.

É sabido que o esforço eleitoral da Aliança Liberal redundou em fracasso; e que, a seguir, um movimento político-militar depôs o governo federal, quebrando assim a hegemonia política das oligarquias reunidas no Partido Republicano Paulista. Entretanto, a história da derrota eleitoral da Aliança Liberal não coincide com a história da revolução de trinta. O movimento eleitoral de março e o movimento político-militar de outubro não foram conduzidos pelos mesmos agentes políticos. Após a derrota eleitoral, as oligarquias dissidentes tendiam uma vez mais à conciliação com a situação; a ação dos seus líderes, como Vargas ou Antônio Carlos, preparava antes de mais nada a recomposição política da classe dominante.

Entretanto, a crise do capitalismo agro-mercantil foi vivida por outros grupos sociais urbanos como um momento de privação e de degradação do nível de vida e de consumo. Luís Pereira lembra que na origem da revolução de trinta se encontra uma “pressão popular” pela industrialização e pelo bem-estar social; e que essa pressão teria ganho expressão política através da mediação

(3) Ver, a respeito, Paulo Nogueira Filho, *Ideais e lutas de um burguês progressista*. J. Olympio, Rio de Janeiro, 1965, 2.ª edição, p. 405-406.

do tenentismo.⁴ Voltamos por essa via ao tema do caráter “urgente” da industrialização periférica, cujo ritmo se define em função da gestação “precoce” no seio do mundo social urbano de necessidades criadas através do contato econômico, cultural e político entre o centro e a periferia capitalistas. Se a política oligárquica de “socialização das perdas” já havia inoculado nas baixas camadas médias o sentimento da necessidade e da “urgência” de uma mudança social, a crise do mercado mundial teve o efeito de reforçá-lo. Tais aspirações estiveram presentes na revolução de trinta pela mediação política do tenentismo nacionalista; mas, a condição militar de seus intérpretes políticos transformou-as em impeto de destruição da federação e da democracia oligárquica, bem como de construção de um Estado nacional e centralizado. Não queremos dizer com isso que as baixas camadas médias eram os únicos grupos sociais a sentir a necessidade de um nível mais alto de vida e de consumo, mas que apenas nas baixas camadas médias essa necessidade poderia ser transformada em impulso político e em aspiração a um Estado nacional. Tomemos a parte ressaltante dos consumidores urbanos. De um lado, as camadas médias tradicionais não poderiam operar tal transformação sem ultrapassar sua visão estamental do mundo social; de outro lado, para a classe operária partilhada entre o anarco-sindicalismo e o leninismo, as necessidades de consumo apareciam como um elemento secundário com relação à luta política pela destruição do Estado capitalista ou pela instauração da ditadura do proletariado. A participação do tenentismo nacionalista deu, portanto, à revolução de trinta, um alvo político que as outras forças da coalizão revolucionária — as oligarquias dissidentes, os oficiais superiores das forças armadas — seriam incapazes de propor. Assim, pode-se considerar a revolução de trinta, em certa medida, como uma “revolução da classe média”; se os tenentes propuseram uma finalidade revolucionária ao movimento político-militar de 1930, é porque eles souberam interpretar as aspirações das baixas camadas médias, ao mesmo tempo em que as exprimiam a um nível político-institucional.

Todavia, essa hipótese não constitui uma pura construção analítica. Na realidade, os tenentes arrastaram as forças armadas e as oligarquias dissidentes para o confronto armado com a situação oligárquica. Depois da derrota eleitoral de abril, nem os generais,

politicamente resignados à arbitragem das disputas oligárquicas, nem as oligarquias dissidentes, sempre favoráveis à conciliação com o bloco hegemônico, estavam prontos para iniciar a luta armada. Entretanto, nem uns nem outros puderam conter o ímpeto insurrecional dos oficiais médios do Exército; a revolução de trinta se esboçava, assim, como uma manifestação das forças sociais da mudança. Contudo, as forças políticas oligárquicas logo compreenderam que o movimento político-militar em gestação se encaminhava para uma definição claramente antioligárquica e revolucionária; daí a adesão das oligarquias reunidas na Aliança Liberal e do alto comando das forças armadas ao movimento revolucionário. É nesse sentido que se deve entender a frase dita por Antônio Carlos: “Façamos a revolução antes que o povo a faça.”

Todavia, a despeito da participação oligárquica, a revolução de trinta se define igualmente, em certa medida, como uma “revolução burguesa”. É claro que não queremos, com essa afirmação, relacionar o movimento revolucionário com um projeto de industrialização do qual a burguesia industrial ter-se-ia feito o agente político; a observação histórica dificilmente nos levaria a admitir a presença de uma burguesia industrial à procura da hegemonia política e disposta a conduzir, enquanto classe dirigente, o processo de industrialização. Mas, ao destruir o monopólio oligárquico do poder político, o movimento político-militar de 1930 criou as condições institucionais indispensáveis à aceleração do processo de industrialização periférica e ao desabrochar de uma nova classe dominante. A revolução de trinta substituiu o federalismo oligárquico pela centralização político-administrativa, e concede ao Estado os instrumentos institucionais indispensáveis à execução de uma política intervencionista e industrializante. Portanto, mais que agente político da revolução de trinta, a burguesia industrial foi sua criação; e é apenas nesse sentido que se pode caracterizá-la como uma “revolução burguesa”.

A composição politicamente heterogênea da coalizão revolucionária explica o duplo caráter do Estado pós-oligárquico. De um lado, o objetivo principal do tenentismo nacionalista participante do movimento revolucionário era a destruição das bases institucionais da dominação oligárquica; e sua situação de vanguarda do processo de mobilização política e militar para o confronto armado com a situação oligárquica lhe permitiu conduzir, após a vitória, o processo de reforma das estruturas do Estado. Ao fazê-lo, o tenentismo nacionalista realizava progressivamente o seu objetivo: a transformação do Estado oligárquico e federal em Estado nacional e centralizado. De outro lado, a participação das oligarquias dissidentes no movimento revolucionário acabou por cons-

(4) Consultar Luís Pereira, *Trabalho e desenvolvimento no Brasil*. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1965, Capítulo III, “Urbanização e industrialização”.

tituir-se na garantia de que a extinção do monopólio oligárquico do poder político e a subtração da hegemonia política ao conjunto da burguesia cafeeira não implicariam a exclusão das oligarquias rurais do novo bloco dominante. Na prática, o tenentismo revolucionário revelou ser incapaz, após a deposição do governo federal, de subtrair às oligarquias rurais os centros locais de poder e certos aparelhos do Estado central. A resistência do poder oligárquico impôs, portanto, limites à possível ação intervencionista e industrializadora do Estado central. O Estado pós-oligárquico se define, conseqüentemente, como um "Estado de compromisso";⁵ a expressão caracteriza a complexidade do bloco político dominante numa conjuntura de transição periférica para o capitalismo industrial. A revolução de trinta quebrou o monopólio oligárquico do poder político, mas não representou a conquista da hegemonia política pela burguesia industrial nascente. O Estado pós-oligárquico corresponde antes a uma composição política que relaciona as "categorias sociais" de Estado — inicialmente os tenentes, depois a burocracia e as forças armadas, — as oligarquias e a burguesia industrial nascente. O condomínio de poder exclui a possibilidade da hegemonia política de uma das forças integrantes da composição; mas, implica o fenômeno que Rowland caracterizou, alargando o sentido do termo, como "a urbanização da hegemonia".⁶ Contudo, seria errado considerar o bloco político dominante como uma realidade estável a partir de 1930. O período pós-oligárquico testemunha, ao contrário, um deslocamento progressivo das posições no interior do bloco político dominante. A posição das oligarquias rurais mostra-se cada vez mais defensiva; ao nível local seu poder permanece quase intacto, ao nível nacional seu grau de inserção nos aparelhos do Estado central se reduz sensivelmente. Em suma, sua capacidade de influenciar o processo decisório nacional diminui progressivamente, embora estando longe de se apagar inteiramente. A relativa autonomia de ação das "categorias sociais" de Estado lhes permite colocar em marcha uma política que conduz, em última instância, ao desenvolvimento do capitalismo industrial e ao desabrochar da burguesia industrial. Entretanto, essas relações estão longe de ser unívocas; à

medida que a ação econômica do Estado consolida a burguesia industrial, esta aumenta sua capacidade de influenciar o processo decisório e seu grau de inserção nos aparelhos do Estado central.

A revolução de trinta operou a transformação do Estado federal num Estado centralizado; do Estado oligárquico num "Estado de compromisso". A modificação do sistema político ultrapassou, contudo, a pura reforma das estruturas do Estado e o alargamento do bloco político dominante. Mais precisamente, a revolução de trinta encontra-se na origem de uma modificação das relações políticas entre o bloco dominante e as classes populares. O objetivo político do tenentismo revolucionário, mais que a destruição da dominação de classe dos grandes proprietários de terras, era a quebra do monopólio oligárquico do poder político; essa definição político-institucional dos alvos revolucionários, de resto, tornou possível a adesão das oligarquias dissidentes ao movimento político-militar de 1930. Portanto, se a revolução de trinta se acomodou à conservação do poder sócio-econômico dos grandes proprietários de terras, a destruição das instituições democráticas oligárquicas se revelava, ao contrário, inevitável. O autoritarismo do tenentismo nacionalista foi tão-somente a conseqüência ou a forma de expressão de seus propósitos antioligárquicos e centralizadores. Depois da vitória, a ação do tenentismo revolucionário encaminhou-se rapidamente para o ataque à democracia oligárquica, justificado pelo fato de suas instituições concederem ao coronelismo, enquanto processo de transformação do poder sócio-econômico dos proprietários de terras em poder propriamente político, uma repercussão nacional. Tal ataque, porém, pela própria definição de suas finalidades, não poderia subtrair ao coronelismo sua dimensão local; assim, a revolução de trinta deixou quase intacta a capacidade oligárquica de controle sócio-econômico das massas rurais. Todavia, a complexidade do novo bloco político dominante e a ausência de uma força política claramente hegemônica traziam ao novo Estado tão-somente um equilíbrio instável; à vista disso, a conquista de uma base social de apoio se impôs de logo. Evidentemente, o Estado pós-oligárquico não poderia buscar tal base nos focos do coronelismo. Se as massas rurais permaneciam sob a influência do poder oligárquico local, a nova composição política dominante só poderia encontrar a fonte de uma relativa estabilidade política no mundo social engendrado pela urbanização e pelo crescimento industrial: a classe operária e os trabalhadores do aparelho urbano de serviços ou, conforme a expressão clássica da sociologia brasileira, as "massas urbanas".

Todavia, se a procura de uma base social urbana de apoio e o esforço de integração política da classe operária e dos traba-

(5) Servimo-nos da expressão habitualmente empregada por Francisco C. Weyffort; ver, por exemplo, "Le populisme dans la politique brésilienne": *Les Temps Modernes* n.º 257, outubro de 1967, Paris.

(6) Ver Robert Rowland, "Dependência, oligarquias e camadas médias no Brasil: notas para uma interpretação da Revolução de 1930": *Dépendance et structure de classe en Amérique Latine*, CETIM, Genebra, 1972.

lhadores dos serviços urbanos constituíram a resposta à heterogeneidade do bloco dominante e ao equilíbrio instável do "Estado de compromisso", o modo pelo qual se concretizou a integração política das "massas urbanas" se definiu em função da política de desenvolvimento concretamente implementada pelo Estado pós-oligárquico. Mais precisamente, a "urgência" da industrialização periférica levou o Estado pós-oligárquico, sob o impulso político das "categorias sociais" de Estado, a uma política de intervenção e de industrialização nitidamente avançada em relação ao grau de desenvolvimento das relações de classe no seio do capitalismo industrial nascente. Tal política de consolidação "precoce" da burguesia industrial deveria, portanto, encontrar seu complemento necessário numa política de prevenção da eclosão "precoce" das lutas de classe. Daí a dupla face da política do Estado pós-oligárquico diante da classe operária: uma política simultânea de integração e de manipulação. Tratemos de defini-la.

Falando do populismo, Weffort o caracteriza como "(...) uma maneira determinada e concreta de manipulação das classes populares", mas, igualmente, como "(...) um meio de expressão de suas inquietudes"; "(...) ao mesmo tempo uma forma de organização do poder pelos grupos dominantes e a principal forma de expressão política da ascensão popular no processo de desenvolvimento urbano e industrial, ao mesmo tempo mecanismo mediante o qual os grupos dominantes exerciam sua dominação e meio capaz de ameaçar potencialmente essa dominação". Tal análise evidencia o caráter contraditório da integração política da classe operária. De um lado, o Estado pós-oligárquico reconhece, pela primeira vez na história brasileira, a presença social da classe operária; e reconhece, portanto, implícita ou explicitamente, sua capacidade de influenciar o processo decisório nacional. Se para o poder oligárquico a questão operária tinha sido "um caso de política", para o novo bloco político dominante ela se torna uma "questão de Estado". Ao longo de um período que se estende de 1930 a 1943, o Estado concederá progressivamente à classe operária uma legislação do trabalho e uma estrutura sindical; ao fazê-lo, ele reconhece seu direito potencial à reivindicação e concede-lhe a cidadania.

De outro lado, essa modalidade de integração política não constitui uma resposta à pressão eventualmente exercida sobre o poder pelo movimento operário; caracteriza antes a subtração à classe operária da possibilidade de organização corporativa e po-

(7) Francisco Weffort, *op. cit.*, p. 626.

lítica autônoma. A esse propósito, basta examinar a estrutura sindical criada pelo Estado pós-oligárquico. O sindicalismo operário se define doravante como um "sindicalismo de Estado", cujo eixo central é constituído pela necessidade legal de reconhecimento de cada sindicato pelo Ministério do Trabalho, pelo imposto sindical e pela interdição legal de toda e qualquer organização horizontal dos trabalhadores.⁸ A política operária do Estado pós-oligárquico apresenta, portanto, não somente a integração política da classe operária, mas também sua absorção nas estruturas do Estado. Nesse sentido, Touraine afirma que "(...) a organização sindical é, portanto, menos um instrumento nas mãos da classe operária que a expressão de uma participação indireta e involuntária no poder, que constitui um obstáculo a toda ação revolucionária".⁹ Assim, a classe operária sofre o efeito de um mecanismo político complexo, que lhe concede a cidadania e lhe reconhece o "direito" à "política", mas ao mesmo tempo a priva de toda possibilidade de expressão política autônoma.

A revolução de trinta prepara, portanto, um processo de ampliação do sistema político brasileiro, e se define como o momento inicial da passagem de uma "democracia com participação limitada" a uma "democracia com participação ampliada".¹⁰ O sistema político oligárquico reduz o jogo político-institucional à articulação das lutas entre as oligarquias pela conquista da hegemonia política. Tal jogo, além de privar a burguesia industrial nascente de uma expressão política autônoma e de determinar sua absorção política por uma das facções oligárquicas, mantinha-se afastado das classes populares, rural ou urbana. O novo sistema político definiu-se progressivamente como a rearticulação, através da mediação das "categorias sociais" de Estado, das relações políticas entre a antiga e a nova classe dominante, entre o bloco político dominante e as classes populares; exprime, ao nível político, a etapa de transição vivida pela sociedade capitalista periférica brasileira, de um estágio agrário a um estágio industrial. No contexto da transição periférica — isto é, uma transição "urgente" —, o Estado passa à frente das relações de classe e, ao mesmo tempo

(8) Não podemos examinar em detalhe, no quadro deste trabalho, a estrutura sindical brasileira. A respeito, ver Azis Simão, *Sindicato e Estado*, Dominus Editora, São Paulo, 1966, e José Albertino Rodrigues, *Sindicalismo e desenvolvimento*, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1968.

(9) Alain Touraine, "Industrialisation e conscience ouvrière à São Paulo"; *Sociologie du travail*, n.º 4/61, outubro/dezembro, ano 3, Paris, p. 88 (traduzido por nós).

(10) Segundo as expressões de Gino Germani.

em que deixa de ser o comitê executivo das oligarquias, assume plenamente sua vocação à soberania. Se o Estado se mostra um "Estado de compromisso", o impulso político das "categorias sociais" impede, entretanto, que o poder político se defina como uma pura justaposição de grupos de interesse oligárquicos e industriais, cuja pressão contínua se exerce sobre as agências governamentais e os aparelhos de Estado. E se o Estado assume a forma de um "Estado de massas", isso representa a absorção da classe operária nascente nas suas estruturas pela via da legislação do trabalho e do "sindicalismo de Estado".

O Estado soberano pode, portanto, tornar-se o agente político da industrialização; ao fazê-lo, responde à pressão popular pelo consumo e pelo bem-estar social, ao mesmo tempo em que "substitui" politicamente a burguesia industrial nascente. Num contexto histórico em que o Estado passa claramente à frente da sociedade, nada há de estranho na gestação de um culto do Estado fundado na superestimação de seu poder e no não-reconhecimento das relações de classe, bem como de suas conexões com a política. E se a "ideologia de Estado"¹¹ se esboça nas "categorias sociais", em última instância responsáveis pela implementação de uma nova política de desenvolvimento, o estágio embrionário das relações de classe no seio do capitalismo industrial permite sua difusão junto a outros grupos sociais urbanos. É, portanto, num duplo sentido que o Estado pós-oligárquico se caracteriza como um Estado populista: enquanto "criador"/difusor¹² de uma ideologia populista, e enquanto executor de uma política populista.

A natureza do populismo

Tocamos, nesta parte, em um dos temas mais polêmicos da sociologia brasileira.¹³ A controvérsia se concentra notadamente so-

(11) Trata-se de expressão empregada por Bolívar Lamounier.

(12) Entendamo-nos: o criador da ideologia populista é uma "categoria social" de Estado, mas o conjunto do aparelho de Estado se empunha na sua difusão.

(13) Uma parte considerável de nossas notas sobre o tema está apoiada na análise sociológica do populismo empreendida por Francisco C. Weffort. Consultar, por exemplo, "Política de massas", in Octavio Ianni et al., *Política e revolução social no Brasil*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1964; "Raízes sociais do populismo em São Paulo", *Revista Civilização Brasileira*, n.º 2, maio de 1965, Civilização Brasileira, Rio de Ja-

bre o caráter ideológico e de classe do populismo. Enquanto autores como Hélio Jaguaribe ou Guerreiro Ramos consideram o populismo uma modalidade de relação "líder-massa" ou um estilo político, típicos de uma etapa histórica em que a luta política ainda não constituiria a expressão de um conflito ideológico, para Weffort o populismo se define como uma ideologia pequeno-burguesa capaz, em condições históricas próprias à sociedade capitalista brasileira, de impor-se à classe operária em constituição. Portanto, se para os teóricos do ISEB¹⁴ o populismo constitui a pré-história de uma etapa propriamente ideológica aberta pela emergência do nacionalismo, para Weffort o estilo político populista sempre abriga uma ideologia de classe cujo conteúdo social se nuança em função dos grupos sociais aos quais se endereça.

Parece-nos que a análise de Weffort, por ter-se mantido afastada de todo procedimento formalista e abstrato, trouxe novos elementos à compreensão do populismo enquanto fenômeno político concreto; é preciso, assim, prolongar sua linha de análise a fim de reencontrar, através da observação histórica, a gênese social do populismo e as razões de sua propagação junto a outros grupos sociais.

Com vistas a caracterizar o populismo como a ideologia pequeno-burguesa por excelência, Weffort¹⁵ recorre à análise empreendida por Marx em *O 18 brumário*. É verdade que Marx, ao examinar as relações políticas entre o campesinato e o Estado francês, descobre nelas uma forma de culto do Estado. Todavia, a análise de Marx, mais que uma tentativa de construção de uma

neiro; "Estado e massas no Brasil", *Revista Civilização Brasileira*, n.º 7, maio de 1966, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro; "Le populisme dans la politique brésilienne", *Les Temps Modernes*, n.º 257, outubro de 1967, Paris; e "Origens do sindicalismo populista no Brasil (A conjuntura do pós-guerra)", *Estudos Cebrap*, 4, abril-maio-junho de 1973, Cebrap, São Paulo. Outra modalidade de análise sociológica do populismo se encontra entre outros autores, em Guerreiro Ramos, *A crise do poder no Brasil*. Zahar, Rio de Janeiro, 1961, e *Mito e verdade da revolução brasileira*. Zahar, Rio de Janeiro, 1963; ou em Hélio Jaguaribe, "Política de clientela e política ideológica", *Digesto Econômico*, VI, n.º 68, julho de 1950, Ed. Associação Comercial de São Paulo; "Que é o ademaisismo?", *Cadernos do Nosso Tempo*, n.º 2, janeiro-junho de 1954, Rio de Janeiro; *Condições institucionais do desenvolvimento*, ISEB, Rio de Janeiro, 1958; *O nacionalismo na atualidade brasileira*, ISEB, Rio de Janeiro, 1958; "Los modelos políticos y el desarrollo nacional en América Latina", *Aportes*, n.º 6, outubro de 1967, ILARI, Paris.

(14) Referimo-nos particularmente à facção hegemônica nesse Instituto ao longo do período 1956-1958, representada por autores como Cândido Mendes, Hélio Jaguaribe e Guerreiro Ramos.

(15) Consultar "Política de massas", já citado, p. 177-178.

Vargas,¹⁶ que se devem procurar as primeiras manifestações do populismo brasileiro. Nessa perspectiva, o estilo político populista, sobre o qual concentraram sua atenção autores como Guerreiro Ramos ou Jaguaribe, reduz-se à fachada da ideologia populista; não há, portanto, nada de espantoso no fato de tal estilo ter encontrado seus primeiros representantes entre os líderes tenentistas, e de os primeiros heróis populares e os primeiros personagens “carismáticos” da História política brasileira do século XX terem sido tenentes como Prestes ou Miguel Costa. E, se o emblema da “ideologia de Estado” se encontrava no tenentismo nacionalista, deriva daí que a gestação dessa nova tendência ideológica deve ter ocorrido nos lugares onde essa corrente militar assentava suas bases. Ora, a corrente nacionalista ganhou adeptos sobretudo nas regiões menos desenvolvidas — como o Nordeste — onde o perigo de proletarização das camadas médias urbanas era mais forte, e a dominação oligárquica se exercia de um modo mais violento e mais visível. Em outras palavras, queremos sugerir que a ideologia populista não nasceu nas regiões mais urbanizadas e mais industrializadas do país; constituiu-se mais provavelmente nos focos do tenentismo nacionalista, embora depois da revolução de trinta ela tenha sido difundida junto às massas urbanas das regiões mais integradas ao capitalismo industrial.¹⁷

(16) Aqueles que se apoiam no estilo político de Vargas após 1930, para caracterizá-lo como o primeiro político populista, esquecem que suas duas dimensões, o “maquiavelismo” e o “paternalismo”, foram apenas a adaptação de seu comportamento político cotidiano a uma nova realidade política, representada simultaneamente pelo “Estado de compromisso” e pelo “Estado de massas”; e que Vargas havia sido um típico político oligárquico, e mesmo ministro do governo federal deposto pela revolução de trinta, sem que por isso suas virtudes carismáticas tivessem desabrochado. De resto, a identificação do populismo como um estilo político preciso, fundado em elementos como a demagogia, o paternalismo, o carisma ou o apelo emocional, poderia induzir-nos a admitir a existência de um “populismo de direita” na medida em que certos líderes liberais — Carlos Lacerda, em 1954, por exemplo — souberam integrar alguns desses elementos a seu estilo político com vistas à mobilização das camadas médias tradicionais. O silêncio das análises formais sobre esse fenômeno — inegável, ainda que reproduzido em escala reduzida — nos permite supor que os seus autores situam implicitamente o populismo num contexto social preciso. A respeito, consultar Gláucio Ary Dillon Soares, “As bases ideológicas do lacerdismo”, *Revista Civilização Brasileira*, n.º 4, setembro de 1965, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

(17) As ligações entre tenentismo e populismo parecem despertar a atenção de outros pesquisadores brasileiros. Nesse sentido, nos foram de grande interesse as sugestões do historiador sergipano José Ibaré Costa Dantas, voltado nesse momento para o estudo do comportamento pós-1930 do grupo tenentista de Sergipe, reunido em torno do tenente Maynard.

teoria geral do Estado capitalista, constitui uma análise de conjuntura voltada para a discriminação das relações entre uma classe de transição e o Estado capitalista no contexto de uma sociedade capitalista central do século XIX. Devemos, portanto, ao mesmo tempo em que aproveitamos os elementos teóricos indicados por Marx, voltar à sociedade capitalista periférica brasileira, a fim de determinar o modo pelo qual as relações possíveis entre os grupos médios e o Estado capitalista se concretizam num momento determinado da transição periférica.

Retomemos a conjuntura da revolução de trinta. Em princípio, pode-se supor a gestação nas camadas médias urbanas de um culto do Estado análogo àquele identificado por Marx na pequena burguesia rural francesa. Todavia, é preciso ir mais longe para discriminar entre as camadas médias urbanas os grupos capazes, por razões históricas concretas, de participar de uma forma particular de culto do Estado. Lembremos inicialmente que a origem social, o culto dos valores tradicionais e as “relações de lealdade” mantinham uma parte das camadas médias urbanas atrelada ao mundo oligárquico. É preciso, portanto, procurar na outra parte — aquela desembarçada do mundo oligárquico e integrada ao setor capitalístico do mercado urbano de “trabalho não-manual” — as raízes sociais da aspiração a um Estado nacional soberano. Sua integração à sociedade urbana lhes fazia sentir as necessidades de consumo “preococemente” criadas pelo contato econômico e cultural com as sociedades capitalistas centrais; porém, sua “situação de trabalho” favorecia o desenvolvimento da aspiração a um melhor nível de vida e de consumo. As aspirações das baixas camadas médias colocavam, portanto, objetivamente, através de seus ressentimentos ou reivindicações, o problema da necessidade da industrialização. Entretanto, o caráter “urgente” dessa mudança impunha condições institucionais precisas a decolagem do processo de industrialização: a construção de um Estado intervencionista e industrializador, capaz de “substituir” a burguesia industrial na condução do processo de desenvolvimento capitalista. O problema é que tal objetivo não poderia cristalizar-se espontaneamente na massa das baixas camadas médias; ou seja, suas aspirações não se transformariam em vontade política sem a mediação de uma “vanguarda”. Foi o tenentismo nacionalista que, ao sustentar a necessidade de um Estado nacional, antiloligárquico e centralizado, deu uma resposta a essas aspirações, ainda que em termos indiretos e tipicamente militares. Queremos dizer com isso que as raízes do populismo se encontram no discurso ideológico do tenentismo nacionalista; é antes na ação de Juarez Távora, no Ceará, ou de Luiz Carlos Prestes, no Rio Grande do Sul, que no estilo político de

A análise histórica da constituição do populismo brasileiro não nos parece ser um exercício inútil. Além de indentificar os grupos sociais e as "categorias sociais" responsáveis por sua criação, bem como o conteúdo social da ideologia populista, ela nos permite superar a imagem convencional das forças do "compromisso"; aquela que as apresenta em vias de procurar, achar e adotar uma fórmula política funcional e adequada a uma situação de equilíbrio instável: a integração e manipulação das massas urbanas. Na verdade, a definição de uma política de consolidação das estruturas do Estado, de centralização político-administrativa e de intervencionismo econômico-social não resultou de um acordo tácito entre a antiga e a nova classe dominante, após a extinção do monopólio oligárquico do poder político; foi, antes, a expressão da ação contínua do tenentismo nacionalista após o movimento político-militar de 1930. Em primeiro lugar, a intransigência tenentista foi a base principal da execução de uma política de ataque aos centros regionais de poder oligárquico: fechamento de todas as casas legislativas do país, nomeação direta, pelo poder central, dos novos governadores estaduais ou interventores, entre os quais vários tenentes. Em segundo lugar, a luta tenentista encontra-se ligada à elaboração do Código de Minas e do Código de Águas, à taxaão dos bens imóveis, ao combate ao plano Niemeyer de estabilização monetária (tendo este sido diretamente proposto pelos centros do capital financeiro internacional). Em terceiro lugar, os tenentes alinharam-se entre os mais ardorosos defensores da criação do Ministério do Trabalho, e constituíram-se no apoio principal da gestão de Lindolfo Collor, o responsável pela primeira definição oficial de uma política de integração operária à frente desse organismo.¹⁸

Essa linha de análise pode tornar mais complexas as relações entre o populismo, a urbanização e a industrialização. Ver José Ibarê Costa Dantas, *O tenentismo em Sergipe*. Vozes, Petrópolis, 1974.

(18) Ver, a respeito, a resenha de Nelson Werneck Sodré, "Introdução à revolução brasileira", Rio de Janeiro, 1958, apresentada por Edgar Carone na *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n.º 7, novembro de 1959, p. 150. Thomas Skidmore considera duvidosa a participação dos tenentes na gestão de Lindolfo Collor, sem no entanto explicitar as razões de sua dúvida. Na verdade, não nos parece aberrante a suposição de tal participação, já que o ímpeto tenentista de reforma do aparelho de Estado incidia sobre todos os canais e agências onde se evidenciassem traços da dominação oligárquica. Nessa perspectiva, a "questão operária" deve ter-lhes aparecido sob a forma específica de necessidade de reformulação da dominação oligárquica. Nessa perspectiva, a "questão operária" deve ter tratamento patrimonial e repressivo (típico de um Estado oligárquico) por

A caracterização do populismo como uma "ideologia burguesa" parece-nos, portanto, ser incorreta.¹⁹ A rigor, o populismo caracteriza-se como a ideologia das camadas médias já desembaraçadas da ascendência social das oligarquias, e politicamente representadas pelo tenentismo nacionalista (uma "categoria social" ao mesmo tempo inserida no aparelho de Estado e filiada às camadas médias urbanas), ao longo da transição capitalista periférica; todavia, o caráter embrionário das novas relações de classe permite que o populismo penetre a classe operária em constituição, e que se torne a sua forma essencial de expressão.²⁰ É através da ação do tenentismo revolucionário que a ideologia populista ganha acesso ao Estado e lhe proporciona uma dimensão complementar àquela de "Estado de compromisso": a de "Estado de massas". Mesmo a evaporação posterior do tenentismo, enquanto força política organizada, é insuficiente para subtrair à ideologia populista a condição de inspiradora política do bloco dominante: sob o impulso de outras "categorias sociais" de Estado — técnicos, burocratas, forças armadas —, as forças do "compromisso" consagraram objetivamente o populismo como a estratégia política de desenvolvimento adequada a uma etapa de transição.

A política populista se define, portanto, como uma política de reforço das Estruturas do Estado nacional. Todavia, esse reforço se concretiza num contexto histórico preciso, e assume, por consequência, uma significação particular e uma forma concreta. Essa especificidade é evidenciada na análise da política do Estado populista, da qual sobressaem, em linhas gerais, duas dimensões.

De um lado, o Estado populista se mostra um Estado criador; mediante uma política cada vez mais intervencionista e industrializante, o Estado populista passa à frente das relações de classe e cria uma burguesia industrial capaz, a seguir, de exercer uma pressão contínua sobre seus aparelhos e agências. Tal afirmação, mais que uma hipótese, constitui uma realidade empiricamente comprovada: vários grupos industriais, dentre os mais poderosos da década

um tratamento público e moderno (típico de um Estado nacional). Ver Thomas Skidmore, *op. cit.*, p. 409.

(19) A caracterização do populismo como uma ideologia e uma política burguesas, de resto impostas às classes médias, encontra-se, entre outros autores, em Ruy Mauro Marini, *Sous-développement et révolution en Amérique Latine*, Maspero, Paris, 1972, p. 16 e seqs.

(20) Não podemos examinar aqui as características de formação da classe operária brasileira, bem como apurar o seu grau de responsabilidade na integração política da classe operária, pela via do populismo. A respeito, consultar, entre outros, o artigo já citado de Alain Touraine.

de 50, foram literalmente criados pelo Estado durante o primeiro período Vargas.

De outro lado, o Estado populista caracteriza-se como um Estado mediador. A conquista e a manutenção de uma base social urbana de apoio, bem como a execução de uma política industrializante, levam o Estado a regulamentar “preocemente” as relações de classe em gestação, com vistas a trazer um mínimo de estabilidade ao “compromisso” e a consolidar nos planos econômico e político a burguesia industrial nascente. O Estado populista intervém, portanto, nas relações de classe, integra politicamente a classe operária e, ao mesmo tempo, priva-a de uma expressão política autônoma.

A análise histórica nos permite afastar os procedimentos formalistas e abstratos, que reduzem o populismo a um estilo político ou a uma modalidade de relação “líder/massa”. A ideologia populista caracteriza-se como uma “ideologia de Estado”, criada pela representação política das baixas camadas médias e transformada a seguir na forma essencial de expressão da classe operária em constituição; mas a “ideologia de Estado” exprime-se praticamente através da execução de uma política de industrialização e de integração operária, indicativa de uma etapa de transição capitalista periférica.

Estas duas dimensões da política populista são, na realidade, inseparáveis. Assim como a repressão da classe operária havia sido um aspecto da política oligárquica de expansão do capitalismo agro-mercantil, assim também a integração da classe operária foi a face social de uma política industrializante concretamente implementada por novas forças políticas. Todavia, a constância relativa da política de integração operária coexistiu com os “avanços” e “recuos” da política econômica ao longo do período populista: lembremos somente, à guisa de exemplo, a orientação liberal e antiintervencionista da política econômica executada pelo governo Dutra em 1946-47, bem como pelo governo Café Filho, em 1954-55. Essa incoerência aparente poderia induzir-nos a caracterizar a política econômica do período pós-oligarquico como um ponto de equilíbrio entre as oligarquias (proprietários rurais pré-capitalistas e burguesia cafeeira) e a burguesia industrial, a problematizar o seu caráter industrializante e, como consequência, a reduzir o populismo à política de integração/manipulação da classe operária. Mas é preciso examinar mais a fundo essa aparente incoerência; e esse propósito implica necessariamente a discriminação da natureza e dos termos do “compromisso” entre as oligarquias e a burguesia industrial nascente.

Uma definição do “compromisso”

É preciso, desde logo, afastar toda interpretação “economista” do “compromisso”: a troca de vantagens e concessões econômicas entre a antiga e a nova classe dominante suporia a existência de um “projeto de industrialização”, dificilmente atribuível, nas condições históricas já mencionadas, à burguesia industrial nascente. A rigor, as oligarquias e a burguesia industrial chegaram, através da revolução de trinta, a um “compromisso político”. O Estado populista constituiu a caução de um acordo tácito entre o conjunto de frações pré-industriais da classe dominante (proprietários pré-capitalistas ou burguesia comercial, mas todos dotados de uma dimensão agrária) e a burguesia industrial nascente; esse pacto consagrava, de um lado, a participação da burguesia industrial no poder político, bem como seu acesso aos instrumentos institucionais de desenvolvimento, e, de outro lado, a manutenção da ordem social no campo: salvaguarda da propriedade fundiária e do estatuto das relações de trabalho.²¹ O “pacto político” entre os dois grupos não foi, portanto, mais longe que isso; em outras palavras,

(21) A evolução recente do debate teórico sobre a agricultura brasileira resultou na superação da tese por muito tempo dominante no pensamento crítico brasileiro, segundo a qual a estrutura agrária, fundada na grande propriedade, teria colocado um “obstáculo” ao livre desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil. É Antonio Barros de Castro o autor da crítica mais profunda e sistemática de todas as variantes dessa tese; em seu ensaio “Agricultura e desenvolvimento no Brasil”, Castro tenta demonstrar que a agricultura preencheu todas as “funções” — criação e ampliação constante de um excedente de alimentos e matérias-primas, liberação de mão-de-obra, transferência de capitais — requeridas pelo desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil; e que a abertura de um mercado rural de massas jamais constituiu um imperativo para a industrialização brasileira, tal qual ela concretamente se desenrolou. Todavia, parece-nos que não se pode falar de relações irreversíveis entre a estrutura agrária existente e a expansão industrial, pelo menos nas primeiras etapas do crescimento industrial brasileiro. Assim, é problemático atribuir à forma concretamente assumida pela industrialização brasileira o caráter de uma necessidade histórica. Em outras palavras, a hipótese de uma transformação do campo comandada pela burguesia industrial na etapa de transição não pode ser simplesmente descartada por “economicamente inviável”. É o conjunto da história da transição capitalista no país que explica que a burguesia industrial, ao aceitar os termos do “compromisso político”, se tenha absteido de imprimir à industrialização um curso distinto — e, sem dúvida, menos “afluente” — daquele caracterizado pela produção suntuária e pelos mercados de elite. A propósito, consultar Antonio Barros de Castro, 7 ensaios sobre a economia brasileira. Forense, Rio de Janeiro-São Paulo, 1969, capítulo 2, p. 79-144.

o acordo não pôde impedir o desencadear, dentro dos seus limites, de uma luta entre os setores avançados da classe dominante pré-industrial (os grupos voltados para a agricultura de exportação e, de um modo particular, a burguesia cafeeira) e a burguesia industrial, pelo controle da política econômica de Estado. O período aberto pela revolução de trinta testemunha o combate incessante entre os grupos de pressão agromercantis e industriais pelo controle dos instrumentos de política fiscal, cambial, monetária, aduaneira e de investimento público. Tal combate pode ser simbolizado pelos debates de 1945 no Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, sobre as vantagens e desvantagens da industrialização, ou pela polémica entre o líder industrial Roberto Simonsen e o economista liberal Eugênio Gudín;²² ele demonstra que o “compromisso político” entre o conjunto das oligarquias e a burguesia industrial não foi capaz de anular a tensão entre os grupos agromercantis e o grupo industrial, igualmente inclinados à monopolização dos instrumentos institucionais de desenvolvimento. Contudo, seria incorreto atribuir, a partir da constatação dos “avanços” e “recuos”, um caráter equilibrado à luta pelo controle da política econômica de Estado. Lembremos inicialmente que, nas condições de equilíbrio político geradas pela revolução de trinta, as “categorias sociais” integradas aos aparelhos de Estado se revelavam dotadas de uma relativa autonomia de ação; e que as condições históricas em que se concretizou sua ação, bem como suas particularidades ideológicas, as induziram mais freqüentemente a implementar medidas em última instância favoráveis à industrialização. De um lado, a crise permanente e profunda do capitalismo agromercantil, resumida na expressão “deterioração dos termos de troca”, tornava-o incapaz de satisfazer as necessidades criadas pela sua própria expansão. Nesse contexto, mesmo uma política puramente “pragmática” de satisfação das necessidades previamente existentes resultava necessariamente no estímulo à industrialização. A expressão “industrialização substitutiva” admite implicitamente a existência desse pragmatismo industrializador; essa atitude orientou, em vários momentos e num grau variável, as “categorias sociais” de Estado envolvidas no processo de tomada de decisões econômicas. Mas, de outro lado, para além das motivações puramente “técnicas” é preciso considerar a dupla filiação das “categorias sociais” integradas ao bloco dominante: filiação às camadas médias urbanas, de um lado, e inserção nos aparelhos de Estado, de outro. Ora, as

(22) Ver Gabriel Cohn, “Problemas da industrialização no século XX”: *Brasil em perspectiva*. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1968, p. 341.

disposições ideológicas próprias a cada uma dessas situações induziram igualmente as “categorias sociais” a tomar decisões objetivamente favoráveis à industrialização. A esse respeito, podemos discriminar, numa perspectiva analítica, três exemplos: os tenentes, as forças armadas (alta oficialidade) e a alta burocracia.

A preocupação tenentista de construção de um Estado nacional soberano chocava-se necessariamente com o federalismo oligárquico; ao defender a centralização político-administrativa e a concentração ao nível do poder central dos instrumentos de política econômica anteriormente disseminados pelos governos estaduais, os tenentes criaram as condições institucionais indispensáveis à colocação em marcha de uma política intervencionista e industrializadora.

A conjuntura internacional está ligada ao desenvolvimento, no corpo de oficiais superiores das forças armadas, de uma “ideologia da segurança nacional”, capaz de arrastá-los à luta pela imposição de uma orientação industrializante à política econômica. No fundo, esse “nacionalismo de guerra” aspirava a uma “economia de guerra”, dotada dos meios militares capazes de assegurar a defesa nacional e fundada, à vista disso, na auto-suficiência em material militar: matérias-primas, produtos intermediários e equipamentos. A segunda guerra mundial, em particular, induziu os representantes das forças armadas a reivindicarem um programa público de investimentos nos setores industriais de base; o resultado imediato dessa aspiração foi a criação pelo Estado da Companhia Siderúrgica Nacional e a instalação da Usina de Volta Redonda.²³ Mas a guerra fria favoreceu igualmente a participação ativa (e mesmo hegemônica) dos generais do exército na Campanha do Petróleo (1946-1953), cujo resultado foi a declaração do monopólio estadual da produção petrolífera.

Finalmente, pode-se notar nos técnicos e burocratas o esboço de um “projeto de industrialização”, através do qual as “categorias sociais” tendiam a dar uma forma concreta às aspirações das camadas médias já desbaraçadas da ascendência oligárquica. Esse impulso industrializador já se encontra no Conselho Nacional de Economia do “Estado Novo”; reaparece na ação dos técnicos nacionalistas do último período Vargas e atinge seu mais alto grau de acabamento no “desenvolvimentismo” dos grupos executivos para a indústria do período Kubitschek.

(23) Ver, a respeito, Lourdes Sola, “O golpe de 1937 e o Estado Novo”: *Brasil em perspectiva*, *op. cit.*, p. 297 e 308.

Portanto, a crise permanente do capitalismo agromercantil assim como disposições ideológicas particulares levam as “categorias sociais” a abrirem as estruturas do Estado aos grupos de pressão industriais, cuja influência política cresce incessantemente. A rigor, os “avanços” e “recuos” da política econômica produzem-se sobre um terreno movediço, o do declínio irreversível do setor agromercantil. Os “avanços” dos grupos agromercantis constituem antes tentativas de reconquista do terreno perdido, e revelam-se incapazes de superar ou mesmo compensar os “recuos”. No fundo, é a etapa histórica vivida pela sociedade capitalista brasileira que enfraquece suas possibilidades de controle da política econômica; os grupos agromercantis não mais dispõem dos meios de promoção de uma verdadeira política de desenvolvimento das forças produtivas. Mas examinemos, a esse respeito, alguns elementos da política econômica convencionalmente atribuídos à inspiração dos grupos agromercantis: certas medidas sustentadas ao longo do período populista, a orientação geral da política econômica dos governos Dutra em 1946-47 e Café Filho em 1954-55.

A política de compra do excedente cafeeiro pelo Estado, já executada pelos governos oligárquicos, foi mantida depois da revolução de trinta. Todavia, seria um erro atribuir sua permanência exclusivamente à pressão dos grupos agromercantis. É claro que estamos longe de querer ligar tal medida a um “projeto de industrialização”. É um pragmatismo de inspiração Keynesiana “avant la lettre”, que se encontra, em última instância, na origem da manutenção da política de compra contínua dos estoques cafeeiros; depois da crise do mercado mundial, só lhe restava como alternativa a recessão econômica interna. Mas, essa política pragmática de manutenção do nível de atividade econômica global assegurou, ao mesmo tempo, a continuidade da expansão industrial, impedindo o encolhimento dos mercados e a diminuição do montante de divisas destinadas à importação de equipamentos industriais. Portanto, no contexto da crise permanente do capitalismo agromercantil, a terapêutica Keynesiana reforçou objetivamente os setores econômicos capazes de restabelecer o equilíbrio instável (contraditório) próprio a todo crescimento econômico capitalista.

A política econômica do período 1946-47 constituiu uma das manifestações mais típicas da versão periférica e agrária do liberalismo econômico. Mas o desejo de combater a inflação e a crença na “vocaçãõ agrária” do país combinaram-se numa política simultaneamente ortodoxa e liberal, centrada no relaxamento do controle sobre as divisas e na liberação total das importações. Contudo, a modéstia da capacidade de importar retirou a essa política de estímulo às importações não essenciais seu eventual caráter anti-

inflacionário; em fins de 1947, a pressão inflacionária contínua obriga a mesma equipe governamental a colocar em execução uma política heterodoxa e pragmática, centrada no restabelecimento do controle seletivo das importações. A criação em 1947 de um organismo público (a Cacex) encarregado de partilhar as divisas existentes entre os importadores de equipamentos industriais evidencia a impossibilidade prática, implícita na mudança de orientação dos representantes ideológicos e políticos dos grupos agromercantis, de uma política econômica globalmente voltada para o estímulo à “especialização agrária” e para o bloqueio do processo de industrialização.

A política econômica do período 1954-55 constituiu uma nova tentativa ortodoxa, liberal e antiindustrial; mas, diante da ameaça de estagnação econômica e das pressões exercidas pelos grupos de interesse industriais, ela se transformou, ainda uma vez, em pragmatismo. A restrição ao crédito rapidamente cedeu lugar a uma política monetária mais flexível; e a tentativa de extinção do “confisco cambial”²⁴ resultou em fracasso. Finalmente, o período governamental 1954-55 acabou sendo marcado pela criação de um dos mais poderosos instrumentos institucionais da industrialização, tal qual ela se processou durante o período seguinte: a instrução 113 da SUMOC, cujo texto consagrava a prioridade dos investidores estrangeiros na importação de equipamentos industriais. Essa medida converte um período aparentemente antiindustrial em período de definição das condições institucionais indispensáveis ao irromper de uma nova etapa da industrialização periférica.

Não quisemos, com os exemplos mencionados, ligar o conjunto da política econômica do Estado populista a um “projeto de industrialização”, embora tal projeto tenha sido esboçado por certos grupos participantes do processo decisório. Todavia, as disposições ideológicas próprias às “categorias sociais” de Estado, o pragmatismo e a pressão nascente dos grupos de interesse industriais conferiram à política econômica um caráter objetivamente industrializador. Os momentos de “recuo” e as medidas permanentes de defesa da agricultura de exportação não puderam abalar a consistência da política de subvenção ao setor industrial, centrada sucessivamente no “confisco cambial” e na Instrução 113, bem como a dimensão prospectiva da política de investimento público simbolizada por Volta Redonda, pelo BNDE e pela Petrobrás.

(24) Trata-se da reorientação das divisas obtidas pelos grupos agromercantis em favor da importação de equipamentos industriais.

Portanto, o “compromisso político” entre o conjunto das oligarquias e a burguesia industrial esteve longe de significar uma partilha equilibrada dos instrumentos da política econômica entre a agricultura de exportação e as forças políticas da industrialização. O acesso declinante dos grupos agromercantis às estruturas do Estado explicá, assim, suas tentativas de volta ao passado, ou seja, sua luta pela reconquista da hegemonia política no seio da classe dominante; ao tentar destruir as bases do Estado populista, esses grupos procuravam recolocar a política econômica de Estado a serviço de seus interesses. Esta constituiu a primeira fonte de tensão interna a ameaçar de um modo permanente o populismo: o “compromisso político” entre o conjunto das oligarquias e a burguesia industrial jamais impediu que os grupos agromercantis lutassem contra as forças políticas da industrialização pela monopolização dos instrumentos da política econômica de Estado. Essa luta desenrolou-se frequentemente no interior do próprio Estado populista, na medida em que a ação política dos grupos de pressão agromercantis tinha como lugar privilegiado o Congresso (nos períodos de democracia parlamentar) ou certos ramos do aparelho de Estado. Mas tal combate assumiu, por vezes, a dimensão de um ataque ao sistema político populista, enquanto forma de articulação política centrada no reforço do Estado industrializador. Nesses momentos, sua luta pela hegemonia política resultava necessariamente na mobilização política de seus aliados permanentes — as camadas médias tradicionais — e na procura de apoio militar dos oficiais superiores das forças armadas, com vistas à destruição do populismo. A revolução paulista de 1932 constituiu a expressão mais pura desse esforço de retorno ao passado; a burguesia cafeeira mobilizou politicamente as camadas médias tradicionais e procurou o apoio de uma fração das forças armadas, a fim de “restaurar o prestígio de São Paulo”, sujeito desde a revolução de trinta ao domínio político de um “bando de estrangeiros”. Quando lembramos que esses “estrangeiros” eram justamente os “tenentes” (a força revolucionária e antioligárquica da nova composição dominante), torna-se evidente que a dimensão regionalista do movimento não passou de uma fachada propagandística para a luta dos grupos agromercantis pela reconquista da hegemonia política.

A conjuntura internacional de 1945 abriu aos grupos agromercantis uma nova oportunidade de reconquista da hegemonia política. A luta interna das potências imperialistas e a participação dos movimentos operários nacionais no combate contra o fascismo tornaram conveniente para os Estados imperialistas vitoriosos a reconquista política de seus aliados militares. No Brasil, a pat-

tir de 1943, os grupos agromercantis incitam as forças armadas, já envolvidas na luta mundial contra o fascismo, ao golpe armado contra o “Estado Novo”. Todavia, não se deve superestimar tal proposta de redemocratização: ela se definia, naquela conjuntura, como a forma mais adequada para o ataque à estratégia política de desenvolvimento. Mais que restabelecer a democracia liberal, os grupos agromercantis queriam a destruição da “democracia de massas” e mesmo da “democracia plebiscitária” esboçada a partir de 1943; no fundo, esses grupos compreendiam que a destruição do populismo equivaleria à destruição do Estado intervencionista industrializador. E, estando as massas urbanas integradas ao Estado populista, só lhes restava a concretização da redemocratização pela via do putschismo; daí a dimensão restrita da mobilização política contra o “Estado Novo”.

Na crise de 1954, cujo ponto culminante foi o golpe de Estado de 24 de agosto, podemos discernir ainda uma tentativa dos grupos agrário-exportadores no sentido de restabelecer sua hegemonia política. Todavia, seria incorreto reduzir a crise de 1954 a uma pura tentativa de volta ao passado. A análise dos acontecimentos políticos de 1954 nos coloca diante de uma conjuntura sobredeterminada, em que a crise permanente do populismo (o esforço restaurador dos grupos agrário-exportadores) se justapõe, ou melhor, articula-se à primeira manifestação da crise final do populismo. Queremos dizer com isso que outros grupos sociais esboçam uma atitude de abandono do populismo; entretanto, suas motivações específicas não são coincidentes com aquelas dos grupos agrário-exportadores, cuja preocupação principal continua a ser a reconquista da hegemonia política com vistas a monopolizar os instrumentos de política econômica.

Sabe-se que todas as tentativas restauradoras dos grupos agrário-exportadores redundaram em fracasso. O movimento armado de 1932 foi facilmente batido pelo poder central; a redemocratização de 1945 deixou intacta a estrutura sindical populista e não pôde impedir a retomada de uma política de industrialização a partir de 1947; o governo provisório de 1954-55 foi obrigado a abandonar sua política de proteção ao setor cafeeiro e acabou por criar o principal instrumento institucional de aceleração da industrialização: a Instrução 113. Tudo isso sugere que a normalidade do populismo foi sempre uma situação de equilíbrio instável, ou de crise permanente. Não se poderia, portanto, atribuir a essas tentativas renovadas de reconquista da hegemonia política a responsabilidade pela crise final do populismo.

Já caracterizamos o sistema político populista como a articulação do jogo político típica de uma etapa de transição. Num

momento histórico em que nem a antiga classe dominante nem a nova classe dominante são politicamente hegemônicas, o bloco político dominante torna-se mais complexo e o Estado assume plenamente sua soberania. Sob o impulso político das “categorias sociais”, o Estado populista implementa uma política de desenvolvimento — industrialização, integração operária — que não coincide inteiramente com os interesses de nenhum grupo dominante. Os grupos de interesses agrário-exportadores e industriais exercem uma pressão contínua sobre as estruturas do Estado; mas nem uns nem outros o consideram como feito à sua imagem. A luta pelo controle da política de desenvolvimento torna-se, portanto, uma fonte permanente de instabilidade.

Porém, a integração política da classe operária pela via do sindicalismo de Estado a transforma ao mesmo tempo num agente potencial do sistema político; a análise sociológica do populismo frequentemente sublinhou que a outra face da absorção política da classe operária é sua possibilidade de exercer, em certas conjunturas, uma pressão crescente sobre as estruturas do Estado. A possibilidade de ascensão política real da classe operária converte-se, portanto, na segunda fonte — e a mais profunda — da instabilidade do populismo.

O processo decisório populista é, desse modo, caracterizado por uma instabilidade permanente, na medida em que nenhum dos grupos dominantes aprova, a cada momento, o conjunto das decisões resultantes do jogo político. Essas decisões poderiam ser analiticamente agrupadas em duas categorias: as decisões integrantes de uma política de desenvolvimento e as decisões integrantes de uma política de ordem. A política de desenvolvimento se define objetivamente como uma política de industrialização (confisco cambial, investimentos públicos) e como uma política de integração operária: sindicalismo de Estado, legislação do trabalho. Já fizemos referência à resistência oposta pelos grupos agrário-exportadores à política de industrialização; mas é preciso igualmente lembrar que a política de integração operária sempre foi aceita com reservas pela própria burguesia industrial, que freqüentemente se queixou dos excessos intervencionistas da ação governamental bem como do preço econômico da legislação de trabalho.²⁵

(25) Não será demais lembrar, ainda uma vez, a influência decisiva das “categorias sociais” de Estado — e sobretudo os tenentes — na elaboração da legislação do trabalho e na criação das novas estruturas sindicais. As restrições da burguesia industrial diante da política de integração operária não partiram apenas de alguns setores minoritários e pouco dinâmicos, mas sim do conjunto da classe; e mesmo grandes líderes indus-

A política de ordem se define como uma política de manutenção da grande propriedade fundiária e do estatuto das relações de trabalho vigente no campo; e como uma política (pela própria via da integração) de manipulação operária.

Podemos agora distinguir mais claramente as duas modalidades de crise do populismo. A luta entre os grupos agrário-exportadores e a burguesia industrial pelo controle da política de desenvolvimento coloca o sistema político populista numa situação de crise permanente. Tal luta se manifesta sob a forma de combate entre os grupos de pressão agrário-exportadores e os grupos de pressão industriais, no interior das estruturas do Estado populista, pelo controle da política econômica de Estado; ou sob a forma de tentativa agrário-exportadora de reconquista da hegemonia política mediante a destruição do sistema político populista e do Estado industrializador. Entretanto, todas as tentativas restauradoras se encerram com a recomposição progressiva do populismo; não se poderia, portanto, identificá-las com a crise final do populismo.

A rigor, é na política de integração/manipulação da classe operária e de outros grupos de trabalhadores urbanos — em suma, as “massas urbanas” — que se deve procurar as raízes profundas da crise final do populismo. A situação de transição — complexidade do novo bloco dominante, ausência de uma classe social politicamente hegemônica — obriga o Estado pós-oligárquico a procurar a base de sua soberania no apoio das massas urbanas; daí o reconhecimento de sua presença social bem como de seu direito à reivindicação. Todavia, não se deve esquecer que esse “Estado de massas” foi ao mesmo tempo um Estado capitalista e industrializador; e que essas duas dimensões não se encontram puramente justapostas, mas, ao contrário, profundamente articuladas. Queremos dizer com isso que, se a integração política constituiu por si própria uma resposta à necessidade de conquista do apoio das massas urbanas, a modalidade concreta de integração política das massas urbanas definiu-se no contexto geral da política de desenvolvimento colocada em marcha pelo Estado pós-oligárquico. A política de aceleração da industrialização e de consolidação da burguesia industrial nascente encontrou, desse modo, um complemento necessário na política de regulamentação “precoce” das relações de classes nascentes, de aborto da luta de classes. A fim de

triais do período populista não se absteram de condenar, em nome das necessidades de acumulação de capital industrial, os “excessos” da legislação do trabalho. Entretanto, mais que a forma, é a própria essência da política de integração operária que foi aceita sob reserva pela burguesia industrial.

favorecer o desenvolvimento da burguesia industrial, o Estado pós-oligárquico absorveu a classe operária nascente nas suas estruturas e, ao fazê-lo, privou-a da possibilidade de uma expressão política autônoma. O Estado populista criou, portanto, um mecanismo simultâneo de integração e de manipulação da classe operária; essa ambigüidade não deve, no entanto, ser considerada como uma anomalia, mas como a essência e, ao mesmo tempo, a contradição fundamental do populismo. É verdade que a política populista retirou à classe operária a possibilidade de uma política autônoma ou mesmo revolucionária; mas ela não pôde impedir a gestação, em conjunturas históricas determinadas, de uma pressão operária real, voltada diretamente para as estruturas do Estado. A industrialização no pós-30 provocou o alargamento da presença social da classe operária; mas não esqueçamos o caráter periférico da industrialização brasileira, em que a urbanização acelerada das necessidades se articula à intensificação constante da exploração da força de trabalho industrial. Tal situação permite o nascimento, em certas conjunturas, de uma pressão operária que o Estado não poderá desconhecer ou reprimir, sob pena de esmigalhar sua base social de apoio e de tornar-se um puro campo de batalha para os grupos agrário-exportadores e industriais; em suma, de colocar em perigo sua soberania. Além disso, é o próprio modo pelo qual se exerce a pressão operária sobre o Estado que torna impossível o desconhecimento ou a repressão. Trata-se, ao mesmo tempo, de uma pressão interna e externa, espontânea no início e canalizada a seguir: Weffort²⁶ caracteriza-a como a dinamização da estrutura sindical oficial pelas "organizações paralelas", ou "organizações complementares" (isto é, organizações sindicais ilegais mas reconhecidas de fato pelo poder populista, e criadas sob a inspiração dos partidos políticos de esquerda). Nessa perspectiva, as conjunturas de ascensão real e espontânea do movimento operário consistem em momentos de plena operação da dialética do populismo. De um lado, a pressão operária é efetiva, mas os seus efeitos são atenuados pelo fato de ela se exprimir politicamente através da ação das "organizações paralelas" em aliança com o populismo;²⁷ de

(26) Consultar Francisco C. Weffort, "Origens do sindicalismo populista no Brasil", já citado, especialmente p. 67-69 e 82; bem como *Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco 1968*. Cebrap, São Paulo, 1972, "Introdução", p. 7-12.

(27) É verdade que a tática seguida pelas "organizações paralelas" e seus inspiradores revela a preocupação de não se distanciarem do movimento operário, já controlado pelo Estado. Mas é preciso recordar que a pressão operária espontânea ultrapassou por vezes os limites estabelecidos por essa tática. Ver a propósito a análise das relações entre o MUT e a

outro lado, o Estado populista deve responder à pressão operária mediante uma mudança de linguagem e de estilo políticos — por exemplo, a aceitação, em princípio, do programa político proposto pelas "organizações paralelas" e os partidos políticos de esquerda em aliança com o populismo —, bem como através da realização de concessões parciais, mas reais, à classe operária, especialmente o aumento dos salários. Em suma, se o populismo sufoca o movimento operário ascendente, a pressão operária provoca a radicalização do populismo.

A pressão operária, ainda que expressa politicamente pelo sindicalismo de Estado sob o impulso das "organizações paralelas", obriga o Estado populista a ultrapassar as linhas gerais da política de ordem, cuja necessidade é preconizada pelo conjunto da classe dominante. Evidentemente, a nova orientação do Estado populista não abre a possibilidade imediata de uma transformação global da sociedade; todavia, ela é vivida pelo conjunto da classe dominante como uma primeira manifestação da luta de classes, doravante estimulada, e não mais amortecida, pelo populismo. Portanto, não é a ruptura do "compromisso" entre as oligarquias rurais e a burguesia industrial que explica a crise final do populismo; é antes o Estado populista, ao reconhecer a legitimidade da ascensão popular a fim de conservar sua base social de apoio e, portanto, de assegurar sua soberania, que ultrapassa os limites impostos pela necessidade de manutenção da ordem social e, assim, afasta-se do conjunto da classe dominante. A incapacidade do populismo em conter a ascensão política das classes populares o condena, portanto, à morte; nessa perspectiva, a crise final do populismo constitui um momento de rejeição do populismo, enquanto estratégia política de desenvolvimento, pelo conjunto da classe dominante.

A distinção analítica entre as diferentes fontes de instabilidade do populismo não significa, entretanto, a impossibilidade concreta de delineamento de conjunturas mais complexas, em que se encontrem articulados elementos expressivos das diferentes modalidades de crise. A crise de 1954 é um exemplo sugestivo dessa possibilidade. De um lado, constitui ainda uma tentativa restauradora dos grupos agrário-exportadores, cujo empenho antipopulista assume a forma concreta de uma mobilização política das camadas médias tradicionais (sobretudo em São Paulo e no Rio de Ja-

— classe operária em 1946, empreendida por Weffort em "Origens...", bem como o transbordamento das organizações de esquerda pela pressão popular ascendente em 1964, tal qual é descrito por Thomas Skidmore, *op. cit.*, capítulo VIII, p. 308-366.

neiro) através da UDN e de uma ação de propaganda anti-Vargas junto às forças armadas. De outro, os acontecimentos de 1954 constituem a primeira manifestação da crise final do populismo, ou o ensaio geral da crise de 1964; sob pressão da classe operária, cuja agressividade crescente se exprime na onda de greves de São Paulo em 1953, o Estado populista “avança”, enquanto a burguesia industrial e as oligarquias rurais “recuam”, cedendo às forças armadas, por escolha ou por omissão, o poder de resolução da crise.

Podemos, agora, passar à análise das relações entre as camadas médias urbanas e o sistema político populista. A revolução de trinta foi em parte a expressão das aspirações das camadas médias urbanas; e representou o momento inicial do processo de abertura do sistema político ao conjunto dessas camadas. O sistema político oligárquico havia, ao mesmo tempo, subordinado em termos estritos as camadas médias tradicionais à política oligárquica, e excluído as baixas camadas médias; o populismo implica simultaneamente a democratização do Estado e do sistema político. A dimensão revolucionária do movimento político-militar de 1930 encontra-se justamente nesse fato: as estruturas do Estado abrem-se às “categorias sociais” filiadas às camadas médias urbanas e dotadas de uma relativa autonomia de ação; e esses setores forçam o reconhecimento da presença social dos trabalhadores urbanos e do seu direito de influenciarem o processo decisório. A abertura do sistema político assume, portanto, a forma de reconhecimento pelo Estado do mundo do trabalho urbano, de integração política dos trabalhadores urbanos pela via da legislação do trabalho e do sindicalismo de Estado. Portanto, o sistema político abre-se à classe operária, mas também a outros grupos de trabalhadores urbanos, “manuais” ou “não-manuais”. Assim, é preciso analisar o movimento do pelo qual as diferentes camadas médias urbanas reagiram a esse movimento integrador.

Classe média e antipopulismo

Lembremos desde logo que a revolução de trinta, por sua própria natureza, não pôde apagar o poder sócio-econômico das oligarquias rurais, bem como sua influência local; e que os grupos agrário-exportadores iniciaram, pouco tempo depois, a luta pela reconquista da hegemonia política e contra o Estado populista. A

revolução de trinta não significou a eliminação política das oligarquias rurais; esse fato exprime a acomodação das estruturas pré-industriais (valores, relações sociais) ao desenvolvimento do capitalismo industrial. Nessas condições, as camadas médias tradicionais revelam-se incapazes não só de romper sua dependência com relação ao mundo oligárquico mas também de desembaraçar-se do seu liberalismo elitista e antipopular. Se se considera que essa versão do liberalismo correspondia à sua visão da política como um privilégio social, sua oposição ao populismo nada contém de surpreendente; no fundo, o Estado populista, ao conceder a cidadania ao “povo”, retirou às “elites” o privilégio exclusivo da política. Contudo, é preciso recordar que o profissional liberal conslituiu o tipo social mais expressivo das camadas médias tradicionais; e que sua “situação de trabalho” cria disposições ideológicas que estão longe de serem compatíveis com o intervencionismo social e econômico do Estado populista. Assim, o antipopulismo é a definição política essencial das camadas médias tradicionais a partir da revolução de trinta. A orientação antipopulista não poderia ser confundida com as suas manifestações superficiais, como a defesa da Constituição e o ataque à ditadura; estas constituem antes as formas ideológicas conjuntamente mais adequadas à atitude fundamental de rejeição do Estado populista. No fundo, não é o regime constitucional que as camadas médias tradicionais colocam em questão, mas sim a própria natureza do sistema político; os seus ataques se dirigem igualmente à ditadura populista de Vargas (o “Estado Novo”, 1937-1945) e à democracia populista de Vargas (seu último período, 1951-1954). O fulcro da questão é na realidade a “democracia de massas”, estabelecida através de um pacto direto entre o Estado populista e as massas urbanas. Assim, a integração política da classe operária e de outros grupos de trabalhadores urbanos apenas reforçou a dimensão elitista do liberalismo das camadas médias tradicionais, como também evidenciou seu caráter não-democrático. O antipopulismo traduz seu desejo de impedir a ascensão política da classe operária e a transformação do direito à política em prerrogativa comum e universal; em suma, o desejo de conservar a política como um símbolo de prestígio social. Podemos dizer, portanto, que a orientação política das camadas médias tradicionais está marcada, ao longo do período do populista, pela nostalgia da política oligárquica.

A luta contínua dos grupos agrário-exportadores pela reconquista da hegemonia política e pelo açambarcamento dos instrumentos da política econômica de Estado propiciará às camadas médias tradicionais a oportunidade de lutar pela restauração do liberalismo oligárquico. A fase histórica aberta pela revolução de trin-

ta testemunha, nessa medida, a renovação da aliança política entre as camadas médias tradicionais e os grupos agrário-exportadores. A revolução de 1932 constituiu a primeira e a mais fiel expressão dos propósitos restauradores dos grupos agrário-exportadores e de sua aliança política com as camadas médias tradicionais. Diante da redução do seu poder político, expressa pelo seu afastamento do processo de elaboração da política econômica de Estado e pela presença dominante dos tenentes no governo estadual paulista, a burguesia cafeeira se entregará à mobilização política das camadas médias tradicionais e à procura de apoio militar de certos setores das forças armadas com vistas à deflagração da luta contra o poder central. O movimento conduzido pelo Partido Democrático Paulista se dispunha a restabelecer o regime constitucional e a restaurar o prestígio de São Paulo; mas o formalismo jurídico e o regionalismo aí presentes são apenas manifestações parciais e superficiais do desejo das camadas médias tradicionais de retornar à "democracia com participação limitada" da Primeira República. A revolução de 1932 se define nessa medida como um movimento tipicamente "paulista", conduzido pela burguesia cafeeira do Partido Democrático e centrado na mobilização ampliada das camadas médias tradicionais. Os profissionais liberais fornecerão os quadros do movimento e os agentes intermediários das negociações; a juventude universitária participará das tropas "constitucionalistas"; as mulheres organizarão campanhas cívicas destinadas à obtenção dos recursos necessários ao financiamento da luta armada, e ao fomento dos sentimentos liberais e regionalistas da opinião pública urbana.

O período 1937-1945 registra a renovação da aliança antipulista entre as camadas médias tradicionais e os grupos agrário-exportadores. Porém, se a fase revolucionária de 1930-34 levou as forças antipulistas a definirem a revolução de 1932 como um movimento pela Constituição, na fase ditatorial do "Estado Novo" a luta contra o populismo assumirá a forma de movimento pela redemocratização. O "Manifesto dos Mineiros", de 1943, a criação, em 1945, da UDN — o partido cujo liberalismo constituiu a expressão ideal da aliança entre os dois setores —, e a busca do apoio militar das forças armadas constituíram os momentos mais expressivos dessa nova tentativa restauradora. Essa perspectiva de análise do movimento de 1945 torna menos estranhas a ausência de uma mobilização popular ampliada e a preocupação oligárquica em concretizar a redemocratização pela via de um *putsch* militar. Na verdade, o elitismo do movimento de redemocratização já estava presente na revolução de 1932; mas o declínio econômico e político dos grupos agrário-exportadores converteu

o movimento de 1945 em sua versão ampliada. Na conjuntura de 1945, o elitismo e o *putschismo* das forças antipulistas são especialmente evidenciados pela efetiva mobilização popular promovida pela ditadura populista — a "democracia de massas" — a fim de enfrentar a ameaça de restauração oligárquica: enquanto as forças democráticas da UDN incitam os generais ao golpe de Estado contra Vargas, as forças ditatoriais do populismo mobilizam intensamente os trabalhadores urbanos através da organização do movimento "queremista" e da aliança com o PCB.

A crise de 1954 constitui em parte uma nova tentativa dos grupos agrário-exportadores no sentido da reconquista da hegemonia política. As forças antipulistas rearticulam-se, portanto, de modo semelhante ao da revolução de 1932 e do movimento de redemocratização de 1945. A UDN mobiliza as camadas médias tradicionais de São Paulo e do Rio de Janeiro e, ao mesmo tempo, empreende uma ação de propaganda anti-Vargas junto às forças armadas. Além disso, a conjuntura de 1954 permite a aparição do mais importante agitador de direita do período populista: Carlos Lacerda, cuja ideologia, linguagem e estilo políticos (liberalismo tradicional, elitismo, ódio às massas) têm em mira as camadas médias tradicionais.²⁸ Entretanto, o movimento antipulista de 1954 não pode ser caracterizado como um empenho em "restabelecer a Constituição", ou em "redemocratizar o país", na medida em que propõe exatamente a deposição de um governo democraticamente eleito; seu objetivo político aparente assume, em consequência, uma nova forma: a de "combate à corrupção". A rigor, a crise de 1954 dá relevo a todas as motivações políticas habituais das camadas médias tradicionais, ao mesmo tempo que as reforça ao articulá-las a um novo sentimento: o medo da proletarização. A política de elevação maciça dos salários reais da classe operária não provoca somente o recuo da burguesia industrial; semeia também o pânico entre as camadas médias urbanas. O "memorial dos coronéis", de fevereiro de 1954, constitui uma manifestação da indignação das camadas médias diante da ascensão popular; sintomaticamente, a análise da conjuntura política global cede lugar a uma espécie de "*cahier de doléances*" das camadas médias urbanas. A ameaça de "degradação do seu *status*" reforça nas camadas médias tradicionais o desejo de destruição do populismo; no novo contexto, marcado pelo desenvolvimento do capitalismo in-

(28) Ver, a esse respeito, Gláucio Ary Dillon Soares, "As bases sociais do lacerdismo", já citado, bem como Theotônio Júnior, "A ideologia fascista no Brasil", *Revista Civilização Brasileira*, n.º 3, maio de 1965, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

dustrial e pela presença social crescente da classe operária, ao seu empenho em reconverter a política em privilégio social se agrega a vontade de bloquear a ameaça (real ou vivida como tal, pouco importa) de igualização sócio-econômica do conjunto das camadas não-proprietárias.

Classe média e sindicalismo populista

Mas nem todas as camadas médias urbanas mergulham no universo do antipopulismo. A revolução de trinta abriu o sistema político, pela via da legislação do trabalho e do sindicalismo de Estado, ao conjunto dos trabalhadores urbanos; em outras palavras, o Estado pós-oligárquico voltou-se para a absorção política não só da classe operária, mas também de outras categorias de trabalhadores urbanos, “manuais” e “não-manuais”. Mas como reagiram as baixas camadas médias — empregados de escritório, bancários, pequenos funcionários públicos — a esse esforço de integração política? Tais camadas haviam-se mantido à distância das estruturas sociais e ideológicas pré-industriais do capitalismo agro-mercantil. Essa autonomia permitiu que sua possibilidade geral — enquanto grupo social secundário — de identificação com o Estado se articulasse concretamente à aspiração ao consumo industrial e ao bem-estar social; ou melhor, que o culto “pequeno-burguês” do Estado assumisse concretamente a forma de pressão (por vezes cega, por vezes canalizada) pela construção de um Estado intervencionista e industrializador. As baixas camadas médias, como a classe operária, constituíram a base social de apoio do populismo; e a integração das baixas camadas médias à política populista foi assegurada, em última instância, pelas suas relações ideológicas com o Estado populista. Mas a análise das relações entre as baixas camadas médias e o Estado populista nos obriga a refletir sobre o tema do “Estado cartorial”.

Hélio Jaguaribe²⁹ salientou a dimensão “cartorial” do Estado populista: a necessidade de apoio popular, além de determinar a

(29) O conceito “Estado cartorial” foi formulado por Hélio Jaguaribe. Ver, por exemplo, *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, p. 175: “... Estado cartorial, que existe para atender à política de clientela, em que o apoio político se obtém em contrapartida do emprego público”.

absorção política da classe operária, leva o novo bloco dominante a ampliar as oportunidades de trabalho no interior do aparelho de Estado e a uma política de expansão do emprego público. É essa necessidade que nos desvenda a essência do conceito de “Estado cartorial”: a expansão da burocracia de Estado não responde a uma exigência “racional”, mas a um empenho de criação de uma corrente de “lealdades políticas”. Nessa perspectiva, a política “cartorial”, longe de ser “irracional”, revela-se “funcional” em relação ao sistema político populista; enquanto política de produção e reprodução das camadas médias urbanas, amplia a influência do Estado sobre a opinião pública urbana e reforça uma corrente de opinião indiferente aos propósitos oligárquicos.

O conceito “Estado cartorial” reproduz uma das características principais da política populista. Entretanto, sua utilização pode reduzir as relações entre as baixas camadas médias e o Estado populista a uma pura “troca de serviços”: um “serviço político” (o apoio) contra um “serviço econômico” (a política de emprego). Desde logo, convém notar que se torna pelo menos problemática a atribuição ao Estado populista, excetuando-se os momentos de presença operária crescente, de uma política de redistribuição econômica favorável às massas urbanas;³⁰ é nesse sentido que vários autores definem o distributivismo do Estado populista mais como um “distributivismo político” (reconhecimento do direito à reivindicação, da capacidade de influenciar o processo decisório) e menos como um “distributivismo econômico” (aumento contínuo dos salários reais). De qualquer modo, se se pensa em termos da extensão horizontal da massa de salários (e é esse o elemento fundamental da política cartorial, tal qual definida por Jaguaribe), deve-se observar que a política de expansão de emprego público jamais poderia satisfazer o conjunto das baixas camadas médias, mas tão somente o setor dos “funcionários públicos potenciais”: aqueles que podiam esperar, graças a suas relações, qualificação etc., por uma oportunidade de trabalho na administração pública. Contudo, mesmo a consideração exclusiva dos setores diretamente favorecidos pela política “cartorial” não poderia justificar a redução das relações entre as baixas camadas médias e o Estado populista a uma “troca de serviços”; tal redução implicaria subestimar as par-

(30) Aqui tocamos a questão polêmica do verdadeiro caráter do salário-mínimo ao longo do desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil. Ver, a respeito, Francisco de Oliveira, “A economia brasileira: crítica à razão dualista”; *Estudos Cebrap* 2, outubro de 1972, São Paulo, p. 9-14.

particularidades ideológicas desses grupos. Voltamos, portanto, à sua condição de grupos sociais secundários, bem como a uma modalidade concreta de identificação com o Estado, no contexto de uma transição capitalista periférica. Nessa perspectiva a política “caritorial”, mais que um fator de explicação da identificação com o Estado, torna-se uma expressão tópica da orientação ideológica das baixas camadas médias.

Desse modo, o populismo implica ao mesmo tempo a absorção política da classe operária e das baixas camadas médias, pela via do sindicalismo de Estado. O período populista registra não somente o nascimento do sindicalismo operário de Estado, mas também do sindicalismo “médio” de Estado; é o período de consolidação e desenvolvimento dos sindicatos de empregados do comércio, de bancários ou de jornalistas, cuja organização, ideologia e história coincidem em suas linhas gerais com as características dos sindicatos operários. Essa semelhança se mantém inclusive nas conjunturas de dinamização das estruturas sindicais oficiais pelas “organizações paralelas”; o caráter exemplar da ação reivindicatória do sindicalismo operário e os efeitos da política de acumulação de capital industrial sobre seu poder de compra levarão os sindicatos “médios” a redobram sua pressão sobre as estruturas do Estado.

Em suma, o populismo permite que o sindicalismo “médio” chegue a formas ideológicas de ação e de organização semelhantes às aquelas assumidas pelo sindicalismo operário; ou, numa outra perspectiva, o populismo obriga o sindicalismo operário a assumir uma natureza “pequeno-burguesa”. Mas, se o sindicalismo operário é “pequeno-burguês”, é lógico que o sindicalismo das camadas “pequeno-burguesas” também o seja, até mesmo de um modo mais intenso. A esse respeito, a história do sindicato dos bancários de São Paulo é sintomática. Criado (ou melhor, recriado) em 1933, o sindicato deflagra, já em 1934, sua primeira grande greve, cujo resultado concreto será a organização pelo Estado do IAPB (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários); numa conjuntura de pressão popular crescente (1946), participará ativamente da greve nacional dos bancários; por volta de 1958, a ascensão do movimento reivindicatório popular nele se reflete sob a forma de ampliação do quadro de sindicalizados: 4.000 em 1951 e 13.000 em 1958, ou seja, 50% da categoria profissional em São Paulo. O ano de 1958 marca ainda a fundação da Federação dos Sindicatos de Bancários de São Paulo e Paraná, da Federação dos Sindicatos de Bancários do Rio de Janeiro, do Estado do Rio e do Espírito Santo, bem como a criação da Confederação Nacional dos

Trabalhadores das Empresas de Crédito. (CONTEC).³¹ Se as características do sindicato paulista se reproduzem noutros sindicatos locais, estamos autorizados a supor que a ação sindical dos bancários é marcada, ao longo do período populista, por uma forte tendência à reivindicação; e que essa característica o coloca entre os sindicatos (aí incluídos os sindicatos operários) mais ativos do período. O estudo da ação reivindicatória dos sindicatos dos bancários no período populista nos permite assinalar três modalidades constantes de reivindicação: a ampliação da própria capacidade de pressão/reivindicação (por exemplo, o pedido de uma nova regulamentação do direito constitucional à greve, ou o pedido de revogação do decreto governamental 9.070 de 16 de março de 1946, em termos práticos, o equivalente a uma verdadeira anulação do direito de greve), o aumento dos salários e a melhoria das condições gerais de trabalho (número de horas de trabalho, prêmios e abonos, lei da estabilidade, etc.). Em certa medida, é razoável considerar o sindicato dos bancários como uma espécie de vanguarda sindical, prestes a utilizar sua capacidade de pressão junto ao poder populista a fim de assegurar aos seus representantes as vantagens econômicas e sociais possibilitadas pelo desenvolvimento. Todavia, não se deve interpretar essa semelhança no plano da ação sindical como a caução de uma “fusão” possível de uma parte das camadas médias urbanas na classe operária. Os dados empíricos de que dispomos ainda não nos permitem ser categóricos a esse respeito; assim, limitar-nos-emos aqui à apresentação de uma hipótese provisória: o sindicalismo de Estado se ajusta mais eficazmente ao sindicalismo “médio”, enquanto que constitui para a classe operária apenas um momento temporário de seu processo de organização corporativa e política. Em outras palavras, o sindicalismo populista, seja em sua forma pura, seja sob o impulso das “organizações paralelas”, constitui uma expressão adequada das possibilidades ideológicas e organizacionais das baixas camadas médias, ao passo que a classe operária tende continuamente a procurar novas formas (das quais a experiência sindical de Osasco e Contagem³² em 1968 constitui talvez o melhor exemplo) de orientação

(31) O conjunto de informações acima foi retirado de *Folha Bancária*, jornal do sindicato dos bancários de São Paulo, números 71, 73, 74, 83, 84, 85, 86, 87, 265, 266, 267, 268, de março de 1958 a setembro de 1964.

(32) Sobre as novas formas de orientação e de organização assumidas pelo sindicalismo operário, ver Francisco C. Welfort, *Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco 1968*, já citado, assim como “Contribuição e balanço necessário das lutas de 1968 no Brasil”: *Outubro*, n.º 2, outubro de 1972, Paris.

e organização sindicais. Essa distinção não parte do propósito de negar a força real do movimento reivindicatório das baixas camadas médias, mas da preocupação em estabelecer os seus limites. A rigor, os limites de sua ação sindical são condicionados pela sua impossibilidade de “viver” a fundo o processo de exploração da força de trabalho e de apreender a natureza profunda do Estado capitalista: a expressão mais abstrata e universal da dominação dos proprietários do capital. Na sua luta corporativa contra o “mau patrão”, esses grupos apelam para o Estado; mas eles o concebem essencialmente como o árbitro ou a instância suprema capaz de resolver o conflito na empresa mediante a imposição de uma decisão justa. Nesse caso, a pressão sindical e o esforço contínuo no sentido de intensificá-la representam para esses grupos médios a possibilidade de se aproximarem do poder, de se fazerem ouvir pelo Estado, de influenciar as suas decisões soberanas. Nessa perspectiva a pressão sindical das baixas camadas médias é menos um instrumento da luta social contra a empresa capitalista e da luta política contra o Estado capitalista, e mais um meio capaz de tornar mais eficazes seus pedidos e de reverter em seu benefício a mediação do Estado-árbitro. O sindicalismo populista, na medida em que implica o reconhecimento pelo Estado do direito das baixas camadas médias à reivindicação, constitui talvez uma expressão adequada do sindicalismo “médio”. É verdade que em várias ocasiões a ação sindical das baixas camadas médias obedeceu à inspiração ideológica dos partidos políticos de esquerda e das “organizações paralelas”; todavia, esse fato não deve obrigá-los à dedução apressada da possibilidade de uma fusão dos trabalhadores de escritório no proletariado urbano. Lembrem-se desde logo que a ação da esquerda partidária e sindical (o PCB e as “organizações paralelas”: MUT, CGT, PUA, etc.) se situou sempre dentro dos limites impostos pela sua aliança com o populismo; e que a política sindical de defesa das “reformas de base” ou do “capitalismo nacional” jamais tocou o tema capaz de provocar o recuo da massa sindical e de isolar a direção: a definição de um porvir proletário. Em segundo lugar, pouco podemos dizer sobre o grau em que a nova orientação ideológica, definida sob a direção da esquerda partidária e sindical, era assumida pela massa sindical “média” habituada à prática do sindicalismo “puro”. Tocamos aqui o tema de uma nova pesquisa: a defasagem, ou não, entre os propósitos políticos da direção sindical e a prática reivindicatória da massa sindical. De qualquer modo, a história do Sindicato dos Bancários de São Paulo parece sugerir a coexistência, mesmo nos momentos de radicalização do populismo, desses dois níveis de orientação sindical.

Tudo isso indica que nossas hipóteses estão sujeitas a caução. Mas, se elas são corretas, então o sindicalismo “médio” constitui ainda uma manifestação da fragmentação do mundo do trabalho e da persistência de uma “consciência média”. Ao proibir a organização horizontal dos trabalhadores urbanos, o poder populista reforçou a eficácia social da distinção entre “trabalho manual” e “trabalho não-manual”, e induziu os sindicatos “médios” a uma linha de reivindicações sobretudo corporativas, da qual a grande greve de 1934 (pela previdência social aos bancários) constitui a primeira manifestação. Tudo isso parece indicar que o sindicalismo daqueles que têm alguma coisa a perder (sua posição social) pode aproximar-se, no domínio das formas de orientação e organização, do sindicalismo daqueles que nada têm a perder. Mas, contrariamente ao sindicalismo proletário, o sindicalismo “médio” não pode ultrapassar certos limites: os da manutenção de uma escala social centrada no corte entre “trabalho manual” e “trabalho não-manual”.

Classe média e “ideologia de Estado”

No início deste capítulo, relacionamos o nascimento do populismo com a ação política das “categorias sociais” de Estado filiadas às camadas médias urbanas. Todavia, se o tenentismo foi responsável pela gestação do populismo, ele o legou a seguir à massa das baixas camadas médias e à classe operária nascente. A cristalização de outras formas de culto do Estado, adequadas às novas conjunturas e capazes de proporcionar um novo alento ao populismo, era, portanto, uma possibilidade aberta pela renovação das “categorias sociais” de Estado após a pulverização do tenentismo. Pretendemos, assim, encerrar esse capítulo com algumas considerações sobre um dos temas mais correntemente ligados à questão da “classe média” no período populista: o das diferentes formas de culto do Estado, e da responsabilidade das “categorias sociais” de Estado na sua gestação. Referimo-nos ao tenentismo, ao integralismo e ao nacionalismo.

Examinamos anteriormente as características gerais do tenentismo no Poder. Aqui, nosso interesse se concentra essencialmente sobre o tema da desapareição do tenentismo. Sabe-se que o período 1930-34 constitui o apogeu do tenentismo nacionalista. A vitória do movimento político-militar de 1930 faz dos tenentes uma das

forças controladoras do Estado. O tenentismo controlará desde logo vários governos estaduais: Juarez Távora torna-se “vice-rei” do Norte e Nordeste, João Alberto e Miguel Costa enfrentam as oligarquias paulistas; sua influência se fará sentir junto aos ministros, e sua participação na definição da política econômica e da política do trabalho será decisiva. Além disso, os tenentes se agremiam em 1931 no Clube 3 de Outubro, um organismo político destinado a preservar a dualidade do partido e do Estado, bem como a trazer um novo alento ao tenentismo no poder. Entretanto, por volta de 1934, o declínio do tenentismo enquanto força politicamente organizada parece irreversível: o partido político dos tenentes (o Clube 3 de Outubro) desaparece, os tenentes interven-tores passam à conciliação com as oligarquias locais, sua influência organizada sobre os ministérios e os mecanismos de tomada de decisões deixa de existir. Doravante, os antigos tenentes se incorporarão individualmente à política do bloco dominante; mas a política tenentista já pertence ao passado. Weffort, ao analisar a revolução de trinta, lembra que as classes médias não têm a vocação do poder.³³ Porém, essa afirmação deve ser melhor qualificada no que diz respeito aos tenentes: no fundo, não foi a vocação do poder que lhes faltou, mas sobretudo a vocação das lutas sociais. Sua concepção militar da política os havia induzido a orientar os seus esforços no sentido de transformações puramente institucionais; nessa medida, a consolidação do Estado nacional e centralizado no pós-30 praticamente organizado. Por isto, torna-se problemático caracterizar o período 1930-34 como uma etapa “jacobiniana”, ou de “revolução permanente”, seguida pela “reação termidoriana” das forças do “compromisso”. No processo aberto pela revolução de trinta, os objetivos políticos do tenentismo nacionalista foram rapidamente esgotados; um novo impulso político só poderia nascer de seu afastamento do círculo do Poder e da redescoberta da própria sociedade. A rigor, a “ala esquerda” do tenentismo (a de Luís Carlos Prestes) foi sua única facção a buscar esse caminho, tentando encontrar nas classes populares a fonte de uma nova política.

Mas outras conjunturas, em que se renova a necessidade de reforço das estruturas do Estado, comprometem as “categorias sociais” filiadas às camadas médias urbanas como novas formas de culto do Estado. No fundo, as “categorias sociais” agem como

verdadeiros servidores do Estado, empenhados em trazer à “ideologia de Estado” um novo alento, e em contribuir por essa via para a superação dos obstáculos colocados pelas forças antipopularistas ao prosseguimento de uma política de industrialização. É nesse contexto que se deve examinar o integralismo, cuja influência se estende fundamentalmente de 1934 a 1942. Se o liberalismo oligárquico se definiu como uma versão periférica do liberalismo burguês, o integralismo se delineou igualmente como uma versão periférica do fascismo. Em outras palavras, nos dois casos a operação de um mecanismo de “efeito-demonstração” cultural trouxe à periferia capitalista uma ideologia política engendrada no contexto do capitalismo central; e, nos dois casos, sua transferência implicou o remanejamento de sua função política. O fascismo constituiu a resposta da classe dirigente das sociedades capitalistas centrais, em aliança com a pequena burguesia, à intensificação da luta de classes e à ascensão política da classe operária. Na sociedade brasileira dos anos 30, as “categorias sociais” (intelectuais, militares, burocratas), ao buscar inspiração na ideologia fascista, adaptaram-na a uma situação diferente, marcada pela impossibilidade, para a classe operária já integrada às estruturas do Estado, de desenvolver uma pressão externa e autônoma sobre o poder. Nesse novo contexto, o apelo antioperário e a defesa da ordem social tornavam-se elementos secundários com relação à apologia fascista do Estado-Nação; é sobretudo essa dimensão nacional do fascismo que foi retida pelas “categorias sociais” empenhadas no reforço das estruturas do Estado brasileiro. O integralismo caracterizou-se, nessa medida, como a adaptação do fascismo a uma conjuntura em que um novo impulso de centralização política e administrativa proporcionaria mais autonomia à política de industrialização e a tornaria menos vulnerável ao ataque das oligarquias. É essa significação profunda do integralismo que explica a incorporação, mesmo após a repressão do movimento integralista pelo Estado (1937), de vários elementos da ideologia integralista à “ideologia do Estado”. Antes de mais nada, o “Estado Novo” ganha legitimidade através da edição da Carta Constitucional de 1937, diretamente inspirada no corporativismo fascista. Mas a influência do integralismo não se encontra apenas na defesa da conciliação entre o capital e o trabalho (já consagrada, de resto, pela política operária anterior); ela está igualmente presente na justificação do reforço do aparelho de Estado e da autonomia crescente do Estado diante das classes sociais. A criação de um novo quadro institucional através do fechamento do Congresso, a dissolução dos partidos políticos e a extensão do poder executivo favoreceram a passagem da política de industrialização a um novo

(33) Ver “Le populisme dans la politique brésilienne”, já citado, p. 629.

estágio, inaugurado sob inspiração de um “nacionalismo de guerra”. Ao incorporar certos aspectos da ideologia integralista, o Estado populista pôs à mostra o verdadeiro significado político do integralismo: uma nova forma de culto do Estado, engendrada pelo contato das “categorias sociais” com a ideologia fascista e adaptada a uma etapa de aprofundamento do intervencionismo de Estado. Essa perspectiva de análise do integralismo explica o isolamento progressivo de sua ala mais ortodoxa, doutrinarista e anti-operária, bem como a conversão futura da massa dos seus adeptos a uma nova forma de culto do Estado: o nacionalismo.

Chegamos assim ao nacionalismo dos anos 50, cujo embrião se encontra no tenentismo, no integralismo ou na ideologia da Segurança Nacional dos anos de guerra. É preciso desde logo lembrar que certos autores, como Octávio Ianni, caracterizam o nacionalismo como uma “ideologia burguesa”: ele constituiria primordialmente uma defesa, em nome da nação, dos interesses da burguesia industrial nacional, acossada pelo imperialismo, bem como um instrumento de manipulação da classe operária em proveito dos interesses burgueses.³⁴ Entretanto, outros autores, como Michel Debrun, reconheceram, ao analisar o nacionalismo, que “... a ideologia nacionalista, ao contrário do nacionalismo espontâneo, não dispõe de uma infra-estrutura propriamente dita, se isso equivale a motivações sócio-econômicas coletivas que determinariam imperiosamente sua emergência. O movimento é do alto para baixo, a ideologia procura plasmar suas raízes. Embora ela não seja a invenção maquiavélica de alguns agitadores decididos a perturbar a paz da ‘família brasileira’, é preciso reconhecer que ela é em grande parte artificial.”³⁵ Essa linha de análise põe em evidência a origem social do nacionalismo. Enquanto representação do mundo social fundada nas noções de “povo” e “nação”, o nacionalismo constitui uma manifestação ideológica típica das camadas médias; entretanto, no contexto do desenvolvimento capitalista brasileiro são as “categorias sociais” de Estado, filiadas às camadas médias urbanas, que se encarregam de lhe dar uma forma concreta. Certos analistas sublinharam o “atraso” da ideologia nacio-

(34) Consultar, por exemplo, Octávio Ianni, *Industrialização e desenvolvimento social no Brasil*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1963, capítulo V, “Nacionalismo, burguesia e proletariado”, e “Processo político e desenvolvimento econômico”, in Octávio Ianni et al., *Política e revolução social*, já citado.

(35) Ver Michel Debrun, “Nationalisme et politiques de développement au Brésil”, *Sociologie du travail* n.º 4/64, outubro-dezembro, 6.º ano, Paris, p. 379 (traduzido por nós).

nalista com relação aos problemas concretamente colocados pelo desenvolvimento da sociedade capitalista brasileira. Na realidade, a eficácia social do nacionalismo dependeria de seu caráter antecipador; em outras palavras, a vontade política de afirmação da Nação e de consolidação da burguesia nacional deveria encontrar suas bases sociais antes da penetração da sociedade pelo imperialismo. Todavia, a análise histórica confirma que o nacionalismo brasileiro foi mais retardatário que antecipador. Lembremos, a propósito, o período 1930-1954: as relações de dominação/subordinação econômica se enfraqueciam, a expansão industrial se fazia primordialmente com base em capitais internos, porém o “projeto” nacionalista não passava de um esboço. Paradoxalmente, a ideologia nacionalista atingirá seu apogeu após a data simbólica de 1955, quando a burguesia industrial, ao submeter-se sem luta à Instrução 113 da SUMOC, aceita objetivamente sua “associação” com o capitalismo internacional. A rigor, a razão desse atraso encontra-se na origem social do nacionalismo. É verdade que o nacionalismo nasce da vontade de defender a Nação contra a penetração imperialista; porém, trata-se aqui da vontade das “categorias sociais” de Estado, cuja definição da penetração imperialista se concentra menos sobre a desnacionalização da economia e da sociedade, e mais sobre a limitação da soberania do Estado em função das relações entre a economia nacional e o capitalismo internacional. Nessa medida, o problema da “dependência” é aqui vivido não tanto ao nível da sociedade brasileira, pelas classes sociais, mas sobretudo ao nível do Estado brasileiro, pelas “categorias sociais” integradas ao seu aparelho. O nacionalismo aparece como uma resposta ideológica à redução da capacidade do Estado nacional de se autodeterminar; e os momentos ascensionais do movimento nacionalista situam-se justamente nas conjunturas em que a incapacidade do Estado de tomar decisões soberanas se agrava ou se torna mais visível. Assim, mais que a desnacionalização da indústria têxtil ou a participação do capital estrangeiro na implantação da indústria automobilística, são problemas como a insuficiência de materiais de guerra ou o agravamento da dívida externa que se encontram na origem das vagas nacionalistas.³⁶

(36) Se essa hipótese é verdadeira, podemos admitir a reaparição, mesmo após a internacionalização do capitalismo industrial brasileiro, de correntes nacionalistas no seio do aparelho de Estado; nesses casos, a iniciativa ideológica pertenceria ainda às “categorias sociais” de Estado (militares, burocracia), estimuladas por novas conjunturas de limitação da soberania do Estado: agravamento da dívida externa, redução da autonomia militar no interior do bloco capitalista, imposição externa — pela via dos planos

Portanto, o nacionalismo transforma-se em ideologia política através da mediação das “categorias sociais” de Estado; nas conjunturas onde a subordinação ao imperialismo se exprime mais intensamente (ou mais claramente) em termos de limitação da soberania do Estado, o nacionalismo pode incorporar-se, pela ação desses grupos, à “ideologia de Estado” populista. A origem social do nacionalismo, bem como seu modo de incorporar-se à “ideologia de Estado”, explica suas relações aparentemente desconcertantes com as classes sociais. Antes de mais nada, ao tentar atribuir à burguesia industrial interesses (luta contra o imperialismo, transformação da estrutura agrária) que esta não reconhece como seus, o nacionalismo se revela incapaz de conquistar o apoio do conjunto da classe; somente setores minoritários dele se aproximam, por razões sobretudo táticas e passageiras. Estamos, portanto, longe de poder dizer que a burguesia industrial se faz agente de uma política nacionalista. Assim, a primeira fonte de rejeição burguesa do nacionalismo encontra-se no fato de ele implicar uma definição idealista e exterior (de responsabilidade das “categorias sociais” de Estado) dos interesses de classe da burguesia industrial. Se esta se atasta do nacionalismo, isso não constitui um indício do seu “atraso” ou de sua “incompreensão” mas sim o fato de ela não reconhecer-se no projeto que as “categorias sociais” de Estado tentam propor-lhe.

Através dessa linha de raciocínio, chegamos ao paradoxo aparente do nacionalismo, já salientado por Gabriel Cohn.³⁷ O nacionalismo, ao propor-se defender os interesses de classe da burguesia industrial, é rejeitado por esta; todavia, enquanto “ideologia de Estado”, ele é suscetível de impor-se aos partidos de esquerda e às “organizações paralelas” em aliança com o populismo. Dese modo, a corrente nacionalista se reforça nas conjunturas em

que as organizações populares dominantes sentem a necessidade de conferir uma forma política concreta à pressão operária espontaneamente ascendente. Daí o paradoxo aparente do nacionalismo: embora propondo-se como representação universal dos interesses da burguesia nacional, ele se converte na expressão política concreta da ascensão operária. E aí encontramos a segunda razão da rejeição burguesa do nacionalismo: dado que o movimento nacionalista é a forma política assumida pela pressão operária ascendente, a burguesia industrial, ao decidir o bloqueio da ameaça popular, passa a uma etapa ativa de combate ao nacionalismo. Esse movimento de circulação de ideologias pode surpreender o observador habitualmente voltado para a política das sociedades capitalistas centrais; à primeira vista, a ideologia parece zombar das classes sociais e fazer tábua rasa dos imperativos da infra-estrutura. Todavia, a autonomia relativa das ideologias constitui uma manifestação da realidade essencial do populismo: numa etapa de transição e de constituição de novas relações de classe, cabe ao Estado, sob o impulso político das “categorias sociais”, elaborar ideologias e propô-las às classes sociais. Ora, enquanto criações das “categorias sociais” filiadas às camadas médias, elas não correspondem aos interesses concretos da classe dominante, embora se definindo como sua representação universal; e, enquanto “ideologias de Estado”, são transmitidas às classes populares já absorvidas nas suas estruturas. Portanto, o caráter não-linear do percurso das ideologias, mais que uma anomalia, constitui uma manifestação típica da realidade essencial do populismo.

Essa linha de análise permite-nos uma melhor compreensão das ambigüidades e vicissitudes do movimento nacionalista. O ponto de partida histórico do nacionalismo dos anos 50 encontra-se na “ideologia da segurança nacional”, formulada pelas forças armadas durante a segunda guerra mundial: o nacionalismo militar, ainda sob a forma de “ideologia da segurança nacional”, constitui também o motor da Campanha do Petróleo (1947-1953). O contexto da “guerra fria” colocava o problema do controle das fontes de abastecimento militar — entre elas o petróleo — e levava burocratas e intelectuais, sob a direção do grupo militar, a reivindicarem a nacionalização da produção petrolífera. As duas características principais do movimento são bastante sintomáticas. Em primeiro lugar, o grupo militar definiu-se desde logo como a força hegemônica do movimento; em segundo lugar, o movimento pela nacionalização do petróleo se ramificou diretamente no aparelho de Estado sem a mediação das classes sociais. A rigor, seria algo excessivo caracterizar a vitória final da Campanha do Petróleo como o resultado da mobilização política das classes so-

de controle demográfico — de uma política de ocupação do espaço nacional etc.. Ou seja, podemos esperar pela reemergência sucessiva do nacionalismo no Brasil, sem que esse movimento corresponda à vontade política de uma classe social, ou aliança de classes; é o que nos sugerem certas manifestações nacionalistas ocasionais, ocorridas na presente fase de desenvolvimento capitalista no Brasil. Essa tendência, de resto, levou o principal teórico do nacionalismo brasileiro, Hélio Jaguaribe, a rever sua posição; recentemente (isto é, depois da “internacionalização do mercado brasileiro”), Jaguaribe transferiu a responsabilidade da execução do “projeto” nacionalista, da burguesia industrial para o grupo militar. Ver Hélio Jaguaribe, “Dependencia y autonomía de América” in *Parorama Económico* I, n.º 242 e 243, março-abril de 1969.

(37) Ver Gabriel Cohn, “Perspectiva da esquerda”, in Octavio Ianni *et al.*, *Política e revolução social no Brasil*, já citado.

ciais através de uma poderosa campanha popular; lembre-se de resto que as organizações populares dominantes só aderiram à Campanha algum tempo após a deflagração do movimento pelas "forças pequeno-burguesas", e que ao fazê-lo elas revelavam um empenho prioritário em não serem ultrapassadas à esquerda pelo nacionalismo militar. Mas os próprios objetivos e resultado da Campanha do Petróleo revelam a dificuldade de atribuí-la à iniciativa de uma "burguesia nacional": a nacionalização da produção petrolífera pôde ser satisfatória num plano puramente geopolítico, mas ela assegurou aos monopólios imperialistas a manutenção do controle da maior fonte de lucro: a distribuição do petróleo refinado.

Todavia, o movimento nacionalista receberá um maior impulso a partir de 1956. Doravante, dois movimentos contraditórios se delineiam. De um lado, os setores majoritários e mais dinâmicos da burguesia industrial optam claramente pela "associação" com o capitalismo internacional; como consequência dessa escolha, o desequilíbrio crescente do balanço de pagamentos provoca a redução de independência do Estado diante dos centros de decisão do capitalismo internacional: governos nacionais, organismos financeiros internacionais, associações de bancos. De outro lado, paralelamente ao agravamento da dívida externa e à redução da margem de manobra econômico-política do Estado, as "categorias sociais" do Estado lançam as bases de uma ideologia nacionalista e lutam pelo reforço da corrente nacionalista. Não se trata de um artifício da linguagem figurada; de fato, a ideologia nacionalista renasce no seio do aparelho de Estado. O ano de 1956 não é somente a data simbólica da "associação"; marca igualmente a criação do ISEB, organismo público subordinado ao Ministério da Educação e institucionalmente destinado a desenvolver e difundir um pensamento econômico, social e político especificamente brasileiro. A análise da riqueza e da variedade da produção cultural do ISEB constitui por si só o objeto de um novo trabalho. Lembremos somente que o ISEB criou os instrumentos ideológicos indispensáveis à crítica da alienação renovada do poder de decisão do Estado; e, ao fazê-lo, ao invés de convencer a burguesia nacional sobre os seus verdadeiros interesses,³⁸ acabou por re-

(38) Uma pesquisa sobre o tema "ideologia e sociedade" encontraria elementos substanciais na análise das relações entre a burguesia industrial brasileira e os seus ideólogos. Essa análise poderia concentrar-se mais concretamente sobre as relações entre o ISEB e a FIESP durante o período Kubitschek. As conferências pronunciadas pelos ideólogos do nacionalismo na FIESP se desenrolam num clima bastante expressivo: enquanto que os teóricos do ISEB tentavam convencer a burguesia industrial de São

forçar a corrente nacionalista no seio do próprio aparelho de Estado. A conjuntura de 1959 é, a esse respeito, extremamente reveladora: o agravamento da dívida externa e o crescimento dos compromissos financeiros com os centros do capitalismo internacional permitem que o FMI imponha ao Estado brasileiro a execução de uma política econômica ortodoxa. Diante da impossibilidade prática de pôr em marcha uma política antiinflacionária, o executivo federal recusa tal imposição e formaliza sua recusa através da ruptura das negociações com o FMI. A situação não é nova: trata-se de disfarçar um ato de política "pragmática" com as vestes de um ato político ideológico. Todavia, essa preocupação evidencia a importância crescente da corrente nacionalista no seio da administração, das equipes técnicas e das forças armadas; sintomaticamente, o chefe do executivo federal não fará a declaração pública de ruptura das relações com o FMI junto à burguesia industrial de São Paulo, mas no Clube Militar.

Mas é a pressão operária ascendente em fins da década de 50 que fará o nacionalismo evadir-se do circuito fechado do aparelho de Estado; pela mediação das organizações de esquerda em aliança com o populismo, ele se converterá na expressão política concreta da ascensão operária. Porém, é justamente a integração do nacionalismo à sociedade, pela via do movimento operário, que determinará sua destruição. A partir do momento em que o nacionalismo se caracteriza como a expressão ideológica da ameaça popular real (o PCB confessa participar do governo, o CGT é integrado às altas esferas do executivo federal), caberá à burguesia industrial, na sua tentativa de conter a pressão popular, a responsabilidade do combate aberto ao movimento nacionalista. Mas a destruição do nacionalismo constitui um dos aspectos da crise final do populismo; estas linhas constituem, portanto, uma espécie de introdução ao próximo capítulo.

O período populista testemunha dois movimentos simultâneos e interconectados: o Estado abre-se às "categorias sociais" filiadas às camadas médias urbanas; e o sistema político abre-se, pela via da democratização do Estado, ao mundo do trabalho urbano. Porém, as camadas médias tradicionais, ainda encadeadas ao liberalismo oligárquico, interpretam a democratização do sistema político como a perda de um privilégio social; a integração política das massas urbanas os induzirá, portanto, à nostalgia da política

Paulo a assumir o seu papel histórico de força hegemônica do processo de desenvolvimento, os industriais de São Paulo renovavam as suas queixas sobre o caráter economicamente destrutivo da legislação do trabalho.

oligárquica e ao estabelecimento de uma aliança antipopulista com os grupos agromercantis. A UDN de São Paulo e do Rio de Janeiro constitui, de 1945 a 1954, a expressão ideal dessa aliança; sua ação, programa e ideologia revelam bastante claramente o ódio às massas que se esconde atrás do antipopulismo das camadas médias tradicionais. A esse respeito, Weffort lembra as declarações do candidato udenista Plínio Barreto, decepcionado pelas derrotas de seu partido imediatamente após a redemocratização de 1945:

“... as massas têm uma irresistível tendência para o pulha. Evite por todos os meios obrigar o povo a refletir. A reflexão é um trabalho penoso a que o povo não está habituado. Dê-lhe sempre razão. Prometa-lhe tudo que ele pede e abraçe-o quando puder. O único talento que se permite ao candidato é o de camelot.” (*O Estado de S. Paulo*, 26-1-1947)³⁹

Entretanto, para as baixas camadas médias o populismo não terá representado um flagelo, e sim o momento histórico de sua integração política; pela via do sindicalismo de Estado, elas ganharão acesso ao mundo das reivindicações e reconhecerão no Estado o grande promotor do desenvolvimento e do bem-estar social. Essas camadas semiproletarizadas participarão, ao lado da classe operária, da política populista e do movimento nacionalista ascendente de fins dos anos 50. Todavia, os limites de sua orientação política são fixados pelo medo da proletarianização: nas juntas em que a crise política exprime o conflito social ou a luta de classes, a possibilidade de avanço político do proletariado (rumo à superação do populismo) coexiste com a hesitação ou o recuo dessas manifestações “socialmente inferiores” da consciência média.

De qualquer modo, a análise das orientações políticas do conjunto das camadas médias urbanas leva-nos a constatar que o mundo do populismo não é o mundo da neutralização das ideologias pelo consumo, e que a “classe média” das sociedades capitalistas periféricas em processo de transição não pode ser automaticamente identificada à “classe média” das sociedades capitalistas centrais. Na verdade, as camadas médias urbanas, sejam as tradicionais, sejam as baixas camadas médias, estão engajadas num conflito claramente ideológico que opõe o liberalismo oligárquico ao populismo. E, nesse sentido ainda, a crise final do populismo será profundamente renovadora: permitirá o nascimento de novas orientações políticas e de novas formas de conflito.

(39) Consultar Francisco C. Weffort, “Le populisme dans la politique brésilienne”, já citado, p. 625.

CAPÍTULO III

A CLASSE MÉDIA NA CRISE DO POPULISMO

As origens da crise e suas interpretações

A análise das relações entre o sistema político autocrático e as camadas médias urbanas começa necessariamente pela caracterização da crise final do populismo, cuja última e mais importante etapa foi marcada pelo golpe de Estado de 1964. Uma tal análise coloca a sociologia brasileira diante de um paradoxo aparente: se o populismo foi a expressão política mais pura da “classe média”, como explicar sua participação no movimento político-militar de 1964, voltado para a destruição do populismo?

De fato, sob vários aspectos a crise política de 1964 mostrou-se surpreendente para o pensamento crítico brasileiro. No que concerne particularmente à “classe média”, lembremos sua participação maciça no processo de criação de um clima político favorável à intervenção militar: a 23 de março de 1964, quinhentas mil pessoas manifestam-se em São Paulo contra o governo populista, a 2 de abril de 1964 um milhão de pessoas festejam publicamente no Rio o golpe de Estado de 1.º de abril e a queda do governo populista. A eficácia política desta contra-mobilização, enquanto resposta da classe dominante ao esforço populista de mobilização popular, permitiu à sociologia brasileira rever sob um duplo aspecto sua perspectiva de análise do fenômeno da “classe média”.

Primeiramente, se a história política do desenvolvimento capitalista brasileiro sempre havia levado os sociólogos brasileiros a analisar a orientação política da “classe média” através das “categorias sociais” — por exemplo, os tenentes —, consideradas como seus representantes políticos, as manifestações antipopulistas de 1964 revelaram a existência, além das vanguardas, de uma “massa” média capaz de manifestar-se politicamente nos momentos de crise.

Em segundo lugar, o caráter conservador, e mesmo contrarrevolucionário da mobilização política desta “massa” média permitiu à sociologia brasileira problematizar uma hipótese continuamente sustentada pelos analistas norte-americanos do desenvolvimento la-

tino-americano: a do papel “positivo” e “progressista” das classes médias da América Latina no processo de desenvolvimento.

Portanto, a crise final do populismo, cujo momento supremo foi o movimento político-militar de 1964, concedeu às camadas médias urbanas uma participação aparentemente surpreendente, seja quanto à sua extensão, seja quanto a seu sentido; e, de toda maneira, trouxe a “classe média” para o centro das preocupações dos analistas políticos. Por exemplo, Oliveiros S. Ferreira afirma alguns dias após o golpe de Estado que:

“A Revolução pela Liberdade e pela Paz foi a primeira revolução da classe média, completando, por sua própria negação, a Revolução de 1930, quando o ‘sistema’ se instalou definitivamente.” (*O Estado de S. Paulo*, 5 de abril de 1964, p. 96)¹

Tal afirmação parece ser incorreta. De fato, o movimento político-militar de 1964 constituiu a negação da revolução de 1930; todavia, a negação não se refere a tudo o que a revolução se recusou a realizar, e sim a tudo o que a revolução se dispôs a empreender. Se a revolução de 1930 democratizou o Estado e abriu o sistema político ao mundo do trabalho, a Contrarrevolução de 1964 constituiu o momento inicial de um movimento exatamente inverso. De onde o paradoxo aparente: a despeito de haver contado com o apoio maciço da “classe média”, o movimento político-militar de 1964 abre um período caracterizado pela exclusão do conjunto das camadas médias urbanas do jogo político. Mas, ainda uma vez, deve-se ultrapassar as aparências e reencontrar as orientações políticas reais das camadas médias urbanas através da análise detalhada da crise final do populismo e do movimento político-militar de 1964.

É preciso, antes de tudo, precisar o significado profundo da crise de 1964. Afastemos desde logo as interpretações economicistas passíveis de reduzir a “crise política” a uma pura consequência da “crise econômica”, e de explicar a destruição do populismo em função da necessidade de certos setores de se apoderarem da política econômica de Estado com vistas a vencer a recessão econômica. Não queremos com isto negar a existência de uma situação de estagnação econômica a partir dos anos 60; todavia, mais que tentar determinar se a crise econômica “provoca” ou não a crise política, é preciso examinar como a crise econômica se expressa primeiramente. Começemos por sublinhar que a passagem do

processo de industrialização periférica a uma nova etapa — a implantação desde 1956 de indústrias de bens de consumo duráveis, de bens intermediários e de bens de produção — não foi isenta de tensões. Inicialmente, a nova etapa da industrialização foi marcada pela ascendência crescente do grande capital monopolista sobre o capital médio, da grande burguesia monopolista — nacional ou associada —, responsável pelo setor industrial mais dinâmico, sobre a média burguesia, alojada nos setores industriais tradicionais. Mas lembremos também uma característica mais geral do novo período: o aumento considerável da taxa de exploração da classe operária. No contexto de uma industrialização periférica e “urgente”, a passagem acelerada a uma nova etapa industrial não se faz sem a ampliação da acumulação de capital industrial e o enriquecimento, se bem que mínimo, da infra-estrutura de serviços industriais; ora, uma parte considerável dos recursos indispensáveis à ampliação das atividades de investimento e de financiamento será obtida através da intensificação da exploração da força de trabalho industrial. A este propósito, Francisco de Oliveira² observa que mesmo a integração da classe operária ao mercado de consumo industrial e “moderno” não pode apagar o fato primordial do crescimento da exploração; ela sugere implicitamente a urbanização e “modernização” das necessidades assim como do custo de reprodução da força de trabalho industrial. E o aumento da exploração que se acha na origem da pressão operária esboçada desde 1956; a classe operária reage à exploração através de um número crescente de greves e do reforço do movimento reivindicativo. A inflação constitui, ao mesmo tempo, o símbolo deste período e a expressão sintética do duplo aspecto da exploração: caracteriza-se, de um lado, como uma técnica de acumulação de capital; de outro, resulta da reação da classe operária à deterioração de seu nível de vida.

Parece-nos, portanto, que é o crescimento progressivo da pressão operária, desde 1956, que se acha na origem da crise final do populismo. Mas tal afirmação não implica uma tomada de posição na polémica³ que opõe os que encaram o crescimento das tensões sociais por volta de 1962-63 como a consequência da estagnação

(2) Consultar Francisco de Oliveira, *op. cit.*, p. 46-59.

(3) Numa tal polémica recentemente se engajaram economistas como Francisco de Oliveira, Maria da Conceição Tavares e José Serra. Ver, a este propósito, o ensaio anteriormente citado de Francisco de Oliveira, assim como Maria da Conceição Tavares e José Serra, “Além da estagnação”, in Maria da Conceição Tavares, *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1972.

(1) O conceito de “sistema” é próprio ao autor e serve para caracterizar o que poderíamos chamar “o bloco populista”. Tal expressão não deve ser confundida com a utilização do termo “sistema” no período pós-1969.

do setor de bens de produção industriais aos que atribuem à pressão popular a criação por volta de 1962-63 de um clima social desfavorável a novos investimentos. A este respeito, o debate permanece aberto. Todavia, mais que determinar se era a tensão social ascendente que provocava a estagnação econômica ou se, ao contrário, era a estagnação econômica que criava a tensão social, é importante lembrar que todas as técnicas de combate à recessão, propostas ao nível da política econômica pelos diferentes setores da classe dominante, tornaram-se fundamentalmente impraticáveis em razão da pressão operária ascendente.

Já caracterizamos a maneira pela qual se exerce tal pressão: espontânea de início, encontra em seguida uma expressão política superior no movimento nacionalista, cujas forças hegemônicas são os partidos políticos de esquerda e as organizações sindicais paralelas em aliança com o populismo. Pela via do movimento nacionalista, a pressão operária provoca a radicalização do populismo e, conseqüentemente, a ruptura do equilíbrio instável próprio à estratégia populista de desenvolvimento: a fim de não perder sua base social de apoio, o Estado populista é obrigado a ultrapassar os limites impostos à política de manutenção da ordem social pelo conjunto da classe dominante. Numa conjuntura onde um partido político como o PCB e organizações sindicais paralelas como o CGT ou o PUA tornam-se grupos de pressão poderosos e capazes de influenciar diretamente o executivo federal, uma política de estabilização econômica, conveniente ao conjunto da classe dominante e desfavorável aos grupos assalariados, mostra-se irrealizável. Se, ao longo do primeiro semestre de 1963, o Estado populista tenta, pela última vez, colocar em execução uma política econômica anti-inflacionária, a partir de julho de 1963 cede definitivamente à pressão popular e tende a identificar-se integralmente com o movimento nacionalista; em resumo, a política sintetizada no Plano Trienal cede lugar a um programa de Reformas de Base. O aumento dos salários reais da classe operária, o reconhecimento do poder de pressão das organizações políticas e sindicais de esquerda e a incorporação do programa político proposto pelo movimento nacionalista empurram finalmente o Estado populista para além dos limites estabelecidos pelo conjunto da classe dominante; ao fazer-se portador da ameaça de uma "república sindical", o Estado populista rompe a política de ordem e se prepara para viver sua crise final.

Além do mais, o ascenso popular não se reduziu ao puro crescimento da pressão operária e ao reforço das organizações políticas e sindicais da classe operária; no início dos anos 60, a agitação no campo ganha uma dimensão nacional através de sua in-

corporação ao movimento nacionalista. Evidentemente, não queremos dizer com isto que a agitação rural foi o simples resultado do ascenso operário numa conjuntura de superexploração da força de trabalho industrial; estando integradas a uma economia agrária fundada sobre a grande propriedade fundiária e a relações de trabalho semifeudais, as massas rurais não esperaram o ascenso político da classe operária para manifestar seu sentimento de revolta contra a opressão e a exploração. Todavia, a espontaneidade e as ambições puramente locais constituíram os limites das revoltas rurais; é o caso da ação das ligas camponesas no Nordeste, desde o fim dos anos 50. É neste sentido, aliás, que Weffort já havia observado que, no Brasil, os problemas rurais não se exprimem, seja numa perspectiva "revolucionária", seja numa perspectiva "reformista", senão através dos problemas urbanos; e que o tratamento político do problema agrário constitui uma função do grau de insatisfação social urbana.⁴ A rigor, a estrutura agrária e as relações de trabalho no campo só se tornaram problemas nacionais a partir da incorporação do tema da reforma agrária ao movimento nacionalista. De resto, a reforma agrária definiu-se desde logo como o tema principal do movimento nacionalista, na medida em que a mudança da estrutura agrária permitiria a concretização simultânea de três alvos: ao nível econômico, a criação de um mercado rural de consumo para o setor industrial; ao nível social, o florescimento de um novo campesinato médio e a realização da justiça social no campo; ao nível político, a destruição do resíduo de poder oligárquico. O movimento nacionalista tentará, pois, canalizar o potencial rural de revolta para a luta pela liberdade de organização sindical e pela reforma agrária. O Primeiro Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, em novembro de 1961, em Belo Horizonte, constitui a melhor expressão da chegada da política nacionalista ao campo; ele marca o início da absorção do movimento rural de massas pelos partidos políticos de esquerda e as organizações sindicais paralelas em aliança com o populismo. É é, portanto, pela via do movimento nacionalista que o "problema agrário" se transmite ao Estado populista, voltado do- ramente para a definição de uma política agrária capaz, ao mesmo tempo, de estimular o desenvolvimento do capitalismo nacional e de trazer a justiça social ao campo. Neste contexto, o Estado cria, em 1962, a SUPRA (Superintendência da Reforma Agrária), cuja vocação prioritária a transforma em objeto permanente dos

(4) Ver Francisco C. Weffort, "Política de massas" in *Política e revolução social no Brasil*, já citado.

ataques dos grandes proprietários de terras; em 1963, o Estatuto do Trabalhador Rural traz a legislação do trabalho ao campo e define as condições institucionais da criação da estrutura sindical rural. O populismo se apodera finalmente do campo, numa conjuntura de ascensão política das massas urbanas e de reforço do movimento nacionalista; o Estado populista e a esquerda partidária e sindical, em aliança com o populismo, passam à etapa de criação de uma vasta rede sindical no campo visando dar um novo impulso à política nacionalista. O ano de 1963 marca o declínio definitivo das formas espontâneas e locais de ação, das quais as ligas camponesas do Nordeste constituíram a expressão mais pura, assim como a absorção do movimento rural de massas, pela via do sindicalismo nascente, no movimento nacionalista. Tal integração se faz a um ritmo acelerado: de outubro de 1963 — data de sua criação — a março de 1964, a Comissão Nacional de Recrutamento Sindical Rural reconhece legalmente mais de 600 sindicatos. Nesta perspectiva, o movimento rural de massas passa a depender cada vez mais do poder; mesmo a invasão das grandes propriedades — não apenas no Nordeste, mas também em São Paulo, em Minas Gerais ou no Rio Grande do Sul — torna-se progressivamente um instrumento de pressão junto ao Estado populista — na ocorrência, representado por sua agência especializada: a SUPRA — com vistas à execução da reforma agrária ou mesmo à obtenção de concessões particulares e puramente paternalistas.

Portanto, sob o impulso do movimento nacionalista, o Estado populista se apodera do potencial rural de revolta e o põe a serviço da criação de uma versão agrária do sindicalismo de Estado e da luta pela reforma agrária; ao fazê-lo, ultrapassa os limites do “compromisso político” selado após 1930 entre o conjunto dos grandes proprietários fundiários e as forças da industrialização. A pressão das massas urbanas obriga o Estado a afastar-se, uma vez mais, da política de ordem indispensável à manutenção do equilíbrio instável do populismo; tal iniciativa atrairá a hostilidade não somente dos grandes proprietários de terras, mas também da burguesia industrial, associada ou nacional, esta última estando longe de reconhecer a mudança das estruturas agrárias como necessária a seu desenvolvimento. Diante da ameaça contra a ordem social, o conjunto da classe dominante se recompõe para a luta contra o Estado populista.

Aumento dos salários reais da classe operária, influência crescente dos partidos políticos e sindicatos de esquerda, extensão da legislação do trabalho ao campo, criação de sindicatos rurais, luta pela reforma agrária: uma tal situação une todos os setores da classe dominante — oligarquias rurais, grupos agrário-exportado-

res, média burguesia industrial, grande burguesia monopolista (associada ou nacional) — na luta contra o Estado populista. A este propósito, o comício governamental, de 13 de março de 1964, apresenta o maior desafio lançado pelo populismo à classe dominante, na medida em que mostra claramente — e sob um duplo aspecto — a intenção governamental de afastar-se da política de ordem e do “compromisso”. Em primeiro lugar, os representantes do executivo federal, ao se cercarem de líderes da esquerda partidária e sindical, revelam a integração das organizações políticas da classe operária ao poder populista. Mas esta violação física e imediata da política de ordem encontra seu complemento necessário na violação do princípio mesmo da propriedade privada: tal é o significado de dois novos decretos anunciados pelo chefe do executivo federal durante o comício: a declaração das terras situadas junto das estradas de rodagem ou das ferrovias como suscetíveis de expropriação, a nacionalização de algumas refinarias privadas de petróleo. Se se tem em conta a reduzida eficácia econômica e social destas medidas, deve-se concluir que o populismo lhes atribuiu um significado político preciso: mostrar ao movimento popular sua disposição de ferir o princípio da propriedade. Assim, o populismo, ao quebrar a política de manutenção da ordem social, afastava-se do conjunto da classe dominante. De resto, o drama pessoal do presidente Goulart coincide com o drama do populismo; quando Goulart declara, alguns dias antes do comício de 13 de março, sua intenção de começar a expropriação rural por suas próprias terras, sua contradição individual torna-se a imagem mais fiel do populismo em vias de devorar-se a si próprio.

Na perspectiva mencionada, a crise do populismo não se caracteriza como uma crise do “compromisso político” selado entre a antiga e a nova classe dominante. Não é a “burguesia nacional” que viola o “compromisso político” com vistas à ampliação dos mercados rurais; ao contrário, é o Estado populista, sob o impulso do movimento popular e nacionalista, que se afasta do conjunto da classe dominante.

Além disso, a crise do populismo não pode ser confundida com uma simples crise institucional, reduzida ao bloqueio do poder executivo — representativo dos interesses da burguesia industrial — pelo poder legislativo, foco dos grandes proprietários fundiários. A rigor, a crise institucional não é senão a superfície de uma crise política mais profunda, cujas bases se acham no desenvolvimento acelerado, desde 1956, da luta de classes. Dito de outra forma, a cisão da sociedade termina por repercutir nos aparelhos do Estado populista. Não se trata de uma simples ruptura entre o poder executivo e o poder legislativo, enquanto represen-

tantes respectivos da nova e da antiga classe dominante; na realidade, todos os aparelhos do Estado são, então, penetrados e abalados pela luta de classes. Ao nível do poder executivo, os ministros repartem-se entre as forças tradicionais do populismo e o movimento nacionalista; e, se os diferentes setores da classe dominante ainda tentam influenciar a política econômica de Estado, as organizações políticas e sindicais da classe operária — o PCB, o CGT ou o PUA — têm cada vez mais acesso aos mecanismos de tomada de decisões. Quanto ao parlamento, este está longe de constituir apenas o domínio dos grandes proprietários de terras; como o executivo, o congresso nacional também é sacudido pelo combate entre o movimento nacionalista e a classe dominante, os dois blocos suprapartidários — a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) e a Ação Democrática Parlamentar (ADP) — tirando todo o resíduo de representatividade social linear às antigas estruturas partidárias. Mas a luta de classes penetra também nas forças armadas, assumindo a forma específica de “quebra da disciplina” e de “violação da hierarquia” pelos suboficiais e as tropas (soldados, marinheiros); sob o impulso do ascenso popular, a base “proletária” das forças armadas desencadeia um movimento reivindicativo específico — elegibilidade dos suboficiais e soldados, aumento dos salários, mudança do regulamento disciplinar — articulando-o ao movimento nacionalista: ação comum com o CGT, luta pelas reformas de base. As expressões mais agudas desta tensão interna são a revolta dos suboficiais da Aeronáutica e da Marinha em Brasília, em setembro de 1963, e a revolta dos marinheiros no Rio de Janeiro, em março de 1964; diante da tolerância do poder populista com respeito a estas manifestações — de resto sustentadas pelo CGT —, os oficiais superiores das forças armadas se preparam para a restauração da “hierarquia” e da “disciplina” assim como para a destruição definitiva da ameaça de um “poder sindical” aliado ao “proletariado” militar.

A crise de 1964 é, portanto, mais que uma simples crise institucional; ela é, antes de mais nada, a própria expressão da luta de classes. Nesta perspectiva, uma outra interpretação da crise de 1964 — a fundada na suposição de uma aliança entre o imperialismo e a grande propriedade fundiária contra a “burguesia nacional”, representada politicamente pelo movimento nacionalista — mostra-se incorreta. Na realidade, a média burguesia industrial — ou “burguesia nacional” — participou, ao lado dos proprietários rurais, dos grupos agrário-exportadores e da grande burguesia monopolista, associada ou nacional, da mobilização política e militar com vistas à preparação do golpe de Estado contra o governo populista. A este propósito, basta examinar a atitude dos

organismos mais representativos da média burguesia industrial com relação ao Estado populista, à mobilização popular e à contramobilização. A 12 de março de 1964, a Confederação Nacional das Classes Produtoras dá uma resposta conservadora ao CGT e ao movimento nacionalista através da criação do Comando Geral das Forças de Produção. A 18 de março de 1964, a FIESP, sempre considerada como o organismo mais representativo da média burguesia industrial de São Paulo, incita o congresso nacional ao bloqueio das propostas reformadoras do movimento nacionalista, atribuindo a este apelo a forma de defesa da Constituição; no mesmo dia, a FIESP convoca a população, a classe operária e todos os industriais a participarem da manifestação antigovernamental de 19 de março. No momento do golpe de Estado — 31 de março, 1.º de abril —, quase todas as federações regionais da indústria concederão seu apoio à intervenção militar.⁵

Todavia, não é somente a burguesia industrial que se une na luta contra a radicalização do populismo, o movimento nacionalista e o ascenso popular; os oficiais superiores das forças armadas superam suas divergências internas a fim de desempenhar seu papel essencial: o de guardiões da ordem social. A partir da etapa monopolista da industrialização, as forças armadas, como aliadas das “categorias sociais”, tinham sido surpreendidas por um conflito de orientação política, suscetível de ser resumido sob a forma de oposição entre “nacionalismo” e “associação”; e, no caso particular das forças armadas, tal conflito foi reforçado por considerações geopolíticas especificamente militares. Todavia, a quebra da hierarquia e da disciplina militar relegou este conflito ao segundo plano. Sob a pressão da esquerda partidária e sindical, o Estado populista tolera o movimento reivindicativo da base “proletária” das forças armadas, sua integração ao movimento nacionalista assim como suas manifestações de revolta contra a hierarquia e a disciplina. É esta tensão interna que permite a recomposição das forças armadas — seu corpo de oficiais médios e superiores — visando a retomada de sua função de guardiões da ordem social e, conseqüentemente, da dominação de classe. Dourante, todas as facções militares — “nacionalistas”, “legalistas”, “integracionistas” — estarão reunidas para o bloqueio da ascensão popular. No fim de 1963, o ministro da Guerra — “legalista” — pune os suboficiais engajados no movimento reivindicativo; e o comandante do II Exército — “nacionalista” — condena publi-

(5) Estas informações foram recolhidas da leitura de *O Estado de S. Paulo*, de 1.º de março de 1964 a 10 de abril de 1964.

caimente o CGT e a onda de greves operárias em São Paulo, atribuindo-lhes um caráter ilegal. Assim, pela primeira vez, em 1964, as forças armadas unem-se ideologicamente contra o populismo. Os golpes de Estado de 1945 e 1954 haviam sido seguidos de crises capazes de permitir a restauração do populismo; mas, em 1964, este era mais profundamente questionado, enquanto portador da ameaça da “república sindical” ou do “comunismo”.

Portanto, o movimento político-militar de 1964 constitui a resposta do conjunto da classe dominante à radicalização do populismo sob o impulso da pressão popular ascendente. Agora, é preciso examinar a participação das camadas médias urbanas no movimento contra-revolucionário de 1964; chegamos por esta via à análise da etapa de mobilização política da opinião pública urbana, preliminar ao momento propriamente militar da reação anti-popular.

Já se observou que a mobilização da opinião pública urbana pela classe dominante visando à criação de um clima político favorável à destruição do populismo caracterizou-se antes como uma contramobilização. De fato, a ofensiva do movimento nacionalista se intensifica ao longo do primeiro semestre de 1963; ela traz um novo impulso ao populismo, levando o Estado a abandonar a política de estabilização — o Plano Trienal — e a engajar-se na luta pelas reformas de base. A ofensiva nacionalista é, ao mesmo tempo, o prolongamento do ascenso do movimento reivindicativo popular e seu meio principal de expressão: greves estalam por toda parte, as reivindicações salariais lembram as do último período Vargas (1953-54). Sob o impulso da pressão popular, dos partidos de esquerda e das organizações sindicais paralelas, o Estado populista lança-se à criação de uma atmosfera plebiscitária capaz de outorgar ao executivo federal a força necessária ao afastamento dos obstáculos institucionais à execução de uma política reformista. Dito de outra forma, o executivo federal tenta instaurar um clima “de democracia direta” favorável ao ataque das bases — definição individualista do direito de propriedade, interdição do voto aos analfabetos — da Constituição liberal de 1946; procura, assim, encontrar no apoio popular a força política indispensável à execução de uma política reformista garantida pela neutralização do parlamento e pela política de “governar por decreto”, ou pela convocação de uma Assembléia Constituinte. Ao início de 1964, o movimento nacionalista intensifica a mobilização popular através da realização de comícios em todo o país — os de Arraes, de Brizola — pelas reformas de base. Doravante, a radicalização do populismo atinge o auge: o executivo federal se esforça por anular a interdição legal de uma organização geral de todos os trabalha-

dores e por legalizar o CGT, ao mesmo tempo em que prepara a realização de um plebiscito popular sobre as reformas de base. O momento final desse processo de radicalização se abre com o começo governamental de 13 de março de 1964; o teor político da manifestação — anúncio de decretos de expropriação, presença maciça e oficial da esquerda partidária e sindical — mostra claramente que o populismo optou pela mobilização popular e, portanto, por seu afastamento definitivo da classe dominante.

A resposta a este esforço populista de mobilização se acha na contramobilização da opinião pública urbana pela classe dominante. Como o movimento nacionalista, a classe dominante procura sua “massa”; ela a encontrará no seio das camadas médias urbanas.

As camadas médias tradicionais na crise de 1964

É preciso, entretanto, determinar que setores das camadas médias urbanas foram mobilizados pela classe dominante contra o Estado populista, assim como a forma e a orientação desta contramobilização. A este propósito, observemos inicialmente que, se o movimento político-militar de 1964 engajou o conjunto da classe dominante, a força hegemônica no processo de mobilização da opinião pública urbana contra o Estado populista foi seu setor mais arcaico e mais retrógrado: os proprietários rurais. Esta hegemonia se explica antes de tudo pelo fato de as oligarquias rurais constituírem o alvo principal do movimento nacionalista, e de a grande propriedade fundiária ter sido o primeiro lugar de enfrentamento entre a classe dominante e o movimento popular ascendente. Para o movimento nacionalista, o desenvolvimento capitalista autônomo não se faria sem a transformação do campo brasileiro; em função desta concepção, a luta pela reforma agrária e pela organização sindical e política dos trabalhadores rurais passava necessariamente a um plano prioritário. Diante da identificação progressiva do Estado populista com o movimento nacionalista, tal luta encaminhou-se rapidamente para a violação, por parte do Estado, da política de ordem indispensável à manutenção do “compromisso” e do equilíbrio instável próprio ao populismo. Por conseguinte, os proprietários rurais passam à contra-ofensiva a fim de restaurar a ordem social no campo; os conflitos entre a SUPRA e as associações de proprietários de terras tornam-se, cada vez mais numerosos e intensos, os grandes proprietários rurais se preparam

para redobrar a violência contra as massas rurais e o golpe de Estado contra o populismo é posto na ordem do dia.

Observemos, ainda, que o setor mais dinâmico das oligarquias rurais — os grupos agrário-exportadores — tinha se lançado freqüentemente à luta contra o populismo com vistas à reconquista da hegemonia política no seio da classe dominante; e que esta luta implicaria, além da procura do apoio das forças armadas, a mobilização política das camadas médias tradicionais visando à criação de um clima social favorável à intervenção militar. Todas as tentativas de derrubada do populismo — 1932, 1945, 1954 — haviam constituído momentos de reforço desta aliança política; no momento em que uma nova tentativa se preparava, não havia razões para quebrar esta aliança, ainda mais que a influência ideológica dos grupos agrário-exportadores sobre uma parte das camadas médias urbanas — adeptas de um liberalismo oligárquico e elitista disfarçado de antipopulismo — era ainda efetiva.

A renovação da aliança política entre as oligarquias rurais e as camadas médias tradicionais explica, portanto, as formas arcaicas assumidas pela contramobilização de 1964. Todavia, este arcaísmo colocou-se a serviço de um movimento político-militar sustentado pelo conjunto da classe dominante: seus setores “modernos” tanto quanto seus setores “tradicionais”.

Entretanto, se as formas assumidas pela contramobilização foram, como se verá a seguir, arcaicas, sua orientação ultrapassou o quadro do antipopulismo tradicional. De um lado, numa etapa histórica marcada pelo domínio irreversível do capitalismo industrial sobre a sociedade brasileira, as oligarquias rurais e os grupos agrário-exportadores não poderiam mais aspirar à reconquista da hegemonia política. Neste contexto, sua luta contra o populismo ganhava um caráter puramente defensivo; mais que uma tentativa de retorno ao passado, implicava agora um esforço de manutenção do presente: conservação da estrutura agrária e das relações de trabalho no campo, ameaçadas pela ascensão popular e pela radicalização do populismo. De outro lado, numa conjuntura de ascenso do movimento popular, o antipopulismo das camadas médias tradicionais ganhava um novo impulso; a condenação do populismo já não provinha apenas do desejo de restauração da política como privilégio social, mas também de um temor real da proletarização. Assim, se em 1945 a propaganda antipopulista reivindicava a defesa da “democracia” contra a “ditadura”, e se em 1954 ela assume a forma do combate da “moralidade” contra a “corrupção”, em 1964 ela se baseia na oposição da “democracia” ao “comunismo”. Em resumo, a crise de 1964 leva até o seu limite a orientação política das camadas médias tra-

dicionais: o antipopulismo se transforma em anticomunismo, à rebusca da democratização da política se acrescenta o medo da proletarização. Mas o caráter anticomunista da contramobilização revela também o pressentimento da classe dominante de que outros setores da opinião pública urbana, além das camadas médias tradicionais, pudessem transformar o medo da proletarização em reação contra a radicalização do populismo; é o caso de certos setores tradicionalmente identificados com o populismo — por exemplo, alguns ramos do sindicalismo médio —, cuja incapacidade de acompanhar o processo de radicalização do populismo será confirmada em seguida.

Portanto, a contramobilização das camadas médias tradicionais se define desde logo como antipopular e anticomunista; mas o tema do comunismo é tratado sob diferentes aspectos, segundo o setor mobilizado. De um lado, a classe dominante tenta criar um intenso e vasto “movimento feminino”, capaz de exprimir, através de campanhas cívicas e manifestações públicas, uma recusa “maciça” à ascensão popular; a este nível de contramobilização, o anticomunismo caracteriza-se sobretudo como a defesa das instituições sociais fundamentais: a família, a religião, a propriedade. De outro lado, contudo, enquanto o “movimento das mulheres” empreende a condenação moral do comunismo, a contramobilização organiza outro setor das camadas médias tradicionais: os profissionais liberais. Neste nível, o anticomunismo se define antes como a defesa das instituições democráticas; mais claramente, trata-se de condenar a “democracia de massas” populista em nome do respeito aos princípios liberal-democráticos consagrados pela Constituição de 1946 e “violados” pelo Estado populista. Em resumo, as associações de advogados, médicos e engenheiros, tradicionalmente orientados para o liberalismo oligárquico, estarão encarregados de disfarçar a assimetria da oposição entre “democracia” e “comunismo”, assim como de atribuir-lhe um caráter obrigatoriamente alternativo. Daí o aspecto arcaico da contramobilização de 1964: de um lado, o “movimento feminino” e seus temas morais e religiosos; de outro, o retorno à cena política de um personagem — o profissional liberal — típico do período oligárquico. Roberto Schwarz caracteriza com bastante justeza e cor esta dimensão arcaica da contramobilização:

“Desde antes do golpe de Estado, prodigalizando capitais e ciência publicitária, a direita havia conseguido ativar politicamente os sentimentos arcaicos da pequena burguesia. Tesouros de estupidez rural e urbana ocupavam a rua, seja sob a forma de ‘Marchas da Família com Deus pela

Liberdade', seja em busca de assinaturas para petições contra o divórcio, a reforma agrária e o deslizamento para a esquerda do clero, ou bem ficavam em casa onde se recitava a 'Prece em Família', um tipo de rosário belicoso para encorajar os generais.⁷⁶

Mas o arcaísmo não decorre somente da natureza mesma das forças engajadas na contramobilização; corresponde também à tática política dos setores dominantes. A este respeito, as referências constantes ao movimento constitucionalista de 1932 são bastante sugestivas. Ao fazer alusão à manifestação antigovernamental de 19 de março de 1964, um dos líderes da contramobilização — Carlos Lacerda — observa que

“... a Marcha marca o início do processo de ressurreição da democracia no Brasil. O espírito de São Paulo a partir da Marcha é o de 1932.” (*O Estado de S. Paulo*, 21 de março de 1964, p. 40)

No fundo, as referências ao movimento constitucionalista de 1932 não querem apenas lembrar o caráter antipopulista do novo movimento antigovernamental; sugerem também que os setores dominantes estão tentando uma vez mais utilizar-se da tática antipopulista de mobilização política e militar esboçada desde 1932: mobilização do “movimento feminino” e dos profissionais liberais, desencadeamento de campanhas cívicas e de manifestações públicas destinadas a criar um clima político favorável à intervenção militar, procura de apoio das forças armadas.⁷⁷

Tentemos agora lembrar alguns elementos úteis à reconstrução da história da contramobilização de 1964. Ela é comandada pelos setores mais tradicionais e conservadores da classe dominante: os alojados num partido político como a UDN de São Paulo, Rio de Janeiro ou Minas Gerais, nas associações e federações rurais — organismos dos proprietários de terras — de todo o país, nos

organismos de imprensa liberais como *O Estado de S. Paulo*. Estes setores tentam mobilizar as camadas médias tradicionais contra o Estado populista; a contramobilização do “movimento feminino” e dos profissionais liberais deságua em campanhas cívicas e manifestações públicas antigovernamentais, de caráter moral e religioso, assim como em protestos liberais das associações de advogados, de médicos, de engenheiros.

O “movimento feminino” toma forma através do aparecimento ou do desenvolvimento, em todo o país, de associações de mulheres voltadas para a organização de manifestações de hostilidade ao Estado populista, em nome da condenação moral e religiosa do comunismo: o MAF (Movimento de Arregimentação Feminino) de São Paulo, o CAMDE (Campanha da Mulher pela Democracia) do Rio de Janeiro, a União Cívica Feminina de Santos, o Movimento Feminino pela Liberdade de Recife, etc. . . A expressão máxima do “movimento feminino” será a realização das “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”; estas manifestações reunirão uma pequena “massa” urbana antipopulista, não somente nas grandes cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Recife ou Belo Horizonte, mas também nas cidades do campo brasileiro. O objetivo primordial do “movimento feminino” e de seus comícios antigovernamentais é a criação de um clima sócio-político favorável à intervenção militar, mas também a incitação direta das forças armadas ao golpe de Estado. Em Recife, a Resistência Feminina de Pernambuco pede ao Comandante do IV Exército a derrubada do governo populista; no Rio de Janeiro, o CAMDE visita as personalidades anticomunistas das forças armadas; em São Paulo, várias entidades femininas convidam generais para participarem da “Marcha” de 19 de março de 1964. A “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, de 19 de março de 1964, assim como a “Marcha da Vitória”, de 2 de abril, no Rio de Janeiro, constituem o auge da contramobilização: quinhentas mil pessoas em São Paulo, um milhão de pessoas no Rio de Janeiro. Na sua luta contra o movimento popular, a classe dominante encontra sua “massa”.

A ofensiva antipopulista dos profissionais liberais assume um caráter ligeiramente diferente; seu anticomunismo concentra-se menos na apologia das instituições sociais fundamentais e mais na defesa das instituições políticas democráticas, concretamente representadas pela Constituição liberal de 1946. A crise de 1964 permite a reaparição fulgurante do liberalismo oligárquico; em nome da democracia, as corporações das profissões liberais exercem pressões sobre o congresso nacional, fazem apelos aos militares, incitam a opinião pública urbana à hostilidade contra o Estado populista.

(6) Ver Roberto Schwarz, “Remarques sur la culture et la politique au Brésil, 1964-1969” in *Les Temps Modernes*, n.º 288, julho de 1970, Paris, p. 48 (traduzido por nós).

(7) A este propósito, examinar a comparação feita por *O Estado de S. Paulo* — organismo de imprensa filiado ao liberalismo oligárquico — entre a manifestação antigovernamental de 19 de março de 1964, em São Paulo, e dois comícios de 1932; como estes, o comício de 1964 teria por alvo preparar o terreno para a intervenção militar. Ver *O Estado de S. Paulo* de 20 de março de 1964, p. 36.

As novas camadas médias na crise de 1964

Mas o anticomunismo de 1964 apresenta também uma terceira variante, onde a ênfase recai menos sobre a defesa das instituições sociais fundamentais (família, religião) ou das instituições políticas democráticas, e mais sobre a defesa da ordem e da autoridade. Evidentemente, é o anticomunismo dos oficiais superiores das forças armadas, apegados a uma visão hierárquica do mundo social e agastados com a “subversão da ordem”, ao nível da sociedade, e com a “quebra da disciplina”, ao nível dos aparelhos de Estado. Entretanto, não é impossível que esta tendência autoritária se tenha manifestado entre outros setores da opinião pública urbana. É verdade que a observação empírica caracteriza as camadas médias tradicionais como a “massa” da contramobilização de 1964; e, por enquanto, não dispomos de elementos capazes de fundamentar um rigoroso corte analítico entre as diferentes tendências “médias” participantes da contramobilização. Todavia, podemos ao menos levantar a hipótese segundo a qual outros setores das camadas médias urbanas teriam se voltado contra o Estado populista; e que sua oposição ao ascenso popular — ou seja, seu anticomunismo — ter-se-ia fundado num autoritarismo distante do liberalismo de elite das camadas médias tradicionais. De fato, a passagem a uma etapa monopolista de industrialização periférica permitiu o desenvolvimento a partir de 1956 de um novo terciário urbano, cujo topo é constituído pelos detentores da autoridade técnica ou administrativa no seio da empresa “moderna”: gerentes, quadros, chefes de serviço, economistas, técnicos médios, engenheiros industriais, etc. Estes grupos acedem assim a uma nova “situação de trabalho”; ela lhes permite, sejam eles originários das camadas médias tradicionais ou das baixas camadas médias, ultrapassar os valores pré-industriais ou a identificação populista com o Estado. Encontramo-nos, portanto, diante de “novas camadas médias”, cuja “situação de trabalho” — o exercício da autoridade técnica ou administrativa no seio da empresa moderna — acha-se na origem da convicção sobre o caráter “racional” da autoridade, assim como da “necessidade” de uma organização hierarquizada da sociedade. Esta “infiltração do ‘político’ na economia” tende a engendrar disposições políticas autoritárias. É verdade que as novas camadas médias — como todas as camadas médias — temem a proletarização; todavia, a ameaça de igualização sócio-econômica com as camadas proletárias é sobretudo vivida como a possibilidade de ruptura da “ordem”, de destruição da “autoridade”. Este sentimento as leva, não a reivindicar a restauração

da democracia de tipo oligárquico mas a considerar a “racionalidade” como a única base possível do poder. Portanto, o desprezo pela democracia, “oligárquica” ou “de massas”,⁸ coexiste nas novas camadas médias com o desejo do reforço do poder. Desta tendência poder-se-ia deduzir a existência nestes grupos de um culto do Estado. Todavia, observemos que as relações possíveis entre as camadas médias e o Estado se concretizam de uma maneira particular em cada conjuntura histórica. Mais precisamente, seria arriscado identificar o culto populista do Estado, típico das baixas camadas médias, no culto autoritário do Estado, próprio às novas camadas médias. É verdade que os dois setores desconhecem as bases sociais do Estado, e tendem a considerá-lo como uma instância autônoma. Todavia, se as baixas camadas médias o vêem como o Estado-justiça, as novas camadas médias o vêem como o Estado-ordem; as primeiras esperam intervenções da instância suprema em proveito de seus interesses, as últimas esperam que o Estado saiba consagrar a hierarquia social. Populismo e autoritarismo constituem, portanto, formas diferentes de culto do Estado; e a possibilidade de um conflito entre seus adeptos respectivos não está excluída, uma vez que a radicalização do populismo, provocando o abandono de uma política de ordem, atrai fatalmente a hostilidade dos setores autoritários.

Uma tal perspectiva de análise do autoritarismo das novas camadas médias nos leva a duas observações complementares. Primeiro, não se trata de um “autoritarismo de crise” mas de uma concepção autoritária do mundo social e da vida política. Se as camadas médias tradicionais sempre admitiram soluções autoritárias — extraconstitucionais e militares — em caso de crise política, elas sempre as consideraram como medidas “excepcionais”, exclusivamente adequadas às conjunturas “anormais”; daí seu retorno, superada a crise, a suas concepções liberal-democráticas. No que concerne às novas camadas médias, ao contrário, as crises políticas concedem a seu autoritarismo a oportunidade de ultrapassar os limites da empresa e de ganhar a cena política; a solução da crise não anula, portanto, seu potencial autoritário, suscetível de ser transformado em corrente política pela classe dominante.

(8) A emergência recente das novas camadas médias e de uma nova mentalidade política, aliás, permitiu — fato inédito na história do pensamento brasileiro — a gestação de uma reavaliação “de direita” do período oligárquico; neste caso, a crítica versa não mais sobre o caráter oligárquico do sistema político, mas sobre a natureza democrática do regime, capaz de permitir o florescimento da demagogia, da irracionalidade, do desperdício, etc..

Em segundo lugar, é preciso afastar a interpretação puramente economicista do potencial político de sua "situação de trabalho". Tal interpretação supõe que sua condição de consumidores de elite leva as novas camadas médias a aceitar ou a submeter-se ao poder autoritário, considerado como a condição da manutenção ou da expansão de seu nível de consumo. Ora, não é absolutamente evidente que estes grupos estabeleçam uma relação, no entanto tão clara aos olhos dos sociólogos, entre seu nível de consumo e a forma autoritária do Estado, ou entre a "economia" e a "política"; mas, mesmo neste caso, poder-se-ia admitir a formação de uma consciência política dilacerada, partilhada por tendências contraditórias. Lembremos, a este propósito, a orientação política das camadas médias tradicionais depois do golpe de Estado de 1964: sua integração ao grupo dos consumidores de elite as leva a aplaudir a política econômica do Estado autocrático; mas sua fidelidade ao liberalismo oligárquico as obriga a condenar o regime político ditatorial.⁹ Parece-nos, portanto, arriscado supor que o consumo possa incitar as novas camadas médias a "tolerar" o poder autoritário; a rigor, a eventual existência de uma relação entre o consumo de elite e o apoio às formas autoritárias de Estado não faria senão ratificar as disposições ideológicas nascidas de sua posição "política" no interior da empresa "moderna".

No fundo, a contramobilização de 1964 oculta as mudanças de posição registradas depois de 1956 no seio das altas camadas médias: decadência das camadas médias tradicionais, ascensão das novas camadas médias. A integração progressiva dos profissionais liberais à grande empresa — industrial, comercial, financeira ou de serviços — simboliza de resto este processo; uma parte dos jovens advogados, economistas e engenheiros se desembarçará desde logo do liberalismo de seus predecessores e encontrará em sua posição estratégica no interior da empresa a base de sua nova orientação política.

O profissional liberal foi, até os anos 50, o personagem típico das altas camadas médias brasileiras; doravante, cede progressivamente seu lugar ao técnico, ao administrador, em resumo, ao "homem de empresa". No início dos anos 60, a decadência do liberalismo oligárquico exprime a decadência política das forças da aliança oligárquica. Mas é justamente o caráter contra-revolucionário

(9) A melhor expressão da consciência liberal dilacerada encontra-se em *O Estado de S. Paulo*, porta-voz das camadas médias tradicionais de São Paulo; depois de 1964, o elogio da política econômica do Estado autocrático freqüentemente coexistiu em suas páginas com a condenação da natureza ditatorial do regime político.

rio do movimento político-militar de 1964 que concede às forças políticas do passado um papel hegemônico na contramobilização. Em 1964, uma vez mais, o antigo esconde o novo; o mundo das formas acabadas — comícios antiverimentais ou campanhas cívicas, "movimento feminino" ou corporações liberais — atrai nossa atenção em direção às camadas médias tradicionais e afasta-nos da observação das disposições antipopulistas e autoritárias das novas camadas médias. É verdade que tais disposições permanecem espontâneas e não canalizadas, se bem que visadas pela propaganda anticomunista de certos organismos de agitação antipopulista — financiados pelo capital industrial, comercial, bancário — como o IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) e IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática). A rigor, sua presença política não se torna evidente a não ser após o golpe de Estado de 1964, quando se tornarão a base social de apoio do Estado autocrático e da política do grande capital. Mas esta observação antecipa um dos temas centrais do próximo capítulo.

As baixas camadas médias na crise de 1964

Portanto, a contramobilização de 1964 atingiu, sob formas mais ou menos cristalizadas, setores consideráveis das camadas médias urbanas. É preciso agora verificar se a classe dominante conseguiu, pela via do anticomunismo, voltar as baixas camadas médias contra o populismo. Sublinhemos antes de tudo que o aumento da taxa de exploração da força de trabalho, depois de 1956, atingiu não somente o conjunto dos trabalhadores "manuais", mas também outros grupos assalariados: as baixas camadas médias. De fato, tal como a classe operária, o pequeno empregado e o pequeno funcionário estarão alinhados entre as grandes vítimas da inflação; daí sua participação no movimento reivindicativo e na pressão popular sobre o Estado populista. Na verdade, as baixas camadas médias chegarão, neste momento, ao limite de suas possibilidades de ação sindical e política: elas *reivindicam*. Todavia, suas reivindicações têm um significado particular: não implicam oposição ao Estado, mas, ao contrário, o pleno exercício do direito, reconhecido pelo Estado, de suscitar sua intervenção soberana e arbitral com vistas à resolução dos conflitos engendrados no seio da empresa, privada ou pública. Portanto, a ascensão do movimento popular impulsiona vigorosamente o sindicalismo médio, o qual,

pela via do movimento reivindicativo, acederá a uma verdadeira existência política.

O sindicalismo médio mais ativo é sem dúvida o dos bancários: ao longo do período de ascensão do movimento popular, preservará sua homogeneidade de ação no plano nacional e reforçará, por conseguinte, sua potência reivindicativa. Sob o impulso da esquadra partidária e das organizações paralelas em aliança com o populismo, os sindicatos locais, as federações regionais e a Confederação Nacional (CONTEC) incorporam-se ao movimento nacionalista; tal iniciativa não fará senão acrescer sua capacidade de reivindicação. O ano de 1964 se abre com a importante greve do sindicato dos bancários do Rio de Janeiro, cuja duração é de quase um mês. O comício governamental de 13 de março contará com a participação ativa dos organismos sindicais dos bancários; o sindicato dos bancários do Rio de Janeiro será, de resto, o ponto de reunião da maioria dos sindicatos médios: bancários, securitários, comerciários, funcionários públicos. No fundo, ao manifestar-se politicamente pelas reformas de base propostas pelo movimento nacionalista, o sindicalismo médio ao mesmo tempo dá provas de seu poder reivindicativo.

Quanto aos pequenos funcionários públicos, bem distintos da alta burocracia, estes estarão na vanguarda do movimento reivindicativo médio. Em primeiro lugar, as reivindicações salariais dos funcionários federais, civis e militares, constituirão o primeiro ataque concreto à política de estabilização sustentada pelo conjunto da classe dominante e sintetizada no Plano Trienal; a aceitação de sua demanda — um aumento salarial de 70%, em maio de 1963 — incitará o FMI a retirar seu apoio à política de estabilização. No início de 1964, os funcionários públicos federais voltarão às reivindicações salariais, acrescentando, a estas, outras demandas específicas. Além do mais, a União Nacional dos Funcionários Públicos comanda o movimento reivindicativo nacional e, ao mesmo tempo, dá seu apoio a vários movimentos desencadeados a nível municipal e regional.

Os sindicatos dos comerciários — uma camada semiproletarizada — alinham-se entre os mais ativos ao longo do afluxo do movimento popular. Greves estalam — em Recife, em agosto de 1963, e em Brasília, em março de 1964 —, os sindicatos clamam por reformas de base ou se declaram solidários às greves operárias.

Portanto, as baixas camadas médias participam ativamente da pressão popular e integram suas reivindicações ao movimento nacionalista; em resumo, no momento do golpe de Estado, elas se acharão essencialmente identificadas com o populismo. Daí a repressão que fere, em seguida, sua vanguarda sindical. A obediên-

cia dos sindicatos de bancários ao apelo da CGT à greve geral, no dia do golpe de Estado, determina a prisão de seus dirigentes e a decapitação de todas as direções comprometidas com o movimento nacionalista: os sindicatos de São Paulo, Rio de Janeiro ou Minas Gerais, suas federações e a CONTEC. Entretanto, outros setores preferem o recuo. A 3 de abril de 1964, a Federação dos Comerciários reclama, em nome de 400.000 membros, a transferência do sindicalismo brasileiro a fim de afastar “comunistas” e “aventureiros”. E, a 9 de abril de 1964, a Confederação Nacional dos Empregados do Comércio lança um manifesto de apoio ao novo governo e contra o comunismo; mas, ao mesmo tempo, pede às “... categorias econômicas para não se declararem vitoriosas su-pondo poder negar aos trabalhadores, em nome de uma concepção retrógrada, seus direitos legítimos e sagrados”.¹⁰ Numa tal declaração coexistem, mais do que nunca, o temor da proletarização e a consciência do direito à reivindicação, o medo do comunismo e a nostalgia do populismo.

O significado do movimento político-militar de 1964

Façamos, finalmente, algumas observações preliminares sobre o significado histórico da reviravolta política de 1964. O movimento político-militar de 1964 constituiu a resposta do conjunto da classe dominante à radicalização do populismo; todos os setores dominantes uniram-se na luta contra o Estado populista, cuja própria natureza tornava-o incapaz de conter a pressão popular. Neste contexto, a classe dominante mobiliza politicamente as camadas médias tradicionais e — em menor grau — as novas camadas médias, e convoca para o golpe de Estado todas as frações das forças armadas: nacionalistas, “sorbonne”, legalistas, golpistas. Todavia, a significação profunda dos acontecimentos de 1964 não pode ser atingida senão através do exame da história imediatamente posterior ao golpe de Estado. Os dias que seguem a intervenção militar são marcados pelas manifestações antipopulistas da classe dominante. Entretanto, esta não se limita a condenar o populismo radical de Goulart mas crítica também o populismo tradicional e moderado de Kubitschek. O “comunismo” fora o tema central da contramobilização; sintomaticamente, depois do golpe

(10) Ver *O Estado de S. Paulo* de 9 de abril de 1964, p. 10.

de Estado — e somente depois desta data — a corrupção torna-se o tema principal nas manifestações antipopulistas da classe dominante. Agora, a intenção dos setores dominantes mostra-se clara: eles querem não somente a repressão e o controle da pressão operária, mas também a destruição do populismo.

Antes de tudo, não é surpreendente que as oligarquias rurais e os grupos agrário-exportadores tenham reivindicado a destruição do Estado populista; em sua opinião, “desde 1930, o Estado brasileiro não fazia senão proteger a indústria”. O Estado industrializador é, portanto, considerado por estes grupos como a negação de sua hegemonia política e da “vocaçao agrária” do Brasil; conseqüentemente, sua hostilidade volta-se tanto para o nacional-populismo dos anos 60 quanto para o populismo moderado do fim dos anos 50.

Mas a condenação global do populismo não foi privilégio exclusivo das oligarquias rurais e dos grupos agrário-exportadores; o setor industrial reivindicava, através de suas federações regionais — por exemplo, São Paulo, Minas e Goiás —, o “aprofundamento” do movimento político-militar de 1964: nomeação de um militar para a presidência, depuração do congresso nacional, neutralização da “classe política” populista. Se o populismo revelou-se uma estratégia política de industrialização, como explicar a atitude da burguesia industrial?

A rigor, o populismo é colocado em questão pela passagem da industrialização brasileira a uma nova etapa, caracterizada pela influência crescente do grande capital monopolista e pela implantação de complexos industriais voltados para a produção de bens de consumo duráveis, de equipamentos industriais e de bens intermediários. O populismo foi a estratégia política de desenvolvimento própria a uma etapa de transição capitalista; num período em que nenhuma classe se mostrava capaz de conquistar a hegemonia política, a integração política da classe operária — política ao mesmo tempo de conquista de uma base social de apoio para o Estado industrializador e de frustração precoce da luta de classes — constituiu o preço da industrialização e do desenvolvimento da burguesia industrial. Todavia, no fim dos anos 50, a industrialização é um processo irreversível; a superioridade econômica do setor industrial já é um fato incontestável, e ninguém — nem mesmo os setores oligárquicos — ousaria retornar à antiga definição do Brasil como uma “nação agrária”. Neste novo contexto, a política populista de integração operária mostra-se, ao mesmo tempo, ultrapassada e perigosa. Ultrapassada porque a potência econômica do setor industrial o prepara finalmente para o enfrentamento direto com a classe operária, e torna ainda menos eficazes

os ataques dirigidos contra o Estado industrializador pelas oligarquias rurais; e perigosa porque, numa etapa de intensificação da acumulação de capital e, por conseguinte — nas condições do capitalismo periférico brasileiro —, de aumento da exploração da força de trabalho industrial, ela torna o Estado incapaz de resistir à pressão operária: no contexto do populismo, a inflação torna-se não somente uma técnica de acumulação de capital mas também um fator de politização das massas.

A partir de 1956, a influência do capitalismo industrial na sociedade brasileira se mostra irreversível; doravante, o prosseguimento do processo de industrialização e a aceleração da acumulação de capital devem transpor os limites estabelecidos pela política populista de integração operária. Daí o verdadeiro significado político do movimento político-militar de 1964: define-se como uma contra-revolução destinada a criar as condições institucionais indispensáveis à aceleração da acumulação de capital própria a uma etapa monopolista de desenvolvimento capitalista. Portanto, a contra-revolução de 1964 torna possível a instalação de um poder autoritário capaz de varrer as tensões sociais e de anular a pressão popular; ao fazê-lo, introduz definitivamente a sociedade brasileira num mundo plenamente capitalista, onde a única lógica social é a da acumulação de capital.

Através da contra-revolução de 1964, o conjunto da burguesia industrial rejeita o populismo. Todavia, seus diferentes setores estão longe de ter os mesmos propósitos com respeito à política econômica de Estado; é lógico que a média burguesia industrial e o grande capital monopolista não tratam de uma mesma maneira problemas como a conquista do mercado, política de investimento, política cambial, crédito, etc. Mas é também natural que o grande capital monopolista tente transformar sua superioridade econômica em hegemonia política no seio da classe dominante. A este respeito, a forma autocrática e militar assumida pelo Estado capitalista brasileiro, após 1964, constitui a estrutura política adequada à hegemonia política do grande capital monopolista. Esta hegemonia será exercida através da mediação de um novo grupo dirigente, representado pela aliança entre militares e técnicos; se este grupo é, em termos concretos e imediatos, o responsável principal pela condução do Estado brasileiro, sua ação dirigente define uma política de desenvolvimento capitalista correspondente, em suas linhas gerais, às ambições e objetivos do grande capital monopolista. O autoritarismo dos oficiais superiores das forças armadas protege o processo de acumulação de capital contra as pressões populares; a “racionalidade” dos técnicos leva-os a definir uma política de desenvolvimento que tem por eixo a expansão do

setor mais produtivo, dinâmico e avançado da economia brasileira. De fato, a política econômica do Estado autoritário concentrar-se-á essencialmente na expansão do setor industrial controlado pelo grande capital monopolista: indústrias de bens de consumo duráveis, de equipamentos industriais, de bens intermediários. Além, mesmo a expansão do “setor público” assumirá um caráter complementar, e não antagônico, em relação ao desenvolvimento monopolista.

A vitória do conjunto da classe dominante sobre as classes populares, em 1964, provoca também a destruição do sistema político adequado à “incapacidade hegemônica”¹¹ de todos os setores dominantes e abre, portanto, a possibilidade de conquista da hegemonia política pelo setor mais poderoso: o grande capital monopolista. Nesta perspectiva, a interpretação de Cândido Mendes¹² parece-nos incorreta. Segundo este autor, a conjuntura pós-1964 caracteriza-se como uma situação de “vácuo de poder”, permitindo à aliança entre militares e técnicos assumir a direção do Estado na condição de “elite do poder”: ou seja, de grupo dirigente cuja ação não exprime a hegemonia política de uma classe social ou setor particular. A este propósito, Fernando Henrique Cardoso observa que “... constitui um falso problema insistir que os protagonistas do golpe de 1964 pertenciam à classe média e que o aparelho do Estado está controlado por grupos e indivíduos da classe média. Em que sociedade capitalista não é assim? Só por exceção os cargos do Estado, mesmo os de cúpula, são preenchidos diretamente por empresários. A questão não está em saber quem ocupa funções no Estado, mas que tipo de políticas podem ser implementadas dentro de um quadro estrutural que reflete a relação de forças das classes sociais. Esta relação de forças se expressa no plano mais geral, pelo que hoje se chama de um ‘modelo de desenvolvimento’.”¹³ É preciso, portanto, distinguir a presença de “categorias sociais” na direção do Estado da ausência de um setor dominante politicamente hegemônico; caso contrário, seremos tentados a apenas caracterizar uma situação de hegemonia política nos momentos históricos em que o Estado constitui sim-ples “comitê executivo” de um setor da classe dominante — por

exemplo, o Estado oligárquico — e se mostra ainda incapaz de assumir plenamente sua soberania.

A política de desenvolvimento autoritário e “racional” conduzida pela aliança entre militares e técnicos, exprime e concretiza a hegemonia política do grande capital monopolista. Tal política, é verdade, não satisfaz os interesses imediatos de todos os elementos integrantes do setor hegemônico; todavia, o novo grupo dirigente está longe de dispor do grau de autonomia ideológica e política revelado por certas “categorias sociais” de Estado durante o período populista: tenentes, burocracia, forças armadas. A fim de pôr em execução uma política de industrialização, estes grupos freqüentemente contrariaram os interesses imediatos dos elementos integrantes da burguesia industrial, e jamais foram reconhecidos por esta como sua vanguarda política; a rigor, sua política de desenvolvimento — política de investimento fundada na prioridade da indústria pesada, política de integração operária, etc. — revelou-se *avançada* em relação à capacidade dirigente da burguesia industrial. A política de desenvolvimento dos militares e técnicos, alojados desde 1964 no Estado brasileiro exprime, ao contrário, uma definição contemporânea dos interesses econômicos e políticos do conjunto do grande capital monopolista, e jamais ultrapassa os limites impostos por suas possibilidades concretas de direção da sociedade brasileira. Portanto, se a política populista de desenvolvimento revelou um caráter *antecipador* com respeito à nova classe dominante, a política autoritária e “racional” de desenvolvimento contentou-se em dar uma resposta *contemporânea* às aspirações do grande capital monopolista. Assim, é natural que a política dos militares e técnicos à cabeça do Estado, depois de 1964, tenha sido reconhecida como satisfatória pelo conjunto do grande capital monopolista. De resto, o Relatório Rockefeller, em 1969, constitui a consagração pelo grande capital monopolista da forma autocrática e militar de Estado, tal qual existe no Brasil de hoje.

Portanto, a contra-revolução de 1964 constitui o processo político através do qual o conjunto da classe dominante se desembaraça do populismo. Todavia, a burguesia industrial atribui um significado especial à sua recusa ao populismo: rejeita-o enquanto estratégia política de industrialização típica de uma etapa de transição. Numa etapa monopolista de desenvolvimento capitalista, o prosseguimento da industrialização requer a transformação do poder político, a fim de torná-lo apto a preservar o processo de acumulação de capital dos choques provocados pela luta de classes; daí a emergência de um Estado autoritário e antipopular.

Mas a contra-revolução de 1964 equivale também ao suicídio político das camadas médias urbanas. Mais precisamente, a parti-

(11) A expressão é empregada por Nicos Poulantzas, *op. cit.*, p. 73.

(12) Consultar Cândido Mendes, “Sistema político e modelos de poder no Brasil”, *in: Dados*, n.º 1, 1966, 2.º semestre, Ed. IUPERJ, Rio de Janeiro, p. 7 e seguintes.

(13) Ver Fernando Henrique Cardoso, *O modelo político brasileiro*, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1972, p. 56.

ciação das camadas médias tradicionais e das novas camadas médias no movimento político-militar de 1964 tornou-as co-responsáveis pela destruição de um sistema político que havia atribuído o direito à reivindicação e à cidadania ao conjunto das camadas médias urbanas, enquanto fragmento do mundo do trabalho urbano. Em resumo, o arcaico e o novo se reúnem para liquidar as formas de transição. Todavia, ao fazê-lo, estas camadas não invocam somente a destruição política das camadas médias identificadas com o populismo, mas também a sua; dito de outro modo, elas colocam as bases da exclusão política do conjunto das camadas médias urbanas.

CAPÍTULO IV
O ESTADO AUTOCRÁTICO E A CLASSE MÉDIA:
"CORRUPÇÃO" OU RESISTÊNCIA?

A natureza de classe do Estado autocrático

Nosso trabalho de análise chega assim ao período aberto pelo movimento político-militar de 1964. A contemporaneidade do período encarado nos dispensa, portanto, de uma recapitulação exaustiva de seus acontecimentos essenciais. Atrás desta vantagem aparentemente deparamo-nos realmente com o risco de um contato brutal com uma história em movimento, não codificada. De qualquer maneira, não está absolutamente em questão reconstituir integralmente a história social e política do período pós-populista; daí o caráter sumário, alusivo e mesmo incompleto, de nossas observações sobre os principais acontecimentos políticos do período. Em resumo, a história social e política do Brasil pós-populista não será reconstituída senão em função do tema central: a posição das camadas médias urbanas no sistema político pós-populista.

O primeiro momento de nosso trabalho de análise consiste, portanto, em retomar o problema de fundo já colocado ao pensamento crítico brasileiro: a caracterização da natureza de classe do Estado pós-populista, assim como da nova articulação do sistema político. O enfoque de tal problema pode começar pela questão: o Estado e o sistema político pós-populista são fascistas? A aproximação entre a história política brasileira e o fascismo não é útil apenas no plano da exposição; mostra-se também capaz de contribuir para tornar mais claras as relações entre as camadas médias urbanas e o Estado pós-populista.

De fato, a questão não é inédita. Desde o movimento político-militar de 1964, vários autores dispuseram-se a empreender esta aproximação; entretanto, suas respostas não foram todas convergentes. Para certos autores, o Estado pós-populista é fascista ou semifascista, mesmo se a condição periférica e dependente da sociedade capitalista brasileira os obriga a acrescentar outros qualificativos à definição central. Por exemplo, Hélio Jaguaribe se refere, já em 1967, a um "modelo de estabilidade social pelo colonial-

fascismo";¹ mais recentemente, Florestan Fernandes colocou em evidência as relações entre o desenvolvimento capitalista dependente na América Latina e "... a transformação do autoritarismo presidencial e ditaduras tradicionais em formas dissimuladas de fascismo ou semifascismo".² Outros autores, ao contrário, criticam a aproximação entre o Estado fascista e o Estado brasileiro pós-64, partindo da constatação de certas diferenças fundamentais. Assim, para Fernando Henrique Cardoso,³ não se trata — ou ainda não — de totalitarismo, mas de autoritarismo; e João Quartim⁴ lembra que o Estado brasileiro pós-populista, oligárquico e militar, não poderia ser confundido com um Estado fascista.

Na realidade, estas respostas divergentes não são necessariamente contraditórias ou alternativas: mais frequentemente, a divergência parte menos de um desacordo sobre as características fundamentais do Estado brasileiro pós 1964, e mais da existência de diferentes ângulos de observação e níveis de análise. Em geral, a primeira modalidade de resposta se funda sobre um enfoque próprio à sociologia do desenvolvimento; neste caso, a aproximação se faz em função da análise do significado histórico geral do fascismo, enquanto fenômeno político típico das sociedades já penetradas pelo capitalismo monopolista: uma política simultânea e articulada de desenvolvimento — ainda que limitado — das forças produtivas e de repressão das classes populares. De fato, se no plano histórico o Estado fascista é aquele capaz de colocar em execução uma política conjunta de expansão do grande capital e de repressão às classes populares, a aproximação entre o fascismo e o Estado brasileiro pós-populista, ainda que metafórica, não é incorreta. E, mesmo se tal aproximação é turvada pelo caráter expansionista e imperialista da política fascista nas sociedades capitalistas centrais, poder-se-á sempre encontrar seu equivalente periférico no esboço de um novo fenômeno: o subimperialismo.

A segunda modalidade de resposta corresponde antes a um enfoque próprio à análise política; de fato, os autores voltados para o estudo da morfologia do novo sistema político se alinham entre

os mais resistentes à aproximação. Esta perspectiva põe em evidência a ausência, no sistema político brasileiro, de vários elementos fundamentais da estrutura política fascista: a mobilização da pequena burguesia, o partido único, a ideologia totalitária,⁵ e mesmo o "complemento dialético do Partido": o chefe.⁶

Na realidade, as duas modalidades de enfoque podem ser úteis na medida em que elas nos permitem distinguir, no plano analítico, duas ordens de problemas: de um lado, a natureza de classe do Estado pós-populista e a nova articulação do sistema político; do outro, as relações entre as camadas médias urbanas e o Estado pós-populista.

Passemos desde logo à análise da primeira ordem de problemas, uma vez que esta se mostra indispensável à caracterização das relações entre as camadas médias urbanas e o Estado pós-populista. Através do movimento político-militar de 1964, o conjunto da classe dominante rejeitou o populismo enquanto estratégia política de desenvolvimento, uma vez que se tornara, desde o fim dos anos 50, o instrumento de ascensão política das classes populares. Ora, é justamente este abandono do populismo pela classe dominante que tornou possível, desde 1964, a militarização do aparelho de Estado brasileiro. No fundo, o conjunto da classe dominante foi tomado, em 1964, por um "autoritarismo de crise": a interrupção do processo de ascensão política das classes populares não se completaria senão através da militarização transitória do aparelho de Estado. A 4 de abril de 1964, a Sociedade Rural Brasileira — associação de grandes proprietários de terras — reivindica a constituição de um governo militar;⁷ estes propósitos são renovados a 9 de abril de 1964 pela FIESP — organismo representativo da média burguesia industrial de São Paulo — que se lança, além disso, à condenação veemente do populismo.⁸ A militarização temporária do aparelho de Estado representa, para o conjunto da classe dominante, o instrumento indispensável da liquidação política das classes populares: intervenção policial nos sindicatos, repressão às organizações sindicais paralelas e aos partidos políticos de esquerda, depuração do parlamento. Mas, seria errado identificar estes propósitos à intenção de afastar-se definitivamente das formas políticas republicanas e parlamentares. A rigor, o conjunto da classe dominante encara então a militarização como

(5) Ver Fernando Henrique Cardoso, *op. cit.*, p. 79-82.

(6) Ver João Quartim, *op. cit.*, p. 656-657.

(7) Ver O Estado de S. Paulo de 4 de abril de 1964, p. 11.

(8) Ver O Estado de S. Paulo de 9 de abril de 1964, p. 5.

(1) Ver Hélio Jaguaribe, "Brésil: stabilité sociale par le colonial-fascisme?" in *Les Temps Modernes*, n.º 247, ano XXIII, outubro de 1967, Paris.

(2) Ver Florestan Fernandes, *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Zahar, Rio de Janeiro, 1973, p. 66 e 106.

(3) Ver Fernando Henrique Cardoso, *O modelo político brasileiro*, cap. III, p. 50-82. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1972.

(4) Ver João Quartim, "La nature de classe de l'Etat brésilien", in *Les Temps Modernes*, n.º 304, novembro de 1971, e n.º 305, dezembro de 1971, ano XXVII, Paris.

um fenômeno puramente temporário, ou seja, como a condição necessária da constituição de um Estado burguês parlamentar, mas essencialmente antipopulista. Em resumo, o conjunto da classe dominante deseja, ao mesmo tempo, a manutenção das formas constitucionais democráticas e a destruição da democracia "plebiscitária" ou "República Sindical"; daí seu "autoritarismo de crise" e seu apelo à intervenção militar.

Todavia, a militarização do aparelho de Estado brasileiro desenvolve-se progressivamente, desde 1964, como uma tendência permanente e irreversível. Evidentemente, o momento inicial deste processo corresponde às aspirações do conjunto da classe dominante, na medida em que a militarização constitui o instrumento essencial de destruição do populismo e de exclusão política das classes populares. Entretanto, o processo de militarização não pára aí, ele sustenta-se em breve a pura construção de um mecanismo policial-militar de repressão ao movimento popular. Mais precisamente, é através da militarização que se concretiza o processo de centralização horizontal e vertical do Estado; de um lado, ascendência crescente do poder executivo — controlado em última instância pelo grupo militar — sobre o parlamento e o poder judiciário; de outro, declínio da federação, diminuição progressiva das competências regionais.

Precisemos o sentido da primeira dimensão do processo de militarização. Para os grandes proprietários de terras e os grupos agrário-exportadores, a destruição do populismo tinha em 1964 uma conotação sobretudo defensiva; a militarização temporária do aparelho de Estado era encarada como o instrumento essencial da manutenção da ordem social no campo (estrutura agrária, relações de trabalho) e de interrupção do processo de ascensão política das massas rurais (desenvolvimento do sindicalismo rural, ocupação das grandes propriedades, movimento pela reforma agrária). Todavia, para o conjunto da burguesia industrial, o populismo tornava-se, desde 1956, ao mesmo tempo dispensável e perigoso. Os mecanismos de integração política da classe operária tinham sido progressivamente criados, desde 1930, em função das necessidades de equilíbrio próprias a um bloco dominante caracterizado ao mesmo tempo pela ausência de uma classe social nitidamente hegemônica e pela ascendência objetiva das "forças da industrialização" sobre a política econômica de Estado; ora, desde 1956, a irreversibilidade da industrialização e a incontestável superioridade econômica da burguesia industrial com relação aos antigos grupos oligárquicos, ao mesmo tempo em que preparavam o terreno para a hegemonia política do capital industrial, tornavam superados e

dispensáveis tais mecanismos de equilíbrio. E mais, como a nova etapa de industrialização então iniciada exigia a intensificação do processo de acumulação de capital e o aumento progressivo da taxa de exploração da força de trabalho industrial, a política populista de integração operária tornava o Estado vulnerável às pressões populares nascidas da insatisfação social. A contingência e o perigo levavam, portanto, o conjunto da burguesia industrial a desejar a destruição do populismo e a militarização transitória do aparelho de Estado.

Em resumo, se o conjunto da classe dominante desejou a militarização temporária do aparelho de Estado é porque a entendia como o instrumento da exclusão política das classes populares, ou de transformação do sistema político populista em sistema político autocrático.

Hoje, a segunda dimensão do processo de militarização não poderia ser identificada com os interesses gerais do conjunto da classe dominante. Seria incorreto dizer que esta, na sua totalidade, desejou a centralização horizontal e vertical do Estado. Na realidade, o processo de centralização do Estado responde aos imperativos colocados pela etapa de industrialização aberta em 1956 e constitui um novo momento de aprofundamento da dimensão intervencionista e industrializadora do Estado capitalista brasileiro. É inútil lembrar aqui as relações entre o intervencionismo de Estado — o papel estratégico da política econômica de Estado — e o capitalismo monopolista. Todavia, o caráter periférico e "urgente" da industrialização brasileira colocara a exigência de um Estado intervencionista e industrializador muito tempo antes da etapa monopolista de desenvolvimento; esta não fará senão aumentar a dimensão intervencionista e industrializadora do Estado brasileiro. Mas é também inútil sublinhar o caráter complementar da intervenção do Estado brasileiro na economia; a despeito de sua extensão, e da autonomia aparente deste "capitalismo de Estado", o "setor público" cumpre primordialmente a função de estímulo à acumulação privada de capital. Assim, a importância quantitativa do investimento público não nos deve fazer esquecer que o mesmo é essencialmente orientado para a ampliação da infra-estrutura de serviços, a produção de bens intermediários indispensáveis às indústrias de ponta, e a exploração de atividades pouco rentáveis em termos de lucro médio. Em resumo, a centralização do Estado brasileiro, acentuada desde 1964, permite a ampliação e o aprofundamento de sua dimensão intervencionista e industrializadora, ajustando-a ao desenvolvimento monopolista da economia. Nesta perspectiva, não seria ousado afirmar que o movimento político-militar de 1964 se encontra na origem da ruptura do sistema polí-

tico — executada mediante a exclusão política das classes populares —, mas assegura ao mesmo tempo a continuidade da evolução do Estado capitalista brasileiro, através do reforço de seu intervencionismo. Em outras palavras, a transformação das estruturas do Estado em função das necessidades do desenvolvimento monopolista se fez sem ruptura de seu aparelho.

Mas a centralização horizontal e vertical do Estado, operada pela via da militarização, não corresponde às aspirações do conjunto da classe dominante; constituiu antes uma resposta às necessidades dos setores mais avançados do capitalismo industrial, cuja expansão depende organicamente de uma manipulação eficaz dos instrumentos da política econômica do Estado. Portanto, somente a lógica contra-revolucionária não explica a presença persistente do grupo militar à frente do Estado brasileiro desde 1964. Na realidade, tal lógica é progressivamente apropriada pela lógica — mais profunda — do processo de acumulação de capital. Mais precisamente: a etapa monopolista do desenvolvimento capitalista periférico brasileiro, aberta desde 1956, coloca a exigência de uma transformação das estruturas do Estado e a mudança política se define como a condição do prosseguimento do processo já iniciado de desenvolvimento capitalista. Evidentemente, a situação não é de maneira alguma nova: a expansão do capitalismo monopolista colocou, em outros lugares — por exemplo, nas sociedades capitalistas européias conquistadas pelo fascismo —, o problema da transformação das estruturas do Estado. O que há de novo aqui é o caráter periférico do desenvolvimento monopolista brasileiro, assim como o modo particular de constituição do novo grupo dirigente capaz de agenciar o processo de transformação do aparelho de Estado. Quanto ao desenvolvimento monopolista brasileiro, certos autores caracterizaram-no através de expressões como “desenvolvimento exclusivo”, “desenvolvimento restrito” ou “desenvolvimento com consumo restrito”,⁹ colocando assim em evidência o caráter periférico — assimétrico, portanto, em relação ao desenvolvimento capitalista clássico — de tal processo. É útil assinalar desde logo os traços gerais do desenvolvimento monopolista periférico no Brasil: concentração extrema da renda nacional, separação consistente entre o produtor (a classe operária) e o consumidor (os proprietários do capital, certas camadas médias urbanas), importância crescente do investimento público enquanto instrumento de criação acelerada das “economias externas” indispensáveis aos in-

(9) Estas expressões foram consagradas por Maria da Conceição Tavares.

vestimentos privados. Ora, o reforço destas linhas gerais, esboçadas progressivamente desde 1956, exige a plena adequação dos instrumentos da política econômica de Estado às tarefas impostas pela expansão das grandes empresas monopolistas; e isso equivale concretamente a subtrair estes instrumentos ao controle político que gostariam de exercer sobre eles os grupos sociais desfavorecidos pelo desenvolvimento monopolista: não somente a classe operária, mas também a média burguesia industrial. Daí o encontro entre a lógica contra-revolucionária e a lógica da acumulação de capital: se, partindo de sua participação decisiva no movimento contra-revolucionário de 1964, o grupo militar assume em seguida o papel de novo grupo dirigente, é porque se mostra capaz, por suas características internas, de agenciar a transformação do aparelho de Estado em favor do prosseguimento do desenvolvimento monopolista. Neste nível de análise, a militarização do aparelho de Estado brasileiro se define objetivamente como a via pela qual se concretiza a passagem de uma situação de equilíbrio instável no seio do bloco dominante e de ausência de hegemonia à hegemonia política do grande capital monopolista. Mas tal hipótese coloca problemas concretos à análise política: quais foram os propósitos políticos dos oficiais superiores das forças armadas no momento do golpe de Estado de 1964, e após a queda do governo populista? Quais são as relações políticas do alto comando das forças armadas com o grande capital monopolista?

A reorganização da hegemonia no seio do bloco dominante implica sempre um alargamento temporário da autonomia relativa do aparelho de Estado em relação ao conjunto da classe dominante.¹⁰ No caso brasileiro, é a militarização que concede ao aparelho de Estado o grau de autonomia relativa necessária à desagregação do bloco populista e ao estabelecimento da hegemonia do grande capital. Mas é preciso voltar à história política para podermos determinar como as forças armadas assumiram concretamente o papel de agente da reorganização da hegemonia no seio do bloco dominante.

A intervenção militar de 1964 foi uma consequência imediata da radicalização do populismo, já que o perigo de quebra da ordem social e da hierarquia militar representava para as forças armadas a negação de sua função e a dilaceração de sua estrutura. Portanto, as forças armadas parecem ser tomadas, a exemplo do conjunto da classe dominante, por um “autoritarismo de crise”. Todavia, os propósitos políticos das forças armadas mostram-se em breve mais

(10) Ver, a esse propósito, Nicos Poulantzas, *op. cit.*, p. 343.

profundos que os da frente civil participante do movimento político-militar de 1964; além de destruir o populismo, seu objetivo será neutralizar o conjunto da "classe política", acusada de co-responsabilidade passiva pela radicalização do populismo. Em resumo, as forças armadas superam muito rapidamente a rejeição ao populismo e tendem à rejeição das próprias formas democráticas parlamentares.

A rigor, a crise final do populismo não fez senão reforçar este apolitismo antiparlamentar, criando condições políticas extremamente favoráveis à sua expressão. Portanto, as origens deste impulso de militarização encontram-se mais longe; é preciso procurá-las na subideologia militar tornada hegemônica no seio das forças armadas brasileiras durante a segunda guerra mundial. A doutrina dos "objetivos nacionais" afirmava a existência de aspirações nacionais suprapolíticas, cuja interpretação caberia primordialmente às forças armadas, enquanto encarnação viva da Nação. As forças armadas seriam então as guardiãs destes princípios suprapolíticos, cuja desobediência importaria, em nome da própria Nação, a intervenção militar no processo político. Assim, a reação das forças armadas contra a "classe política" e as formas democráticas parlamentares não constituiu uma atitude excepcional, fundamentalmente ditada por uma conjuntura de crise; ela encontrava bases sólidas na doutrina dos "objetivos nacionais", tornada hegemônica no seio das forças armadas desde a segunda guerra mundial. Esquematicamente, poder-se-ia dizer que, há muito tempo, as forças armadas brasileiras estavam ideologicamente preparadas para a militarização; mas foi a crise final do populismo, enquanto crise social e crise de hegemonia, que criou as condições históricas da militarização permanente do aparelho de Estado. Todavia, se estas observações podem explicar-nos o *fato* da militarização, não são, contudo, suficientes para fazer-nos compreender o *sentido* da militarização, ou seja, a orientação geral da política das forças armadas enquanto novo grupo dirigente. Voltamos à doutrina dos "objetivos nacionais", a fim de precisar seu contexto histórico e sua natureza.

No fim da segunda guerra mundial, a resolução das contradições interimperialistas e a ampliação/reforço do mundo socialista colocavam objetivamente as bases da concepção dos "blocos políticos"; as forças armadas da potência capitalista hegemônica — os Estados Unidos — tentarão transmiti-la a seus aliados da periferia capitalista. É neste contexto que nascerá a doutrina dos "objetivos nacionais": esta consagra a defesa do mundo capitalista ocidental — seu modo de vida, sua forma de organização econômico-social — como um valor supremo, cuja obediência é a con-

dição de sobrevivência do jogo político-institucional conduzido pelas forças civis. Estas observações esclarecem a orientação geral da política do novo grupo dirigente: uma política de desenvolvimento capitalista fundada na "indústria privada". Uma tal orientação explica a política governamental, executada sem interrupção desde 1964, de estímulo à expansão dos setores mais dinâmicos e mais avançados da economia — as grandes empresas monopolistas —, mesmo se esta política provoca obrigatoriamente, no contexto de um desenvolvimento capitalista, ao mesmo tempo monopolista e periférico, uma ampliação considerável do "setor público". No quadro deste "pragmatismo conservador",¹¹ as forças armadas podem mesmo fazer apelo à colaboração de equipes técnicas capazes de executar uma política econômica essencialmente voltada para a aceleração do processo de acumulação de capital. Certos autores¹² sugeriram a existência de uma "divisão do trabalho" no seio do grupo dirigente, caracterizando-o em consequência como uma "aliança tecnocrático-militar"; os "tecnocratas" governamentais seriam os verdadeiros responsáveis pela definição da política de desenvolvimento, enquanto que caberia ao grupo militar estabelecer as condições institucionais indispensáveis à sua execução. Na realidade, tal hipótese assume o risco de atribuir às equipes técnicas governamentais um poder de decisão do qual elas jamais dispuseram. Os "tecnocratas" foram antes os executores da política econômica de Estado, sendo responsáveis, enquanto tais, por todas as nuances técnicas da execução; todavia, sua ação técnica sempre esteve no interior de limites estabelecidos pelos princípios gerais de política de desenvolvimento, de que o grupo militar se definiu "a priori" como o guardião.¹³ De fato, são as forças armadas que — depois de terem destruído o populismo — coloca-

(11) A expressão pertence a Octávio Ianni. Ver, por exemplo, *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1971, p. 251.

(12) É o caso de Cândido Mendes. Ver "Sistema político e modelos de poder no Brasil", já citado, p. 16-24.

(13) Evidentemente, a identificação do "grupo militar" com a doutrina dos "objetivos nacionais" constitui uma simplificação. O Exército jamais foi um bloco monolítico e insensível aos conflitos ideológicos originários da sociedade. Todavia, mais que negar a existência de outras tendências ideológicas, quisemos sugerir a hegemonia, no seio do alto comando das forças armadas, da corrente representada pela Escola Superior de Guerra — ou "Sorbonne" —, cuja coesão ideológica foi um trunfo importante na luta pelo controle do Estado, depois da derrubada do populismo pelo *conjunto* das forças armadas.

ram as bases do que Fernando Henrique Cardoso chama “um Estado de desenvolvimento capitalista”.¹⁴

Entretanto, o controle do Estado capitalista brasileiro pelas forças armadas provoca ainda hesitações na caracterização da nova situação de hegemonia, na medida em que sua presença, enquanto grupo dirigente, impediria o exercício direto da hegemonia política pelo grande capital. Parece-nos que a nova hegemonia se exprime no seguinte fato: se a política de ordem — repressão às classes populares — conduzida pelo Estado brasileiro corresponde aos interesses do conjunto da classe dominante, sua política de desenvolvimento — política salarial, fiscal, creditícia — satisfaz particularmente os interesses gerais do capital monopolista. Além disso, esperar que o setor hegemônico assumia sempre diretamente a hegemonia equivaleria a atribuir ao Estado o estatuto de “comitê executivo” da classe dominante, isto é de organismo desprovido de autonomia relativa e de soberania. Na realidade, o setor hegemônico da classe dominante passa, mais freqüentemente, a exercer a hegemonia através de um novo grupo dirigente. Nas linhas precedentes, tentamos esboçar as condições — crise final do populismo, etapa histórica do desenvolvimento capitalista brasileiro, evolução ideológica das forças armadas — nas quais o grupo militar pode assumir, objetivamente, a representação da hegemonia política do grande capital no seio da classe dominante.

A segunda objeção a tal caracterização funda-se na origem internacional de uma parte considerável do setor monopolista; por este fato, ele seria incapaz de assumir *diretamente* a hegemonia e recuar, em consequência, para uma posição de defesa de seus interesses econômicos de curto prazo; além disso, a expansão contínua do “setor público nacional”, exigida pelo desenvolvimento monopolista periférico, colocaria as bases de uma contradição entre o “capitalismo de Estado nacional” — representado em última instância por uma “burguesia de Estado” de origem militar — e o capitalismo internacional.¹⁵ Sem querer subestimar as tensões ideológicas existentes no seio das forças armadas e a possibilidade de vagas de nacionalismo militar, pensamos, entretanto, que o “setor público” está, por suas funções e sua estrutura, plenamente integrado ao desenvolvimento monopolista, e que a empresa pública é menos *ponto de apoio* da controvérsia ideológica militar — o que indicaria a existência de uma contradição objetiva e atual entre o

(14) Ver Fernando Henrique Cardoso, *Notas sobre Estado e dependência*, Cadernos Cebrap, n.º 11, São Paulo, 1973, p. 23.

(15) Ver João Quartim, *op. cit.*, p. 857-860.

“setor público nacional” e o capitalismo internacional —, e bem mais seu *objeto de disputa*. Dito de outra maneira, o nacionalismo militar opõe-se ao capital monopolista em nome da empresa pública, sem, no entanto, controlá-la; e fazê-lo equivaleria não a infiltrar-se no “setor público nacional”, mas a mudar radicalmente suas funções e sua estrutura, o que suporia a crítica preliminar do próprio desenvolvimento capitalista brasileiro. No que concerne à incapacidade do setor monopolista, em razão de sua origem internacional, de assumir diretamente a hegemonia, notemos que a via da “associação” abriu ao capitalismo internacional a possibilidade de uma expressão autenticamente “nacional” de seus interesses econômicos e políticos a curto ou a longo prazo; e que todo o capital monopolista não é de origem internacional: uma parte considerável do capital bancário¹⁶ pertence ainda ao setor nacional privado, sem que por isso ela cesse de ser uma das beneficiárias da política de desenvolvimento conduzida depois de 1964 pelo Estado brasileiro.

Como os argumentos precedentes nos parecem ser suficientes para caracterizar a hegemonia política do capital monopolista, podemos agora lembrar fatos — sem por isto atribuir-lhes um grande valor explicativo — capazes de tornar menos metafórica a suposição de uma relação política entre o novo grupo dirigente e o grande capital: no que concerne ao grupo militar, citemos somente o índice considerável de transferência de pessoal do “setor público” para os setores monopolistas mais avançados; quanto à execução da política econômica de Estado, mencionemos a interpenetração das equipes técnicas governamentais e dos representantes dos grandes organismos financeiros privados no quadro do Conselho Monetário Nacional, do qual dependeram estreitamente, desde 1964, a política salarial e a política creditícia.

Até aqui tentamos caracterizar, em suas linhas gerais, a natureza de classe do Estado brasileiro pós 1964, assim como as novas

(16) Ao longo deste trabalho empregaremos indiferentemente os conceitos “grande capital” e “capital monopolista”, sem, no entanto, interrogarmos sobre as relações entre o “capital industrial” e o “capital bancário” no interior do “capital financeiro”. Assinalemos, entretanto, que estas relações estão ainda em movimento, daí a dificuldade de determinar um setor plenamente hegemônico; e que há novas tendências em desenvolvimento: por exemplo, o estímulo dado pelo Estado à “fusão” do grande capital industrial e do setor financeiro numa nova estrutura, o “conglomerado”. A este propósito, ver especialmente o ensaio de Maria da Conceição Tavares, “Natureza e contradições do desenvolvimento financeiro recente” in *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Zahar, Rio de Janeiro, 1972.

relações entre as classes populares e a classe dominante no quadro do sistema político. Voltemos, agora, à história social e política do período, a fim de determinar como se realizou a exclusão política das classes populares, como se consolidou a hegemonia política do grande capital, e que resistências sociais foram opostas a esse processo de consolidação.

A política do Estado autocrático e as classes sociais

A exclusão política das classes populares — e principalmente das massas urbanas — assume a forma concreta de repressão às organizações sindicais paralelas e aos partidos políticos de esquerda, responsáveis pela dinamização da estrutura sindical criada pelo Estado populista. Mas sublinhemos desde logo este ponto fundamental, já posto em evidência por Weffort:¹⁷ a repressão do sindicalismo populista não passa pela liquidação do sindicalismo de Estado; implica tão-somente a subtração ao sindicalismo brasileiro de sua “estrutura dualista”, através da eliminação das organizações capazes de conferir um certo dinamismo de classe à estrutura sindical oficial. De fato, os elementos fundamentais do sindicalismo de Estado — o imposto sindical, a exigência de reconhecimento formal das direções sindicais pelo Ministério do Trabalho — continuam intactos; em resumo, não é a estrutura do sindicalismo de Estado que muda, é seu sentido que se modifica em função da recomposição do bloco dominante. A superação do equilíbrio insustentável próprio ao bloco populista torna o novo bloco dominante impermeável às pressões populares; daí sua capacidade de restituir ao sindicalismo de Estado sua dimensão puramente corporativa, abalada pela radicalização do populismo. Em suma, a política repressiva do novo bloco dominante destrói o sindicalismo populista, e não o sindicalismo de Estado.

Sintomaticamente, antes de 1964, a crítica do sindicalismo de Estado era *sobreteúdo* — ainda que não exclusivamente — uma crítica de “direita”, originária de setores conservadores sequiosos da destruição das bases sócio-políticas do populismo; depois de 1964, a crítica será retomada à “esquerda” pelas organizações políticas sequiosas de subtrair a classe operária ao controle político exercido pelo Estado militar.

(17) Consultar *Contagem e Osasco*, já citado.

A exclusão política das classes populares implica a eliminação de seu direito à reivindicação; portanto, a expressão máxima da política repressiva do novo bloco dominante torna-se justamente a destruição das organizações paralelas e partidos políticos capazes de dar uma expressão concreta a este potencial reivindicativo. Os elementos desta política repressiva são bastante conhecidos: repressão direta das organizações paralelas e partidos políticos de esquerda; intervenção policial militar nos sindicatos, federações e confederações de trabalhadores; controle policial-político das eleições sindicais; interdição prática — oficialmente estabelecida pela lei 4.330 de 1/6/1964 — do direito de greve, aqui compreendida a greve pelo simples aumento de salários. Todavia, seria errado supor que os propósitos do conjunto da classe dominante com respeito às classes populares param aí. Na realidade, ela quer ir mais longe, seu verdadeiro propósito é a pulverização integral da política de integração popular que o populismo, enquanto estratégia de equilíbrio, lhe impôs. No campo, onde a incorporação das massas ao populismo estava apenas esboçada desde 1962, o Estado do Trabalhador Rural, ainda que não revogado, continuará letra morta. No mundo urbano, a “lei dos acordos salariais” (n.º 4.725 de 1965) retirará aos tribunais trabalhistas o poder de decidir livremente as negociações entre patrões e assalariados, conferindo ao governo federal, representado pelo Conselho Nacional de Política Salarial, o Conselho Nacional de Economia e o Conselho Monetário Nacional, o direito de fixar tetos salariais; e o direito dos trabalhadores à estabilidade na empresa em função do tempo de trabalho — um elemento central da legislação populista — será praticamente destruído pela criação, no início de 1967, do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço). A destruição da legislação populista representa, de fato, a retirada dos obstáculos legais colocados ao pleno desenvolvimento do poder sócio-econômico da empresa capitalista. A compressão salarial permitirá a elevação constante da taxa de exploração da força de trabalho, seja através da redução ou manutenção dos salários mínimos reais, seja através da concessão de aumentos de salários inferiores, em termos relativos, ao crescimento da produtividade do trabalho; a anulação do direito à estabilidade concederá maior mobilidade ao mercado urbano de trabalho: a plena circulação da força de trabalho não fará senão aumentar o poder da empresa sobre os assalariados e diminuir as possibilidades de reforço das atividades sindicais.

Sublinhemos desde logo que a política de exclusão das massas urbanas não correspondeu aos desejos de um setor dominante particular; foi, ao contrário, a expressão perfeita das aspirações

do conjunto da classe dominante. No tocante aos antigos grupos oligárquicos e agrário-exportadores, estes se voltaram muito rapidamente, no seu combate contra o populismo, para a destruição de sua base sócio-política: a integração das massas urbanas. Ora, a radicalização do movimento popular urbano, assim como a tentativa de extensão do populismo ao campo não farão senão reforçar este desejo. Todavia, mesmo o conjunto da burguesia industrial, ainda que favorecida de 1930 a 1964 pela política de industrialização do Estado brasileiro, sempre se opôs ao sindicalismo populista e à legislação do trabalho vanguardista. Em várias ocasiões, grupos industriais representativos seja do médio capital, seja do grande capital, queixaram-se das "limitações" impostas pelo "paternalismo de Estado" ao pleno desenvolvimento da "economia de mercado"; o desmantelamento dos mecanismos populistas de integração assumiu, portanto, para o conjunto da burguesia industrial, a dimensão de uma verdadeira conquista histórica. Desse modo, no plano do reforço dos instrumentos cotidianos da dominação de classe, as aspirações de todos os setores da classe dominante foram convergentes. Neste sentido, o movimento político-militar de 1964 preparou a instauração de novas relações políticas entre o bloco dominante e as classes populares; uma vez que o progresso da industrialização e a decadência das oligarquias rurais haviam tornado caduca toda política de equilíbrio, a transformação do sistema político populista num sistema político autocrático torna-se, para o bloco dominante, desejável e realizável.

Todavia, o acordo entre os diferentes setores da classe dominante não pode ir além da política com respeito às classes populares. Na realidade, seria errado acreditar que a política econômica de Estado correspondeu, desde 1964, às aspirações do conjunto da classe dominante; ao contrário, o Estado brasileiro define progressivamente uma política de desenvolvimento em última instância favorável ao grande capital monopolista. Dito de outro modo, desde 1964 a política econômica de Estado deixa cada vez mais de lado os interesses da grande propriedade fundiária, dos grupos agrário-exportadores e do médio capital industrial.

Começamos pelos grandes proprietários de terras e os grupos agrário-exportadores. A despeito de sua participação decisiva na mobilização das camadas médias tradicionais contra o populismo, e da aparência "arcaica" do movimento político-militar de 1964, eles não serão os maiores beneficiários da derrocada do Estado populista. Incapazes de aspirar à hegemonia política no seio de uma sociedade industrial já tomada pelo desenvolvimento monopolista, eles se concentrarão em posições defensivas e negativas,

concernentes à manutenção da ordem social no campo (estrutura da propriedade, relações de trabalho). Estas aspirações serão satisfeitas pelo Estado militar: os projetos de reforma agrária "distributiva" serão definitivamente afastados, o Estatuto do Trabalhador Rural permanecerá letra morta. Todavia, a influência dos proprietários de terras na formulação da política econômica do Estado militar será quase nula; mais que ser co-responsáveis na gestão da política de desenvolvimento, estes setores submeter-se-ão às decisões econômicas impostas pelo poder militar. Assim, o grupo dirigente coloca instrumentos de política fiscal e de crédito a serviço da capitalização da agricultura brasileira. O imposto sobre a terra, anteriormente de competência municipal — o que o colocava sob o controle dos proprietários locais — passa às mãos do governo federal, conferindo-lhe esta passagem uma função extrafiscal: a implementação da modernização, da inovação tecnológica, e do incremento da produtividade agrícola. A política de crédito incita o setor cafeeiro à intensificação da prática da erradicação, isto é, à reorientação das monoculturas. Em resumo, o Estado militar tenta acelerar a transformação capitalista do campo, harmonizando a agricultura brasileira com as necessidades do desenvolvimento monopolista. Inútil dizer que os antigos grupos oligárquicos e agrário-exportadores não têm co-responsabilidade na definição deste processo de modernização capitalista de agricultura; ou bem as pressões exercidas pela política econômica de Estado os obrigam a transformar-se, ou bem estes grupos tradicionais cedem lugar a setores monopolistas urbanos atraídos pelas possibilidades de "integração" monopolista ou de expansão da agroindústria.

A orientação geral da política econômica de Estado não será mais favorável à média burguesia industrial "tradicional".¹⁸ Se se tem em conta que a industrialização brasileira implicou grosso modo a coincidência dos pares "médio capital/grande capital" e "indústria leve/indústria pesada", ou antes, "consumo leve/con-

(18) Referimo-nos sobretudo às indústrias leves voltadas para a produção de bens essenciais. O desenvolvimento monopolista está em vias de criar uma nova média burguesia, cuja produção — de bens intermediários — é diretamente destinada às grandes empresas produtoras de bens de consumo duráveis ou de bens de produção. Na medida em que depende estreitamente da expansão do setor monopolista e dado ser uma beneficiária indireta da política econômica favorável a este setor, a nova média burguesia não pode constituir uma força política de oposição ao grupo dirigente e ao grande capital. Assim, é sobretudo a média burguesia tradicional que doravante tentaremos analisar.

sumo durável e bens de produção”,¹⁹ compreender-se-á que às dificuldades naturais do médio capital no quadro do desenvolvimento monopolista acrescentaram-se os problemas colocados à indústria leve pelo caráter periférico e restrito deste desenvolvimento. Assim, por exemplo, a política seletiva de crédito executada pelo Estado militar será em parte responsável pela crise permanente do setor; ao mesmo tempo em que permite e favorece — pela via dos *swaps* — o financiamento das atividades das grandes empresas pelas suas sedes internacionais ou por organismos financeiros externos, ela nega às médias empresas, em função de considerações de “produtividade” e de “racionalidade”, os créditos indispensáveis à sua sobrevivência. E, mais: se a política de compressão salarial provoca, ao nível de cada empresa média, a redução dos custos de produção e a elevação da taxa de lucro, determina ao mesmo tempo a diminuição do poder aquisitivo das baixas camadas operárias e assalariadas, e, em consequência, o retraimento do mercado de consumo aberto à produção de bens essenciais: tecidos, calçados, gêneros alimentícios, etc.

Na realidade, a política econômica de Estado orienta-se desde 1964 para a expansão dos setores mais dinâmicos e mais avançados da economia, ou seja, os setores monopolistas. Antes de tudo, a política de compressão salarial permitirá a intensificação direta da acumulação de capital nestes setores, através da ampliação do lucro retido, não distribuído pelas empresas monopolistas. E tocamos aqui num dos elementos fundamentais da etapa presente do desenvolvimento monopolista brasileiro: o aumento da exploração da força de trabalho industrial, favorecido pela política econômica de Estado, tornará possível a elevação permanente dos salários das cúpulas administrativas e técnicas das grandes empresas. Lembremos, além disso, o caráter fortemente regressivo — seja a nível dos impostos diretos, dos impostos indiretos, ou das relações entre eles — da política fiscal, assim como a política de financiamento do consumo de bens duráveis, posta em execução pelo Estado desde 1966. Compreender-se-á, então, que o conjunto da política econômica de Estado — política salarial, política fiscal, política creditícia, etc. — contribuiu objetivamente para intensificar a separação, já esboçada desde o início da etapa monopolista de desenvolvimento, entre o produtor e o consumidor, concedendo ao grande capital condições ótimas de expansão. Dito de outra forma, a política econômica de Estado assegurará, pela via do reforço da dis-

(19) A coincidência entre os dois pares mencionados, no quadro do desenvolvimento capitalista, é possível mas não obrigatória.

tribuição regressiva da renda nacional, um mercado de consumo relativamente estável para os setores monopolistas; ao fazê-lo, afastará a possibilidade de irrupção, pelo menos a médio prazo, de crises clássicas de “realização”.²⁰

O teor analítico e abstrato da caracterização precedente poderia nos fazer crer que a definição de uma política econômica de Estado clara e diretamente favorável aos interesses gerais do grande capital se concretiza sem tensão. Isso não é assim. O grupo dirigente não pode impor à sociedade a hegemonia política do grande capital sem fazer face à resistência oposta ao processo de militarização permanente do Estado brasileiro pelas forças políticas representativas da média burguesia.

O Ato Institucional n.º 1, de abril de 1964, marca o início do processo de militarização do aparelho de Estado brasileiro; todavia, a militarização corresponde ainda, no dia seguinte à queda do governo populista, às aspirações do conjunto da classe dominante, na medida em que ela se revela um instrumento eficaz de repressão às classes populares. A constituição de um governo militar, a ascendência real do “comando revolucionário” sobre o parlamento, a depuração dos legislativos ou o exercício de funções policiais e judiciárias pelos oficiais superiores das forças armadas aparecem então aos olhos dos setores dominantes como medidas ao mesmo tempo indispensáveis e excepcionais. Entretanto, já em 1965, o grupo dirigente tende a dar prosseguimento ao processo de militarização do aparelho de Estado. Em função de sua definição da política de desenvolvimento, a camada militar dirigente tenta agora adaptar as estruturas do Estado brasileiro à transformação monopolista da economia e, ao mesmo tempo, neutralizar a oposição dos setores burgueses já desfavorecidos pela nova política econômica; numa palavra, o grupo dirigente tende a acelerar o processo de centralização horizontal e vertical do Estado e,

(20) Não faremos aqui senão evocar temas já tratados pelos melhores representantes do pensamento econômico brasileiro. A compreensão detalhada dos mecanismos e fenômenos citados exigiria a leitura de textos como os de Maria da Conceição Tavares, “Além da estagnação” e “Natureza e contradições do desenvolvimento financeiro recente” in *Da substituição de importações, já citado*, assim como *Relações entre distribuição de renda, acumulação e padrão de desenvolvimento*, já citado; de Fernando Magalhães, *El perverso “milagro económico brasileiro”*, mimeo., Santiago, 1972; de Paul I. Singer, *O “milagre brasileiro”: causas e consequências*, Cadernos Cebrap, 6, Cebrap, São Paulo, 1972; de Francisco de Oliveira, “A economia brasileira: crítica à razão dualista”, já citado; de Rodolfo Hoffmann e João Carlos Duarte, “A distribuição de renda no Brasil”, in *Revista de Administração de Empresas*, n.º 12, abril-junho de 1972, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

ao fazê-lo, consolida progressivamente a hegemonia política do grande capital. O Ato Institucional n.º 2, de outubro de 1965, exprime o avanço do processo de centralização horizontal do Estado: a dissolução do sistema pluripartidário e a diminuição dos poderes do parlamento, em proveito do executivo, aumentam a capacidade do grupo dirigente de impor sua política de desenvolvimento e de neutralizar seus adversários no seio da classe dominante. E o processo de centralização vertical, já acelerado pelo estabelecimento, em outubro de 1965, do controle federal sobre os organismos regionais de segurança, encontra sua plena expressão no Ato Institucional n.º 3, de fevereiro de 1966: a eliminação do caráter direto das eleições para os executivos estaduais permite ao grupo dirigente impor seus candidatos aos legislativos estaduais regularmente assediados pelo poder central.

Portanto, a militarização permanente mostra-se um fator, em operação contínua, da centralização horizontal e vertical do aparelho de Estado; e este processo se faz objetivamente em proveito da hegemonia política do grande capital. Daí o fato — após a primeira fase de militarização (1964), indispensável à repressão das classes populares — de a média burguesia ter empunhado a bandeira da democracia parlamentar contra o “Estado ditatorial”. Entretanto, esta atitude não poderia ser identificada como uma tentativa de restauração do populismo; a média burguesia jamais incorporou, desde 1964, a defesa da integração política da classe operária a seus propósitos democráticos. Ao contrário, continuou a encará-la como um perigo. É verdade que a oposição democrática conduzida pela média burguesia se exprimirá frequentemente através da “classe política” rejeitada pelo novo grupo dirigente e, em particular, através da “classe política” populista; todavia, em lugar de vislumbrar aqui o esboço de um retorno ao populismo é preciso compreender que mesmo os maiores líderes populistas não poderiam reconstituir, no novo contexto, seus desempenhos e suas políticas anteriores a 1964. A rigor, se a oposição burguesa defende a restauração da democracia parlamentar é porque ela quer reconstituir seus grupos de pressão no interior do parlamento e junto aos ministérios e agências públicas, a fim de poder influenciar a tomada de decisões concernentes à política econômica de Estado. Estes temas reaparecerão mais tarde, no seio da média burguesia, sob a forma de defesa do “Estado de Direito” e de uma política de “redistribuição da renda”.

O Ato Institucional n.º 5, de dezembro de 1968, indica uma nova aceleração do processo de militarização, cujas consequências jurídicas e ideológicas tendem a ser melhor aceitas — mas não sem hesitação — pelo grupo dirigente. A este propósito distingua-

mos, no plano analítico, duas dimensões da militarização. Antes de tudo, o ritmo da militarização real do aparelho de Estado brasileiro constituiu uma função das relações de força no seio da classe dominante; dito de outra forma, sua rapidez ocorreu em função do grau de resistência oposta pela média burguesia aos representantes do desenvolvimento monopolista. Em segundo lugar, o ritmo de transformação do regime constitucional formal foi mais lento que o da transformação do sistema político e do aparelho de Estado. Queremos dizer com isto que as práticas democráticas parlamentares foram muito mais atingidas pela militarização que as formas constitucionais democráticas; em 1965, o parlamento e o poder judiciário são instituições sitiadas e o executivo é plenamente controlado pelas forças armadas, mas o regime constitucional continua liberal-democrático. E mesmo a Constituição Nacional de 1967, a despeito de seu teor autocrático, não encontra os equivalentes ideológicos e jurídicos das práticas políticas e administrativas do novo grupo dirigente. De fato, não é somente a resistência de certos setores dominantes e médios que torna o grupo dirigente incapaz de executar no plano ideológico e jurídico as transformações já operadas ao nível das estruturas do Estado. A desagregação do populismo traz a tensão ideológica para o interior mesmo do setor hegemônico das forças armadas. Semelhante tensão refere-se essencialmente à dificuldade prática — num contexto de desenvolvimento monopolista periférico e de destruição do populismo — de conciliar a busca do “modo de vida” capitalista ocidental (organização econômica, instituições sociais) com uma tentativa concreta de instauração, no plano político, do “modelo democrático norte-americano”. Com certeza, o Estado capitalista americano e suas forças armadas jamais hesitaram em contribuir diretamente para o reforço e mesmo para a instalação de sistemas políticos autocráticos na periferia capitalista. Mas jamais se dispuseram a isso com o sacrifício da hegemonia ideológica do liberalismo democrático; daí a justificação de suas práticas internacionais autoritárias — e das de seus adeptos locais — como práticas “excepcionais”, suscitadas por “conjunturas de crise”. Pode-se então compreender que a militarização permanente do aparelho de Estado brasileiro tenha provocado nos setores hegemônicos das forças armadas — adeptos do “modo de vida ocidental” — uma tensão entre duas atitudes ideológicas centrais: de um lado, a intenção de preservar os dois designativos, “capitalismo” e “democracia”, do “modelo ocidental” e, portanto, de fazer regredir o processo de militarização; de outro, a constatação pragmática do caráter necessário da militarização permanente e a intenção de adaptar as formas constitucionais a esta nova realidade política. Ora,

o caráter objetivamente autoritário da prática política do grupo dirigente não faz senão reforçar essa tensão ideológica; e as hesitações políticas que daí decorrem são em parte²¹ responsáveis pelo atraso das instituições jurídicas e do regime constitucional em relação às estruturas e práticas reais do Estado militar. A tensão ideológica interna das forças armadas aparece claramente já em 1965, por ocasião da imposição do Ato Institucional n.º 2; atinge, no entanto, seu ápice — como veremos em detalhe a seguir —, por volta de 1967-1968. A partir de 1969 — após o Ato Institucional n.º 5, de dezembro de 1968 —, o regime tende gradativamente a esclarecer-se. É verdade que o sistema bipartidário e o parlamento, se bem que apenas com função ideológica, continuam a existir. Todavia, mais que a mudança imediata das formas constitucionais, é o início da ofensiva do grupo dirigente contra a ideologia liberal-democrática que indica a possibilidade de adaptação do regime constitucional às novas estruturas do sistema político e do Estado. Lembremos antes de tudo que o ano de 1969 marca, no plano internacional, uma virada ideológica: através do Relatório Rockefeller sobre a América Latina, os representantes políticos e militares do grande capital norte-americano admitem claramente, pela primeira vez, as dificuldades de funcionamento permanente de regimes plenamente democráticos na periferia capitalista. É neste contexto de crise da ideologia liberal-democrática que o grupo dirigente brasileiro passa, desde 1969, a se referir a "... um novo passo em nossa evolução democrática, que, embora ainda não esteja perfeitamente definido, já se sabe haver sepultado um liberalismo político incompatível com as violentas mudanças das estruturas sócio-econômicas".²² Evidentemente, o processo de evolução do regime constitucional ainda está aberto; e, mesmo se o grupo dirigente tende cada vez mais a abandonar ideologicamente a "democracia liberal" pela "democracia social", não podemos absolutamente garantir a irreversibilidade de tal tendência. Mas as observações precedentes podem ajudar-nos a sublinhar um ponto fundamental: a redemocratização das formas constitucionais não deve ser necessariamente interpretada como o início de uma restauração real da democracia parlamentar em proveito da expressão po-

(21) Dizemos "em parte" porque estas tensões internas são elas mesmas agravadas pela intensificação, em conjunturas determinadas, da resistência oposta à militarização permanente do aparelho de Estado por certos setores dominantes. Por exemplo, a conjuntura de 1967-1968.

(22) Ver o discurso do chefe do executivo federal (março de 1970), reproduzido por Octávio Ianni, *Estado e planejamento econômico no Brasil*, já citado, p. 246.

lítica dos interesses da média burguesia. Se se toma em conta que a destruição da influência ideológica do liberalismo não faz senão começar, pode-se supor em princípio o renascimento no seio do setor hegemônico das forças armadas — seja em razão da crise social profunda, seja em razão da flexibilidade restrita das relações entre o grupo dirigente e o setor hegemônico — da tensão ideológica que o divide desde 1964. Em resumo, seria perigoso atribuir a cada movimento superestrutural, especialmente numa conjuntura de crise ideológica, a qualidade de reflexo de uma tensão social profunda, seja ao nível da luta de classes, seja ao nível do conjunto da classe dominante; tal seria o melhor caminho para o desconhecimento da especificidade de certos problemas ideológicos e políticos suscitados pelo desenvolvimento monopolista brasileiro.²³

Tentamos, portanto, caracterizar o teor autocrático e antipopular do novo sistema político, assim como a hegemonia política do grande capital monopolista, através da mediação da camada militar dirigente, no seio do bloco dominante. E é a este nível de análise que vários autores foram tentados a empreender uma aproximação entre o Estado brasileiro pós-1964 e o fascismo, se bem que acrescentando-lhe certos qualificativos como "colonial", "dependente", etc..

Tentemos agora deslocar a perspectiva de análise, e avaliar a conveniência da aproximação entre a história brasileira e o fascismo através do estudo morfológico do Estado e do sistema político pós-1964. A utilidade de tal procedimento não é remota, visto que nos mergulha no tema central deste capítulo: as relações entre o Estado militar e as camadas médias urbanas.

O Estado autocrático: um Estado fascista?

É inútil lembrar aqui o caráter mobilizador do fascismo europeu; o partido fascista, por suas características orgânicas — ideologia nacionalista, ação política e militar antiproletária — mostrou-

(23) Aqui endossamos uma das preocupações fundamentais de Gramsci: a distinção entre os fenômenos superestruturais "orgânicos" e aqueles — conjunturais, acidentais, arbitrários — desprovidos de laços "orgânicos" com as infra-estruturas. A este propósito, consultar Hugues Portelli, *op. cit.*, p. 53-56.

se capaz de mobilizar a pequena burguesia para a conquista do Estado capitalista e a execução de uma política nacional e internacional de expansão do grande capital. Esta dimensão mobilizadora, típica da primeira fase do fascismo no poder, pode ser reduzida a certos elementos centrais: o partido único duplamente representativo — seja no plano ideológico, seja no plano organizacional — do conjunto da pequena burguesia; a ideologia nacionalista e pequeno-burguesa; a ação antiproletária; o controle do aparelho de Estado — aí compreendido o aparelho militar — pelo partido fascista e seus ramos policiais.²⁴ Sublinhemos, todavia, que as bases da mobilização pequeno-burguesa foram colocadas antes da tomada do poder pelo movimento fascista, ao longo da etapa de luta contra as organizações sindicais e políticas da classe operária. A tentativa de aproximação entre o fascismo europeu e o Estado militar brasileiro implica, portanto, que se tome em consideração o processo de mobilização antipopular prévio ao movimento político-militar de 1964, com vistas a avaliar as possibilidades de cristalização, imediatamente após a tomada do poder, de um sistema político mobilizador.

Já sublinhemos a natureza da “contramobilização” de 1964: um processo de recrutamento político, pelos representantes corporativos e políticos da grande propriedade fundiária (associações rurais, UDN), dos setores mais “arcaicos”, das camadas médias urbanas: as camadas médias tradicionais. Mas este processo de mobilização antipopular dificilmente poderia desembocar na gestão, antes do golpe de Estado, do partido autoritário de base pequeno-burguesa. Esta impossibilidade tem relação com a base ideológica da contramobilização: o “autoritarismo de crise”, sendo insuficiente a justificação da intervenção militar para desembaraçar as camadas médias tradicionais de seu liberalismo habitual. Quanto às novas camadas médias, seu estado de gestação não favorecia uma participação autônoma, claramente definida no plano ideológico e político, no movimento político-militar de 1964; isto explica o fato de sua presença embrionária ter sido escondida pelo aspecto “arcaico” das manifestações antipopulistas da “massa” média. Quanto às baixas camadas médias, é suficiente lembrar que elas estavam demasiado identificadas com o populismo para serem engajadas no processo de contramobilização.

(24) Para uma caracterização do fascismo, consultar Nicos Poulantzas, *Fascisme et dictature*, já citado, assim como Robert Paris, *Les origines du fascisme*, Flammarion, col. *Questions d'histoire*, Paris, 1968.

Assim, o Estado militar se instala sem definir nenhuma “massa” de apoio; na realidade, a “massa” média mobilizada contra o populismo — camadas médias tradicionais — não estava ideologicamente preparada para conceder seu apoio a uma política autoritária de desenvolvimento. Todavia, as dificuldades de cristalização de um sistema político mobilizador não se atêm somente às particularidades de evolução e de transformação das camadas médias urbanas no quadro de uma sociedade capitalista periférica já penetrada pelo capitalismo monopolista. Mais precisamente, estas dificuldades estão afetadas ao caráter antipopulista do movimento político-militar de 1964; se o sistema político populista chegou ao mais alto grau de mobilização popular, seria inevitável que o novo sistema político, enquanto negação do populismo, se definisse desde logo como um sistema essencialmente *desmobilizador*. A este nível, a desmobilização política mostrou-se um imperativo tático formulado em função da própria natureza do populismo. Mas se a desmobilização foi geral e radical, este fato também se deve ao caráter militar do novo grupo dirigente; e sua ideologia do “apolitismo” confere um impulso suplementar à própria intenção de destruição das bases sócio-políticas do populismo.

É, portanto, o caráter não-mobilizador do novo sistema político, assim como a ausência de um partido único de caráter “pequeno-burguês” e de uma ideologia de Estado coerente, que levaram certos analistas a atribuir ao Estado militar o estatuto de “Estado autoritário” e não o de “Estado totalitário”.²⁵ Tal caracterização parece ser, no plano morfológico, bastante justa; ela goza, aliás, de unanimidade inequívoca no seio do pensamento crítico brasileiro. Todavia, esta constatação abre um novo problema à pesquisa: se o Estado militar é autoritário, e se o novo sistema político é desmobilizador, quais são as relações existentes, desde 1964, entre o Estado brasileiro e as camadas médias urbanas? A resolução do problema ganha mais importância na medida em que a maioria dos autores reconhecem a “classe média” — ou “certos setores” deste grupo — como os grandes beneficiários, ainda que secundários, da política autoritária de desenvolvimento capitalista. É preciso sobretudo orientar a reflexão no sentido de superar fórmulas como as que atribuem à “classe média”, ao mesmo tempo politicamente desmobilizada e economicamente favorecida, uma “apatia complacente”, ou então uma “adesão passiva”, a facilidade destas soluções teóricas indica uma tendência para a

(25) Ver Fernando Henrique Cardoso, *O modelo político brasileiro*, já citado, p. 79-82.

submissão sem luta à dificuldade de caracterizar concretamente a prática política de grupos secundários, cujas orientações políticas permanecem muito freqüentemente num estágio potencial ou semi-potencial. É preciso, portanto, tentar extrapolar tais soluções, aproveitando nossas reflexões anteriores sobre a diversidade sócio-econômica da “classe média” brasileira, bem como sobre a variedade de suas orientações políticas.

O Estado autocrático e as camadas médias tradicionais

Começemos por interrogar-nos sobre as possíveis relações entre o Estado autocrático-militar e as camadas médias tradicionais. Estas participaram ativamente do movimento político-militar de 1964; a intervenção militar apareceu-lhes como o instrumento mais eficaz de destruição da “democracia de massas”. Assim, as camadas médias tradicionais, desejando a militarização transitória, contribuíram objetivamente para a militarização permanente do aparelho de Estado. Entretanto, seria um erro atribuir-lhes uma orientação política “autoritária” e admitir, conseqüentemente, sua “adesão” à política autoritária de desenvolvimento. A análise do processo de mobilização antipopulista levou-nos a caracterizar seu apelo à intervenção militar como a manifestação de um “autoritarismo de crise”. Ora, o “autoritarismo de crise” está longe de consistir a negação de sua orientação política habitual: o liberalismo oligárquico; na realidade, não faz senão confirmá-la. É verdade que a grande propriedade fundiária comanda o processo de mobilização das camadas médias tradicionais contra o populismo; e que, para os grandes proprietários de terras, o liberalismo não é doravante senão uma caricatura do passado, um instrumento de manipulação cívica das camadas médias tradicionais. A industrialização levou-os a recuar para uma posição puramente defensiva; em 1964, seus propósitos políticos não ultrapassam o desejo de manutenção da ordem social no campo, tendo a ausência de ambição hegemônica reduzido o alcance ideológico de seu liberalismo habitual. Mas é a este nível que podemos avaliar a especificidade das camadas médias tradicionais em relação às antigas oligarquias, assim como o risco de caracterizar a “fusão” integral — no plano ideológico e político — deste grupo secundário na antiga classe dominante agrária. Dito de outro modo, o desejo de recomposição de práticas políticas capazes de impor-se como símbolos de prestígio social tor-

na as camadas médias tradicionais, em 1964, menos realistas que os grandes proprietários de terras: se estes querem primordialmente a manutenção da ordem social, aquelas aspiram à reconstrução de uma democracia parlamentar “pura”, isto é, um sistema caracterizado pela hegemonia dos partidos liberais clássicos — dos quais a UDN continua a ser o modelo — e também pelo domínio absoluto do “mérito” — representado pelos profissionais liberais: advogados, médicos, engenheiros — sobre atividades legislativas e no parlamento. Alguns dias depois da queda do governo populista, a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), seção São Paulo, quer assegurar-se de que a constituição de um governo militar não implicará o desconhecimento da Constituição ou a negação da “divisão dos poderes”,²⁶ e reivindica ao novo grupo dirigente o respeito às regras democráticas. Tal manifestação exprime a atitude do conjunto das camadas médias tradicionais com respeito à militarização; superada a crise, o “autoritarismo” cede lugar ao liberalismo tradicional.

As aspirações liberais das camadas médias tradicionais não serão satisfeitas pelo novo grupo dirigente; a militarização progressiva do aparelho de Estado, ao mesmo tempo em que se dedica à destruição da “democracia plebiscitária”, encaminha-se muito rápido para a dissolução das formas democráticas parlamentares em geral. As camadas médias tradicionais esperavam a depuração do sistema partidário através da eliminação da “classe política” populista; o Ato Institucional n.º 2, de outubro de 1965, fará mais que isso: porá fim à própria estrutura partidária. A rigor, as camadas médias tradicionais queriam a retração do jogo político-partidário a fim de que este jogo assumisse um caráter exemplar: os adversários populistas seriam eliminados, os partidos liberais clássicos — como a UDN de São Paulo e Rio de Janeiro, ou o PR (Partido Republicano) do Rio Grande do Sul — seriam reforçados, e seus novos parceiros poderiam ser diferentes no plano ideológico mas necessariamente equivalentes no plano dos métodos políticos, da organização e das formas de recrutamento. Entretanto, o novo grupo dirigente não se limitará à “depuração”; decretará também a extinção, mediante a criação de uma estrutura bi-partidária artificial e “de cobertura”, do jogo político-partidário. Evidentemente, seria errado atribuir ao sistema partidário do período populista uma importância excessiva; o verdadeiro confronto de interesses políticos se concretizava antes ao nível dos grupos de pressão da classe dominante, da burocracia de Estado, das forças

(26) Ver o manifesto da OAB em *O Estado de S. Paulo* de 3 de abril de 1964, p. 6.

armadas, dos sindicatos. Todavia, o jogo político-partidário sempre agiu junto às camadas médias tradicionais como um símbolo poderoso, ou como uma expressão sintética de suas aspirações liberal-oligárquicas. A presença política de um partido liberal-oligárquico como a UDN parecia garantir, a seus olhos, que o jogo político-partidário poderia ser um dia desembaraçado dos resíduos populistas e engajar-se exclusivamente entre várias UDNs; caso isso ocorresse, o jogo político teria finalmente afastado as "massas" e seria doravante reservado às "elites" — aos grupos cultural e politicamente capazes de concretizar os princípios da liberal-democracia. Não é, portanto, surpreendente que a extinção da estrutura partidária, através do Ato Institucional n.º 2, tenha assestado um grande golpe contra as aspirações políticas das camadas médias tradicionais.

Assim, a militarização continua do aparelho de Estado retira progressivamente às camadas médias tradicionais a esperança de instauração de uma liberal-democracia de elite; daí sua resistência persistente ao autoritarismo do Estado militar. Esta oposição ao "Estado ditatorial" será expressa mais freqüentemente através das manifestações das associações de profissionais liberais, especialmente os advogados e sua OAB; sua condenação volta-se notadamente para o aspecto desumano da repressão; a violação das garantias e direitos fundamentais — por exemplo, o *habeas corpus* suspenso pelo Ato Institucional n.º 5, de dezembro de 1968 —, e a destruição das formas democráticas parlamentares: controle do parlamento pelo grupo dirigente, extinção da "divisão dos poderes", etc. Todavia, uma conjuntura política mais complexa — a dos anos 1967-68, como veremos a seguir — permitirá a gestação de manifestações mais maciças, diretas ou abertas contra o "Estado ditatorial"; aos protestos das associações de profissionais liberais juntar-se-ão as manifestações públicas do "movimento feminino", que retorna assim — e desta vez para protestar contra a militarização do Estado brasileiro — às ruas das grandes capitais.

Todavia, examinando o conjunto desses protestos, temos a impressão de assistir às últimas manifestações políticas do liberalismo oligárquico. Tal impressão não é casual ou arbitrária. Sublinhemos antes de tudo que o declínio irreversível da grande propriedade fundiária priva as camadas médias tradicionais de sua função política habitual; a de manterem-se aliadas aos antigos grupos oligárquicos em suas tentativas de reconquista da hegemonia política. Despidas do apoio ideológico e organizacional da classe dominante agrária, as camadas médias tradicionais tornar-se-ão, a partir de 1964, cada vez mais isoladas e frágeis, e suas manifestações trarão marcas crescentes de ilusão política.

Além disso, a política repressiva do Estado militar torna impraticáveis as manifestações políticas tradicionais; o reforço dos aparelhos repressivos, além de aumentar a eficácia do controle das classes populares, cria um clima geral de coerção bastante favorável à intimidação de outros setores sociais resistentes à política autoritária do grupo dirigente. No que concerne às camadas médias tradicionais, a política de intimidação não recai apenas sobre seus setores mais ativos — por exemplo, a OAB e sua combatividade liberal — mas exprime-se também através do controle policial-militar da universidade, antigo foco do liberalismo tradicional. Impedindo o liberalismo de expressar-se livremente, a repressão contesta concretamente a eficácia de suas armas de combate; igualmente ao nível dos métodos políticos, o liberalismo mostra cada vez mais ser uma ilusão.

Observemos finalmente que o desenvolvimento monopolista e suas transformações atingem os setores profissionais cobertos pela expressão "camadas médias tradicionais". Referimo-nos especialmente ao processo de desintegração progressiva das profissões liberais, e de integração de advogados, médicos, engenheiros, arquitetos ou economistas às grandes empresas de serviços pessoais, industriais, comerciais ou financeiros. Esta mudança em sua "situação de trabalho", operada em função do desenvolvimento monopolista, desloca politicamente um setor bastante vasto das antigas camadas médias tradicionais; o liberalismo tradicional progressivamente cederá lugar às formas ideológicas engendradas pelo contato com a "racionalidade" autoritária da empresa, pública ou privada. Mas esta tendência já faz parte do processo de expansão das novas camadas médias. Podemos perceber, portanto, que os processos de liquidação econômica e política das camadas médias tradicionais são de fato as duas faces de um só fenômeno: o desenvolvimento monopolista do capitalismo industrial brasileiro.

Todavia, admitir o declínio econômico assim como a importância política das camadas médias tradicionais não equivale a aceitar a possibilidade de "corrupção" destes grupos pelos benefícios do desenvolvimento monopolista. Como se sabe, a tese de que a "classe média" brasileira teria aceito o autoritarismo do Estado militar como o preço da melhoria do seu nível de vida e de consumo foi imposta sem luta no seio do pensamento crítico brasileiro. Alguns a admitem implicitamente; outros, como Ruy Mauro Marini,²⁷ formularam uma verdadeira teoria de "corrupção" da

(27) Consultar Ruy Mauro Marini, *Sous-développement et révolution en Amérique Latine*. Maspéro, Paris, 1972, p. 167-172.

“classe média” pelo consumo. Deixemos de lado a falta de precisão destas hipóteses, que se referem mais freqüentemente à “classe média” em geral, sem tentar identificar as tendências ideológicas e políticas próprias às diferentes camadas médias,²⁸ concentremo-nos, ao menos por agora, no economicismo da hipótese quando esta tenta explicar a orientação política das camadas médias tradicionais. É certo que as camadas médias tradicionais — alta burocracia do Estado, profissionais liberais — não se alinham entre as maiores vítimas econômicas da política autoritária de desenvolvimento. Entretanto, este fato não basta para caracterizar sua “apatia complacente” ou sua “adesão passiva” ao Estado militar. A rigor, a hipótese em questão atribui à consciência média o mais alto grau de funcionalidade e de equilíbrio interno. Todavia, no que concerne às camadas médias tradicionais, o desenvolvimento monopolista suscita a tendência exatamente contrária, isto é, a par-tilha da consciência entre a condenação da “política” e a aprovação da “economia”. De fato, encontramos diante de um caso de “consciência liberal dilacerada”, em que a aceitação — implícita ou explícita — da política econômica de Estado coexiste com a condenação das práticas autoritárias do grupo dirigente e de transformação ditatorial do regime político. A partir de 1964, o jornal *O Estado de S. Paulo* torna-se o porta-voz mais expressivo dessa tensão em gestação no seio da consciência liberal. Contudo, suas possibilidades de expressão diminuem progressivamente, em função das dificuldades já mencionadas; dá a aparente “corrupção” das camadas médias tradicionais pelo desenvolvimento monopolista. Mas a liquidação econômica e a repressão política das camadas médias tradicionais mostram-se insuficientes para levar seus resíduos à adesão, ativa ou passiva, ao Estado autoritário-militar; encontramos um indício disso na irrupção liberal-democrática de 1967-68. Na realidade, as camadas médias tradicionais, se bem que em processo de desaparecimento, permanecem fiéis a seu liberalismo de elite e antipopular, mesmo se conjunturas excepcionais, em que se agrava a ameaça de proletarianização, as levam a fazer apelo a um “autoritarismo de crise”. A 13 de dezembro de 1972, o presidente da OAB, seção Guanabara, ao criticar o Ato Institucional n.º 5 e a supressão do *habeas*

(28) Uma variante desta atitude consiste em estabelecer um corte puramente econômico entre os setores favorecidos pelo desenvolvimento e os setores marginalizados pelo desenvolvimento; tal atitude não faz sentido não confirmar a teoria da “corrupção”, tentando, contudo, precisar mais fundo seu campo de aplicação.

corpus exprime ainda uma vez a coexistência permanente destas duas tendências:

“Estas medidas se justificavam no período revolucionário de 1964, mas hoje elas representam o suicídio da democracia brasileira.” (*Documentos*, mimeo., Paris, agosto de 1973, p. 27)

Observemos, todavia, que a hipótese da “corrupção” da “classe média” pelo consumo se esboçou em função da análise do desenvolvimento monopolista brasileiro, entendida pelo pensamento econômico de orientação crítica. Ora, seria inútil procurar nesse tipo de análise a referência ao conjunto da “classe média” como a beneficiária do desenvolvimento monopolista; de fato, todos os autores pertencentes a essa corrente crítica reconhecem que foi antes às novas camadas médias — ou os “setores modernos” do “terciário urbano” — que tocaram os frutos da política autoritária de desenvolvimento. Portanto, é preciso avaliar as possibilidades de aplicação da hipótese da “corrupção” a este setor preciso das camadas médias urbanas: as novas camadas médias.

O Estado autocrático e as novas camadas médias

É sabido que a política de desenvolvimento conduzida pelo Estado militar desde 1964, contribuiu, de maneira direta ou indireta,²⁹ à melhoria considerável do poder aquisitivo de um vasto setor profissional da grande empresa privada ou pública —

(29) Certos autores enfatizam o aspecto indireto desta contribuição, isto é, a responsabilidade da intensificação da acumulação do capital, de resto estimulada pela política autoritária de desenvolvimento, na “redistribuição limitada” operada no seio da grande empresa; este nos parece ser o caso de autores como Francisco de Oliveira, ou Hoffman e Duarte. Outros autores voltam-se, ao contrário, para os aspectos mais diretos de tal contribuição, e chegam mesmo a caracterizar a existência de uma política deliberada de expansão das novas camadas médias, encarada como a condição de estabilidade, a curto prazo, do desenvolvimento monopolista brasileiro; é a orientação de autores como Maria da Conceição Tavares e José Serra. A este propósito, consultar o conjunto dos ensaios anteriormente citados.

os gerentes, os funcionários, os técnicos, os engenheiros, os economistas, etc. —, aqui coberto pela expressão “novas camadas médias”. No plano mais geral, a política governamental de compressão dos salários da classe operária e das baixas camadas assalariadas, ao alargar o lucro retido pela grande empresa, permitiu o aumento considerável dos salários de sua cúpula técnica e administrativa.³⁰ Dito de outra forma, a política governamental de estímulo à acumulação de capital, agravando a concentração da renda, automaticamente reforçou seus mecanismos de distribuição regressiva. Mas, igualmente num plano mais específico, a política econômica do Estado militar favoreceu a consolidação e expansão do poder aquisitivo das novas camadas médias. A política fiscal não fez senão confirmar e agravar a distribuição regressiva da renda, impondo tributos proporcionalmente mais elevados — seja ao nível dos impostos diretos, seja ao nível dos impostos indiretos — às baixas camadas assalariadas e orientando-se, portanto, por uma intenção de “seletividade inversa”.³¹ A política de crédito volta-se desde 1966 para a expansão do nível de consumo dos setores assalariados integrados ao “mercado moderno”, através do financiamento da compra de bens de consumo duráveis (carros, aparelhos de televisão, eletrodomésticos, etc.). Em resumo, o conjunto da política econômica do Estado contribuiu para alargar sensivelmente o poder aquisitivo dos “setores modernos” do “terciário urbano”; através desta via, o grupo dirigente complementou o processo, já esboçado desde o início do desenvolvimento monopolista, de separação entre o produtor e o consumidor, e criou um mercado de consumo urbano adequado aos imperativos de expansão dos setores monopolistas mais dinâmicos. A hipótese da “corrupção” supõe, portanto, que a melhoria do nível de consumo foi a compensação, comodamente aceita pelos “setores modernos” do “terciário”, por sua exclusão política; isto é, através

(30) Tornamos a abordar um assunto polémico. Autores como Francisco de Oliveira atribuem aos imperativos do desenvolvimento monopolista — a ampliação necessária do “terciário urbano” — a intensificação da demanda de força de trabalho “não-manual” mais qualificada, o aumento do salário das cúpulas técnicas e administrativas das grandes empresas. Outros autores, como Maria da Conceição Tavares, preferem afastar os problemas de oferta e procura de força de trabalho “não-manual” e realocar a “redistribuição limitada” com problemas internos de gestão das grandes empresas, inclusive a proximidade destes setores de seus centros de decisão econômica.

(31) Sobre o sistema tributário brasileiro, ver especialmente Eros Roberto Grau, *O sistema tributário nacional: descrição conceitual e análise crítica*, mimeo., Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 1973.

da anulação pelo Estado militar de suas possibilidades de influenciar o processo de tomada de decisões. A aceitação implícita ou explícita da hipótese da “corrupção” pelo pensamento sociológico brasileiro não deve, no entanto, espantá-los; ela constitui apenas uma nova manifestação das hipóteses habituais concernentes à “troca direta de serviços” entre o Estado e as camadas médias urbanas: um “serviço econômico” por um “serviço político”. Este economicismo excessivo já se encontra na concepção do “Estado cartorial”: a distribuição de empregos públicos às camadas médias urbanas constituiria o preço de seu apoio ao “Estado de compromisso”. Todavia, o “economicismo” não pode ser superado senão através do retorno à “economia”; isto é, à análise da “situação de trabalho” das novas camadas médias e das disposições ideológicas que lhe são específicas. A observação da “situação de trabalho” destes grupos, em toda sua complexidade, sugere que o consumo, ao invés de determinar a aceitação do autoritarismo do Estado militar, apenas reforça disposições políticas autoritárias engendradas no seio da própria grande empresa. Se estes setores profissionais exercem, em nome da racionalidade e da eficácia, autoridade sobre outras camadas “manuais” e “não-manuais” de trabalhadores, não é ilógico admitir que o autoritarismo do Estado militar lhes apareça como a imagem engrandecida de suas práticas cotidianas; do mesmo modo que no seio de grande empresa o poder do “saber” e da “competência” é absolutamente indispensável à obtenção de um grau máximo de rentabilidade, o exercício da autoridade de Estado sobre o “povo” mostra-se necessário à execução de uma política “racional” de desenvolvimento. Pode-se compreender, portanto, o caráter antipopular de tal concepção, assim como a distância que separa os cultos autoritário e populista do Estado.

O desconhecimento do autoritarismo das novas camadas médias levou certos autores a caracterizar dois subconjuntos ideológicos distintos no seio do novo grupo dirigente: Cândido Mendes,³² por exemplo, examinando a nova “elite do poder”, atribuiu ao grupo militar as práticas autoritárias, e aos “tecnocratas” o desejo de “racionalidade”; neste caso, os militares se encarregaram de criar as condições político-institucionais da execução de uma política “racional” de desenvolvimento, definida pelos “tecnocratas”. Mas a “racionalidade” e o autoritarismo não constituem dois fenômenos distintos; eles não representam senão as duas faces — “científica” e “política” — de uma mesma modalidade de práti-

(32) Consultar Cândido Mendes, *op. cit.*, p. 16-27.

ca. A “racionalidade” do desenvolvimento monopolista brasileiro mostrou-se necessariamente autoritária, na medida em que a intensificação da acumulação de capital se fez através da repressão às reivindicações populares e do abafamento político da média burguesia. Ora, as equipes técnicas governamentais pós-1964, enquanto expressão das novas camadas médias, sempre foram tão preparadas para o exercício da “racionalidade” autoritária quanto os militares; portanto, a suposição de uma aliança entre os dois setores ou do caráter complementar de suas práticas deve ceder lugar à caracterização de um único grupo dirigente, cuja homogeneidade se funda antes de tudo numa disposição autoritária comum, que as nuances profissionais — autoritarismo militar, autoritarismo cientificista — não chegam a perturbar.

De qualquer maneira, se as equipes técnicas governamentais constituíram a expressão verdadeira das novas camadas médias, isto não quer dizer que, só por este fato, laços de representatividade efetivamente tenham se travado entre o Estado militar e a “massa” destes setores. E é justamente a ausência de mobilização política das novas camadas médias pelo Estado militar que oculta aos olhos do analista político suas disposições autoritárias. Estas permanecem, no plano político nacional, num estado potencial ou semipotencial; daí a necessidade de o analista recorrer à observação de suas práticas cotidianas no seio da grande empresa a fim de apreender suas atitudes políticas.

Assim, a inexistência de um partido único de “massa” e de uma ideologia oficial antipopular e autoritária tornam, ao menos por enquanto, bastante vagas as relações políticas entre as novas camadas médias e o Estado militar. No fundo, estes setores continuam sendo, não apenas por seu papel econômico central no desenvolvimento monopolista, mas também por suas disposições ideológicas profundas, a melhor base potencial de apoio ao Estado autoritário; e é somente neste sentido que se pode caracterizar o Estado brasileiro pós-1964 como a expressão da aliança entre os “setores modernos” da empresa capitalista e da classe média.³³ De qualquer maneira, as novas camadas médias são suscetíveis de serem mobilizadas — através do partido e da ideologia — pelo Estado militar na busca de uma base social de apoio; neste caso, a fascistização do sistema político brasileiro terá seguido um percurso inverso em relação ao do fascismo europeu. Mais precisamente: o partido pequeno-burguês não terá constituído a base pa-

ra a conquista do Estado para, em seguida, ser em parte absorvido por suas estruturas e tornar-se um puro agente de mediação ideológica entre o Estado fascista e a sociedade civil (instituições sociais fundamentais como a família, a igreja ou a escola, e organizações intermediárias como os sindicatos e as corporações); ao contrário, o partido autoritário de “massa” terá nascido após um longo período de desmobilização política nas próprias entranhas do Estado, isto é no interior das forças armadas. É neste sentido que certos autores já se referem à corporação militar como o partido político do grande capital e da classe média. Observemos, todavia, que a dimensão mobilizadora própria ao partido fascista não poderia reproduzir-se integralmente num grupo ainda marcado pela ideologia do “apolitismo”.

Evidentemente, as diferenças, no plano morfológico, entre o fascismo europeu e o autoritarismo brasileiro não são puramente casuais ou contingentes. A consolidação da hegemonia política do grande capital no Brasil exigiu a superação das antigas ideologias do bloco dominante — o liberalismo, o populismo —, sem que por isso a camada militar dirigente tivesse sido capaz, em razão de sua ideologia habitual, do “apolitismo”, de lançar-se à mobilização política dos setores médios antipopulares, de dar novo impulso ao trabalho ideológico e de criar um partido autoritário de “massa”. Portanto, as dificuldades de articulação de um sistema político fascista no Brasil se explicam em função do contexto histórico de emergência do Estado autoritário: o da crise do populismo. A dificuldade de criação de um Estado fascista que constitua uma superação do populismo corresponde, portanto, à dificuldade de instauração de um sistema de mobilização antipopular no quadro de uma sociedade onde a ascensão do movimento popular foi diretamente estimulada pelo próprio Estado. Isto quer dizer concretamente que as formas de organização da hegemonia política do grande capital, fora do quadro da democracia parlamentar, não são necessariamente as mesmas no centro e na periferia capitalistas.

O Estado autocrático e as baixas camadas médias

Todavia, não podemos concluir nossas reflexões sobre a aproximação entre o fascismo europeu e a história política brasileira sem avaliar as possibilidades de o Estado autoritário mobilizar politicamente as baixas camadas médias. Tal exame não constitui

(33) Ver Fernando Henrique Cardoso, *Noitas sobre Estado e dependência*, já citado, p. 18.

um procedimento puramente formal, destinado a completar a análise política do conjunto das camadas médias urbanas. Ao contrário, sua importância pode ser demonstrada pelo fato de que na Europa as baixas camadas médias — bancários e comerciários, pequenos funcionários públicos — alinharam-se ao lado da classe operária como as maiores vítimas econômicas da política fascista de expansão do grande capital; e que esta situação não os impediu — sobretudo na Alemanha — de aderir ao fascismo, e mesmo de reforçar seus componentes “pequeno-burgueses”. De resto, a utilidade do referido exemplo consiste em evidenciar — antes que se passe à análise das baixas camadas médias no Brasil — o perigo das interpretações “economicistas” que estabelecem, ao menos no tocante às camadas médias, uma relação necessariamente positiva entre “satisfação de interesses econômicos imediatos” e “adesão à política de Estado”.

A política populista de integração das massas urbanas não se voltara apenas à classe operária; também tinha em mira as baixas camadas assalariadas, permitindo a criação, no quadro da estrutura sindical oficial, de um “sindicalismo médio” capaz de exprimir sua capacidade potencial de reivindicação. Ora, a militarização do aparelho de Estado brasileiro acarretará mais que a pura repressão da classe operária; implicará também a anulação, pela via da neutralização, do “sindicalismo médio”, da possibilidade de os pequenos assalariados “não-manuais” influenciarem o processo nacional de tomada de decisões. Já examinamos as linhas gerais da política repressiva do Estado militar: destruição das organizações paralelas e partidos políticos de esquerda, intervenção nos sindicatos, interdição prática do direito de greve. Mas, tal política não se limitou a bloquear a ascensão do movimento popular e a anular todo o impulso político de transformação social; ao golpear profundamente o sindicalismo operário e o sindicalismo médio, o Estado militar objetivamente criou as condições políticas para a execução de uma política econômica em última instância favorável à expansão do grande capital. Em resumo, o controle policial-militar do sindicalismo operário e médio permitirá ao grupo dirigente atacar outros elementos fundamentais da legislação populista do trabalho, com vistas a desembaraçar o processo de acumulação de capital das limitações sociais impostas por um período político de transição. Quanto às baixas camadas médias, a política governamental de compressão salarial desfavoreceu-as tanto quanto os setores operários não-qualificados: desde 1964, o salário médio real constantemente se reduziu, ou aumentou num ritmo consideravelmente inferior ao do crescimento da produtividade; e, particularmente, o salário médio real dos funcionários públicos fe-

derais — um dos setores mais representativos das baixas camadas médias — reduziu-se de 40% entre 1964 e 1971.³⁴ O estabelecimento pelo executivo de tetos salariais implicará a redução do poder de negociação dos tribunais corporativos do trabalho; é a intenção da “lei dos acordos salariais” n.º 4.725 de 1965. No início de 1967, o grupo dirigente determinará a extinção do direito do trabalhador à estabilidade. Se outros elementos da legislação populista do trabalho se tornam igualmente os alvos da política autoritária de desenvolvimento, todos estes ataques convergem para a eliminação dos obstáculos sociais ao reforço da acumulação de capital: aumento da taxa de exploração da força de trabalho “manual” e “não-manual”, intensificação da mobilidade do mercado urbano de trabalho “manual” e “não-manual”, etc. .

Portanto, a militarização do aparelho de Estado brasileiro implicou, ao mesmo tempo, a repressão do sindicalismo médio de tipo populista e o ataque aos interesses econômicos imediatos das baixas camadas médias. Neste contexto, que relações poderiam ter sido estabelecidas entre esses grupos e o Estado militar? Lembremos mais uma vez que a destruição do sindicalismo populista não precedeu a destruição do sindicalismo de Estado; e que a repressão às organizações sindicais paralelas não implicou a extinção dos instrumentos institucionais de controle da atividade sindical: o imposto sindical e o reconhecimento legal. Ora, é a atitude desses setores médios em relação aos princípios do sindicalismo de Estado que nos permite estabelecer, grosso modo, os limites de sua orientação política no quadro de um sistema político autocrático e pós-populista. Trata-se fundamentalmente da fidelidade nostálgica ao populismo. É verdade que o controle policial-militar dos sindicatos, ao impedir o pleno exercício de sua capacidade de reivindicação junto ao Estado, provocou nos setores médios assalariados a aspiração do retorno à “autonomia sindical”; todavia, mais que a separação final e profunda entre o Estado e o sindicato — em resumo, uma mudança radical de estrutura sindical — a “autonomia sindical” significou para esses grupos a interrupção da intervenção policial-militar nos sindicatos e a restituição de seu poder anterior de pressão. Ao desejar o retorno ao populismo, estes grupos absteram-se de condenar praticamente o sindicalismo de Estado e a estrutura sindical oficial; daí a impossibilidade de uma verdadeira tendência sindical autonomista, e da superação da pura crítica aos aspectos repressivos da política sindical oficial.

(34) Consultar Fernando Magalhães, *op. cit.*, p. 7-8 e p. 22-24.

Estamos simplificando, evidentemente. Certos grupos profissionais são, no plano sindical, mais ativos que outros: por exemplo, os bancários em relação aos funcionários públicos, e estes em relação aos comerciantes; e os períodos de crise — por exemplo, 1967-68 — permitem o aprofundamento da crítica dos aspectos repressivos da política sindical oficial, assim como sua fusão numa crítica geral da política autoritária de desenvolvimento. Contudo, o problema consiste em saber se o sindicalismo médio pode, em seu estado atual, ir além de uma prática populista; e se as baixas camadas estão prontas, em seu conjunto, a afastar-se do culto populista do Estado.

Numa sociedade marcada pela ausência de laços claros e diretos de representatividade entre o sistema partidário e as camadas médias, a análise das formas médias de ação e de organização sindicais passa para o primeiro plano. Assim, podemos encontrar indícios da persistência da orientação política populista nas baixas camadas médias na "função de assistência" do sindicalismo médio. Muito freqüentemente, dirigentes sindicais consideraram a assistência das funções sindicais de assistência pessoal sobre as funções reivindicativas ou políticas como o resultado inevitável da concepção sindical dominante na massa de sindicalizados; seria a identificação do sindicato com um organismo neutro e superior de concessão de serviços pessoais que impediria a intensificação do movimento reivindicativo, assim como a ampliação da participação sindical na política nacional. Todavia, a crítica à concepção assistencialista do sindicato, dominante na massa de sindicalizados, não poderia apagar a predominância, no seio mesmo das vanguardas sindicais, de uma concepção assistencialista do Estado, expressa através da aceitação de uma estrutura sindical responsável, em última instância, pela multiplicação das funções internas de assistência. Na realidade, as relações entre o sindicato e seus membros não fazem senão reproduzir — numa escala mais modesta — as relações entre o Estado e os sindicatos, sendo o paternalismo do sindicato, em relação aos sindicalizados, a imagem reduzida do paternalismo do Estado com respeito ao mundo do trabalho. A rigor, as defasagens, no plano da ação, entre a vanguarda e as massas sindicais não bastam para ocultar a origem essencialmente comum de sua concepção política; a aspiração das baixas camadas médias a um Estado justo e paternal, capaz de promover o progresso e o bem-estar social. Daí as hesitações das baixas camadas assalariadas no combate ao sindicalismo de Estado pós-populista: enquanto a classe operária mergulha na espontaneidade corporativa ou política a fim de dar seus primeiros passos para a autonomia diante do Estado, as baixas camadas médias continuam paraliza-

das pela imagem de um Estado capaz de responder a suas reivindicações e de impor decisões justas aos proprietários do capital. Em 1968, as greves operárias de Osasco e Contagem questionam objetivamente o sindicalismo de Estado, através do deslocamento do eixo da ação corporativa para os comitês de fábrica; quanto às baixas camadas médias, suas críticas ao sindicalismo de Estado pós-populista não deságuam jamais na ação; elas continuam antes num estado puramente verbal, sem, no entanto, ir além da proposição de extinção progressiva pelo Estado do imposto sindical. No fundo, mais que a extinção do sindicalismo de Estado, as baixas camadas médias desejam o fim da repressão sindical e a restauração do sindicalismo populista.

Tentemos agora analisar o comportamento concreto da vanguarda do sindicalismo médio: o sindicato dos bancários. Tal procedimento mostra-se útil a nossos propósitos na medida em que as tendências gerais anteriormente caracterizadas encontram aqui o mais alto grau de nitidez e de acabamento. Observemos desde logo que o bancário constitui, na etapa presente do desenvolvimento monopolista periférico, a expressão típica das baixas camadas médias. De um lado, o caráter "não-manual" de seu trabalho não basta para identificá-lo aos trabalhadores de escritório que exercem funções técnicas; de outro, o nível de seu salário — superior de 15% a 45% ao salário-mínimo — aproxima-o mais dos operários não-qualificados que das "cúpulas" do "terciário urbano", cujo nível salarial é, com muita freqüência, oito ou dez vezes superior ao dos trabalhadores especializados. Portanto, o estado atual do desenvolvimento monopolista continua a reservar aos bancários um lugar intermediário entre a classe operária e as camadas superiores do "terciário urbano". Todavia, os sindicatos dos bancários constituíram, desde o período populista, um tipo de vanguarda das baixas camadas médias: sempre contaram com o maior número de membros, e de hábito estiveram à frente dos movimentos reivindicativos. Em resumo, poder-se-ia dizer que os sindicatos de bancários esgotaram, no plano corporativo, as possibilidades ideológicas e organizacionais das baixas camadas médias. Não é fácil determinar as razões concretas do dinamismo sindical deste setor profissional. Sugeriu-se recentemente que o papel econômico dos bancos os transforma nos *centros de serviços* — não falemos dos centros de produção, ou fábricas —, onde a superfície do processo de exploração torna-se mais visível.³⁵ No caso brasileiro, ob-

(35) Ver a este propósito o debate engajado entre bancários parisienses por ocasião do movimento grevista de fevereiro-abril de 1974, e reproduzido por *Liberation* de 15 de março de 1974.

revogação da lei dos acordos salariais; à defesa da estabilidade já ameaçada pelos propósitos governamentais; à campanha de formação contra a unificação dos diferentes institutos de segurança social (operários, comerciários, bancários); aos protestos discretos contra a interdição do direito de greve. A conjuntura política global de 1967-68 permitirá a superação destes limites: a abertura do debate sobre a redemocratização do Estado brasileiro no seio do grupo dirigente e da classe dominante trará aos organismos sindicais dos bancários a margem de manobra necessária à inserção de seu programa reivindicativo numa estratégia política de combate ao Estado militar. Em resumo, suas reivindicações salariais transformam-se doravante em movimento contra a política de compressão salarial, e os protestos tímidos contra a interdição do direito de greve ou as intervenções desembocam na luta contra o "Estado ditatorial". Todavia, o prosseguimento, desde 1964, do processo de militarização e o crescimento da política repressiva do Estado militar levam os organismos sindicais dos bancários a um recuo tático até um programa defensivo de reivindicações puramente profissionais. Mas, um ponto comum subsiste sob esta fase de ação: seja nas conjunturas difíceis, seja nas conjunturas de redemocratização, os bancários hesitam em atacar abertamente o sindicalismo de Estado e em lutar pela verdadeira autonomia sindical. De fato, seus propósitos autonomistas não ultrapassam o desejo da libertação dos sindicatos do controle policial-militar e, no limite, a extinção gradual — isto é, puramente hipotética — do imposto sindical. Teremos ocasião de examinar o problema em detalhe no próximo capítulo, na medida em que a conjuntura política de 1967-68 permite uma comparação fecunda entre as formas de ação/orientação sindical dos operários metalúrgicos e as dos bancários. Mas lembremos desde logo que, se os comitês de empresas criados pelos metalúrgicos de Osasco e Contagem, em 1968, objetivamente questionaram a estrutura sindical oficial, esta prática de deslocamento da ação de classe para as organizações de base não inspirou entre os bancários senão a criação das "comissões sindicais", destinadas antes a servir de correia de transmissão das decisões sindicais à massa de sindicalizados que a assumir tarefas corporativas ou políticas, próprias, em princípio, aos comitês de empresa.³⁷

(37) A explicação da natureza e das funções das "comissões sindicais" encontra-se na *Folha Bancária*, São Paulo, n.º 310, agosto de 1968, p. 2.

servemos que o nível médio de escolarização requerido pelas funções bancárias e o número menor de horas de trabalho (seis horas, em lugar de oito) tornaram possível a expansão, mais no setor bancário que em outros setores comerciais ou administrativos, de uma categoria sócio-profissional particular: o "empregado-estudante".³⁶ Assim, podemos supor que esta interpenetração dos bancários e de uma "categoria social" habitualmente voltada para as lutas reivindicativas e políticas tenha trazido a seu sindicalismo um grau de combatividade superior ao de outros setores sindicais médios. De qualquer maneira, o lugar central do sindicato dos bancários no seio do movimento sindical médio é fato indiscutível; sintomaticamente, mesmo no interior do "setor público", onde o bloqueio às atividades corporativas é de hábito mais estrito, as associações profissionais de empregados de bancos públicos — por exemplo, o Banco do Brasil — sempre se alinharam entre os mais voltados para a luta reivindicativa e a participação política.

Entretanto, quais foram o sentido e a natureza da ação sindical dos bancários ao longo do período de repressão aberto pelo golpe de Estado de 1964? Evidentemente, é preciso afastar o risco de considerar o comportamento sindical dos bancários como um dado invariável e independente das mudanças sofridas pela conjuntura política global; ao contrário, o alcance político de sua ação amplia-se ou diminui em função das possibilidades de manobra abertas pelo aprofundamento das tensões ideológicas no seio do grupo dirigente ou pela eclosão de conflitos no seio da classe dominante. Assim, ao longo da primeira fase de militarização do aparelho de Estado brasileiro (1964-66), a disseminação do regime de intervenção em todo o País obriga os organismos sindicais dos bancários a recuar para uma ação reivindicativa puramente corporativa; esta tática consiste em opor resistência — ainda que tímida — ao impulso governamental que destrói a legislação populista do trabalho, sem por isso desaguar na crítica global ao regime, das práticas do novo grupo dirigente e dos fundamentos de classe do Estado militar. Golpeados duramente pelos expurgos e pelas intervenções sob o comando do Ministério do Trabalho, os sindicatos, as federações regionais e a CONTEC ficarão limitados, de 1964 a 1967, à reivindicação de melhores salários e de

(36) Os efeitos politicamente dinâmicos da interpenetração da "categoria social" "estudante" e outros setores profissionais não devem ser subestimados. Em sua análise da greve operária de Osasco em 1968, Weffort demonstrou a importância da categoria sócio-profissional "operário-estudante" no desencadeamento do movimento grevista. A este propósito, consultar Francisco Weffort, *Osasco e Contagem*, já citado, p. 55-60.

Na realidade, as características fundamentais do comportamento sindical dos empregados de banco — defesa de seu poder de reivindicação, mas, ao mesmo tempo, incapacidade de questionar objetivamente o sindicalismo de Estado — revelam sua fidelidade persistente ao culto populista do Estado. Se a condição de grupo secundário lhes torna possível a identificação direta e imediata com o Estado, é mais o Estado do passado que o do presente que suscita concretamente esta identificação; é o Estado populista, mais que o Estado militar, que se revela capaz de encarnar as aspirações de justiça, progresso e bem-estar social próprias às baixas camadas médias. Se se admite o caráter historicamente ultrapassado, no quadro da expansão do capitalismo monopolista, da estratégia populista de desenvolvimento, pode-se concluir que as aspirações políticas dos bancários, enquanto expressão do conjunto das baixas camadas médias, implicam necessariamente um retorno ao passado. Sua situação é, neste nível, análoga à das camadas médias tradicionais, ainda prontas a enfrentar a camada militar dirigente com as armas de um liberalismo caído em desuso, com o declínio do mundo oligárquico. Mas a nostalgia política não constitui seu único ponto em comum. Se o desenvolvimento monopolista integra cada vez mais os profissionais liberais à grande empresa, provoca também mudanças importantes na “situação de trabalho” dos bancários. Mais precisamente, a expansão do capital monopolista estimula as fusões de bancos, isto é, o processo de centralização do capital bancário,³⁸ e provoca, por esta via, a introdução de uma nova tecnologia — ligada sobretudo à informática — no setor. As fusões de bancos e a “modernização” dos serviços bancários acham-se, portanto, na origem da redução do contingente global da força de trabalho requerida pelo setor bancário, assim como da diminuição da importância relativa, para o setor, da força de trabalho “não-técnica”. Assim, na medida em que reduz a importância relativa e absoluta do bancário de tipo tradicional, este processo arrisca-se a quebrar a base sócio-profissional do sindicalismo médio mais dinâmico desde o período populista. Em resumo, a categoria profissional dos bancários fica reduzida e transforma-se ao mesmo tempo; e o antigo assalariado “não qualificado”, expressão típica das baixas camadas médias, progressivamente cede lugar ao técnico de estilo novo, representante característico das novas camadas médias. Daí as queixas dos sindicatos de bancários, desde

(38) Dos 300 bancos existentes em 1960, somente 150 funcionavam em 1972. Ver *Folha Bancária*, São Paulo, n.º 325, março-abril de 1972, p. 3.

1964, contra as “fusões”,³⁹ e sua desconfiança com relação aos “chefetes”, cuja caracterização essencialmente “política” como “alidos do patrão”⁴⁰ oculta a existência de uma nova realidade profissional: o caráter doravante técnico de certas tarefas bancárias, e a posição de superioridade dos que as exercem com respeito aos bancários tradicionais, na hierarquia do trabalho.⁴¹

Todavia, a política de expansão do grande capital, posta em execução pelo Estado desde 1964, não desfavoreceu somente os bancários; outros setores das baixas camadas médias, como os comerciários ou os funcionários públicos, sofreram igualmente os efeitos da política governamental de estímulo à acumulação de capital. De qualquer maneira, seu grau de resistência à política autoritária de desenvolvimento não pode absolutamente ser comparado ao impulso reivindicativo persistente ainda no seio da vanguarda do sindicalismo médio: os bancários. Se bem que duramente golpeados pela política de “compressão salarial”, os comerciários serão incapazes de opor resistência à redução contínua de seu poder aquisitivo, e de integrar, numa conjuntura como a de 1967-68, suas reivindicações corporativas a uma crítica de conjunto das práticas do Estado militar; em 1968 — no momento em que quase todas as organizações de trabalhadores se prepararam para a luta contra a política econômica de Estado e a repressão às classes populares —, a COBTC (Confederação Brasileira dos Trabalhadores de Comércio) se recusa a participar da campanha popular contra a política de compressão salarial, na medida em que tal atitude suporia a ultrapassagem da fronteira estreitamente vigiada entre a “política” e os “problemas profissionais”. No tocante aos funcionários públicos, suas dificuldades específicas de organização corporativa e de mobilização — rigidez dos estatutos profissionais, interdição constitucional de qualquer greve no setor público — neutralizam

(39) Apenas lembremos, a título de exemplo, a importante campanha dos bancários públicos de Minas Gerais, em junho-julho de 1968, contra o programa governamental de fusão dos bancos estaduais.

(40) A expressão “chefete” é de uso corrente no meio sindical bancário.

(41) Num artigo extremamente lúcido sobre o futuro da categoria bancária, o presidente do sindicato dos bancários de São Paulo prevê, em julho de 1969, o perigo de divisão interna de seu organismo sindical, sob o efeito da transformação monopolista do setor bancário; do seu ponto de vista, a introdução de pessoal muito especializado e mais bem pago nas empresas bancárias pode tornar-se um fator de contra-reivindicação, na medida em que instala no seio da categoria bancária uma divergência objetiva de interesses. Ver Frederico Brandão, “O futuro, e futuro da categoria bancária” in *Folha Bancária*, São Paulo, n.º 314, julho-agosto de 1969, p. 3.

as possibilidades de ação abertas pela ampliação considerável desta categoria profissional desde 1964⁴² e por seu empobrecimento contínuo. Entretanto, a conjuntura de 1968 permitiu-lhes superar estas dificuldades e desencadear movimentos “ilegais” de reivindicação salarial; lembremo-nos, a este propósito, das greves desencadeadas pelos pequenos funcionários e pelos professores de Minas Gerais, em junho-julho de 1968.

A rigor, o cerco às baixas camadas médias pela lógica do desenvolvimento monopolista não foi ainda suficiente para subtraí-las ao culto nostálgico do populismo. É justamente neste — e menos em sua condição de vítimas econômicas centrais da política de expansão do grande capital — que se acham as razões da dificuldade de mobilização das baixas camadas médias pelo Estado autoritário. O Estado militar não só as empobreceu, mas, por suas práticas e sua estrutura, também retirou-lhes a esperança, já mais desmentida pelo Estado populista, de concretização do progresso e do bem-estar social.

Lembremos, entretanto, o isolamento cada vez maior das baixas camadas médias em sua fidelidade ao populismo. Antes de tudo, o populismo cessou de ser, desde o início do desenvolvimento monopolista, a estratégia política de desenvolvimento adequada ao equilíbrio instável do bloco dominante; e, mais, com o início da etapa da grande empresa capitalista a classe operária pôde dar seus primeiros passos, pela via da espontaneidade, para a superação do populismo e para a definição de formas de ação e de orientação claramente anticapitalistas. Ora, tal isolamento poderia tornar mais visível, aos olhos das baixas camadas médias, a impossibilidade histórica do populismo e, neste caso, favorecer seu recuo para formas “puras” e quase “a-históricas” de culto do Estado, características de uma época em que o imperativo de um Estado industrializador não se colocava objetivamente à sociedade capitalista brasileira. Mais precisamente, um curioso fenômeno de regressão histórica poderia esboçar-se: a possibilidade de mobilização política das baixas camadas médias pelo grupo militar na base de um nacionalismo patriótico, xenófobo e abstrato. Tal nacionalismo estaria longe de constituir uma estratégia política de combate ao imperialismo e teria, assim, muito poucos pontos de contato com a ideologia nacionalista, tal qual foi definida pelo movimento popular antes de 1964; este nacionalismo seria, ao contrário, potencialmente imperialista, e retomaria, portanto, as formas

(42) Em 1971, um milhão de funcionários públicos federais; esta cifra exclui os numerosos funcionários municipais e estaduais.

ideológicas já presentes em outras potências médias da periferia capitalista, dispostas à concretização de uma política subimperialista. Para empregar as expressões de Isaac Deutscher: mais que um “nacionalismo de oprimidos”, um “nacionalismo de opressores”. A realização da passagem do “nacional desenvolvimentismo” ao “nacional patriotismo”⁴³ permitiria assim à camada militar dirigente dar um passo decisivo para a mobilização de uma “massa média” e a constituição de um partido autoritário de massa. Lembremos a este propósito a afirmação de Salvemini:

“Se o fascismo apresenta uma teoria coerente, ele o deve ao fato de que os fascistas retomaram o conjunto da doutrina nacionalista.”⁴⁴

No entanto, mais que um fenômeno inédito, a mobilização das baixas camadas médias pela camada militar dirigente na base do “nacional-patriotismo” constituiria a retomada das relações já estabelecidas entre o grupo militar e as massas populares do Rio de Janeiro durante o período de consolidação das instituições republicanas (1889-1894); se bem que fundado num impulso profundamente antioligárquico, o radicalismo xenófobo do “florianismo” não pudera, num momento histórico em que o mundo urbano industrial apenas existia, assumir uma dimensão claramente industrializadora e de combate à grande propriedade fundiária. Em tal situação de isolamento social, as baixas camadas médias do Rio de Janeiro tendiam a consagrar-se às formas mais simples e imediatas de culto do Estado nacional; ora, o retorno ao isolamento, tornado possível pela destruição do sistema político populista, poderia engendrar nas baixas camadas médias uma tendência “neoflorianista”: o reencontro das mesmas formas primitivas e abstratas de culto do Estado, estimulado pelos esforços ideológicos e organizacionais ou pelas práticas interiores e exteriores da camada militar dirigente.

O período histórico aberto pela destruição do sistema político populista permite-nos, portanto, constatar ao mesmo tempo a existência de fenômenos de inércia ideológica (liberalismo tradicional e populismo), indicativos da possibilidade de assimetria entre os diferentes planos da realidade social; e a relativa especificidade

(43) São expressões de Fernando Henrique Cardoso. Ver *Notas sobre Estado e dependência*, já citado, p. 45.

(44) Citado por Robert Paris, *Les origines du fascisme*, já mencionado, p. 22 (traduzido por nós).

ideológica e política das camadas médias urbanas com respeito às classes fundamentais. É verdade que o liberalismo oligárquico já não constitui a ideologia dos setores dominantes hegemônicos; e que o populismo deixou de ser o instrumento utilizado pelo bloco dominante na "urbanização da hegemonia" (no sentido gramsciano da palavra). Todavia, o declínio da influência do liberalismo e do populismo junto às classes fundamentais não foi suficiente para afastá-los definitivamente das camadas médias urbanas. Observemos, entretanto, que a transformação monopolista da economia, como já mencionamos, trouxe importantes mudanças qualitativas à "situação de trabalho" destes setores; assim, não seria ilógico que o Estado autocrático e militar tentasse acompanhar este processo de transformação sócio-econômica de um esforço de liquidação ideológica do liberalismo e do populismo, assim como de mobilização política, autoritária e "nacional-patriótica", das novas camadas médias e das baixas camadas médias menos atreladas ao populismo. E as dificuldades colocadas a esse esforço podem ser sintetizadas em algumas palavras: a constituição do Estado autocrático não resultou de um processo de mobilização pequeno-burguesa, engendrada no seio de uma democracia parlamentar clássica em função do ascenso do movimento revolucionário de massas; o Estado autoritário foi antes uma resposta *militar* ao *populismo*.

Tentamos, ao longo deste capítulo, caracterizar as tendências políticas centrais que dividem as camadas médias urbanas após a queda do populismo. Mas se estas tendências permanecem com muita frequência num estado potencial, é conveniente passar à análise das conjunturas de crise política global a fim de captar suas manifestações mais concretas e significativas. Assim, dedicamos o último capítulo de nosso trabalho à análise da participação política das camadas médias urbanas na crise de 1968.

CAPÍTULO V A CLASSE MÉDIA NA CRISE DE 1968

As origens da crise de 1968

Chegamos, assim, à análise da crise mais profunda atravessada até o presente momento pelo sistema político autocrático: a do período 1967-1968. Chama-la-emos doravante "a crise de 1968", a fim de marcar o momento em que a tensão política atinge o ápice e desemboca, a seguir, numa nova fase de militarização do aparelho de Estado brasileiro.

Precisemos, desde logo, o sentido político global da crise de 1968: pela primeira vez, desde 1964, o conjunto da sociedade brasileira se dá conta de que a militarização do aparelho de Estado tornou-se o instrumento de consolidação da hegemonia política do grande capital monopolista. Ao longo do período 67-68, diferentes setores sociais se lançam, cada um à sua maneira — isto é, segundo suas disposições ideológicas e seus métodos de ação específicos —, à luta política contra o Estado militar: a média burguesa industrial, certos representantes da grande propriedade fundiária e da agricultura de exportação, a classe operária, as camadas médias tradicionais, os setores mais avançados das baixas camadas médias.

O problema preliminar consiste em saber como os setores mencionados puderam dispor de uma margem de manobra suficiente para manifestar sua recusa às práticas do grupo dirigente, após uma fase de progressão crescente da militarização: Ato Institucional n.º 1, em 1964, Ato Institucional n.º 2, em 1965, Ato Institucional n.º 3, em 1966, uma nova Constituição e a Lei de Segurança Nacional, no início de 1967; ou, dito de outro modo, influência crescente do poder executivo, subtração dos poderes do legislativo, enfraquecimento do judiciário, intensificação do controle policial sobre os sindicatos e o movimento popular.

Evidentemente, a atitude de repúdio às práticas do grupo dirigente cristalizou-se progressivamente no seio dos diferentes setores sociais, desde 1964; todavia, é a crise no interior da própria camada militar dirigente que abre caminho, em 1967, às manifestações de oposição providas de certos setores da classe dominan-

te, das classes populares e dos grupos sociais secundários. Qual a natureza desta crise interna? Três anos após o movimento político-militar de 1964, a contradição entre a antiga ideologia e as práticas concretas do setor hegemônico das forças armadas torna-se cada vez mais evidente: o “modelo democrático norte-americano”, enquanto complemento institucional do “modelo ocidental da vida”, é cada vez mais inviabilizado pela política autoritária de desenvolvimento. Ora, uma situação como esta não faz senão agudizar a tensão, no seio da camada militar dirigente, entre os partidários de uma nova atitude “realista” e os adeptos fiéis da “doutrina democrática”: se os primeiros consideram como inevitável a continuação do processo de militarização e desejam a construção de instituições jurídicas adequadas às novas estruturas do Estado, os últimos aspiram à interrupção do processo de militarização — sem por isso prever outras alternativas políticas — e a restauração das instituições democráticas.

todavia, seria impróprio deduzir que a tensão interna do grupo dirigente tenha favorecido unilateralmente a irrupção da crise ao nível da sociedade. A rigor, encontramos-nos diante de um circuito dialético mediante o qual as manifestações embrionárias de oposição ao Estado militar intensificam o debate ideológico no seio do grupo dirigente, e esta tensão interna alarga, por sua vez, a margem de manobra política dos setores de oposição. Desde 1965, a média burguesa industrial passa à crítica da política autoritária de desenvolvimento. Em março de 1965, a CNI (Confederação Nacional das Indústrias) reivindica ao governo a reformulação da política econômica de Estado; ao longo de 1966, todas as federações regionais da indústria desencadearão protestos contra a política salarial e creditícia do Estado militar; e mesmo a SRB (Sociedade Rural Brasileira) se lançará ao ataque da política de crédito e de preços. A 10/2/1966, o manifesto do MDB contra as eleições presidenciais indiretas e a política econômica “anticonacionalista” exprime a aspiração da média burguesa industrial à redemocratização — restauração real do parlamento, desmilitarização de certos aparelhos de Estado — como condição da recomposição de sua influência sobre a política de desenvolvimento. Assim se prepara o terreno para a crise de 1968: a oposição burguesa — à qual de resto pertencem certos oficiais “nacional-legaistas”, não filiados ao setor hegemônico das forças armadas — agrava as dissensões no interior do grupo dirigente, e essa tensão na alta esfera do Estado concede, por sua vez, mais espaço político à oposição burguesa. Todavia, seria um erro identificar o móvel do conflito interno da camada militar dirigente com os propósitos políticos da média burguesa industrial. Mais precisamente: a “re-

democratização” desejada pelo médio capital não se identifica com a “redemocratização” pregada por certos setores do alto comando das forças armadas; se o primeiro a encara como a condição política da substituição da política de desenvolvimento, os últimos a caracterizam antes como o relaxamento dos mecanismos de controle policial-militar da sociedade (fim do regime de intervenção nos sindicatos, controle à distância da “classe política”, etc.). De fato, os propósitos de “redemocratização” engendrados no seio do grupo dirigente se revelam não apenas superficiais mas também utópicos, na medida em que eles não colocam em questão as linhas gerais de uma política de desenvolvimento — favorável à expansão do grande capital — cujos instrumentos essenciais são as próprias práticas autoritárias.

A vitalidade da oposição burguesa diante dos representantes políticos do grande capital dependeria simultaneamente de seu grau de autonomia real em relação ao Estado e de sua capacidade de fazer alianças com outros setores sociais desfavorecidos pela política monopolista de desenvolvimento. A caracterização profunda da crise de 1968 exige, portanto, que se examine como a oposição burguesa exprimiu-se concretamente ao longo do período 1967-68. Notemos desde logo que, desde o fim de 1966, os setores da “classe política” postos à margem pela militarização do Estado procuram uma base social de apoio, a fim de constituir uma força política distinta do grupo dirigente, e, eventualmente, um movimento de oposição ao Estado militar; eles encontrarão tal base na média burguesa industrial, desfavorecida pela política de expansão do grande capital e neutralizada no parlamento, não conseguindo o MDB representá-la concretamente num contexto de funcionamento precário do poder legislativo e de açambarcamento das supercompetências do executivo pelo grupo militar e seus aliados. Assim, a Frente Ampla, nascida no fim de 1966,¹ representa a tentativa de certos setores da antiga “classe política” no sentido de encarnar as aspirações “antiditatoriais” da média burguesa. Desde o começo de 1967, ao mesmo tempo em que a FIESP, a Associação Comercial de São Paulo e outros organismos regionais renovam seus ataques contra a política econômica do Estado e criticam a nova Constituição, a Frente Ampla tenta definir-se como o “terceiro partido”, o da “redemocratização”. Seu programa mínimo compreende a “restauração do poder civil”, a

(1) Para um exame completo da ação política da Frente Ampla, ver Lúcia Maria Gaspar Gomes, “Cronologia do 1.º ano do governo Costa e Silva”, in *Dados*, n.º 4, Ed. IUPERJ, Rio de Janeiro, 1968, p. 207-215.

“preservação da soberania nacional” e a “retomada do desenvolvimento econômico”; seus objetivos imediatos são a “anistia geral”, a “Constituição democrática”, a “restauração do direito de greve” e do “pluralismo partidário”. Mas o espírito da Frente Ampla encontra-se integralmente reproduzido nas declarações feitas por seu principal líder — Carlos Lacerda — em fins de 1966:

“... De um lado, os que pensam que o Brasil está em condições de desenvolver-se por si mesmo, mas não totalmente só. Para eles o Brasil já conta com uma classe dirigente que, apesar de todas as suas deficiências e seus erros, foi capaz de produzir alguma coisa de estável e de digno, ainda que, por esta razão, seja preciso trazer-lhe aperfeiçoamentos; uma classe operária capaz de aprender rapidamente, quando se lhe dá os instrumentos desta aprendizagem; a colaboração das nações, que de fato compreenderam a necessidade de um Brasil forte e aliado, e a dos capitais e técnicos estrangeiros que se integrariam ao Brasil como tantos outros o fizeram. Os que pensam assim — e eu sou um deles — consideram que é possível consolidar em alguns anos a democracia no Brasil. De outro lado alinham-se aqueles para quem o desenvolvimento brasileiro expresso nos termos acima é impossível. Consideram que o desenvolvimento do Brasil depende de uma participação substancial, o que equivale a dizer dominante, do capital estrangeiro e de sua técnica especializada. Consideram que um esforço tão grande não apenas é impossível, mas inútil, pois as nações desenvolvidas já estão a tal ponto avançadas que o Brasil não poderá alcançá-las tão cedo. Para estes, a única solução para a paz social e a paz em geral é a transformação da economia brasileira em economia complementar ou subsidiária da dos países desenvolvidos, notadamente dos Estados Unidos, em cuja órbita o Brasil se colocou, não enquanto aliado mas como satélite, desde a ascensão do mal. Castelo Branco ao poder.” (*Document*, mimeo., Paris, 1973, p. 25. A tradução foi feita por nós.)

Tais declarações sugerem o desejo da antiga “classe política” de falar em nome do “desenvolvimento nacional”, e de se fazer, deste modo, a representante política da média burguesia. Mas seria um erro caracterizar a Frente Ampla como uma tentativa de retorno ao populismo, embora ela tenha conseguido reunir em torno de seu líder principal — o liberal e antipopulista Carlos Lacerda — antigos líderes e políticos populistas. Na verdade, a Frente Ampla se define como um movimento de oposição de caráter novo, na medida em que são novos os propósitos dos setores da “classe política” colocados à margem pela militarização do Estado: encarnar a aspiração da média burguesia à reconstituição da democracia parlamentar *sem restauração do populismo*. Lembremos que a mé-

dia burguesia industrial, em seu conjunto, jamais aceitou a política populista de integração operária (sindicalismo de Estado, legislação do trabalho); e que, após 1964, não apenas a repressão ao movimento popular, mas também o ataque governamental à legislação do trabalho “varguista” apareceram-lhe como uma verdadeira conquista histórica. Em resumo, a média burguesia aspira, em 1968, à recomposição, pela via da democracia parlamentar, de sua influência sobre a política de desenvolvimento, sem por isto desejar a retomada do movimento sindical ou a manutenção da legislação social “varguista”. O caráter limitado destes objetivos explica a fraqueza do movimento de oposição burguês: incapacidade de promover alianças de classes, de mobilizar as classes populares — e especialmente a classe operária — contra o Estado militar. A despeito de suas declarações verbais contra a política salarial e de apoio às reivindicações da juventude universitária, a Frente Ampla mostra-se incapaz de estabelecer laços políticos concretos com a classe operária ou com o movimento estudantil. A rigor, a Frente Ampla se define desde o começo como um movimento “civilista” de elite, aspirando infiltrar-se nas estruturas do Estado militar a fim de poder comandar, do alto, o processo de desmilitarização e de redemocratização. Destes objetivos pode-se deduzir a natureza de suas táticas e a fragilidade de seu futuro: se a Frente Ampla procura antes de tudo o “diálogo” com os “setores democráticos” da camada militar dirigente, é lógico que seu destino depende fundamentalmente da evolução da tensão ideológica no seio do grupo dirigente. Ao longo de 1967, a Frente Ampla hesitará entre uma linha clara de oposição ao Estado militar e a constituição de uma corrente política de apoio às tendências “democráticas” existentes no interior da camada militar dirigente. Todavia, diante de sua recusa à mobilização popular, é a segunda alternativa que predominará na prática; isto explica porque a extinção da Frente Ampla, em abril de 1968, por um decreto governamental, não tenha provocado nenhuma reação política — popular ou de elite — considerável. Na verdade, a fragilidade das armas políticas da média burguesia coloca em evidência o caráter desespejado e ineficaz de seu combate contra os representantes políticos do grande capital.

Mas a conjuntura política de 1967-68 testemunha igualmente o renascimento da oposição operária ao Estado militar. Tendo o novo bloco dominante superado a situação de equilíbrio instável própria ao populismo, o grupo dirigente tinha podido neutralizar, desde 1964, as fontes da pressão popular, e destruir as conquistas sociais dos trabalhadores com vistas a concretizar a política de expansão do grande capital: controle policial-militar do sindicalis-

mo, interdição ao direito de greve, extinção prática do direito à estabilidade, política de compressão salarial. Seria inevitável, portanto, que a classe operária tentasse, num contexto de relaxamento relativo do controle policial-militar da sociedade, exprimir sua insatisfação com relação às práticas repressivas e antipopulares do grupo dirigente. Qual foi a natureza da oposição operária ao Estado militar? Se o primeiro período repressivo (1964-66) reduziu a classe operária a uma situação de impotência política, a conjuntura de liberalização (1967-68) lhe permitirá reivindicar, através de suas vanguardas sindicais, a cessação do controle policial-militar sobre os sindicatos (fim do regime de intervenção, eleições sindicais livres, etc.), assim como a restauração/preservação da legislação populista do trabalho (restabelecimento do direito à estabilidade, restituição do poder de negociação aos tribunais do trabalho, manutenção de um limite máximo de horas de trabalho, etc.). Em resumo, a vanguarda operária deseja a restituição da possibilidade de dinamização da estrutura sindical oficial pelas organizações sindicais paralelas, encarando-as ao mesmo tempo como uma condição política de satisfação das reivindicações econômico-corporativas e como um objetivo político a ser atingido progressivamente ao largo do processo de consolidação do movimento reivindicativo. Evidentemente, tais propósitos não questionam o sindicalismo de Estado, transformado, desde 1964, num instrumento unilateral de controle das massas urbanas pelo Estado militar; ao contrário, sua preservação aparece, à vanguarda operária, como o instrumento da passagem — ou antes, do retorno — ao sindicalismo populista. E tocamos, assim, na característica fundamental da oposição conduzida pelo sindicalismo operário, em seu conjunto, ao Estado militar: ela não ultrapassa, seja no plano ideológico, seja no plano dos métodos de ação, os horizontes do populismo. É o que de resto se pode deduzir da fidelidade persistente, dos 22 sindicatos mais poderosos de São Paulo, à peça fundamental do sindicalismo de Estado: o imposto sindical. E mesmo se certas vanguardas sindicais e políticas de esquerda sustentam, por vezes, propósitos autonomistas, ou bem a “autonomia sindical” é identificada com o afrouxamento do controle policial-militar dos sindicatos (e não com a extinção do sindicalismo de Estado), ou bem ela se reduz a vagas declarações de princípios que não desembocam jamais numa prática verdadeiramente autonomista. Isto explica a defasagem entre a nova realidade — desenvolvimento monopolista, hegemonia política do grande capital — e as práticas político-sindicais da classe operária: esta se dispõe a enfrentar um novo adversário com armas próprias de um período de constituição de novas relações de classe. Se o sindicalismo de Estado é intocável,

nada resta à classe operária senão tentar redinamizar a estrutura sindical oficial através da criação de novas organizações paralelas; a classe operária tenta, portanto, fazer frente ao Estado militar através da plena restauração do sindicalismo populista. E é aí que se delinea o paradoxo: o sindicalismo operário quer opor-se às práticas do grupo dirigente, mas, uma vez que depende estreitamente do Estado — financeiramente e politicamente —, não lhe resta senão transformar o *enfrentamento* em *apelo*. Mais precisamente: as organizações paralelas esboçadas a partir de 1967 mostram a preocupação em evitar a mobilização de massas, as greves e outros métodos ativos de luta contra o patronato e o Estado; e conduzem suas campanhas por reivindicações salariais ou sindicais sob a forma de demandas pacíficas ao governo. Mas o caráter pacífico de seus métodos não impedirá o grupo dirigente de encará-los como um instrumento possível do retorno ao populismo e, portanto, de eliminar pela raiz todas as novas organizações paralelas. Daí a vida curta das organizações intersindicais que apareceram a partir de 1967: o MIA (setembro 1967/janeiro 1968),² a Frente Intersindical de Belo Horizonte (fim de 1967), o Comitê Executivo do 1.º de Maio de 1968. No fundo — Weffort já o sublinhou —, a eficácia política das organizações paralelas era uma função do equilíbrio instável próprio do bloco populista; portanto, sua capacidade de pressão junto ao Estado cessava necessariamente de existir no contexto da hegemonia política do grande capital. De qualquer modo, a persistência de uma orientação populista no seio da classe operária na etapa monopolista de desenvolvimento mostra, mais uma vez, que as mudanças sócio-econômicas não podem determinar modificações imediatas nas formas de consciência e de comportamento anteriormente definidas pelos diferentes grupos sociais.

Todaya, se o conjunto das vanguardas sindicais operárias permanece atado ao populismo, é na conjuntura de 1967-68 que se esboçam, pela via da espontaneidade, novas formas de ação e de orientação operárias. De fato, ao mesmo tempo em que intensifica o processo de exploração da força de trabalho industrial, o desenvolvimento monopolista cria a grande empresa e acentua a concentração econômica e espacial da indústria; assim, prepara progressivamente o terreno para o enfrentamento de classe. É neste contexto que se esboçam manifestações operárias divergentes da

(2) Trata-se do Movimento Intersindical contra o arrocho salarial, de caráter nacional, sem dúvida a mais importante entre as organizações paralelas criadas ao longo do período 1967-68.

orientação populista, e mesmo voltadas contra ela. Mais precisamente: um setor da vanguarda operária — os operários metalúrgicos —, já integrado às novas condições do desenvolvimento monopolista, tentará encontrar em suas “bases” o impulso necessário à definição de uma atitude concreta de oposição às práticas do grupo dirigente e de ruptura com relação ao sindicalismo de Estado. Tal atitude se exprimirá através das experiências grevistas de Contagem e Osasco em 1968, onde a espontaneidade corporativa (Contagem) ou política (Osasco) desloca para as comissões de fábrica o eixo da ação operária antigovernamental.³ Evidentemente, não é o grau de sucesso destes movimentos grevistas que está em questão aqui; a espontaneidade constitui, ao mesmo tempo, sua força e sua fraqueza. É muito mais importante notar que, em 1968, a implantação definitiva da grande empresa e o aumento constante da exploração da força de trabalho industrial engendram no seio da classe operária um grau de insatisfação social capaz de desembocar, pela própria via da espontaneidade, em manifestações embrionárias de uma orientação essencialmente anticapitalista. Portanto, é a situação da classe operária no interior da grande empresa, assim como suas novas práticas cotidianas, que abrem a possibilidade de abandono do culto populista do Estado e de destruição do sindicalismo do Estado.

Vemos, portanto, que a conjuntura política de 1967-68 se caracteriza pela intensificação da tensão ideológica no seio do grupo dirigente, pelo nascimento de um movimento de oposição burguesa à hegemonia política do grande capital, pela gestação de formas anticapitalistas de ação e orientação operárias. Neste contexto de agravamento da tensão no seio da classe dominante e de esboço de um conflito direto de classe, as camadas médias urbanas são levadas, enquanto grupos secundários, a manifestar-se por uma das linhas políticas fundamentais correspondentes, em última instância, às aspirações de um dos setores da classe dominante ou de uma das classes antagônicas; mas, ao fazê-lo, elas lhes trazem uma dimensão própria que nasce das modalidades particulares de encontro entre as políticas de classe e as disposições ideológicas específicas da “situação de trabalho” de seus diferentes setores.

(3) Não podemos estender-nos na descrição e interpretação das greves de Osasco e Contagem, em 1968, sem repetir a análise de Weffort, *Osasco e Contagem*, já citada, sobre a qual debruçaremos integralmente. O que lembramos acima visa prioritariamente preparar o terreno para certas observações sobre o comportamento sindical e político das baixas camadas médias na conjuntura de 1967-1968.

As camadas médias tradicionais na crise de 1968; movimento estudantil e “movimento feminino”

Observamos anteriormente que o movimento político-militar de 1964 encontrava-se na origem da exclusão política do conjunto das camadas médias urbanas; e que indícios mais ou menos claros de oposição às práticas autoritárias e repressivas do grupo dirigente puderam ser notados, mesmo antes de 1968, no comportamento das camadas médias tradicionais e das baixas camadas médias. Ora, a conjuntura política de 1968, marcada pelo aprofundamento da crise social, trará um novo impulso a estas tendências e preparará o terreno para que elas se manifestem mais abertamente. Comecemos pelas camadas médias tradicionais. Os propósitos “antiditatoriais”, sustentados pela média burguesia, e mesmo pela grande propriedade fundiária, em sua resistência à política do grande capital, reavivaram as aspirações liberal-democráticas das camadas médias tradicionais, e as prepararão para reviver, invertidas, as manifestações de março de 1964. Levadas pela crítica burguesa/oligárquica ao Estado militar e à política monopolista de desenvolvimento, as camadas médias tradicionais conduzirão a oposição liberal ao Estado militar sob duas formas já clássicas: os protestos liberais-democráticos das associações de profissionais liberais e o “movimento feminino”. Mas já havíamos sublinhado o caráter frágil e hesitante da oposição burguesa; organismos como a FIESP, a SRB, o MDB ou a Frente Ampla contribuirão para criar um clima público de crítica à militarização, mas eles próprios serão incapazes de mobilizar concretamente outros setores sociais — como as camadas médias tradicionais — contra o Estado militar. Encontramo-nos, portanto, ainda sob este aspecto, diante de uma situação política radicalmente diferente da de 1964: os setores da classe dominante opostos ao grupo dirigente hesitam em açular a opinião pública urbana contra o Estado militar. Neste caso, qual força política levará as camadas médias tradicionais às manifestações “antiditatoriais” de 1968? Ainda uma vez — lembremo-nos dos tenentes e de seu papel de vanguarda —, é a intervenção de uma “categoria social” filiada às camadas médias urbanas que permitirá a canalização e a concretização do potencial liberal-democrático destes grupos: referimo-nos aos estudantes e ao “movimento estudantil”. Mas, em que condições a interpenetração das manifestações “antiditatoriais” do “movimento estudantil” e das camadas médias tradicionais foi possível?

A análise das disposições ideológicas específicas do estudante enquanto “categoria social” escapa à nossa competência; de fato,

constitui, por si só, o tema de uma nova pesquisa. Todavia, em função de nosso interesse principal, somos obrigados a explicitar aqui as condições concretas da ascensão do “movimento estudantil” desde 1967.

Antes de 1964, o movimento estudantil funcionou, grosso modo, através da UNE (União Nacional dos Estudantes) e das organizações regionais, como um grupo de pressão junto ao poder populista, sendo seus laços com o Estado os da dependência política e financeira. Após o golpe de Estado de 1964, a política representiva do novo grupo dirigente atingirá, além dos sindicatos e partidos políticos de esquerda, as organizações representativas do “movimento estudantil”: a intervenção se realizará ao nível das organizações regionais e a UNE será proibida. Todavia, como nos outros domínios da vida social, a política do novo grupo dirigente não se limitará aqui ao controle policial do “movimento estudantil”; implicará também um esforço de adaptação da universidade aos imperativos do desenvolvimento monopolista. Resumindo, a camada militar dirigente procura não apenas neutralizar politicamente o “movimento estudantil”, mas também aumentar a “rentabilidade” da universidade; entre 1964 e 1967, o governo militar tenta — através de projetos de reforma universitária como o Plano Atcon, sustentado pelo acordo MEC-USAID — aumentar a produtividade do ensino universitário (ensino pago, limitação do número de vagas, etc.) e entregar progressivamente a universidade ao setor privado.⁴ Esta política de “rentabilidade” permitirá às vanguardas universitárias — evoluindo ainda na clandestinidade — mobilizar progressivamente as “massas” estudantis em torno da discussão sobre a política educacional do Estado militar, vivenciada pelas “bases” sob a forma de bloqueio à “democratização das oportunidades”. Assim, as massas estudantis se chocam contra a política educacional do grande capital, orientada para a “racionalização” do ensino universitário, isto é, para a harmonização da universidade às novas necessidades do mercado de trabalho “não-manual”; caberá às vanguardas universitárias coordenar este impulso e colocá-lo, sob uma forma política superior, a serviço da oposição popular ao Estado militar. Entre 1964 e 1966, o movimento estudantil, atingido pela repressão e vigiado pelo Estado, permanece pouco ativo; o

número de manifestações contra o Estado militar é ainda reduzido. A partir de 1967, tem início a ascensão do “movimento estudantil”; este ano é marcado por manifestações maciças em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte ou Brasília, contra a política educacional e os projetos de reforma universitária do governo militar. Em 1968, o movimento estudantil atinge o ápice: é o ano das grandes manifestações públicas contra a ditadura, de comícios sucessivos, e da ocupação de universidades em todo o país. Como a classe operária, o “movimento estudantil” ultrapassa o quadro do populismo, e dá seus primeiros passos em direção a uma política autônoma diante do Estado.

Mas, por que o movimento estudantil se consolidou por volta de 1967-68? Se, entre 1965 e 1966, a política educacional do grupo dirigente forneceu às vanguardas universitárias os temas essenciais da mobilização das “massas” estudantis, essa mobilização não será efetivamente possível senão na conjuntura de liberalização de 1967-68, caracterizada neste nível da vida social pelo convite, aos estudantes, ao “diálogo” com o poder, e pelo afrouxamento relativo do controle policial da universidade. Ora, a intensificação do protesto estudantil, favorecida pela liberalização, constituirá o fator imediato de eclosão das manifestações “antiditatoriais” das camadas médias tradicionais. Em primeiro lugar, porque as declarações e moções das associações de profissionais liberais — encabeçadas pela OAB — contra o governo militar sempre tomam como ponto de apoio as denúncias à repressão crescente ao “movimento estudantil”, paralela à radicalização de suas palavras de ordem. Em seguida, porque as manifestações públicas “antiditatoriais”, conduzidas pelas vanguardas universitárias, encontrarão sua “massa” não apenas nas “bases” estudantis, mas também em outros setores sociais como as camadas médias tradicionais; e são justamente estas manifestações que permitirão ao “movimento feminino” fazer sua reaparição política. De fato, várias manifestações de rua contra a ditadura terão lugar em todo o país, ao longo do ano de 1968. A mais importante — a “manifestação dos cem mil”, a 29 de março de 1968, no Rio de Janeiro — reunirá o movimento estudantil, o “movimento feminino”, associações de profissionais liberais e setores populares, no protesto contra as práticas repressivas do grupo dirigente; estas características estarão ainda presentes no “dia do luto”, de 24 de outubro de 1968, no Rio de Janeiro (4.000 manifestantes). A 4 de outubro de 1968, o movimento estudantil e o “movimento feminino” se reunirão em São Paulo para protestar contra a morte de um estudante e para questionar as práticas ditatoriais do grupo dirigente; uma manifestação seme-

(4) A expansão contínua do ensino universitário no Brasil se fez, sobretudo após 1964, mediante a extensão da rede universitária privada; a percentagem de inscritos em universidades particulares, de 40,9% em 1958, chegou a 45,5% em 1966. Ver, a este respeito, Lucio Kowarick, *Estratégias do planejamento social no Brasil*, Cadernos Cebrap n.º 2, São Paulo, s/d., p. 117.

lhante terá lugar a 8 de outubro de 1968, na mesma cidade.⁵ Outras cidades brasileiras constituirão o palco de manifestações antiditatoriais; entretanto, estas se identificarão quase inteiramente com o movimento estudantil e serão privadas da dimensão de “massa”, própria às manifestações do Rio de Janeiro ou de São Paulo. É o que indica, de resto, a disposição do exército em reprimir as manifestações das cidades secundárias, assim como sua recusa a um enfrentamento direto com a “opinião pública” nas grandes capitais.

Entretanto, a participação comum do movimento estudantil e das camadas médias tradicionais em manifestações “antiditatoriais” não deve nos fazer deduzir a identidade de suas orientações políticas. A rigor, dois elementos permitiriam, na conjuntura de 1968, o encontro político entre os dois setores: não apenas o caráter “antiditatorial” e anti-repressivo de suas manifestações respectivas, mas também a operação nas camadas médias tradicionais de um efeito de “solidariedade social” que as incitou a aproximarem-se das manifestações “antiditatoriais” de uma “categoria social” filiada às camadas médias urbanas, e a distanciarem-se das da classe operária. Ao reconhecer no “movimento estudantil” “seus filhos”, as camadas médias tradicionais reconheciam na realidade a filiação social comum, e preparavam-se para exercer, num terreno comum, suas aspirações “antiditatoriais”.

Entretanto, a interpenetração jamais poderia ter sido total. Os propósitos “antiditatoriais” dos dois setores jamais foram coincidentes; e, sem dúvida, é aí que encontramos o fator principal da dispersão do movimento “antiditatorial” de massa de 1968. Se para o movimento estudantil o combate à ditadura e à militarização se definia como o elemento tático de uma estratégia global de luta revolucionária popular e antimperialista, para o “movimento feminino” e para os profissionais liberais esse combate constituía a condição de instauração — valeria mais dizer restauração — de um regime democrático puro que pudesse dotar as “elites culturais” do país de uma influência determinante sobre o processo nacional de tomada de decisões. Portanto, é evidente que o impulso revolucionário do primeiro e o conservadorismo utópico dos últimos tendiam a fracionar um movimento de massa cuja unidade fora favorecida pela política excludente e anti-social do grande

capital. A “manifestação dos cem mil”, de 29 de março de 1968, no Rio de Janeiro, já está marcada por esta ambigüidade; a defasagem entre a tendência “radical” e a tendência “pacifista” no seio da manifestação coincide com a defasagem existente entre o movimento estudantil e as camadas médias tradicionais. Se o primeiro quer a ruptura com o governo, os últimos procuram o diálogo com as autoridades. A Comissão de Diálogo com o governo, resultante da manifestação, não corresponde às táticas de luta do movimento estudantil; é antes a expressão do anseio das camadas médias tradicionais a uma redemocratização de elite, ou a uma “abertura política” passível de realizar-se sem a mobilização das classes populares. Evidentemente, os resultados da ação da Comissão de Diálogo estarão à altura do utopismo liberal das camadas médias tradicionais.

Em São Paulo, a cisão já se torna evidente nas manifestações públicas de 8 de outubro de 1968; o “movimento feminino” proclamará, durante um comício, suas divergências com o movimento estudantil no tocante aos objetivos políticos e aos métodos de ação. Enquanto a “União das mães contra a violência” deseja o retorno à democracia liberal e elege a persuasão e o diálogo como seus métodos de luta, o movimento estudantil prega a revolução popular e antimperialista e sugere o emprego da violência politicamente organizada. A fragmentação do movimento de massa contra o Estado militar de ora em diante é inevitável; enquanto as camadas médias tradicionais recuam, as vanguardas universitárias tendem a radicalizar seus propósitos e métodos. Portanto, não são apenas as dissensões internas do movimento estudantil e a repressão policial que determinam o declínio do movimento antiditatorial” de massa, em fins de 1968; o fato se deve igualmente à existência, no seio do movimento, de uma defasagem de orientação política que acabará por retirar às vanguardas universitárias uma parte importante de sua “massa”. Encontramo-nos então, mais uma vez, diante de um circuito político tortuoso: a oposição burguesa e oligárquica deseja a redemocratização, mas revela-se incapaz de mobilizar outros setores sociais — como as camadas médias tradicionais — contra o Estado militar; as camadas médias tradicionais, por sua vez, sairão às ruas para manifestar suas aspirações liberais ante o apelo do movimento estudantil, cujos propósitos “antiditatoriais” não se identificam de modo algum com os seus. Pode-se assim compreender por que as forças da redemocratização não puderam opor uma resistência sólida e durável ao prosseguimento do processo de militarização do aparelho de Estado brasileiro.

(5) Essas informações foram recolhidas na revista semanal *Veja* (São Paulo), e também nos jornais diários *O Estado de S. Paulo*, *Jornal da Tarde*, *Última Hora*, *Folha da Tarde*, *Diário da Noite*, *Diário Popular* (São Paulo) e *O Globo* (Rio de Janeiro), no período abril-dezembro de 1968.

As baixas camadas médias na crise de 1968; o Sindicato dos Bancários

Mas as camadas médias tradicionais não foram as únicas a participar do movimento "antiditatorial" de massa. A este respeito, todos os testemunhos confirmam que, se as manifestações de rua realizadas em São Paulo, em 1968, assumiram um caráter mais elitista e menos maciço, as do Rio de Janeiro foram marcadas por maior participação popular. Já ressaltamos que as baixas camadas médias se alinharam entre as maiores vítimas econômicas da política de expansão do grande capital e foram constantemente acossadas pela intervenção governamental em seus sindicatos; numa conjuntura de agravamento da tensão no seio do grupo dirigente, de nascimento da oposição burguesa e de ascensão do movimento "antiditatorial" de massa, estes grupos reavivaram o movimento reivindicativo e, no limite, lançaram-se à crítica da política autoritária de desenvolvimento e das práticas repressivas do grupo dirigente. É inútil lembrar aqui a situação econômica dos funcionários públicos, dos empregados do comércio, ou dos bancários neste período; ela explica por que estes setores desencadearam, durante o período 1967-68, uma vaga de reivindicações, desembocando muito frequentemente — sob risco de desafiar os mecanismos oficiais de repressão — em greves e interrupções de trabalho "ilegais". Mas caberá aos setores mais avançados do sindicalismo médio — por exemplo, o sindicato dos bancários ou dos securitários — integrar as reivindicações corporativas particulares a uma crítica global da política econômica do Estado e das práticas autoritárias da camada militar dirigente; o sindicalismo médio une-se, por esta via, ao movimento "antiditatorial" de massa e traz-lhe um novo alento, pela ajuda do movimento reivindicativo e grevista. Todavia, seria um erro confundir os propósitos "antiditatoriais" das baixas camadas médias com os das camadas médias tradicionais ou do movimento estudantil. Mais precisamente: para as baixas camadas médias, a destruição do Estado militar constitui a condição de restauração de seu potencial máximo de reivindicação e de pressão junto ao Estado; sua luta contra o Estado autoritário se define, portanto, como uma luta pelo retorno ao populismo. Já observamos que o conjunto da classe operária continuou, mesmo depois de 1964, ligado ao populismo, com suas vanguardas sindicais não chegando a desembarçar-se imediatamente das formas, ideológicas e organizacionais, populistas. Mas a resistência do populismo nos dois grupos não nos autoriza a identificá-los politicamente, isto é, a supor a possibilidade de sua "fusão". Na realidade, a classe operária

nos fornece, em 1968, os primeiros indícios de sua capacidade de ultrapassar o populismo e de definir formas claramente anticapitalistas de ação e orientação; a espontaneidade operária agir, por ocasião das experiências grevistas de Contagem e Osasco, em favor do abandono do culto populista do Estado — de que o sindicalismo de Estado é expressão — e da valorização da organização ao nível da empresa como ponto de apoio fundamental da luta contra o patronato e o Estado. É preciso, então, interrogar-se sobre as possibilidades, para as baixas camadas médias, de ultrapassar o populismo, e de tender a uma orientação semelhante à da classe operária. Se as manifestações embrionárias da nova orientação se engendraram no seio do setor operário mais poderoso e ativo — os metalúrgicos — seria lógico, no que concerne às baixas camadas médias, aplicar desde logo esta hipótese à vanguarda do sindicalismo médio: o sindicato dos bancários.

Entre 1964 e 1966, a política repressiva geral e a multiplicação das intervenções reduzem a CONTEC, as federações regionais e os sindicatos de bancários à impotência, impedindo-os de reiniciar o movimento reivindicativo. A partir de 1967, o afrouxamento relativo do controle policial dos sindicatos e a conjuntura geral de liberalização favorecerão a retomada das reivindicações corporativas, assim como tentativas eventuais, no quadro de novas organizações paralelas, de conduzir uma política de combate ao Estado militar. As organizações paralelas criadas durante o segundo semestre de 1967 — o MIA (nacional) e a Frente Intersindical de Minas Gerais — são em grande parte resultado da ação das direções sindicais dos bancários; a retomada do movimento reivindicativo e as ameaças de greve levam o governo militar a retomar a prática da intervenção, que em novembro de 1967 atingirá a Federação dos Bancários do Rio Grande do Sul. No começo de 1968, quase todos os sindicatos de bancários do país estão prontos para a greve "ilegal" por melhores salários; esta, aliás, corresponde mais aos desejos das "massas" da categoria que aos propósitos das direções sindicais: 93% dos bancários do Ceará e 50% dos do Rio de Janeiro se manifestarão abertamente pela greve. Em julho de 1968, o Encontro Nacional dos Bancários, realizado em São Paulo, emite uma declaração que, em linhas gerais, crítica a política monopolista de desenvolvimento e as práticas autoritárias do grupo dirigente. Deflagram-se greves em outubro de 1968 em São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza, Belo Horizonte e em outras cidades; as de Fortaleza e Belo Horizonte serão duramente reprimidas pelo governo; em São Paulo, os grevistas participarão, ao lado dos estudantes, das associações femininas, e dos profissionais liberais, da manifestação pública de 8 de outubro. É conve-

niente notar que a radicalização política e o aprofundamento do movimento reivindicativo não foram apenas o resultado da determinação das direções sindicais; na realidade, as "bases" da categoria ultrapassaram as vanguardas sindicais e obrigaram-nas efetivamente a fazer o chamamento à greve. Além do contexto geral da radicalização, lembremo-nos de que as experiências grevistas de Contagem e Osasco assumiram um caráter exemplar para as diferentes categorias sindicais, provocando a constituição — em particular pelos bancários — de movimentos de solidariedade em favor dos metalúrgicos em greve. Entretanto, no que concerne especialmente aos bancários, o exemplo das greves de Contagem e Osasco foi interpretado sobretudo ao nível da combatividade e do espírito de iniciativa dos operários metalúrgicos, e não ao nível específico das formas de ação e organização esboçadas durante a luta. Daí a possibilidade de uma comparação entre a classe operária e as baixas camadas médias, no tocante ao limite do comportamento de suas respectivas vanguardas sindicais. Se os operários metalúrgicos chegam, em Minas Gerais e São Paulo, a deslocar o eixo da luta reivindicativa e política para as organizações corporativas de base — comitês de empresa ou de greve —, os bancários mostram-se incapazes, mesmo numa conjuntura de exasperação das reivindicações e de desencadeamento de greves, de ultrapassar o quadro estrito do sindicato oficial e de procurar, na constituição de organizações financeira e politicamente independentes do Estado, as forças necessárias ao reforço do movimento reivindicativo e ao combate contra o Estado militar. É verdade que os sindicatos de bancários manifestarão seu apoio aos grevistas de Contagem e Osasco; todavia, as manifestações concretas de solidariedade em Belo Horizonte ou a constituição de um "comitê de apoio" em São Paulo, apenas virão após o fim dos movimentos grevistas. Em São Paulo, o sindicato dos bancários tenta mais diretamente desempenhar o papel de mediador entre a "oposição sindical" dos metalúrgicos — responsável pela criação dos comitês de empresa no setor — e o governo. De fato, a natureza destas manifestações de solidariedade é muito clara: trata-se de aplaudir o espírito reivindicativo dos grevistas e também a orientação antigovernamental do movimento, sem por isso aprovar os métodos de ação e de organização colocados em execução durante a evolução da luta reivindicativa. Esta posição é manifesta nas declarações do presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, em agosto de 1968:⁶ a condenação da ocupação de fábricas em Osasco — que teria permitido ao go-

verno justificar a repressão policial — coexiste, aqui, com a crítica da atitude de isolamento dos grevistas em relação ao movimento intersindical: ela teria impedido o estabelecimento de relações mais efetivas de solidariedade. Entretanto, numa conjuntura em que os bancários de todo o país se lançam às reivindicações salariais e preparam greves, o exemplo de Contagem e Osasco ainda permanece vivo. As oposições sindicais e certas organizações políticas de esquerda incitarão as "bases" da categoria a criar comitês de empresa e a colocar em questão a estrutura sindical oficial.⁷ Estes esforços estarão, entretanto, fadados ao fracasso; as greves de outubro de 1968, a despeito de não contarem com um contínuo e decidido apoio das direções sindicais, serão conduzidas no quadro do sindicato oficial. Todavia, o exemplo de Contagem e Osasco não poderia ser inteiramente apagado. Em julho de 1968, o Encontro Nacional dos Bancários relança, em São Paulo, o tema da necessidade das organizações corporativas de base; sintomaticamente, a forma de organização aprovada por este Congresso constituirá uma tentativa de interpenetração do sindicato e do comitê de empresa: as "comissões sindicais" corresponderem, de fato, a uma tentativa de inserção mais eficaz do sindicato na empresa e de estímulo — em termos populistas — à vitalidade do sindicalismo oficial.⁸ Em resumo, a vanguarda sindical das baixas camadas médias hesita em transpor, através das ações concretas, os limites do sindicalismo do Estado, contentando-se, na melhor das hipóteses, com as proposições verbais de extinção *gradual* do imposto sindical.⁹ No fundo, sua esperança de retorno a um sindicalismo ativo baseia-se na possibilidade de criação de novas organizações paralelas capazes de reavivar a estrutura sindical oficial. Assim, os organismos sindicais dos bancários participarão ativamente da constituição da Frente Intersindical de Minas Gerais, do MIA, ou do Comitê Executivo do 1.º de maio de 1968. Mas suas esperanças não poderão senão ser frustradas, na medida em que toda pressão popular sobre as estruturas do Estado se mostra impossível nas novas condições políticas, com a tensão ideológica no seio do grupo dirigente sendo insuficiente para o desmantelamento dos mecanismos policiais de controle do sindicalismo. A ação do grupo dirigente mostrará em seguida a impossibilidade, num contexto pós-populista, de dinamizar a estrutura sindical oficial pela via das organizações paralelas. As gre-

(7) Ver os jornais partidários *E.L.O.*, Salvador, n.º 10 e 12, de 24 de agosto de 1968 e 22 de novembro de 1968, e *Oposição*, n.º 1, São Paulo, março de 1969.

(8) Ver *Folha Bancária*, n.º 310, agosto de 1968, São Paulo, p. 2.

(9) Ver *Folha Bancária*, n.º 279, dezembro de 1965, São Paulo, p. 3.

(6) Consultar *Folha Bancária*, n.º 310, agosto de 1968, São Paulo, p. 3.

ves serão reprimidas, as ameaças de intervenção serão renovadas, as organizações paralelas serão praticamente proibidas. Mas o Estado militar não é o único a rejeitar as organizações paralelas. A vanguarda operária, já voltada para novas formas de ação e orientação manifestará igualmente seu repúdio a essa tentativa de retorno ao populismo: os operários metalúrgicos participarão, ao lado dos estudantes, da sabotagem no local da concentração pública, que reuniu, no 1.º de maio de 1968, em São Paulo, as autoridades regionais e o movimento sindical. Os incidentes de 1.º de maio de 1968 assumem, assim, uma conotação simbólica: a classe operária mergulha na espontaneidade a fim de encontrar as forças necessárias a uma reação cega e instintiva — porém clara — contra o populismo.

O Ato Institucional n.º 5, de dezembro de 1968, indica a solução — temporária ou não, seria impossível dizê-lo — da crise ideológica no seio do grupo dirigente, assim como a retomada do processo de militarização do aparelho de Estado brasileiro; trata-se, em última instância, da consolidação da hegemonia política do grande capital. O Relatório Rockefeller de 1969 indicará, de resto, a mudança de posição da potência capitalista hegemônica em relação aos sistemas políticos da periferia capitalista. A rigor, os representantes políticos do capital monopolista internacional se dispõem doravante a ultrapassar a contradição entre suas práticas autoritárias na periferia capitalista e sua fidelidade anteriormente persistente, no plano internacional, à ideologia do liberalismo político; estes grupos passarão a admitir abertamente a ineficácia da democracia representativa na América Latina. Sob esta lição de realismo político podemos encontrar o reconhecimento da impossibilidade de consolidação da hegemonia política do grande capital na periferia capitalista — ou seja, nas condições de superexploração da força de trabalho industrial, e de superação de um sistema de transição fortemente mobilizador: o populismo — mediante o apelo às formas democráticas parlamentares clássicas. Ora, se o Estado militar é “desejável” é porque é possível; e esta possibilidade reflete, seja a fraqueza dos setores dominantes já ultrapassados pelo desenvolvimento monopolista — a média burguesia, as antigas oligarquias —, seja a dependência mantida durante muito tempo pela classe operária em relação ao Estado. Em resumo, o caráter, democrático ou não, do Estado capitalista depende das relações de força travadas no seio da sociedade; seria, portanto, arriscado atribuir ao Estado democrático parlamentar o estatuto de “tipo ideal” de Estado capitalista, e de reservar ao fascismo, às ditaduras militares e aos Estados autoritários a qualificação de “Estados capitalistas atípicos”. A história recente da periferia capitalista talvez

esteja em vias de opor o melhor desmentido a semelhante caracterização.

Daí a importância histórica da crise de 1968: constitui a primeira manifestação do conjunto da sociedade brasileira contra a hegemonia política do grande capital, concretizada sob a forma de um Estado autocrático e militar. Todavia, as forças em oposição ao Estado militar ainda estão atadas ao passado; suas formas de luta são as definidas em função de sua posição no sistema político populista. A média burguesia se recusa a fazer “alianças de classe”, as camadas médias tradicionais continuam a esgrimir-se com seu liberalismo utópico e anti-histórico, a classe operária e as baixas camadas médias não chegam a desembaraçar-se do culto populista do Estado. Mas, a crise de 1968 permite igualmente a manifestação embrionária de novas tendências: o desenvolvimento monopolista cria — através da implantação crescente da grande empresa e da concentração econômica e espacial da indústria — condições cada vez mais favoráveis à eclosão de formas essencialmente anticapitalistas de ação e orientação operárias. Em resumo, o desenvolvimento do capitalismo monopolista tende a completar a gestação das forças sociais capazes de contestá-lo.

CONCLUSÃO

O propósito deste trabalho foi a caracterização do percurso político da "classe média" brasileira ao longo do desenvolvimento do capitalismo industrial, do período "de transição" à etapa monopolista de desenvolvimento. Sublinhemos, todavia, que o enfoque histórico do tema não se impôs de saída; ao contrário, definiu-se como necessário durante o trabalho de reflexão e pesquisa sobre a "classe média" brasileira. Na verdade, nossa tendência inicial consistira em evoluir no sentido de uma "sociografia política" da classe média brasileira; e, nesse caso, a análise recairia exclusivamente sobre o período histórico aberto pelo movimento político-militar de 1964. Duas razões particulares, concernentes ao tema da "classe média", levavam-nos a esta escolha. Em primeiro lugar, a mobilização maciça da "classe média" contra o populismo em 1964 trazia um desafio às afirmações habituais sobre o progresso das classes médias na América Latina e, em particular, no Brasil. Em segundo lugar, estávamos estimulados pelas reflexões do pensamento econômico brasileiro sobre o papel econômico de certas camadas médias no desenvolvimento monopolista — "restringido" ou "excludente" — brasileiro. A análise se concentraria, portanto, sob o estímulo destes problemas, na orientação política de dois ou três setores determinados: profissionais liberais, bancários, ou outros. Todavia, mais que a dificuldade natural de apreender as práticas políticas de um grupo secundário, cuja orientação política permanece muito freqüentemente num estado potencial, foi a ausência no pensamento sociológico brasileiro de grandes linhas teóricas sobre o assunto que colocou obstáculos ao estabelecimento de hipóteses de trabalho adequadas aos nossos propósitos. Estas dificuldades levaram-nos então a uma confrontação com idéias correntes — implícita ou explicitamente — no pensamento crítico brasileiro: o progressismo da classe média em sua luta contra a dominação oligárquica, seu papel político no processo de industrialização e de modernização, e, finalmente, sua "corrupção" pelo desenvolvimento monopolista. Dito de outra forma, tentamos, fazendo apelo à história do desenvolvimento do capitalismo industrial brasileiro, desagregar estas fórmulas gerais.

Nossas conclusões finais não são categóricas. Mas acreditamos que a idéia central deste trabalho continua válida: o processo bra-

silêrio de desenvolvimento capitalista periférico não criou uma “classe média” ou duas “pequenas burguesias” (tradicional e nova), mas, ao contrário, dividiu os grupos secundários segundo disposições ideológicas e políticas nascidas de modalidades particulares — em correspondência com “situações de trabalho” determinadas — de apreensão dos conflitos políticos fundamentais. Todavia, isto não quer dizer que todos os aspectos do tema tenham sido tratados em toda a sua complexidade. Ao contrário, nosso enfoque sugere implicitamente a necessidade de um desenvolvimento ulterior de temas como: o liberalismo das camadas médias tradicionais; a diversidade ideológica e política do tenentismo; as orientações e limites do sindicalismo médio; a composição profissional, a “situação de trabalho” e a orientação política das novas camadas médias. Em todo caso, esperamos ter sido fiéis à nossa intenção inicial: a de trazer novos elementos, ainda que modestos, ao debate científico e político sobre a classe média brasileira.

abril de 1974
D. S.

POSFÁCIO

Cinco anos já transcorreram desde o término da elaboração deste trabalho. Já indiquei, no prefácio, as principais retificações a que procederia, se reescrevesse, hoje, este ensaio; elas não seriam as únicas. Todavia, prefiro não destinar o espaço deste posfácio à explicitação das retificações principais, ou à introdução de novas retificações. Nas páginas que restam, procurarei dar resposta a uma questão que, além de ser *atual*, está diretamente ligada ao tema central do trabalho: entre que tendências ideológicas se divide, hoje, a classe média brasileira? As posições assumidas pelas diferentes frações da classe média brasileira diante do regime militar ainda são as mesmas de 1973-74?

1. *A crise do regime militar*

Para poder responder a essa pergunta, é preciso desde logo ter em conta que, a partir desse biênio, a ditadura militar entra numa fase de *crise prolongada*, que se estende, num processo de agravamento progressivo, até os nossos dias. Tal crise é caracterizada pela *situação de isolamento* crescente em que caiu, desde então, o regime militar;¹ bem como pelas *dificuldades* crescentes que este encontra para impor sua política a certas classes sociais e frações de classe.

Em que esta situação é nova? O isolamento não terá sido o estado permanente da ditadura militar implantada em 1964? Esclareça-se desde logo: a base social de apoio do regime militar sempre foi restrita, já que este teve de enfrentar a oposição permanente, ao longo dos últimos quinze anos, das principais vítimas de sua política de desenvolvimento, pró-monopolista e antipopular: as grandes massas trabalhadoras da cidade e do campo (proletariado urbano e rural, campesinato pobre). Todavia, a oposição ao regime

(1) As melhores análises políticas sobre o isolamento crescente do regime militar são aquelas contidas na série de artigos sobre a conjuntura brasileira, assinados por Alfredo Pereira e Duarte Pacheco Pereira, e publicados pelo jornal *Movimento* ao longo do primeiro semestre de 1979.

não se reduz, a partir de 1973-74, às classes populares. É que, assim como em 1967-68, o caráter pró-monopolista e pró-imperialista da política de desenvolvimento executada pela ditadura militar empurra, a partir de 1973-74, outras forças sociais, distintas das classes populares, para o campo da oposição ao regime, provocando um estreitamento ainda maior de sua base social de apoio.

Mais precisamente: a *ampliação do isolamento* do regime militar, operada a partir de 1973-74, se deve ao fato de que certas forças sociais abandonam progressivamente, desde então, sua posição de *submissão sem luta* (pelo menos, luta de envergadura político-partidária) à política de desenvolvimento, pró-monopolista e pró-imperialista, da ditadura militar. Ou seja: as *frações burguesas* desfavorecidas por essa política encontram, a partir de 1973-74, *novas razões* para se colocarem (embora com hesitações, oscilações, avanços e recuos) no campo da oposição ao regime militar. Quais são essas razões? De um lado, a derrota quase total da guerrilha urbana e rural² livra essas frações burguesas da chantagem ideológica e política permanentemente exercida pelo regime sobre todos os setores burgueses propensos ao oposicionismo; tal chantagem consistindo em imputar, a toda e qualquer manifestação de oposição à política da ditadura militar, a condição de instrumento, voluntário ou não, da oposição armada.

De outro lado, a desaceleração do ritmo de desenvolvimento capitalista no Brasil (processo designado, usualmente, como “o fim do milagre econômico brasileiro”),³ evidente a partir de 1973-74, aumenta as dificuldades econômicas das frações burguesas já submetidas, desde há muito, ao cerco imposto (ao nível das políticas de preços, creditação, tributária, cambial, etc.) pelo capital monopolista, nacional ou imperialista.

Movidos por essas razões, setores expressivos do médio capital industrial e da média propriedade agrícola passam, desde então, a manifestar, de modo mais ou menos aberto, sua oposição ao caráter “antinacional” e pró-monopolista da política de desenvolvimento executada pela ditadura militar, chegando mesmo, em al-

guns momentos, a se opor *diretamente*⁴ ao caráter ditatorial do regime. Parte da nova combatividade do MDB, as posições independentes assumidas diante do governo por certas associações de classe (como, por exemplo, a FAESP, representativa dos médios agricultores de São Paulo), a emergência de lideranças empresariais comprometidas com um programa “nacionalista e democrático” (é o caso do ex-ministro Severo Gomes): tudo isso indica a formação, uma vez derrotada a luta armada e findo o “milagre econômico brasileiro”, de uma nova oposição burguesa.

Esclareça-se, desde logo, que não integram o campo da *oposição ao regime militar* os setores da grande burguesia monopolista, interna ou imperialista, que se têm oposto, por motivos particulares, a algumas medidas tomadas pelo governo militar; ou têm, mesmo, condenado a *forma* pela qual o governo militar tomou decisões de amplas consequências para os interesses do grande capital (isto é, a tomada de decisões sem consulta *prévia* aos grandes capitalistas individuais, o ajustamento entre decisões e interesses da fração monopolista/imperialista só se fazendo *posteriormente*, num processo pleno de tensões e resistências). Na verdade, tais setores não têm por que se opor às *lutas gerais* da política de desenvolvimento, pró-monopolista e pró-imperialista, que os favorece no essencial, e cuja base de sustentação é justamente o regime militar. Por isso mesmo, não podem se opor claramente à militarização permanente do aparelho de Estado e ao caráter ditatorial do regime político;⁵ as suas críticas, sempre limitadas, ao governo militar servem usualmente como instrumento de pressão para a obtenção de vantagens particulares do Estado. Nada há de

(4) Referimo-nos, aqui, à crítica *direta* da militarização do aparelho de Estado; já que uma crítica *indireta* do caráter ditatorial do regime está sempre contida — queiram-no ou não os seus autores — na própria crítica do caráter “antinacional” e pró-monopolista da política de desenvolvimento, sustentada claramente pelo regime militar.

(5) Alguém poderia objetar que a ditadura militar não é a única forma possível de exercício da hegemonia política pelo grande capital monopolista, interno ou imperialista; e que, portanto, é logicamente possível que a grande burguesia monopolista prefira, num certo contexto político, a desmilitarização do aparelho de Estado e a democratização do regime político. Todavia, essa objeção é algo abstrata. É verdade que a derrubada da ditadura militar não torna, por si só, *impossível* a hegemonia política do grande capital monopolista; entretanto, esse processo também não torna *impossíveis* outras situações, outras hegemonias. Essas múltiplas possibilidades de um processo de derrubada da ditadura militar tornam a grande burguesia monopolista cautelosa, e alimentam a sua fidelidade ao regime político existente, embora seja visível a situação de crise em que este se encontra.

(2) A partir desse momento só subsiste a guerrilha do Araguaia, derrotada pelo exército em 1975. O regime não poderá, no entanto, tirar dividendos políticos indiretos da eclosão desse movimento, já que o governo preferirá ocultar a sua existência.

(3) Uma explicação convincente da verdadeira natureza desse processo de desaceleração (do qual a crise do petróleo está longe de ser a causa fundamental) se encontra nos artigos, publicados em vários jornais e revistas, do economista José Serra.

estranho, portanto, no fato de que, nos momentos em que crescem a oposição burguesa e a oposição popular, essa grande burguesia “oposicionista” silencie suas críticas e acabe apoiando *incondicionalmente* o regime militar. A esse respeito, como não lembrar que os líderes “progressistas” da grande burguesia monopolista interna, após terem condenado o “autoritarismo” do governo militar ao definir, sem consulta prévia aos grandes industriais nacionais, a natureza e a porcentagem da participação do capital imperialista nos grandes investimentos em energia ou na fabricação de equipamentos, mantiveram-se afastados da Frente Nacional de Redemocratização, do MDB e da candidatura dissidente à presidência da República, e concluíram o ano de 1978 com uma atitude de franco apoio ao candidato “oficial” à presidência, bem como com uma homagem ao ministro da fazenda responsável pela condução da política de desenvolvimento pró-monopolista e pró-imperialista?

Em suma: no último quinquênio, alguns setores burgueses vieram, mais uma vez, se colocar ao lado das grandes massas trabalhadoras urbanas e rurais, no campo da oposição ao regime militar. Mas, em que medida exata a nova oposição burguesa é responsável pela deflagração da crise do regime militar? O seu surgimento não significa apenas a ruptura da unidade política da classe dominante, cujas frações terão se submetido relativamente sem luta, no período 1969-1973, à hegemonia política do grande capital. Na verdade, a cisão dessa unidade favorecerá o crescimento do movimento oposicionista popular, ao ampliar o seu espaço político. É que a nova oposição burguesa oferecerá indiretamente uma cobertura política (precária, mas real) ao movimento das classes populares, cuja fraqueza, após as derrotas de 1964 e 1968, é patente. Assim, o protesto de médios industriais e médios agricultores contra a política econômica da ditadura militar, ou as campanhas democráticas movidas pela direção nacional do MDB, contribuem decisivamente para que as classes trabalhadoras superem sua posição *defensiva* e iniciem uma *ofensiva* (ainda de caráter econômico-corporativo, é certo) contra a política de desenvolvimento da ditadura militar. Essa ampliação, pela ação da nova oposição burguesa, do espaço político das classes trabalhadoras reveste, fundamentalmente, dois aspectos:

A) A *proteção* — indireta e mesmo involuntária — pela nova oposição burguesa, do movimento reivindicatório das classes trabalhadoras, contra a ação repressiva do Estado. Essa proteção contribuiu consideravelmente para a intensificação da luta popular contra a política de desenvolvimento da ditadura militar: reemergência do movimento grevista no campo e na cidade, crescimento acele-

rado do sindicalismo rural,⁶ deflagração de movimentos como a campanha operária pela reposição salarial em 1977, etc.. Essa proteção assume um caráter contraditório quando o movimento reivindicatório das classes trabalhadoras estala nas fábricas ou nas terras dos próprios setores burgueses dissidentes. Em caso de encontro, no terreno do conflito entre capital e trabalho, das duas forças oposicionistas — a burguesa e a popular —, a primeira se vê obrigada a empregar *formas* de ação contemporizadoras e conciliatórias, embora isso não implique o acolhimento total das reivindicações da segunda.

B) A *divulgação*, pela grande imprensa submetida à influência (ainda que não exclusiva) da oposição burguesa, dos movimentos reivindicatórios das classes trabalhadoras. A circulação da informação sobre tais movimentos permite que mesmo ações reivindicatórias localizadas ou setoriais ganhem uma repercussão *nacional* e sirvam de *exemplo* às classes trabalhadoras de outras localidades, setores ou regiões.⁷

A atual fase de crise do regime militar caracteriza-se, portanto, não só pelo surgimento de uma nova oposição burguesa ao regime militar, como também pela ampliação e aprofundamento da oposição popular, favorecida agora pela insubmissão da média burguesia industrial e rural à hegemonia do grande capital monopolista, interno e imperialista.

Agora, podemos voltar à pergunta inicial: qual é a posição das diferentes frações da classe média diante do regime militar em

(6) O fator principal da deflagração de um amplo movimento de sindicalização das massas rurais, no último quinquênio, foi a acelerada transformação capitalista do campo brasileiro, na medida em que a destruição crescente das formas de produção pré-capitalistas e a difusão do trabalho assalariado implicam a remoção de um poderoso obstáculo ideológico-político ao desenvolvimento de ações reivindicatórias coletivas: a relação de dependência pessoal do trabalhador (parceiro, meeiro) para com o proprietário de terras que lhe cede o uso do solo. Entretanto, se quisermos evitar o economicismo, é preciso reconhecer que a crise do regime militar, ao tornar mais difícil que antes a repressão aos movimentos reivindicatórios populares, deu um impulso considerável ao sindicalismo nas áreas rurais já transformadas pelo capitalismo.

(7) O estreitamento progressivo da solidariedade entre os sindicatos das diferentes regiões do país é uma das características fundamentais do movimento reivindicatório na atual fase de crise do regime militar. Uma ilustração desse processo se encontra na consolidação do prestígio nacional do líder metalúrgico de São Bernardo do Campo, Luís Inácio da Silva (Lula). A ação informativa da grande imprensa, sujeita à influência do oposicionismo burguês, desempenha um papel não desprezível em tal processo.

crise? Qual é a atração exercida sobre a classe média pela frente de oposição (burguesa, popular) ao regime? A ditadura militar terá perdido todos os adeptos conquistados na fase de construção dos mitos do “milagre econômico” e do “Brasil-grande potência”?

2. A base social de apoio do regime militar

Quando iniciei este trabalho, predominava, no seio da intelectualidade crítica brasileira, a tendência, algo impressionista e pouco lastreada na pesquisa e análise sistemáticas, a considerar que o *conjunto* da classe média apoiava o regime militar e sua política de desenvolvimento, pró-monopolista, pró-imperialista e antipopular. Procurei demonstrar, na última parte do trabalho, o quão falsa era esta idéia. Agora, em plena fase de crise da ditadura militar, precisamos nos precaver contra o erro oposto: isto é, o erro de considerar que, hoje, o *conjunto* da classe média se opõe ao regime militar e à sua política.

E aqui se impõe um esclarecimento: afirmar que o regime militar se encontra, há alguns anos, numa situação de crise não equivale a dizer que sua situação seja *catastrófica*, ou que a sua derrubada seja inevitável. Se a crise já assume um caráter *prolongado* e não parece tender a uma resolução imediata (lembremo-nos, a esse respeito, da longa agonia dos regimes salazarista e franquista), é porque o regime militar, ainda que consideravelmente isolado e enfrentando dificuldades para impor sua política, ainda dispõe de alguns trunfos políticos e de alguma capacidade de manobra diante da frente oposicionista.

Um desses trunfos consiste no fato de que o regime militar continua dividindo politicamente a classe média. Havia afirmado, no trabalho, que as “novas camadas médias” eram as aliadas políticas do grande capital monopolista e constituíam, no seio das classes não-proprietárias dos meios de produção, uma (exígua) base social de apoio ao regime militar. Pois bem: essa situação, a meu ver, não se alterou. A nova classe média continua, *tendencialmente* (sem que se possa traçar uma perfeita linha de demarcação, com base em sondagens de opinião, pesquisas sociológicas e estudos eleitorais disponíveis), a prestar apoio ao regime militar, ao caráter ditatorial do processo de definição da política de Estado, e à própria política de desenvolvimento, pró-monopolista, pró-imperialista e antipopular, da ditadura militar. Qualquer estudo sociológico mais consistente do eleitorado urbano da ARENA (sobretudo o eleitorado das grandes cidades) revelará que ele é, em grande parte, recrutado no seio dessa fração; haja vista a votação dos

candidatos do partido governamental nos chamados “bairros residenciais” das grandes cidades brasileiras (tais bairros não sendo habitados apenas pela burguesia, no sentido estrito). Mas a tendência política da nova classe média se evidencia não só pela ação como também pela omissão. Num momento em que os advogados se lançam, através de corporações como a OAB (nacional), o Instituto dos Advogados ou a Associação dos Advogados (SP), em lutas liberais, e em que os médicos assalariados, através de sindicatos como os de S. Paulo ou do Rio de Janeiro, passam à luta contra as políticas salarial e de saúde do regime militar, onde estão e que posições assumem os institutos de engenharia, as associações de economistas e de administradores de empresas?

Se a análise acima é correta — isto é, se o apoio de amplos contingentes da nova classe média ao regime militar se mantém, na atual situação de crise —, isso significa que a desaceleração do ritmo de desenvolvimento capitalista, com a conseqüente restrição do nível de consumo “classe média” (restrições às viagens ao exterior, à importação de produtos suntuários, ao financiamento da compra de automóveis, etc.), não terá provocado, como muitos esperavam, a incompatibilização dessa fração com o regime militar e as *linhas gerais* de sua política de desenvolvimento. E mais: a manutenção do apoio, prestado por amplos contingentes da nova classe média, ao regime militar demonstra que a tese da “corrupção” da classe média pelo incremento considerável do seu nível de consumo (aspecto da política econômica do governo militar) era falsa, não apenas se aplicada ao *conjunto* da classe média como também no caso de ser aplicada, *exclusivamente*, aos setores de classe média economicamente mais favorecidos pela política de desenvolvimento da ditadura militar: as “novas camadas médias”. Na verdade, tal apoio não pode ser entendido se não se tem em conta dois fatores: o primeiro, de caráter estrutural; o segundo, de caráter conjuntural. De um lado, a função da nova classe média na organização do trabalho na empresa capitalista (o exercício da autoridade técnica ou administrativa sobre os trabalhadores manuais) *tende* a alimentar a reprodução, nos seus membros, da crença de que a organização *despótica*, não só da unidade econômica (empresa) como também do Estado, é *racional e necessária*. De outro lado, a reduzida influência das organizações políticas aspirantes à representação dos interesses gerais do proletariado, junto a esses setores, deixou o campo livre para o desenvolvimento dessa tendência ideológica. Tal tendência só poderia ser contrabalançada se essas organizações (ou uma delas) pudessem propor à nova classe média a participação na frente política contra o regime militar e contra a hegemonia do grande capital, monopolista e imperialista.

Evidentemente, a atração da nova classe média para a frente oposicionista só poderia se efetivar caso tais organizações desenvolvessem um trabalho ideológico intenso, destinado a evidenciar a submissão dessas camadas de trabalhadores à dominação do capital.⁸ Por motivos que não podemos detalhar aqui, isto, concretamente, não ocorreu. Em razão da operação desses dois fatores (a ideologia espontânea da nova classe média e o reduzido trabalho ideológico das organizações políticas de esquerda junto a essa fração), a nova classe média brasileira não só permaneceu distante das lutas democráticas, antimonopolistas e antiimperialistas de outras classes e camadas trabalhadoras, como inclusive tem se oposto a elas.⁹

Alguns autores, ao procurar caracterizar a natureza das relações entre a “classe média” e o Estado militar, sublinharam o caráter “passivo” ou “amorfo” do seu apoio ao regime. Ora, essa “passividade” (isto é, inexistência de organizações políticas de classe média, do tipo fascista, etc.) não é um traço ideológico permanente da nova classe média; ela só se manterá enquanto o regime puder responder às suas aspirações políticas mais gerais (a manutenção de uma política autoritária, “eficaz” e “racional”). A deflagração, como resposta à pressão oposicionista, de um processo de “liberalização” da ditadura militar (concessões), ou então o ascen-

so do movimento democrático e popular pela derrubada da ditadura militar, tenderão a provocar nesses setores o temor à “subversão da Ordem” ou à “volta ao caos social do pré-64”. Nesses casos, tais setores dificilmente manterão sua “passividade”, sendo mesmo possível que seu apoio ao regime — caso sua atração para o campo oposicionista não se concretize — assuma formas mais acabadas.

3. A oposição liberal

Um dos aspectos fundamentais da crise política de 1967-68 havia sido a emergência de uma oposição liberal, não-popular e pouco democrática, ao regime militar. Essa oposição era composta não apenas por setores burgueses dissidentes como também pela fração da classe média ligada sobretudo ao exercício das profissões liberais e ao alto funcionalismo público (os chamados setores de “tradição liberal”). Ora, entre 1969 e 1972 essa oposição recuará, diante do avanço da oposição armada. Contudo, derrotada esta, surgem as condições políticas para um novo desenvolvimento da oposição liberal. De que modo a fração mencionada da classe média participa da oposição liberal? Sua ação oposicionista se exprime, fundamentalmente, como luta pela restauração do regime liberal democrático, tal qual este existiu, no Brasil, entre 1946 e 1964; ou seja, luta pela restauração do “Estado de Direito”. É esse o caráter mais geral das lutas da OAB (nacional) ou da ala liberal tradicional do MDB; e é a partir dessa perspectiva restauradora que tais setores se lançam em sucessivas campanhas pela reintrodução do *habeas corpus*, pela extinção dos atos de exceção, pela anistia e pela constituinte.

A quem serve politicamente a oposição liberal de classe média? E qual é sua eficácia na luta pela derrubada do regime militar? Esse setor oposicionista não identifica a relação estreita entre o regime militar e o grande capital monopolista e imperialista, bem como se abstém de criticar, de modo consistente, claro e regular, o caráter pró-monopolista, pró-imperialista e antipopular da política de desenvolvimento executada pelo regime; a rigor, concentra sua crítica ao regime militar, quase exclusivamente, sobre o caráter ditatorial da organização do aparelho de Estado (desequilíbrio entre os “três poderes”, com o esmagamento, pelo executivo militarizado, do parlamento e do judiciário) e sobre a supressão das garantias e liberdades democráticas. Nessa medida, considera a redemocratização do regime político como um fim em si mesmo, o que a distancia consideravelmente da oposição popular, para quem a luta pela

(8) Não quero dizer com isso que as organizações políticas proletárias deveriam se converter em “organizações políticas de todos os trabalhadores” e considerar o socialismo como a realização simultânea do interesse político do proletariado e dos trabalhadores não manuais. Igualar politicamente o proletariado e a classe média implicaria renunciar à tese sobre a hegemonia do proletariado no processo de transição para o socialismo; bem como cair nas malhas de uma ideologia socialista pequeno-burguesa, capaz de mistificar um processo de formação de um capitalismo de Estado. Uma expressão clara dessa ideologia socialista pequeno-burguesa pode ser encontrada nos textos políticos do austro-marxista Max Adler, sempre preocupado em encontrar fórmulas capazes de garantir a igual representação política, sob a “ditadura do proletariado”, dos trabalhadores intelectuais e dos trabalhadores manuais. Consultar Max Adler, *Démocratie et conseils ouvriers*, Maspero, Paris, 1969; assim como *Démocratie politique et démocratie sociale*, Anthropos, Paris, 1969.

(9) O contrário ocorreu num país como a França, onde, sobretudo a partir da crise de 1968, a classe média “moderna” se cindiu politicamente; enquanto uma parte dela permaneceu fiel ao gaullismo ou aderiu à ideologia “liberal-modernizadora” de influência norte-americana (Giscard d’Estaing), a outra parte desiluziu progressivamente para a “esquerda”, passando a constituir a massa eleitoral dos partidos socialistas difusores de palavras de ordem autogestionárias: o PSU, o PS. É claro que o trabalho ideológico e a ação política desses partidos desempenharam um papel fundamental nessa transformação.

derrubada da ditadura militar é apenas um dos aspectos da luta pela melhoria das condições de vida e de trabalho das massas trabalhadoras, bem como da luta contra a dominação imperialista.

Por isso mesmo, a oposição liberal de classe média, ainda que contribua indiretamente para o desenvolvimento da oposição popular (ao ampliar o seu espaço político), serve principalmente aos interesses da burguesia: seja a média burguesia oposicionista, interessada simultaneamente em democratizar o regime político e em reduzir, o quanto possível, o alcance social do processo de democratização; seja a grande burguesia não-oposicionista, interessada numa revisão, de caráter “liberalizante”, dos termos do seu relacionamento com sua própria representação política (o exército). Assim instrumentalizada pelas diferentes frações burguesas, a oposição liberal de classe média se define como uma *força secundária* (embora efetiva) na luta pela derrubada do regime militar, já que, de um lado, o movimento oposicionista burguês é limitado, oscilante e sujeito a recuos, sendo incapaz de dirigir eficazmente a luta contra o regime; e que, de outro, a grande burguesia “liberalizante” deseja a *reforma* (se tanto), e não a *derrubada* do regime militar.

Dissociando, na prática, o regime militar de sua política pró-monopolista, pró-imperialista e antipopular, a oposição liberal de classe média é frequentemente desorientada pelas manobras políticas do regime, consistentes em acenar com a promessa de sua auto-transformação “liberalizante”. Ilustrativa dessa situação é a desorientação provocada, nos setores e lideranças liberais (salvo raríssimas exceções), pela proposta governamental de “conciliação nacional” (esta implicando o desarmamento da oposição a troco de nenhuma mudança substancial na política econômica e social do regime).

Assim, a contenção da oposição de parte da classe média dentro dos limites do liberalismo político é outro dos triunfos com que conta o regime militar para prolongar sua agonia.

4. A oposição sindical: do sindicalismo populista ao sindicalismo “trade-unionista”

Mas a classe média brasileira não se dividiu apenas, a partir de 1973-74, entre o apoio ao regime e a luta de caráter liberal contra a ditadura militar. No seio da baixa classe média, assalariada e semiproletarizada, reforçou-se a disposição (que jamais abandonara, desde 1964) de lutar contra um dos aspectos centrais do regime: a sua política econômica e social (política salarial, leis

do trabalho, etc.). O lugar privilegiado dessa forma de oposição ao regime não foi a cena político-partidária (sabemos que o MDB se manteve praticamente afastado dos movimentos reivindicativos populares), e sim o *sindicato*; e a forma de ação oposicionista mais eficazmente desenvolvida por esses setores não foi o voto, e sim a *greve*. Os sindicatos de bancários retomaram, com maior intensidade, a ação reivindicatória e antipatronal (por maiores salários, pelo cumprimento das leis do trabalho — sobretudo a que regulamenta a jornada de trabalho — contra a política patronal de contratação maciça de trabalhadores temporários, etc.); as associações de professores do ensino secundário (como as de S. Paulo ou de Minas) não hesitaram em recorrer à greve, na sua luta por melhores salários; as mais diversas categorias de funcionários públicos deram os seus primeiros passos, no topo de um amplo movimento reivindicatório, rumo à sua organização corporativa, “sindical” (legal) ou não; os jovens médicos, assalariados e submetidos crescentemente ao poder da grande empresa hospitalar privada, reataram os seus sindicatos em São Paulo e no Rio, lançando-se em lutas por melhores condições de trabalho e contra a política de saúde da ditadura militar.

Todavia, é necessário verificar quais tendências ideológicas se exprimem através da ação reivindicativa sindical, já que uma mesma forma de ação sindical pode (e o é, frequentemente) ser implementada a partir de perspectivas diversas. Ora, para captar as ideologias que impulsionam a ação sindical, é preciso ir além da mera observação do campo da luta econômica e sindical contra o patronato e o Estado; tal análise só se completa com a observação simultânea do *modo de presença* (ou da ausência) da massa sindical na cena político-partidária.

Essa observação combinada do campo da luta econômica/sindical e da cena político-partidária permite, no caso da classe média assalariada e semiproletarizada, apreender dois movimentos simultâneos: o de persistência (embora já se anunciando um ligeiro declínio) de uma tendência populista, e o de germinação (prenunciando-se, desde já, o seu desenvolvimento progressivo) de uma tendência “trade-unionista”.

Mas, qual é a diferença entre populismo e “trade-unionismo”? Ambos não constituem o oposto da ideologia proletária revolucionária, capaz de articular a ação sindical à ação política do partido proletário, bem como de conferir a essa ação política um caráter realmente revolucionário? A resposta é dupla: *sim*, é verdade que ambos se opõem à ideologia proletária revolucionária; contudo, *não* se opõem a ela *do mesmo modo*. O populismo articula o ativismo reivindicatório (plano econômico/sindical) à inércia político-parti-

dária, esta se constituindo na expressão mais visível e aguda do seu caráter *estatista*. Essa tendência, para além de considerar, como as demais formas de estatismo (liberal, fascista, etc.) o Estado como representante do interesse geral da sociedade, tem a peculiaridade de supor que a *ação do Estado* (isto é, sua política) independe de qualquer pressão política da parte dos indivíduos-cidadãos nele representados; nessa medida, o seu ativismo reivindicatório exprime a disposição de suscitar uma intervenção, “pelo alto”, do Estado árbitro nas relações entre proprietários do capital e assalariados, sem que tal disposição se articule à aspiração à *participação* (representação) no Estado. Por isso, pode-se dizer sinteticamente que o populismo implica necessariamente a valorização do Estado; pode suscitar, em certas condições, a valorização do sindicato; e provoca obrigatoriamente a desvalorização do partido político.

Já a tendência “trade-unionista” implica uma combinação de ativismo reivindicatório (plano econômico/sindical) e de valorização, *a partir de uma perspectiva economicista*, da prática político-partidária. Ou seja, admite a importância do partido e da luta partidária, mas para colocá-los a serviço da luta reivindicatória (plano econômico/sindical); nesse caso, o partido político mais se assemelha a um braço “político-parlamentar” do aparelho sindical, que a uma organização capaz de articular a luta sindical a uma estratégia política anticapitalista. Assim, se o economicismo populista leva à valorização do Estado e ao esquecimento do partido, já o economicismo “trade-unionista” conduz a uma concepção *economicista* do partido.¹⁰

(10) É preciso, aqui, introduzir uma distinção: se, no seu estágio menos avançado (próximo do anarco-sindicalismo) o “trade-unionismo” implica a valorização quase exclusiva do sindicato, no seu estágio mais avançado (exemplo: a Inglaterra atual), ele se desdobra numa valorização *economicista* do partido, que reconhece a necessidade de reforço da organização partidária, mas para colocá-la a serviço das reivindicações quotidianas da massa sindical. Essa modalidade de “trade-unionismo” avançado se difunde, nesse momento (isto é, após a derrota eleitoral da União da Esquerda e a ruptura prática do acordo político-eleitoral entre o PCF e o PS), no seio do Partido Comunista Francês, cujas palavras de ordem atuais enfatizam a necessidade de concentração dos esforços partidários na luta pelas reivindicações quotidianas e na “ação de base”, e nada dizem sobre a “ação pelo alto” e sobre as questões de estratégia política. Essa é a conclusão da análise empreendida por Yvonne Quiles, membro do PCF e antiga redatora-chefe do periódico comunista *France Nouvelle*, no seu artigo “Súplica ao Comité Central do meu Partido”, publicado no jornal *Le Monde* de 12-9-1979.

Voltemos à classe média assalariada e semiproletarizada: nesse momento, amplos contingentes dessa fração se dividem entre essas duas tendências (com predominância do populismo), embora a observação da ação dos sindicatos que os representam não nos permita, dada a semelhança das reivindicações e dos instrumentos de luta, chegar a tal conclusão. É quando analisamos a cena partidária que detetamos, de um lado, o apoio de certos setores dessa fração a lideranças medíocres e sem programa político, filiadas ao MDB (encarnações pessoais do “Estado-providência”); e, de outro, os esforços, dispendidos por fatias de todas as classes trabalhadoras, no sentido da construção de um partido sem um programa político claro mas de *base trabalhadora*, e, portanto, fundamentalmente a serviço das reivindicações quotidianas das classes trabalhadoras.

Evidentemente, nem o estatismo populista, nem as práticas partidárias de caráter economicista são instrumentos eficazes, seja na luta pela derrubada da ditadura militar, seja inclusive na luta pela satisfação de reivindicações quotidianas, já que até mesmo essa satisfação depende de uma estratégia política global de luta contra o regime que a torna impossível (a política econômica e social de caráter antipopular — sobretudo a política salarial — sendo um dos aspectos centrais do regime militar). Assim, que a oposição da classe média sindicalizada se mantenha numa perspectiva populista ou “trade-unionista” é outro dos triunfos com que conta o regime militar para prolongar sua agonia.

5. A oposição democrático-popular

Na verdade, a forma mais eficaz de oposição ao regime militar — aquela capaz de provocar a sua derrubada — é a que podemos designar sinteticamente de oposição democrático-popular: ou seja, aquela que unifica, numa só ação política, a luta pelo controle democrático e popular das instituições do Estado, a luta pela melhoria das condições de vida e de trabalho das massas trabalhadoras, e a luta contra a dominação imperialista. Essa forma de oposição já ganha alguma expressão, não só no seio da classe operária, do proletariado rural e do campesinato pobre, como também no seio da classe média: é o que nos atestam muitas das manifestações do movimento estudantil, em lenta progressão a partir de 1973-74, bem como campanhas de caráter democrático e anti-imperialista, que aglutinam, a outras tendências ideológico-políticas (liberal, nacionalista burguesa, populista, etc.), a tendência demo-

crático-popular (é o caso dos movimentos pela anistia, ou do Movimento de Defesa da Amazônia).

Ora, a oposição democrático-popular ao regime militar, caso se desenvolva e ganhe uma consistência crescente, poderá atrair para o seu campo setores ponderáveis da classe média, até agora presos a posições liberais, populistas ou "trade-unionistas". Esse reforço da oposição democrático-popular, pela ampliação da participação da classe média na frente democrática, será um fator a mais, entre outros, de agravamento da crise do regime militar, contribuindo dessa forma para acelerar o seu declínio.

Setembro de 1979
D.S.

BIBLIOGRAFIA

- Bastide, Roger, e Florestan Fernandes, *Branco e negro em São Paulo*. Editora Nacional, São Paulo, 1959, 2.^a edição.
- Bourdieu, Pierre, e Jean-Claude Passeron, *La reproduction*. Editions de Minuit, Paris, 1970.
- Cardoso, Fernando Henrique, *O modelo político brasileiro*. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1972.
- _____, *Notas sobre Estado e dependência*. Cebrap, São Paulo, 1973.
- Carone, Edgar, "Nelson Werneck Sodré: Introdução à revolução brasileira", *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n.º 7, novembro de 1959, Belo Horizonte.
- _____, *A República Velha*. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1970.
- Castro, Antônio Barros de, *7 ensaios sobre a economia brasileira* — vol. I. Forense, Rio de Janeiro, 1969.
- Cohn, Gabriel, "Perspectiva da esquerda", in Octavio Ianni et al., *Política e revolução social no Brasil*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1964.
- _____, "Problemas da industrialização no século XX", *Brasil em perspectiva*. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1968.
- Costa, João Cruz, *Contribuição à história das idéias no Brasil*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1967, 2.^a edição.
- Crozier, Michel, "L'ambiguïté de la conscience de classe chez les employés et les petits fonctionnaires", *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. XVIII, nova série, ano 2, jan.-jun. 1955, PUF, Paris.
- Dean, Warren, *A industrialização de São Paulo*. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1971.
- Debrun, Michel, "Nationalisme et politique de développement au Brésil", *Sociologie du Travail*, n.º 4/64, ano 6, out.-dez.
- Denis, Pierre, *Le Brésil au XXème siècle*. Armand Colin, Paris, 1909.
- Deutscher, Isaac, *Ironias da História*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1968.
- Fausto, Bóris, "A revolução de 1930", *Brasil em perspectiva*. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1968.
- _____, *A revolução de 1930*. Brasiliense, São Paulo, 1970.
- Fernandes, Florestan, *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Zahar, Rio de Janeiro, 1973.

- _____, *A integração do negro na sociedade de classes*. Dominus Editora, São Paulo, 1963.
- Ferreira, Oliveira S., *As forças armadas e o desafio da revolução*. Ed. G.R.D., Rio de Janeiro, 1964.
- Furtado, Celso, *Formação econômica do Brasil*. Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 1961, 4.ª edição.
- Germani, Gino, *Política y sociedad en una era de transición*. Paidós, Buenos Aires, s/d.
- Gomes, Maria Lúcia Gaspar, "Cronologia do 1.º ano do governo Costa e Silva", *Dados*, n.º 4, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1968.
- Grau, Eros Roberto, "O sistema tributário nacional: descrição conceitual e análise crítica". Mimeo., FGV, São Paulo, 1973.
- Hahner, Juhne E., *Civilian-Military Relations in Brazil 1889-1898*. Columbia, S.C., 1969.
- Hoffmann, Rodolfo, e João Carlos Duarte, "A distribuição de renda no Brasil", *Revista de Administração de Empresas*, FGV, abr.-jun. 1972, Rio de Janeiro.
- Ianni, Octavio, *O colapso do populismo no Brasil*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1971.
- _____, *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1963.
- _____, "Processo político e desenvolvimento econômico", in Octavio Ianni et al., *Política e revolução social no Brasil*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1964.
- Jaguaripe, Hélio, "Brasil: estabilidade social par le colonial-fascisme?", *Les Temps Modernes*, n.º 257, ano 23, outubro de 1967, Paris.
- _____, *Condições institucionais do desenvolvimento*. ISEB, Rio de Janeiro, 1958.
- _____, "Dependencia y autonomia de América", *Panorama Económico*, I, mar.-abr. 1969, México.
- _____, *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1968.
- _____, "Los modelos políticos y el desarrollo nacional en América Latina", *Aportes*, n.º 6, outubro de 1967, ILARI, Paris.
- _____, *O nacionalismo na atualidade brasileira*. ISEB, Rio de Janeiro, 1958.
- _____, "Política de clientela e política ideológica", *Digesto Económico*, VI, n.º 68, julho de 1950, Ed. Associação Comercial de São Paulo.
- _____, "Que é o ademarismo?", *Cadernos do Nosso Tempo*, n.º 2, jan.-jun. 1954, Rio de Janeiro.
- Kowarick, Lúcio, *Estratégias de planejamento social no Brasil*. Cebrap, São Paulo, s/d.
- Leal, Victor Nunes, *Coronelismo, enxada e voto*. Ed. Revista Forense, São Paulo, s/d.
- Luz, Nícia Villela, "O papel das classes médias brasileiras no movimento republicano", *Revista de História*, USP, São Paulo, 1964.
- Magalhães, Fernando, "El perverso 'milagro economico brasileño'". Mimeo., Santiago, 1972.
- Marini, Ruy Mauro, *Sous-développement et révolution en Amérique Latine*. Maspero, Paris, 1972.
- Martins, José de Souza, *Empresário e empresa na biografia do conde Marizano*. Ed. Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1967.
- Mendes, Cândido, "Sistema político e modelos de poder no Brasil", *Dados*, n.º 1, 1966, 2.º semestre, IUPERJ, Rio de Janeiro.
- Mombéig, Pierre, *Pionniers et planteurs de São Paulo*. Armand Colin, Paris, 1952.
- Nogueira Filho, Paulo, *Ideais e lutas de um burguês progressista*. J. Olympio, Rio de Janeiro, 1965, 2.ª edição.
- Oliveira, Francisco de, "A economia brasileira: crítica à razão dualista", *Estudos Cebrap*, 2, outubro de 1972, Cebrap, São Paulo.
- Oliveira, José Feliciano de, *Notas civilistas*. Ed. "O Estado de S. Paulo", São Paulo, 1910.
- Paris, Robert, *Les origines du fascisme*. Flammarion, col. Questions d'Histoire, Paris, 1968.
- Pereira, Luiz, *Trabalho e desenvolvimento no Brasil*. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1965.
- Portelli, Hugues, *Gramsci et le bloc historique*. PUF, Paris, 1972.
- Poulantzas, Nicos, *Fascisme et dictature*. Maspero, Paris, 1970.
- Prado Jr., Caio, *Evolução política do Brasil e outros estudos*. Brasiliense, São Paulo, 1957, 2.ª edição.
- _____, *A revolução brasileira*. Brasiliense, São Paulo, 1966.
- Quarim, João, "La nature de classe de l'Etat brésilien", *Les Temps Modernes*, n.º 304, novembro de 1971, e n.º 305, dezembro de 1971, ano 27, Paris.
- Queiroz, Maria Isaura Pereira de, "O mandonismo local na vida política brasileira", in *Três estudos de História e Sociologia*. Anhembi, São Paulo, 1957.
- Ramos, Guerreiro, *A crise do poder no Brasil*. Zahar, Rio de Janeiro, 1961.
- _____, *Mito e verdade da revolução brasileira*. Zahar, Rio de Janeiro, 1968.
- Rodrigues, José Albertino, *Sindicalismo e desenvolvimento*. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1968.

- Rodrigues, José Honório, *Conciliação e reforma no Brasil. Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, 1965.
- Rosa, Virgínio Santa, *Que foi o tenentismo. Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, 1963.
- Rowland, Robert, "Dependência, oligarquias e camadas médias no Brasil: notas para uma interpretação da revolução de 1930", *Dépendance et structure de classe en Amérique Latine*. CETIM, Genebra, 1972.
- Saes, Décio, *Classe média e política na Primeira República brasileira, 1889-1930*. Vozes, Petrópolis, 1975.
- Schwarz, Roberto, "Remarques sur la culture et la politique au Brésil, 1964-1969", *Les Temps Modernes*, n.º 288, julho 1970, Paris.
- Simão, Azis, *Sindicato e Estado*. Dominus Editora, São Paulo, 1966.
- Simonsen, Roberto, *Revolução industrial do Brasil*. Ed. Escola Livre de Sociologia e Política, São Paulo, 1939.
- Singer, Paul I., *Força de trabalho e emprego no Brasil: 1920-1969*. Cebrap, São Paulo, 1971.
- _____, *O "milagre brasileiro": causas e conseqüências*. Cebrap, São Paulo, 1972.
- Silva, Sérgio, "Le café et l'industrie au Brésil, 1889-1930". Mimeo., Paris, 1973.
- Skidmore, Thomas, *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Saga, Rio de Janeiro, 1969.
- Soares, Glaucio Ary Dillon, "As bases ideológicas do lacerdismo", *Revista Civilização Brasileira*, n.º 4, setembro de 1965, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- Sodré, Nelson Werneck, *História militar do Brasil*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1968, 2.ª edição.
- Sola, Lourdes, "O golpe de 1937 e o Estado Novo": *Brasil em perspectiva*, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1968.
- Souza, Maria do Carmo Campello de, "O processo político-partidário na Primeira República": *Brasil em perspectiva*, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1968.
- Tavares, Maria da Conceição, e José Serra, "Más allá del estancamiento: una discusión sobre el estilo del desarrollo reciente de Brasil", *Trimestre Económico*, n.º 152, nov.-dez. 1971, México.
- Tavares, Maria da Conceição, "Relações entre distribuição de renda, acumulação e padrão de desenvolvimento". Mimeo., Campinas, 1973.
- _____, *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Zahar, Rio de Janeiro, 1972.
- Theotônio Júnior, "A ideologia fascista do Brasil", *Revista Civilização Brasileira*, n.º 3, maio de 1965, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- Touraine, Alain, "Industrialization et conscience ouvrière à São Paulo", *Sociologie du Travail*, n.º 4, out.-dez., ano 3, 1961, Seuil, Paris.
- Weffort, Francisco C., "Estado e massas no Brasil", *Revista Civilização Brasileira*, n.º 7, maio de 1966, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- _____, "Origens do sindicalismo populista no Brasil (a conjuntura do pós-guerra)", *Estudos Cebrap*, n.º 4, abr.-jun. 1973, Cebrap, São Paulo.
- _____, *Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco, 1968*. Cebrap, São Paulo, 1972.
- _____, "Política de massas", in Octavio Ianni et al., *Política e revolução social no Brasil*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1964.
- _____, "Le populisme dans la politique brésilienne", *Les Temps Modernes*, n.º 257, outubro de 1967, Paris.

Série 1.ª — ESTUDOS BRASILEIROS

1. *Desigualdade e mobilidade social no Brasil*, José Pastore.*
2. *Ideologia e populismo: M. Arraes, A. de Barros, C. Lacerda, L. Brizola, Guita Grin Debett.*
3. *História Econômica da Amazônia — 1800/1920*, Roberto Santos.
4. *Ciência e Estado: a política científica no Brasil*, Regina Lúcia de Moraes Morel.
5. *Tutela e autonomia sindical: Brasil, 1930-1945*, Antônio Carlos Bernardo.
6. *Classe média e sistema político no Brasil*, Décio Saes.
7. *Raízes da concentração industrial em São Paulo* (2.ª ed., 1.ª reimpressão), Wilson Cano.
8. *A cultura do algodão na Província de São Paulo*, Alice P. Canabrava (no prelo).
9. *Tanto preto quanto branco: estudos de relações sociais*. Oracy Nogueira (no prelo).

Série 2.ª — TEXTOS

1. *Pesquisa social: projeto e planejamento*, Sedi Hirano (org.) e outros.
2. *O pensamento político clássico: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, Célia Galvão Quirino e Maria Teresa Sadek R. de Souza* (orgs.).
3. *Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise demográfica*, Jair L. Ferreira Santos, Maria Stella Ferreira Levy e Tamás Szmeccsányi (orgs.) e outros.
4. *Da sociologia utópica à sociologia científica*, José Albertino Rodrigues (no prelo).
5. *Lições de Sociologia: a Moral, o Direito e o Estado*, Emile Durkheim.*

Série 3.ª — TEORIA E MÉTODO

1. *Crítica e resignação: fundamentos da sociologia de Max Weber*, Gabriel Cohn.
2. *Acumulação de capital e demanda efetiva*, Jorge Miglioli (1.ª reimpressão).
3. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*, Florestan Fernandes, (4.ª ed.).

* Co-edição com a EDUSP.

66 A análise da conduta política da classe média sempre atraiu os sociólogos voltados para o estudo das sociedades latino-americanas. No caso particular da sociedade brasileira, estes estudos revelaram freqüentemente a admiração dos intelectuais pela classe média: ela teria sido o adversário principal das oligarquias rurais ao longo dos anos 20 e, por conseguinte, a força destruidora do sistema político oligárquico. Episódios como os movimentos tenentistas e a revolução de 1930 seriam provas do papel ativo e positivo desempenhado pela classe média no processo de transição capitalista da sociedade brasileira, de uma etapa agrário-exportadora a uma etapa industrial. Entretanto, esta atitude de exaltação, mais recentemente, cedeu lugar a uma nova disposição sociológica, que combina a subestimação e o pessimismo: na etapa atual de dominação crescente da economia capitalista brasileira pelas grandes corporações monopolistas, nacionais ou estrangeiras, a classe média teria sido "corrompida" pelo consumo e não teria mais nenhum papel positivo a desempenhar, seja na transformação socialista da sociedade brasileira, seja na luta pela instalação de um capitalismo nacional ou de Estado voltado para a promoção social das massas urbanas e rurais. Afastada de seu passado anti-oligárquico, a classe média estaria prestes a manter-se afastada da prática política e a aceitar o autoritarismo da classe dominante como condição da satisfação de seus desejos crescentes de consumo, sempre estimulados pela grande empresa capitalista. Esta passagem realizada pelo pensamento sociológico brasileiro — da apologia dos tenentes à crítica amarga dos "tecnocratas" — não esconde, entretanto, uma falha constante que se manifesta desde que se trata de empreender a análise sociológica da classe média: o conteúdo excessivamente geral e categórico das afirmações sobre um grupo social secundário, não diretamente engajado no antagonismo entre as classes sociais e na luta pela conservação ou pela destruição da sociedade capitalista. É justamente esta rigidez excessiva da análise sociológica da classe média brasileira que nos levou a empreender um trabalho de pesquisa e reflexão sobre este tema. 99